

**O ECLETISMO NA
ARQUITETURA PELOTENSE
ATÉ AS DÉCADAS DE 30 E 40**

Andrey Rosenthal Schlee

Porto Alegre

1993

ANDREY ROSENTHAL SCHLEE

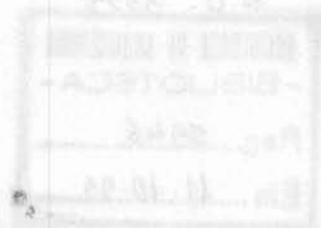
**O ECLETISMO NA
ARQUITETURA PELOTENSE
ATÉ AS DÉCADAS DE 30 E 40**

Dissertação apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito para a obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Günter Weimer

Porto Alegre

1993



A
ZYNDYA
E AO MEU FILHO
QUE ELA ESTÁ ESPERANDO

No empenho de elaborar este estudo, foi realizado um grande esforço de pesquisa e levantamento de dados, o que permitiu traçar um pioneiro roteiro da história da arquitetura pelotense, referido à própria história da cidade. Esta tarefa não teria sido realizada sem a orientação empolgante do professor Günter Weimer; sem a colaboração decisiva dos funcionários da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente e da Biblioteca Pública Pelotense; sem a companhia estimulante dos meus primos Alexandre e Ana Cristina; sem o carinho constante dos meus irmãos Aldyr e Sylvia; e sem o amor, a educação, o estímulo e a compreensão fundamentais dos meus pais Aldyr e Marlene.

SINOPSE

Esta dissertação tem como objetivo principal identificar dados e elaborar um estudo sobre a produção arquitetônica da cidade de Pelotas, de 1758 ao fim da década de 40 do século XX, analisando as características peculiares de tal produção e as transformações decorrentes do abandono dos padrões historicistas e da implantação de uma arquitetura moderna. Nesse sentido, traduz-se em revisão de parte da própria história da cidade, da qual a arquitetura é manifestação e testemunho significativo.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	1
1. -CAPÍTULO I - REFERÊNCIAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS	8
1.1. -O ECLETISMO	9
1.2. -A ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL	24
1.3. -A ARQUITETURA MODERNA NO RIO GRANDE DO SUL	33
2. -CAPÍTULO II - PANORAMA DA ARQUITETURA PELOTENSE	44
2.1. -PERÍODO COLONIAL	46
2.1.1. A Arquitetura Residencial de 1758 a 1850	53
2.1.2. A Matriz de São Francisco de Paula	58
2.1.3. O Teatro Sete de Abril	62
2.2. -PRIMEIRO PERÍODO ECLÉTICO	69
2.2.1. A Arquitetura Residencial de 1850 a 1900	78
2.2.2. A Santa Casa de Misericórdia	85
2.2.3. A Escola Eliseu Maciel	89
2.3. -SEGUNDO PERÍODO ECLÉTICO	95
2.3.1. A Arquitetura Residencial de 1900 a 1930	110
2.3.2. O Banco Pelotense	117
2.3.3. O Grande Hotel	120

3. --CAPÍTULO III - A ARQUITETURA PELOTENSE	
DAS DÉCADAS DE 30 E 40	126
3.1. --TERCEIRO PERÍODO ECLÉTICO OU	
PRIMEIRO PERÍODO MODERNO	127
3.2. --A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA	145
3.3. --AS NOVAS TIPOLOGIAS	190
CONCLUSÕES	204
BIBLIOGRAFIA	210

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I
REFERÊNCIAS TEÓRICAS
E HISTÓRICAS

A teoria e a história da arquitetura foram escritas, tomando como pontos de referência países desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos. A teoria e a história da arquitetura brasileira estão sendo escritas, bravamente, por alguns arquitetos, poucos historiadores e praticamente nenhum teórico. A teoria e a história da arquitetura gaúcha e regional ainda estão por ser escritas, definitivamente.

O conhecimento da teoria e da história da arquitetura de outros países e de outras regiões, além de ser fundamental para a compreensão do presente, permite entender e estudar os fenômenos que regem e explicam a dinâmica profissional, bem como parte do movimento constante que é o da construção da vida do homem no planeta. Só através desse conhecimento torna-se possível o controle e o domínio, necessários, da obra arquitetônica, da prática profissional e do próprio destino de cada arquiteto.

Porém, tentar conhecer a história da arquitetura de nossa cidade constitui-se também e além de tudo, no estabelecimento de um compromisso com o futuro, tendo como base o passado. Portanto, é tarefa indispensável para quem pretende contribuir para uma revisão de nossa própria teoria arquitetônica.

Por isso, esta dissertação, "O ECLETISMO NA ARQUITETURA PELOTENSE ATÉ AS DÉCADAS DE 30 E 40", pretende estabelecer um elo de ligação entre o que se pesquisou e divulgou sobre a história e a teoria da arquitetura e aquilo que, por suas peculiaridades, corresponda à história da arquitetura pelotense e que por mais belo e adequado que possa ter sido, permanecia ainda esquecido e desconhecido.

De outubro de 1986 a fevereiro de 1987, junto à Secretaria Municipal de Urb. Meio Ambiente (SMUMA) e ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC), o autor participou da elaboração do "Inventário da Área Central de Pelotas", estudando cerca de 10 mil imóveis e cadastrando 1189, dos quais 637 foram classificados como "possuidores de valor de representação elevada" e 333 indicados para tombamento (nenhum foi tombado definitivamente).

Durante a elaboração desse inventário, deparou com prédios que, por suas características peculiares, não foram considerados (pela equipe responsável pelo trabalho) dignos de preservação porque, mesmo possuindo algumas características que os remetiam à arquitetura do passado, foram considerados "MODERNOS" – e de menor significado quando comparados com o "restante da arquitetura moderna brasileira" ou com a arquitetura pelotense construída anteriormente a eles – quase toda gerada pela riqueza das diferentes etapas do chamado "ciclo do charque".

Essa "questão de escolha" entre o que indicar ou não para uma posterior (mesmo que improvável) preservação gerou a necessidade de um estudo sobre a arquitetura pelotense como um todo, acompanhado da avaliação das mais importantes obras de seus sucessivos períodos evolutivos. Principalmente sobre aquele correspondente às décadas de 30 e 40, e que equivaleria às transformações decorrentes do abandono de uma linguagem por nós identificada como eclética e a adoção de outra, reconhecida como "moderna".

Por outro lado, essa mesma "questão de escolha" despertou uma série de dúvidas que acabavam, também, desembocando na realização desta dissertação, ou seja: as considerações e hipóteses levantadas a respeito da implantação da "arquitetura moderna" no Rio de Janeiro e em São Paulo são válidas para o Rio Grande do Sul? Em que medida e extensão se aplicam a Pelotas? É possível falar em uma arquitetura moderna de "vertente corbusiana", em Pelotas, nas décadas de 30 e 40? Como é a arquitetura pelotense desse período?

Assim não foi difícil definir uma hipótese de trabalho que, partindo do apogeu da economia do charque, considerasse as condições muito peculiares do surgimento e da manutenção dos padrões ecléticos em Pelotas.

O que ocorreu em Pelotas durante o ciclo econômico do charque, em matéria de arquitetura, foi tão importante e tão marcante (tanto quantitativa quanto qualitativamente) que a produção eclética então estabelecida se manteve preponderante mesmo quando aquela economia dava sinais de plena decadência – o que terá determinado uma transição lenta e diferenciada para os novos padrões. Essa transição, no caso, teve um impacto menos "revolucionário" do que é tradicionalmente apregoado na literatura arquitetônica oficial a respeito de outras cidades, caracterizando-se por ocorrer sem rupturas

com os padrões estéticos anteriores e sem a adoção de uma orientação pelo menos corbusiana.

A investigação histórica parte de FATOS, do ocorrido no âmbito social, e dentro do transcurso temporal. Os FATOS constituem, para o historiador, os DADOS que a ele se apresentam em infinito número e em grande variedade. Cabe ao historiador ter a capacidade de indicar, dentre a gama de DADOS disponíveis, aqueles que são historicamente mais significantes, desde que referidos, de alguma maneira, ao destino de um grupo social. O saber histórico consiste em mergulhar até o fundo da realidade, a partir dos DADOS obtidos. Só assim será possível encontrar os DADOS realmente significativos, ou seja, os que aparecem como sintoma e expressão da vida histórica, que por essa via se tenta decifrar (CHAMPION, 1980, 15).

De maneira análoga, se se quer fazer história da arquitetura do Rio Grande do Sul, temos que voltar às fontes primárias e buscar os FATOS. Primeiro, porque muito pouco foi escrito sobre o tema e praticamente nada foi estudado sobre a produção arquitetônica das décadas de 30 e 40; segundo, porque em termos nacionais, a história tem privilegiado a produção arquitetônica carioca e paulista.

O estudo das arquiteturas periféricas -- da produção arquitetônica das cidades distantes dos principais centros culturais e econômicos do país -- pode demonstrar e construir uma teoria e uma história certamente mais identificadas e relacionadas com as realidades regionais e locais, do que a apresentada pela historiografia oficial (e propiciar um "mergulho profundo nessa realidade, a partir dos dados obtidos").

Com o objetivo de estudar e caracterizar o ecletismo na arquitetura pelotense até os anos de 30 e 40 (décadas consideradas pela historiografia oficial como de implantação e desenvolvimento da "arquitetura moderna brasileira"), durante a elaboração dessa dissertação, foram examinados cerca de oito mil projetos arquitetônicos existentes no Arquivo da Prefeitura Municipal de Pelotas (SMUMA), referentes às décadas de 30, 40 e as imediatamente anteriores (318 de 1895 até 1899, 4425 de 1900 até 1929 e 3509 de 1930 até 1949). Sempre que possível, cada um dos projetos foi registrado no que diz respeito a suas características principais, bem como os elementos verificados como constantes (dados cadastrais): localização, responsável técnico, proprietário, ano de construção, área e função. Os projetos considerados exemplares, tanto por sua regularidade como por sua

excepcionalidade (aqueles que compõem o maior número de características comuns às várias arquiteturas estudadas ou que dizem respeito à implantação de uma linguagem modernista), foram fichados individualmente, seus desenhos reproduzidos e pormenorizadamente analisados.

Através dos dados obtidos, registrados ou individualmente fichados, foi realizada uma classificação geral, verificando-se aquelas características capazes de propiciar o agrupamento dos projetos semelhantes e identificar os que, por suas peculiaridades, são diferentes (e importantes).

Realizada essa etapa, fez-se a interpretação do material coletado e organizado, inserindo-se os dados obtidos em estruturas globais mais amplas – das quais elas constituem apenas elementos parciais – para só então buscar o seu verdadeiro valor e significado.

No conjunto, o trabalho estabelece a necessária relação evolutiva entre os períodos arquitetônicos estudados e ressalta o caráter predominantemente homogêneo da produção arquitetônica pelotense em cada período, em especial, pela identificação das características fundamentais do período de 30 e 40.

A dissertação compreende três capítulos.

O *Primeiro Capítulo* tem como objetivo indicar os referenciais teóricos e históricos adotados. Foi montado a partir de uma revisão bibliográfica e está dividido em três seções. A primeira define o conceito de ECLETISMO utilizado ao longo da dissertação e mostra, através de um rápido esboço histórico, a sua evolução no Brasil. A segunda, demonstra que não é possível falar em uma ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL, apenas como sinônimo da arquitetura realizada pelos "cariocas" (vertente corbusiana), e caracteriza essa arquitetura, para em um segundo momento compará-la com a produção pelotense das décadas de 30 e 40. A terceira, mostra que o que é entendido como ARQUITETURA MODERNA NO RIO GRANDE DO SUL pode ser dividido em vários "modernismos", e define, no tempo, o início do período modernista da arquitetura gaúcha (exemplificando e datando as primeiras experiências modernistas no Estado).

O *Segundo Capítulo* tem como objetivo apresentar um panorama da história pelotense, de 1758 a 1930. Foi montado a partir de uma exaustiva pesquisa e, também, está dividido didaticamente em três seções, cada uma equivalendo a um período da evolução da arquitetura e da cidade. O PERÍODO COLONIAL (1758-1850), o PRIMEIRO

PERÍODO ECLÉTICO (1850-1900) e o SEGUNDO PERÍODO ECLÉTICO (1900-1930). Em cada período foi traçado um panorama geral da época e da sociedade estudados e os seus conseqüentes reflexos no campo da arquitetura.

O *Terceiro Capítulo* tem como objetivo apresentar um painel detalhado da arquitetura pelotense das décadas de 30 e 40, e para isso está dividido em três seções. A primeira, intitulada TERCEIRO PERÍODO ECLÉTICO OU PRIMEIRO PERÍODO MODERNO, apresenta os principais acontecimentos – estaduais e locais – históricos, sociais e econômicos que influenciaram a arquitetura pelotense. A segunda, PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA, caracteriza a arquitetura pelotense das décadas de 30 e 40, qualificando-a e quantificando-a, para finalmente compará-la com a arquitetura realizada nos grandes centros do país. A terceira, AS NOVAS TIPOLOGIAS, indica os novos tipos arquitetônicos construídos a partir de 1930 e que estão identificados com a modernidade da arquitetura local: os edifícios em altura e os postos de abastecimento de veículos automotores.

Os capítulos segundo e terceiro são complementares e, juntos, apresentam um roteiro para a compreensão da evolução da arquitetura pelotense de 1758 até 1949. Os três primeiros períodos estudados (Colonial, Primeiro Eclético e Segundo Eclético) estão acompanhados da análise de seis exemplos paradigmáticos (a Catedral São Francisco de Paula e o Teatro Sete de Abril, a Santa Casa de Misericórdia e a Escola Eliseu Maciel, e o Banco Pelotense e o Grande Hotel), devido à sua importância e por suas características arquitetônicas individuais; bem como por se constituírem verdadeiros MONUMENTOS, historicamente determinados (fatos urbanos persistentes) em constante transformação visual, e mantendo o uso para o qual foram construídos. Já o Terceiro Período Eclético não está acompanhado de exemplos paradigmáticos, mas de análises de várias edificações, independentemente de sua importância para a cidade, mas que ajudam a comprovar hipóteses levantadas, o que justifica o maior número de ilustrações.

Uma vez que a Associação Brasileira de Normas Técnicas (NB-66/1987) define que as referências bibliográficas podem aparecer, também, incluídas no corpo do texto, e para evitar interrupções constantes na leitura e no seu desenvolvimento com a necessária complementação de informações através de notas de rodapé ou de fim de capítulo, foi adotado o sistema "autor-data" (com nome do autor, data da publicação e o

número da página entre parentêses, após a citação). O que permitiu a total eliminação das notas bibliográficas e apenas a manutenção das notas de discussão e remissão – pelo mesmo motivo anterior – colocadas ao fim de cada capítulo ou seção de capítulo.

O ECLETISMO

1.1. ECLETISMO

De todos os períodos da história da arquitetura brasileira, talvez o mais polêmico e discutível seja o eclético. No entanto, para a compreensão da arquitetura pelotense, mostra-se fundamental o resgate do seu verdadeiro significado, do seu valor, e do seu alcance em termos regionais. Definir o conceito de ecletismo a ser adotado e abordar momentos marcantes de sua evolução, como a questão neoclássica ou a neocolonial, são os objetivos desta seção de capítulo. Para isso, o ecletismo, parafraseando Annateresa FABRIS, será analisado "a partir dos mais diversos pontos de vista, que não se excluem, pois, mesmo na polêmica, dialogam entre si, fornecendo um panorama articulado dum fenômeno, que transcendeu a arquitetura e as artes, para caracterizar a própria mentalidade duma época" (1987, 7).

A história da arquitetura em geral e a história da arquitetura brasileira de um modo específico estão repletas de lacunas que dificultam seu entendimento e que geraram, intencionalmente ou não, uma série de preconceitos sobre períodos de sua evolução materializada em obras de arquitetura.

Quando se quer interpretar e conhecer determinados acontecimentos que marcaram períodos de nossa história, no caso a arquitetura brasileira do século XX, é fundamental que se retome os momentos mais remotos nos quais se manifestaram os prenúncios das mudanças que vieram a concretizar e permitir o desenvolvimento de uma arquitetura, chamada moderna, no Brasil.

Segundo o professor Luciano PATETTA (1987, 10), nas últimas décadas, pelo menos dois fatores vêm estimulando uma reavaliação crítica da história da arquitetura: primeiro, o aprofundamento das questões relacionadas com o problema da proteção e restauração do patrimônio cultural; e segundo, a crise do urbanismo e da arquitetura do chamado "Movimento Moderno".

O importante é constatar que, pouco a pouco, a própria crítica de arquitetura tem demonstrado que períodos antes "condenados", hoje estão no centro das discussões e mostram-se fundamentais para o entendimento sobre o que foi o "Movimento Moderno" ou sobre o que se deve preservar nos nossos centros urbanos ou centros históricos.

Um exemplo significativo desta espécie de retomada crítica é "Changing Ideals in Modern Architecture" (1967) de Peter COLLINS. Nesta obra, o autor busca reabilitar um período formativo, chamado *ecletico*, e que, segundo demonstra comparado com a arquitetura produzida no século passado, foi habitualmente esquecido neste século por arquitetos e historiadores.

Isso se reflete, ainda hoje, em definições disponíveis em dicionários gerais e específicos. Para Walter BRUGGER, denomina-se ecletismo "a atitude intelectual dos filósofos que se limitam a examinar os resultados do pensamento alheio, escolhendo o que lhes afigura verdadeiro e valioso, sem se darem ao trabalho de reunir num todo acabado os

fragmentos recolhidos" (1977, 148). Já Aurélio Buarque de HOLANDA avança na definição quando admite que através do ecletismo pode-se chegar a uma "*unidade superior criadora*" (s.d., 497). Neste sentido, o ecletismo, para ambos os autores, é tratado como método, ou seja, um caminho para se chegar a um determinado resultado. Vem daí a necessidade, por parte de críticos e historiadores, de estabelecer, através de juízos de valores, a qualidade do produto final gerado pelo método eclético.

A definição existente no Dicionário da Arquitetura Brasileira (CORONA e LEMOS, 1972, 177) é basicamente reflexo de um juízo de valores: "movimento ou tendência resultante da falta de originalidade e de caráter na obra arquitetônica" condensando, dessa maneira, *todas* as obras resultantes do método eclético (1).

Günter WEIMER (1989) foi mais a fundo na questão, e explica que o desprezo pelo ecletismo tem origens históricas, e que está vinculado, entre outras coisas, à má interpretação do conceito de imitação, segundo definido pelos principais teóricos que promoveram o estudo, a revisão e o retorno às culturas greco-romanas.

Para Johann J. WINCKELMANN, um dos preconizadores do ideal de beleza fundamentado nas obras gregas – difundido por todo o século XVIII – "*o único meio de nos tornarmos grandes, e se possível, inimitáveis, é imitar os antigos*" (Apud. WEIMER, 1989, B17). Diz ainda WINCKELMANN:

"A imitação do belo na natureza concerne ou bem a um objeto único ou então reúne as notas de diversos objetos particulares e faz delas um único todo. O primeiro processo implica fazer uma cópia semelhante, um retrato...! O segundo é o caminho que leva ao belo universal e suas imagens ideais; esse foi o seguido pelos gregos" (Apud. WEIMER, 1989, B17).

Logo, o caminho que conduz ao belo universal é o que "reúne as notas de diversos objetos particulares e faz delas um único todo"; como já foi visto, esse caminho, ou método, foi definido como eclético. Por fim, para WEIMER, o problema consiste na "falsa opinião de que essa imitação teria sido apenas mecânica", que acrescida da necessidade de afirmação da arquitetura do "Movimento Moderno", levou e tem levado muitos críticos a desprezar o ecletismo.

Aurélio LUCCHINI, diretor do Instituto de História da Arquitetura do Uruguai, diz que falar em ecletismo significa enfrentar um problema particularmente complexo devido à multivalência conceitual existente no termo. Para ele, uma das causas dessa

complexidade "responde às variadas vinculações estabelecidas no campo ideológico entre a arquitetura e a filosofia, cujo quadro complexo é na realidade, refletido por esta sobre aquela" (1969, 41).

Há três usos básicos e distintos para o termo ECLETISMO: num sentido classificatório geral, quando se refere ao período em sua totalidade, equivalendo a uma pluralidade de tendências estilísticas; num sentido classificatório particular, quando aplicado à obra de um arquiteto, desde que constituída de edifícios, cada um dos quais corresponda um modo formal distinto; e num terceiro sentido, quando define uma obra resultante da síntese conseguinte de formas extraídas, cada uma delas, de estilos diferentes (LUCCHINI, 1969, 41). O que se chama de "síntese conseguinte de formas extraídas do passado" nada mais é do que o "método eclético" já mencionado e definido por outros autores.

Uma vez entendido como um método que permite que os mais variados elementos lexicais, extraídos de todas as épocas e regiões, possam ser recompostos de diferentes maneiras, de acordo com princípios ideológicos, dando origem à obras novas, o ecletismo foi subdividido (PATETTA, 1987, 14) em três correntes principais:

1ª) A DA COMPOSIÇÃO ESTILÍSTICA

Ou Ecletismo Historicista (LEMOS, 1987a, 75), que contempla a adoção imitativa de formas que, no passado, haviam pertencido a um estilo arquitetônico único e preciso. Engloba as construções chamadas neoclássicas, neogóticas, neoegípcias, neo-românticas, neomouriscas, neomanoelinas, entre outras.

2ª) A DO HISTORICISMO TIPOLÓGICO

Ou Ecletismo Tipológico, que implica em escolhas prévias de cunho analógico ou de referências que orientam o estilo quanto à finalidade a que se destina o edifício a ser construído. Neste sentido, surgiram templos identificados com a Idade Média; edifícios públicos, com a Renascença; museus, com o classicismo coríntio; teatros, com o barroco; entre outras relações.

3ª) A DOS PASTICHES COMPOSITIVOS

Ou Ecletismo Deliberado, que se caracteriza por soluções estilísticas até então inéditas, tanto no terreno da invenção quanto da mistura de elementos arquitetônico,

gerando obras únicas. Inclui as chamadas "colagens imaginosas" (LEMOS, 1987a, 75), resultantes da composição intencional de elementos de repertórios estilísticos diversos.

O ecletismo europeu só pode ser completamente compreendido se considerarmos duas questões básicas. Primeiro deve ser encarado como manifestação de uma classe burguesa que se afirma no poder e necessitava criar seus próprios códigos formais, contrapondo-os aos valores da classe dominante.

"O interesse da burguesia pelo passado histórico possui uma justificativa ideológica: através do uso da história, a nova classe dominante se contrapõe ao progresso linear da nobreza feudal e justifica sua existência como consequência de um processo que transcende além das origens da nobreza de sangue. Se a nobreza havia torjado sua história, a burguesia se apodera de TODA a história" (SEGRE, 1985, 68) – grifo nosso.

Segundo, deve ser encarado como resultado do "relativismo histórico", pois diz respeito ao uso dos códigos do passado e a sua relação com o "conhecimento histórico".

"Sempre que se chega ao convencimento de que os códigos estéticos são produto de determinada fase da história, eles se impõem e tornam-se disponíveis para nós. Não é o caso de copiá-los, de precisar imitá-los, mas sim, de poder empregá-los, por que se tornaram justificáveis em sua própria época, porque foram estudados em si e para si como linguagem equivalente a outros códigos, de outras épocas" (COLQUHOUN, 1978, 84).

Neste sentido o ecletismo desfruta da possibilidade – livre de problemas morais – de permitir a utilização, ou a reutilização, da arquitetura do passado em um sentido representativo ou evocativo, para afirmar os valores de uma classe em ascensão e legitimar o seu êxito social.

Nelson Werneck SODRÉ, no livro "Síntese de História da Cultura Brasileira" (1989) – alertando para o sentido didático e problemático do recurso das repartições no tempo de complexos processos históricos – dividiu o desenvolvimento da cultura brasileira (ao longo de toda a sua evolução) em três etapas distintas: uma primeira chamada de "*cultura colonial*", que vai do descobrimento a 1750; uma segunda chamada de "*cultura de transição*", que vai de 1750 a 1930; e uma terceira e última etapa chamada de "*cultura nacional*", que teve início em 1930.

Mesmo sob o risco de erros de abordagens e de generalizações forçadas ao se analisarem quase quinhentos anos de história divididos em apenas três intervalos didáticos, Werneck SODRÉ adotou como critério principal para essa divisão o surgimento e a

evolução das classes sociais no país. Desça forma, o primeiro período foi caracterizado pela existência de uma *classe dominante escravista* (formada por senhores de escravos ou de servos); o segundo, pela ainda existente classe dominante escravista e pelo aparecimento de uma camada intermediária, a *pequena burguesia*; e o terceiro, pelo domínio definitivo da *burguesia*, com o alastramento das relações capitalistas (SODRÉ, 1989, 8).

Como o objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução da arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40 (o que equivale ao terceiro período de SODRÉ), e o particular deste capítulo é estudar a manifestação do ecletismo como processo de amadurecimento das idéias que logo germinaram no "Movimento Moderno" e que já foi definido como método e entendido como "manifestação de uma classe burguesa em ascensão", parece interessante adotar o grande esquema didático proposto por SODRÉ.

Para este autor o Brasil é antes de mais nada, de uma civilização transplantada" (1989, 4), pois como aqui nada se produzia originalmente que pudesse interessar do surto mercantil da época (2) foi necessário montar, criar e transplantar para a colônia o sistema de produção de bens capazes de garantir a efetiva incorporação do Brasil no mercado mundial (de recursos materiais aos humanos, como os escravos e seus senhores), o que configurou, nas palavras de Sérgio Buarque de HOLANDA, o "único esforço eficaz, e em grande escala, de transplante da cultura européia a uma terra de clima tropical e subtropical" (3).

"Numa produção transplantada, e montada em grande escala para atender exigências externas, surge naturalmente uma cultura também transplantada" (SODRÉ, 1989, 5).

Tratava-se de uma cultura em formação, profundamente adaptada ao nosso meio social e natural, portanto enriquecida de características originais. O primeiro período foi marcado pela persiguição às comunidades indígenas nativas – e de negação de seus valores intrínsecos – bem como pela escassa vida urbana, pela ocupação litorânea – em detrimento do interior do país – pelo isolamento entre as diferentes zonas de produção e pelo predomínio intelectual das ordens religiosas. Os colonizadores e, mais tarde, povoadores, enfrentaram todo o tipo de dificuldades materiais, acabaram privilegiando as necessidades primordiais ligadas à sobrevivência, das quais não fazia parte o desenvolvimento cultural, ou o estímulo às atividades culturais.

"As condições objetivas desfavoreciam, assim, a atividade cultural, relegada a plano secundaríssimo. A classe dominante não necessitava dela, e a classe dominada não a podia sustentar. Daí a vigência, nessa fase inicial, de uma *disciplina escolástica, verbalista e dogmática*, e que resume o trabalho da inteligência à subalternidade daquilo que se destina apenas a 'preencher os ócios de desocupados', próprio do homem 'desinteressado das idéias e tão facilmente impressionável e sujeito ao encanto da forma, ao aparato da linguagem e às pompas da erudição'" (SODRÉ, 1989, 17) – grifo nosso.

Uma série de fatores entre os quais o surgimento de um mercado e um comércio internos, o desenvolvimento do aparelho de Estado e o início da vida urbana – a partir de meados do século XVIII, contribuíram para o aparecimento de uma camada social intermediária à classe dos senhores e a dos escravos: a pequena burguesia. A ela coube, além de se constituir núcleo da ideologia burguesa em ascensão, "transplantar os valores estéticos oriundos do avanço da burguesia do Ocidente europeu" (SODRÉ, 1989, 24).

O desenvolvimento artístico-cultural brasileiro, acelerou-se de maneira constante durante o século XVIII, "com a arquitetura religiosa e as artes anexas postas a serviço da decoração interior dos templos, inspiradas uma e outras no espírito barroco, então dominante na Europa" (F. AZEVEDO, 1958, 200).

Uma vez na colônia, o barroco, transplantado via Portugal, tomou ares novos, sendo ele refeito, renovado e reelaborado, "gerando uma arte com traços originais", marcada pelas características locais e diferenças regionais.

A difusão de uma arquitetura barroca em todo o país veio a ser interrompida, já no início do século XIX, pela chegada da Corte ao Brasil, configurando o que Ramón GUTIERREZ chamou de ruptura do processo de formação cultural" (1989, 62).

"No Brasil do início do século XIX já estavam cimentadas as principais características definidas no correr do período colonial. Predominava uma sociedade concentrada em determinados pontos do litoral, dispersa em outros e rarefeita no interior [...] predominava o sistema de vida agrário. A sociedade urbana era mero prolongamento da sociedade rural num ambiente de maior concentração populacional. Os 'homens bons' que constituíam, habitualmente, as câmaras municipais vinham da elite agrária ou eram seus porta-vozes... O Brasil tinha pouca consciência de si" (LOPEZ, 1982, 13).

Em 1808, sob a proteção inglesa e fugindo das tropas napoleônicas, D. João VI – Príncipe Regente de Portugal – viu-se obrigado a transferir sua Corte para o Brasil. De oito a quinze mil pessoas desembarcaram no Rio de Janeiro, uma pequena aldeia

colonial tornada capital por força dos interesses gerados pela mineração. Corte que logo passou a exigir suas regalias, necessitar de palácios e locais para o trabalho administrativo e burocrático, bem como, buscar diversão e novos passatempos. "Trouxeram consigo luxos ignorados, prazeres desconhecidos na cidadezinha rústica e primitiva" (POMER, 1981, 87) e chocaram-se com o que encontraram...

A primeira medida tomada por D. João VI em solo brasileiro foi decretar, ainda em 1808, a abertura dos portos às "nações amigas", beneficiando principalmente a Inglaterra. Assim, foi suprimido o monopólio de comércio e de navegação e, da mesma maneira, o Brasil tornou-se sede do reino e "sede" do comércio, integrado no mercado mundial.

"Com uma indústria em busca da ampliação de mercado, a abertura dos portos representou para os ingleses, a chance de escoar, para o Brasil, uma produção excedente cuja aquisição pela Europa estava interdita em face ao bloqueio napoleônico. O Brasil ficou abarrotado de artigos britânicos, muitos dos quais absolutamente inúteis" (LOPEZ, 1982, 18) – grifo nosso.

Se o favorecimento comercial inglês foi uma consequência imediata da vinda da família real, o acesso a novas mercadorias, equipamentos e tecnologia é outra, refletindo-se enormemente no campo da arquitetura. Uma vez no Brasil, foi necessário criar um "sistema funcional e simbólico que identificasse a presença de uma corte nacional" (SEGRE, 1991, 69). Esse sistema manifestou-se através da construção de edifícios monumentais, da renovação urbana do Rio colonial, do incentivo à atividade científica de conhecimento do país e do impulso a atividades culturais de grande alcance e ligadas à transferência de modelos europeus (organização da Capela Real; fundação da Real Biblioteca, do Real Museu e do Horto Real; criação do Observatório Astronômico e a contratação da Missão Francesa, em 1816).

Tratou-se imediatamente de "modernizar" nossos principais centros urbanos, acabar com a falta de higiene das cidades, substituir os balcões de madeira, as treliças, as rótulas, as gelosias, as urupemas, os toldos e os velhos beirais por grades de ferro fundido, vidros planos, chapas de cobre, condutores, calhas e platibandas. Deu-se um basta às velhas soluções e tipologias já consagradas e testadas e se adotou ou se impôs um novo estilo arquitetônico.

Ainda dentro do processo de criação de um "sistema funcional e simbólico" representativo da corte, em 1816 chegou ao Brasil a chamada "Missão Francesa", com o objetivo de aqui fundar a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, futura Academia de Belas Artes (1826).

"A missão francesa tornou-se o acontecimento central da época e marcou, desde as suas primeiras atividades, a ruptura, sob as influências de uma concepção nova, da arte de tradição colonial, de origem portuguesa, e o conflito entre a arte de expressão litúrgica e o laicismo francês, importado pela missão" (F. AZEVEDO, 1958, 215).

A missão era chefiada por Joaquim LEBRETON, ex-diretor da Academia de Belas Artes francesa, e composta por Jean Baptiste DEBRET, Nicolas Antoine TAUNAY, Auguste Marie TAUNAY, Charles Simon PRADIER, François OVIDE, Ségismund NEUKOMM e Auguste Henri Victor *GRANDEJEAN DE MONTIGNY*, entre outros. "O peso de um grupo de artistas desse porte, operando por força do aparelho oficial de transmissão sistemática de cultura, viria interromper a tradição da arte colonial" (SODRÉ, 1989, 34) e garantir a implantação definitiva de novos sistemas e padrões estéticos no Brasil, principalmente o "neoclassicismo" dito ortodoxo – já que desde o final do século XVIII existiram construções baseadas nos modelos do "novo classicismo". Se antes, do Pará ao Rio Grande do Sul, foram construídos vários edifícios que reproduziram os padrões "neoclássicos" – fruto do gosto e da ação isolada de alguns engenheiros e arquitetos – é só partir da vinda da família real e da ação da missão francesa, que a tradição neoclássica é assumida como linguagem e gosto oficial, identificada com a presença da corte e com o espírito de modernidade e modernização imprimidos por D. João VI, e que se contrapôs ao estágio colonial anterior.

A opção pela adoção de uma arquitetura baseada na tradição neoclássica no Brasil não representou uma resposta às supostas leis eterna beleza, segundo uma vertente estética capitaneada, na Europa, por WINCKELMANN; ou "invocam razões de conteúdo" (BENÉVOLO, 1976, 63), segundo uma vertente puramente ideológica; mas sim demonstram mais uma imposição da moda, dentro de uma vertente técnica, ou empírica, como a denominou Leonardo BENÉVOLO:

"...para a maioria dos construtores, o neoclassicismo é uma mera convenção, à qual não é atribuído qualquer significado especial, mas que permite abstrair os problemas formais, deixando-os de lado, a fim de

desenvolver de modo analítico, com o requer a cultura técnica da época, os problemas práticos de distribuição e construção, e que podem ser chamados de neoclassismo empírico" (BENÉVOLO, 1976, 64) – grifo nosso.

Parece muito importante e não gratuita a utilização da expressão "uma mera convenção", pois representa tudo aquilo que "é tacitamente aceito, por uso ou geral consentimento", ou seja, os padrões neoclássicos são aqui aceitos e difundidos por estarem na moda (4), e por representarem o gosto da cultura oficial, da minoria erudita, da classe dominante em contraposição ao gosto da cultura popular, da maioria analfabeta e da classe dominada. Numa nítida relação entre a arquitetura neoclássica-academista assumida pelos primeiros e uma arquitetura colonial, barroca e vernacular propagada pelos segundos.

Werneck SODRÉ argumenta que, como a atividade intelectual e cultural chegou demasiadamente tarde na colônia, acabou se tornando uma "via de acesso social/.../que permitia o acesso às funções não maculadas pelo trabalho físico e por isso próprias para resguardar o decoro de cada um" (1989, 36), no mesmo sentido, morar em uma casa "neoclássica", ou de "fachada neoclássica" ou de "gosto neoclássica" (já que por longo tempo foram mantidos padrões de construção e distribuição coloniais), significava ter, ou pretender ter, um novo status, sempre identificado com os padrões da classe imediatamente superior. Tal fato explica, em parte, a grande difusão do "neoclassicismo" em todo o Brasil em suas versões "oficial" e "provinciana", conforme definição de Nestor Goulart REIS FILHO (1978).

Segundo o que ficou definido no início deste capítulo, é possível distinguir pelo menos três correntes principais identificadas com a evolução do ecletismo: o ecletismo historicista, o ecletismo tipológico e o ecletismo deliberado.

O ecletismo historicista, como foi visto, "contempla a adoção imitativa de formas que, no passado, haviam pertencido a um estilo arquitetônico único e preciso". Andrés CHAMPION explica que o "insólito no período não é o retorno ao passado" – fato que ocorreu em outros momentos, especialmente naquele que foi denominado de Renascimento (por sua unicidade, permanência e enraizamento cultural) – mas sim a "simultaneidade e concorrência constante de vários RENASCIMENTOS, nenhum dos quais chegando a afirmar-se como estilo da época" (1980, 46).

Logo, uma vez aceita essa premissa, é possível concluir que o chamado NEOCLASSICISMO difundido no Brasil, na medida em que adotava, como modelo, a

arquitetura de um período passado, é ECLETISMO. Alguns dos principais autores nacionais concordam, inclusive por outros motivos, com essa afirmação: Carlos LEMOS coloca o "neoclassicismo" como o primeiro grupo das construções ecléticas brasileiras" (1987a, 74); para Yves BRUAND, "o que se convencionou chamar de neoclassicismo, na realidade não passa de uma forma de ecletismo" (1981, 33); e para Günther WEIMER, "não existiu um estilo 'neoclássico verdadeiro' que esteve transpassado de 'ecletismo' desde o começo" (1989, B13).

Manteremos a denominação "neoclássico" apenas para identificar a origem dos modelos recuperados pelo método eclético e distinguir os prédios resultantes dessa "recuperação" de outros que serão chamados de "neogóticos", "neo-românticos", "mouriscos" e "neocoloniais", e que começaram a dispor por todo o país, como resposta a uma série de mudanças pela qual passou o Brasil, a partir de meados do século passado.

"As duas últimas décadas do séc. XIX e a parte do século XX que antecede a primeira Guerra Mundial constituem uma fase muito importante da história brasileira e também da história da burguesia em nosso país. Esta nova classe, realmente, emerge no conjunto da sociedade nessa passagem entre um e outro século, surgindo com dimensões nítidas logo após o conflito geral... É uma fase de grandes transformações, no Brasil. No conjunto, essas transformações representam o esforço da economia brasileira para adaptar-se às condições geradas pelo advento do imperialismo no mundo. Pela sua profundidade, encontram reflexos no plano político: começaram logo após a guerra do Paraguai; aparece o manifesto dos republicanos, desencadeia-se o processo de liquidação do escravismo, surgem as grandes questões nacionais e as grandes reformas, inclusive a do regime" (SODRÉ, 1967, 155).

Tais transformações encontraram também, reflexos no campo cultural e arquitetônico – diretamente influenciado pelas mudanças das relações de trabalho, pelo aumento do comércio interno e externo, pelo início da industrialização e pela maior disponibilidade de capitais. "Acompanhando esses atos, que não são fortuitos.../verifica-se a luta entre o NOVO e o VELHO no Brasil dos fins do século XIX, entre uma classe tradicional, com seus privilégios ancorados na época da colônia, e uma classe que, engendrada nas entranhas daquela, começa a definir o seu papel e a ganhar corpo a cada momento" (SODRÉ, 1967, 156). O NOVO, em arquitetura, indicava a volta ao passado, não apenas ao passado clássico – apropriado e dominado pela classe que a burguesia vinha a substituir – mas todas as manifestações artísticas que pudessem vir a legitimar o seu êxito

social. "Tendo à sua disposição o vasto repertório arquitetônico do passado, os homens de meado do século XIX escolheram tudo..." (FABRIS, 1987, 283), apoderaram-se de toda a história. Ocorreu um gradual abandono do ecletismo historicista e uma constante substituição por um *tipológico* e por outro *deliberado*. O primeiro buscando enfatizar o caráter relativo de cada prédio, ou seja, que cada edifício seja reconhecível a partir da finalidade para qual foi construído; e o segundo valorizando o caráter distintivo das edificações, ou seja, a originalidade e a individualidade da obra imaginada e construída como única.

"A volta ao passado é, paradoxalmente, o índice da modernidade do homem eclético: os revivals sucessivos que propõe a si próprio não são nem conservadores nem reacionários, embora reajam contra a noção contemporânea de história. Não são conservadores porque são antitradicionalistas; não são reacionários porque não buscam princípios de autoridade absolutos e imutáveis. Não desejam restaurar nada porque a volta ao passado não implica uma recuperação de valores, estando sujeitos, ao contrário, aos ritmos da moda, ao padrão de consumo da produção industrial, cujos novos materiais integram-se em sua arquitetura fantasiosa" (FABRIS, 1987, 284).

O uso deliberado de formas identificadas com os mais remotos e diferentes períodos da história da arte (egípcios, gregos, romanos, bizantinos, românicos, góticos, renascentistas, barrocos etc) e com as mais exóticas culturas ou formas de viver (chinesas, normandas, suíças, alpinas, bávaras etc), mostrou-se inadequado às condições ambientais locais, porém, permitiu uma grande aproximação e uma decorrente grande difusão dessa arquitetura entre as massas imigrantes, que viam nela marcas e traços de algumas tradições culturais nativas.

A partir da década de dez do nosso século começaram a despontar críticas à arquitetura resultante do método eclético praticada por todo o país – com melhor ou pior qualidade, dependendo da capacidade dos construtores de manejar os inúmeros códigos estéticos à sua disposição. Dentro desse quadro de contraposição foi lançada a idéia do resgate da arquitetura colonial nacional, "como reação à invasão de numerosos estilos estrangeiros e ainda como oposição ao modernismo que se afigurava" (VERÍSSIMO, 1983, IV). Ao contrário das demais manifestações ecléticas, o movimento da arquitetura NEOCOLONIAL foi absolutamente conservador e reacionário. Conservador, porque se manteve dentro do sistema acadêmico, propondo apenas uma substituição formal de um

estilo por outro – dito nacional; e reacionário, na medida em que, antecipando-se à transformação mais radical que apontava para a arquitetura moderna, apresentou-se como opção conciliatória, não "traumatizante" e nacionalista. Com essa proposta, a arquitetura neocolonial passou a ser a OFICIAL do país, reproduzida em inúmeros prédios públicos por todo Brasil. "No Rio Grande do Sul, só encontraria plena aceitação da década de 30 e seu período áureo correspondeu aos anos da II Guerra Mundial" (WEIMER, 1989, B43), porém o primeiro prédio neocolonial construído em Pelotas é de 1924, uma residência para o Sr. Mascaranhas Jr., por Alberto CALEIRO à rua Gal. Telles, entre XV de Novembro e Andrade Neves.

Apesar do seu cunho nacionalista, e por propagar a adoção, em todos os países latino-americanos, de "estilos nacionais", o movimento constituiu-se em um "instrumento da incidência cultural norte-americana na região" (SEGRE, 1991, 124) difundindo um número considerável de novos estilos como o "mission style", o "californiano", o "mexicano" ou o "spanish renaissance".

Por outro lado, duas das mais importantes conseqüências do movimento colonial, e que abriram uma perspectiva concreta para a renovação definitiva da arquitetura brasileira – que acabou por desembocar no Movimento Moderno – são a idéia de se poder construir uma arquitetura nacional – distante das manifestações saudosistas e mecânicas – adaptada às necessidades dos novos tempos e edificada com as técnicas construtivas contemporâneas, respondendo aos condicionantes climáticos e culturais; e a ligação da arquitetura e o Estado, sendo este patrocinador e aquela instrumento ideológico e de cooptação nacional.

Por fim, estavam lançadas as premissas para uma renovação mais profunda que viria acontecer durante a década de 30. Graças ao movimento neocolonial foi aberta a possibilidade para alguns arquitetos revisarem a sua prática arquitetural; assumirem aspectos essenciais da nacionalidade (como o nosso clima, nossa vegetação, nossos costumes, nossa cultura); desenvolverem estudos importantes para a compreensão da arquitetura do passado; e buscarem uma determinada "unidade estilística" que só foi obtida após e através do lento processo de depuração, seleção e recriação das teorias, modas e estilos que se apresentaram durante todo o período eclético, e que acabou desembocando em uma arquitetura, sem dúvida alguma, moderna, histórica e nacional.

NOTAS:

1. Em publicações mais recentes como "Arquitetura Brasileira" (1979), "Eclétismo em São Paulo" (1987) e "Alvenaria Burguesa" (1989), Carlos LEMOS vem constantemente reavaliando sua posição frente à questão eclética.
2. O que diferencia a origem colonial do Brasil das outras áreas coloniais, nas quais já existia produção e comércio.
3. Citação retirada da página inicial da versão espanhola de "Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de HOLANDA. Editada pela Fondo de Cultura Económica, s.d. (HOLANDA, 1971. s.p.)
4. Moda transplantada da Europa pela Corte, difundida e controlada pela missão francesa e, mais tarde, pela Academia de Belas Artes e concretizada graças aos avanços e inovações tecnológicas introduzidas principalmente pela Inglaterra.

A ARQUITETURA MODERNA

NO BRASIL

1.2 ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

No Brasil, a gramática de Le Corbusier e internacional foi digerida e enriquecida, definindo as qualidades de um estilo nacional de fazer arquitetura moderna. A partir da sua consagração no exterior, a arquitetura elaborada pelos "cariocas" – realizada dos anos 30 deste século até a construção de Brasília, e identificada como "vertente corbusiana" – passou a ser sinônimo da Arquitetura Moderna Brasileira, em detrimento de outras arquiteturas e de outros arquitetos. "Falar em Arquitetura Moderna Brasileira é falar no Rio de Janeiro, no grupo capitaneado por Lúcio Costa e do genial Oscar Niemeyer", de modo que a partir dessa falsa premissa foi montada uma história da arquitetura moderna brasileira. Nesse sentido, o objetivo desta seção de capítulo é questionar a maneira como, sistematicamente, vem sendo apresentada e analisada a evolução da arquitetura moderna no Brasil; é compreender quais os fatores que garantiram aos arquitetos identificados com a "vertente corbusiana" a hegemonia sobre as demais produções arquitetônicas de outros estados e regiões; e, finalmente, é caracterizar essa arquitetura.

"O ranço positivista ainda arraigado, especialmente nas correntes mais doutrinárias, esforça-se por fazer da historiografia um encadeamento perfeito das causas e efeitos que se sucedem ordeiramente em direção a uma escatologia, justificando e referendando posições ou posturas que advogam como excludentemente corretas e coerentes com as circunstâncias dadas. O sucedido que não se encaixa nessa ordenação é negligenciado ou mesmo escamoteado, até que novas revisões da historiografia recuperem outra vez parcelas daquilo que intencionalmente havia sido relegado" (R. AZEVEDO, 1989, 88).

Tal qual como foi visto e comprovado quando se tratou da problemática eclética, a historiografia da arquitetura moderna brasileira também está cheia de lacunas que acabam dificultando o seu entendimento. Estas lacunas ficam evidentes quando tanto críticos como historiadores são obrigados a mencionar arquitetos cuja obra não se enquadra dentro da linha evolutiva ("encadeamento perfeito de causas e efeitos que se sucedem"), montada por essa mesma historiografia; o que tem gerado a necessidade da criação de "classificações" e de "qualificações" que tentam explicar o mal-explicado, valorizar o menosprezado e recuperar o escamoteado.

Hugo SEGAWA, por exemplo, ao se referir à arquitetura de Hélio de Queiroz Duarte, o chama de "herói desconhecido", invocando a "nossa absoluta negligência em resgatar o que foi o projeto da arquitetura moderna em suas *vertentes menos badaladas*" (1990, 51) – grifo nosso.

Se, por um lado, SEGAWA admite a existência de OUTRAS arquiteturas modernas no Brasil, elaboradas pelos DESCONHECIDOS; por outro, cai na velha tradição de que a arquitetura (e a história) é feita de heróis. E são os escolhidos heróis somados dos fatos e momentos "significativos", que formam a "linha evolutiva" de nossa arquitetura. Neste sentido é importante salientar que cabe ao historiador compreender que os fatos, inclusive os tidos como significativos, nada mais são do que a parte superficial da história – e que cair na simples coleção e descrição destes, é fazer crônica e não história, que deve ir em busca da realidade cultural no estado profundo do qual surgem tais fatos (CHAMPION, 1980, 15).

A "linha evolutiva" da arquitetura moderna brasileira foi elaborada a partir de trabalhos de "percursores" que buscavam a valorização de movimentos arquitetônicos pontuais e passados (Luis Sáia, Sylvio Vasconcelos e Lúcio Costa) e, principalmente, por críticos e historiadores que, como diz Roberto SEGRE, "sofreram a influência da renovação metodológica que se produz na Europa e Estados Unidos em concomitância com a difusão do Movimento Moderno" (1991, 23): Henrique Mindlin, Carlos Lemos, Nestor Goulart Reis Filho, Paulo Santos e Yves Bruand (que elaborou o "manual" mais importante – do ponto de vista de referência – da arquitetura contemporânea brasileira).

"...eles assumem uma posição que privilegia os atributos formais e espaciais e mantêm um vínculo estreito com as categorias elaboradas nos centros desenvolvidos e aplicadas aos exemplos paradigmáticos da cultura dominante" (SEGRE, 1991, 23).

Ricardo M. de AZEVEDO (1989, 88), no texto "Sobre a Historiografia", buscando demonstrar a fragilidade (ou a superficialidade) da história da arquitetura brasileira, da maneira como é apresentada, listou os sucessivos momentos dessa "linha evolutiva" aqui referida:

- 1° – a produção antecipatória de alguns pioneiros;
- 2° – a influência decisiva de Le Corbusier;
- 3° – o talento "natural" de nossos arquitetos e a propensão do país para a modernidade;
- 4° – o reconhecimento nacional que avaliza a capacidade e o "gênio" de nossos arquitetos;
- 5° – a originalidade da "Escola Paulista" que politiza as questões arquitetônicas;
- 6° – o aparecimento de escolas regionais inspiradas sobretudo nos "cariocas";
- 7° – a euforia do período Kubitschek e a importância de Brasília, onde a arquitetura viria a se reconciliar com a função social;
- 8° – o acalorado debate e a intensa experimentação nos primeiros anos 60;
- 9° – o "toque de recolher" imposto pela ditadura militar.

Ao fim, o próprio autor conclui o óbvio: que "esse quadro não é necessariamente incorreto, mas é incompleto". É incompleto porque está preferencialmente baseado na produção dos arquitetos cariocas, fez uma concessão aos

paulistas e seguiu os passos de Niemeyer até Brasília; ou seja, porque desconsiderou a diversidade cultural e geográfica do país, forjando uma única leitura de toda a história arquitetônica do Brasil.

"Desse quadro pretende-se decorrer que a verdadeira arquitetura moderna brasileira, anunciada em determinado momento, não pôde atingir sua plenitude em virtude de cerceamentos políticos somados a uma ordem social injusta que não veio a ser revertida devido à violência plutocrática e contra-revolucionária, agravando disparidades, além de perpetuar privilégios" (R. AZEVEDO, 1989, 88).

Neste caso, a historiografia passou a adotar uma postura tanto maniqueísta quanto errada. Não se pode falar da arquitetura produzida pelo "grupo carioca" e capitaneada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer até 1957, como apenas um "prenúncio", uma "anunciação" de uma verdadeira arquitetura brasileira, cujo "êxtase", parece, estaria em Brasília. Aqui temos arquiteturas diferentes, produzidas em épocas e contextos, também, diferentes. Neste sentido, como diz Ruth Verde ZEIN (s.d. 17): "estabelecer uma relação demasiado direta e mecanicista entre os acontecimentos políticos e econômicos e as posturas estéticas da arquitetura seria ignorar as especificidades dessas duas esferas".

É inegável a importância da contribuição dos "arquitetos cariocas" para a evolução da arquitetura nacional. É necessário mesmo se reconhecer que, do período imediato do pós-guerra até 1954, foi a produção desse grupo seletivo, a mais significativa e inovadora entre todo o espectro das construções brasileiras do mesmo período, o que tem – muitas vezes – justificado a convenção de se chamar de "Arquitetura Moderna Brasileira" unicamente esses trabalhos. Neste sentido, é necessário compreender quais os fatores que garantiram aos "arquitetos cariocas" essa hegemonia sobre os das demais regiões do país.

Primeiro: a inegável qualidade da arquitetura elaborada, o que é facilmente constatável através da seguinte listagem: o Ministério da Educação e Saúde (1936-43), a Associação Brasileira de Imprensa (1936-38), o Aeroporto Santos Dumont (1937-44), o Pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Nova York (1939), a Estação de Hidroviões (1937-38), o Grande Hotel de Ouro Preto (1940), o conjunto de Pampulha (1942-43), o Hotel do Parque São Clemente em Nova Friburgo (1944), os prédios do Parque Guinle (1948-54), entre outros.

Segundo: a manutenção de uma tradição arquitetônica erudita, que se oficializou com a vinda, em 1816, do arquiteto francês Grandjean de Montigny, e se

perpetuou a partir da fundação da Academia Imperial de Belas Artes, em 1826, e da primeira escola de arquitetura do Brasil, em 1827. O que garantiu ao Rio de Janeiro, além de capital do país, o status de pólo irradiador do gosto oficial ou do "bom gosto" arquitetônico.

Terceiro: a disponibilidade dos arquitetos cariocas e a influência político-administrativa de dirigentes mineiros como Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde de Vargas no período de 1934 a 1945), Rodrigo de Melo Franco de Andrade (fundador e diretor por trinta anos, do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional - SPHAN), Carlos Drummond de Andrade (Chefe de Gabinete do ministro e chefe da seção de História da SPHAN); o paulista Mário de Andrade ("pai" do "modernismo nacional" e diretor do SPHAN-SP) e o pernambucano Manuel Bandeira (Inspetor do Ensino Secundário e membro do conselho do SPHAN). Através da atuação constante dos "mineiros" ou do "grupo do SPHAN" foram garantidas inúmeras oportunidades para o desenvolvimento e afirmação da arquitetura moderna realizada pelos "cariocas", principalmente aquela projetada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Por outro lado, ainda como resultado desta atuação, foi garantido o predomínio das ações da SPHAN sobre as manifestações culturais do barroco mineiro. O que gerou uma distorção historiográfica importante: a existência de dois períodos fundamentais e "exclusivos" na evolução de nossa arquitetura - o "Barroco", de preferência mineiro, cuja figura principal é Aleijadinho; e a "Arquitetura Moderna", estrelada por Oscar Niemeyer, e que pode ser exemplificada através da seguinte citação:

"...a arquitetura brasileira só conhecera dois grandes períodos de atividade criadora: o da arte luso-brasileira dos séculos XVII e XVIII, estudado por Germain Bazin numa tese recente, e o período atual, abordado apenas superficialmente em publicações de caráter documental" (BRUAND, 1981, 7).

A propósito, é possível montar um quadro cronológico da "interferência" oficial junto à evolução da arquitetura nacional:

1. 1930 -- a nomeação de Lúcio Costa para Diretor do ENBA;
2. 1935 -- a iniciativa da construção e a abertura do concurso público para o prédio do MES;
3. 1935 -- o convite para Marcelo Piacentini projetar a Cidade Universitária;

4. 1936 -- a desconsideração do resultado do concurso para o MES e a indicação de Lúcio Costa para elaborar o novo projeto;

5. 1936 -- o convite para Le Corbusier emitir parecer sobre o projeto do MES e da Cidade Universitária;

6. 1937 -- a indicação de Lúcio Costa para coordenar os trabalhos de recuperação das ruínas de São Miguel (RS);

7. 1940 -- a indicação de Oscar Niemeyer para projetar o Grande Hotel de Ouro Preto;

8. 1941 -- a indicação de Oscar Niemeyer para projetar o conjunto da Pampulha.

Quarto: a divulgação estrangeira que acabou avalizando e divulgando internacionalmente a arquitetura elaborada pelo "grupo carioca". Essa contribuição ocorreu em três níveis diferentes mas complementares, começando por uma influência teórico-bibliográfica, que permitiu aos arquitetos brasileiros um entendimento dos principais postulados do "movimento moderno europeu", principalmente das propostas de Le Corbusier, Gropius, Frank Lloyd Wright e Marcello Piacentini. Neste sentido diz Lúcio Costa:

"Estive na Europa de 1926 a 1927 sem tomar nenhum conhecimento desse movimento moderno que havia começado no início dos anos 20 [...] Eu ignorava a própria existência de Le Corbusier.

...nessa época [1931-33] é que tomei conhecimento a fundo, da verdade, de todo esse movimento que havia ocorrido na Europa [...] Ai comecei a tomar conhecimento da obra de Le Corbusier e me apaixonei..." (COSTA, 1987, 146).

Desenvolveu-se também a referida contribuição através de uma série de contatos diretos, ou seja, graças às visitas e palestras que alguns mestres da vanguarda arquitetônica internacional realizaram no Rio e/ou São Paulo: Le Corbusier (1929 e 1936), Frank Lloyd Wright (1931), Eliel Saarinen (1931), Marcello Piacentini (1935) entre outros.

Por fim, traduziu-se na propaganda e na divulgação sem precedentes, no exterior, dos trabalhos de alguns arquitetos brasileiros: a exposição "Brazil Builds" (1943), o livro "The Work of Oscar Niemeyer" (1950), a exposição "Latin America Architecture Since 1945" (1950), a publicação "L'Architecture Moderne au Brésil" na revista *Architecture D'Aujourd'Hui* (1953) e o livro "Modern Architecture in Brazil" (1958).

"As primeiras experiências significativas da arquitetura moderna no Brasil encontraram repercussão mundial por ocasião da exposição BRAZIL BUILDS, organizada pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, em 1943. Essa propaganda pode ser entendida como uma oportunidade única concedida pelos americanos pelo reconhecimento do trabalho então em realização aqui, mas a sua preparação pode ser entendida, também, como uma das peças da 'política de boa vizinhança' que Roosevelt desenvolvia na América Latina para angariar alianças estratégicas no conflito mundial que ocorria na Europa. Getúlio Vargas exercia uma política de 'neutralidade': 'namorava' nazistas e norte-americanos antes do conflito. Graças a esta ambigüidade, o Brasil ganhou Volta Redonda, Coca-Cola, Zé Carioca e BRAZIL BUILDS. E acabou exportando Carmem Miranda e BRAZIL BUILDS" (SEGAWA, 1983, 53).

Para que seja possível uma futura comparação entre a arquitetura desenvolvida pelos "arquitetos cariocas" – identificada com a vertente corbusiana – e a arquitetura desenvolvida pelos arquitetos, engenheiros e construtores licenciados em Pelotas nas décadas de 30 e 40, é necessário, ainda, caracterizar a arquitetura dos primeiros.

Yves BRUAND nas conclusões do seu "Arquitetura Contemporânea no Brasil" (1981, 376-7), de uma maneira bastante geral, listou *nove* características principais da NOVA ARQUITETURA BRASILEIRA, que se desenvolveu de 1900 a 1960. São elas: o uso do concreto como material estrutural por excelência; a preferência por uma obra artesanal, construída in-loco, em detrimento da industrializada ou pré-fabricada; a construção de uma arquitetura inventiva regulada pela razão; a busca de um sentido simbólico nas construções, seja ele identificado com o passado, com a função do edifício, ou com uma concepção social e ideológica; o gosto pela expressão de monumentalidade e a necessidade de afirmação por meio de realizações espetaculares; a exploração intensa das possibilidades formais e plásticas das obras construídas; a vontade absoluta de pureza que garante à arquitetura uma clareza perfeita; a criação de uma arquitetura leve; a riqueza dos elementos decorativos exercida através de revestimentos nobres, da plasticidade dos acessórios e detalhes, da integração com as demais artes e dos efeitos de cor.

No entanto, coube a Carlos Eduardo Dias COMAS, em seus sucessivos textos críticos, definir com uma maior precisão e profundidade o que caracterizou a arquitetura elaborada pelos "cariocas" e por ele chamada de "vertente corbusiana".

Primeiro, é uma arquitetura indiscutivelmente baseada em uma revisão crítica da obra dos mestres europeus, principalmente LE CORBUSIER. Revisão que foi capaz de

gerar uma teoria particular, que superou os problemas e as contradições existentes nos textos e obras que lhe influenciaram e que, ainda, lançou mão de alguns postulados da tradição acadêmica do pensamento francês do século XIX (sobretudo de GUADET e QUATREMÈRE DE QUINCY). Desta maneira, propôs uma ligação entre a modernidade e a tradição. Revisão que negou a procura da universalização da obra arquitetônica, buscando uma constante reafirmação do CARÁTER LOCAL, obtido através de "suas particularidades de planta e elevação e e pela seleção de materiais e revestimentos" (COMAS, 1987a, 24).

Segundo, é uma arquitetura que trabalha sobre um repertório corbusiano – "com sua simultânea afirmação e negação de simetria, da centralidade e da hierarquia, com e seu plano livre e sua seção paralisada, com seus limites geométricos precisos e seus incidentes periféricos informais, com suas inversões e sua tectonicidade e sua utilização de traçados reguladores, com seus jogos de volumes e seus volumes geometricamente unitários" (COMAS, 1987a, 26) – caracterizando-o através do emprego de formas curvas, de elementos de proteção solar, de panos de vidros, rampas, marquises, mezaninos, revestimentos nobres, esculturas, murais etc.

Desta maneira, como foi mencionado, a gramática corbusiana e internacional foi enriquecida, definindo as qualidades de um estilo brasileiro (como queria Lúcio Costa) de fazer uma arquitetura moderna, mas local.

"Essa arquitetura pôde concretizar-se porque a animava um espírito ao mesmo tempo nacionalista e modernizador, universalista e respeitador de tradições, que coincide com as aspirações de cultos funcionários da Revolução de 30 e da ditadura de Getúlio Vargas... Contudo, essa arquitetura não foi manifestação unitária, nem a única arquitetura que se construiu então com o mesmo conjunto de intenções" (COMAS, 1987a, 27) – grifo nosso.

A ARQUITETURA MODERNA

NO RIO GRANDE DO SUL

1.3 A ARQUITETURA MODERNA NO RIO GRANDE DO SUL

O que se convencionou chamar de Arquitetura Moderna Brasileira, embora tenha atingido, em maior ou menor grau, praticamente todos os recantos deste país, não correspondeu a uma manifestação unificada, homogênea ou unitária. Pelo contrário: assumiu, desde meados da década de 20, matizes locais que acabaram por caracterizar tonalidades regionais. O objetivo desta seção de capítulo é exatamente discutir algumas das manifestações, ou vertentes, do que se pode chamar Arquitetura Moderna no Rio Grande do Sul, a partir de uma revisão crítica da bibliografia existente e disponível sobre o tema.

Da leitura dos poucos textos existentes dedicados à história da arquitetura erudita no Rio Grande do Sul(1), pode-se distinguir pelo menos dois grandes períodos significativos: um anterior e outro posterior à regulamentação profissional.

A necessária criação do sistema CONFEA-CREA, na década de 30, com o conseqüente "afastamento" de alguns profissionais, bem como a "imposição" de limitações de trabalho a grande parte dos arquitetos e engenheiros que atuavam no mercado, levou a uma RUPTURA no processo de desenvolvimento da arquitetura no Estado. Processo que até então vinha sendo conduzido por profissionais estrangeiros, e cuja evolução pode ser melhor compreendida a partir da análise das "gerações" que se sucederam na construção do Rio Grande do Sul.

A Primeira Geração de construtores foi formada por engenheiros militares, na sua maioria portugueses, que nasceram nas primeiras décadas do século XVIII e que desenvolveram suas obras, em solo gaúcho, entre 1752 e 1802. Foram os responsáveis pelas primeiras demarcações de terras, por levantamentos cartográficos, pela construção de fortificações e pelos projetos dos mais importantes templos do período colonial. José Custódio de SÁ E FARIA (1710-1792), Michelângelo BLASCO (1770-1772), José Fernando Pinto ALPOIM (1698?-1765), Manuel Vieira LEÃO (1727-1803) e Francisco João ROSCIO (1733-1805).

A Segunda Geração foi formada por eng. e arq. estrangeiros que nasceram nas primeiras décadas do século XIX e que desenvolveram suas obras principalmente entre 1840 e 1860. Foram responsáveis pela implantação de uma série de melhoramentos urbanos, bem como propagadores da linguagem eclética no Estado. Friedrich HEYDTMANN (1802-1876), Philip von NORMANN (1818-1862), Wilhem AHRONS (1836-1915), Johann GRUNEWALD (1832-1910), Johann MARTIN BUFF (1800-1880) e Giuseppe OBINO (1835-1879).

A Terceira Geração foi formada por engenheiros e arquitetos que nasceram entre 1869 e 1897 aproximadamente, e que desenvolveram suas atividades durante as

primeiras décadas do século XX. Foram responsáveis pela construção dos principais prédios que vinham dar respostas a nova ordem, urbano-industrial, que se instalava. Theodor WIEDERSPHAN (1878-1952), Rudolf AHRONS (1869?-1947), Julius LOHWEG (1879-1960), Josef LUTZENBERGER (1882-1951), Otto Hermann MENCHEN (1876-?), Adolf STERN (1879-1929), Franz FILSINGER (?), Christiano de la Paix GELBERT (1899-1984), Dúilio BERNARDI (1888-?), Manoel de ITAQUI (1876-1945), Theóphilo Borges de BARROS (1882-?), Karl SIEGERT (1889-1961), Fernando CORONA (1895-1979) e Saul MACCHIAVELLO (1896-1953).

"Em consequência /da regulamentação profissional/ os arquitetos que tinham plasmado a paisagem urbana nas décadas anteriores foram rebaixados à condição de CONSTRUTORES LICENCIADOS, com rigorosas limitações nas atribuições, forçando-os a se retrarem ou a migrar para o interior. Nas cidades, abriu-se um vasto mercado para as firmas construtoras de engenharia que, à semelhança do sistema político, passaram a centralizar os empreendimentos imobiliários. Os projetos, a partir de então, passaram a ser executados nos escritórios das empresas, em geral por profissionais de reduzida competência" (WEIMER, 1987a, 277) - grifo nosso.

A década de 30, portanto, correspondeu ao surgimento de grandes construtoras e da exploração da engenharia como atividade autônoma ligada especialmente à iniciativa privada. O domínio do mercado passou, assim, das mãos dos profissionais com formação superior no exterior para a dos engenheiros formados pela Escola de Engenharia de Porto Alegre no período de 1920 a 1924 - titulares das grandes empresas. Destacaram-se Fernando Azevedo MOURA e Oscar GERTUM (da Azevedo Moura e Gertum), Alfredo HAESSLER e Ernesto WOEBCKE (da Haessler & Woebcke), Frederico DAHNE e Laury CONCEIÇÃO (da Dahne e Conceição), Alberto AYDOS (da Aydos e Cia. Ltda.), entre outros.

A par de todos os problemas decorrentes da regulamentação profissional e, inclusive, de perseguições ideológicas (ocorridas durante a II Guerra Mundial), foram ainda os arquitetos e engenheiros de Terceira Geração, trabalhando para as grandes construtoras ou por conta própria, os responsáveis pela construção dos primeiros prédios que indicavam os caminhos que a arquitetura gaúcha assumiria, de forma concreta a partir da década de 40.

Só então, já na década de 50, foi que se configurou a Quarta Geração, formada por arquitetos que nasceram entre 1910 e 1930 e que desenvolveram suas obras principalmente a partir de 1950, sendo responsáveis pela elaboração de uma arquitetura moderna identificada com a "vertente corbusiana" já reinterpretada ou reelaborada pelos "arquitetos cariocas". Emil BERED (1926), Edgar GRAEFF (1921-1990), Nelson SOUZA (1925), Carlos Alberto de Holanda MENDONÇA (1920-1956), Carlos Maximiliano FAYET (1930), Guido TREIN - desenhista - (1924), Jayme Ayrton Brandão LOMPA (1923-1983), Moacyr Moojen MARQUES (1930), Ari CANARIN (1930-1992), Demétrio RIBEIRO (1916), Enilda RIBEIRO (1923), Irineu BREITMANN (1930), Luiz Fernando CORONA (1923-1977), Abram ELMAN (1910-1980) e Miguel PEREIRA (1932).

Segundo o professor Günter WEIMER (1989, N33), o primeiro "ensaio" de uma "nova arquitetura", no Rio Grande do Sul, foi o projeto, não executado, do edifício Benno Mentz, elaborado pelos arquitetos Theo WIEDERSPHAN e Franz FILSINGER, em 1931, a pedido da firma Frederico Mentz & Cia. Vejam-se, então, quais as características presentes neste projeto que o qualificaram como primeiro representante de uma "nova arquitetura":

"O edifício ainda foi concebido com as três faixas horizontais diferenciadas e dentro da rígida simetria especular, porém, a simplificação da massa construída foi radical. Ainda que os cantos fossem arredondados e o corpo do prédio apresentasse um pequeno avanço, a integração das três fachadas era total. A padronização das aberturas e o despojado tratamento das superfícies mostram que a economia passou a ser um condicionante fundamental" (WEIMER, 1989, N34).

Como é possível concluir, passaram a coexistir elementos e características de uma arquitetura ainda baseada na tradição clássica e outros de uma arquitetura que buscava a simplificação formal, a rejeição de ornamentos e a padronização dos elementos utilizados.

O que WEIMER chamou corretamente de "ensaio" de uma "nova arquitetura", Luiz Paulo CONDE (1985, 40), caracterizou como "protomoderna", ou seja, uma arquitetura que buscava a simplificação e redução da linguagem arquitetônica, uma unidade compositiva, uma correta apreensão da noção de "continuum edificado" e um respeito à tradição secular da rua-corredor, como elemento definidor dos espaços urbanos (CONDE, 1985, 42). As fachadas refletiam a ocupação diferenciada dos vários pavimentos, gerando, na maioria das vezes, composições tripartidas (base, corpo e coroamento), que recebiam

tratamento distinto – conforme observou WEIMER sobre o edifício Mentz. Ainda segundo Paulo CONDE, ao mesmo tempo em que alguns arquitetos desse período combatiam o maneirismo dos projetos acadêmicos e o decorativismo eclético, apresentavam em seus projetos uma restauração da "matriz neo-academista-classicista". O que gerou o desenvolvimento de "duas vertentes de propostas arquitetônicas às vezes convergentes e, em alguns casos, antagônicas" (CONDE, 1985, 44). A primeira, fortemente influenciada pelo decorativismo Art-Decô e pela adoção de formas aerodinâmicas; e a segunda, buscando respostas formais em relação à função e apresentando total ausência de ornamentação.

Depois do edifício Mentz (1931), Franz FILSINGER realizou o projeto de duas moradias, que WEIMER chama de "primeiras casas modernistas de Porto Alegre" (1989, N34). São elas as residências de Alberto D. Aydos (1931), na rua Vicente Faillace nº 95, e a de João Kluwe (1932), na rua Félix da Cunha esquina Marquês de Herval (já demolida). A essas duas obras pioneiras somaram-se outras duas, de autoria de João Antônio MONTEIRO NETO e de Karl SIEGERT.

"O tratamento CUBISTA das massas, a cobertura plana, o tímido ensaio do rompimento com a simetria identificam estas obras com as do mestre russo-italiano MARCHAVCHIK/ em razão do que não se insiste aqui em aprofundar as discussões em torno desta produção" (WEIMER, 1989, N35).

Por fim, Günter WEIMER encerra a relação das obras pioneiras, que indicaram os novos caminhos da arquitetura gaúcha no início da década de 30, com a análise de três obras de Júlio LOHWEG: a "Casa Rural" (atual FARSUL), na Av. Borges de Medeiros; o edifício "Agostinho Piccardo" (1935), também na Borges de Medeiros; e o edifício "Rio Branco" (1933), na Av. Otávio Rocha esquina rua Vigário José Inácio.

"Estes edifícios somados ao Guaspari, são as primeiras manifestações nitidamente modernistas em termos de construções de grande porte da cidade e que foram realizados bem antes dos prédios que seguiram a linha corbusiana, no Rio de Janeiro" (WEIMAR, 1989, N36).

Entre as obras apresentadas como pioneiras do modernismo gaúcho foi incluída a "Casa Rural", que ao nosso ver não pertence a esse grupo, pois não apresenta nenhuma característica que a qualifique como tal e que, segundo o próprio WEIMER, "foi projetado de acordo com as regras acadêmicas vigentes na fase anterior" (1989, N36).

Para continuar a compreender e trilhar os caminhos da evolução da arquitetura moderna no Estado, é indispensável analisar o único trabalho dedicado exclusivamente ao

tema: o livro "Arquitetura Moderna em Porto Alegre" (1978) de Alberto XAVIER e Ivan MIZOGUCHI.

Embora restrito ao âmbito da capital do Estado (como as análises de WEIMER), o trabalho tem como mérito principal, além da extensão da pesquisa, o fato de, pela primeira vez (e única), apresentar de forma sistematizada aquelas obras significativas, consideradas como as mais importantes dentro da história da arquitetura moderna em Porto Alegre – e como referência para uma comparação posterior, pode-se dizer do Rio Grande do Sul. Os autores elaboraram um roteiro de 160 exemplares mais representativos da produção edificada, dos quais 57 correspondem ao período de 1935 (primeiro projeto apresentado) a 1959 (que engloba o período aqui estudado) (2). Por uma questão didática, e para uma análise mais aprofundada, dividem-se essas 57 obras em seis "grandes" grupos, que passam a ser estudadas:

Os primeiros prédios apresentados por XAVIER e MIZOGUCHI são aqueles que tradicionalmente não são considerados "propriamente" ou "totalmente" modernos, pois são os precursores de uma linguagem que ao mesmo tempo está se purificando, depurando e consolidando. A fonte de inspiração, por isso mesmo, distancia-se dos chamados "mestres do movimento moderno" variando tanto no tempo como no espaço. Ora aproxima-se da arquitetura dos arranha-céus americanos – principalmente de Sullivan –, ora inspira-se na arquitetura monumental italiana – principalmente de Piacentini.

Destaca-se a simplificação das formas, a simetria e a marcação horizontal do edifício "Guaspari" (1936), de Fernando CORONA (3); a grandiosidade, o tratamento volumétrico e a uniformidade rítmica da estrutura e das janelas dos edifícios "Sulacap" (1938) e "Mesbla" (1944), de Arnaldo GLADOSCH; a monumentalidade, a sobriedade formal e a repetição de elementos simples como as janelas retangulares, dos edifícios "Reunidos" (1938) de João MONTEIRO NETTO e "Brasília" (1946) de Guido TREIN.

Neste grupo estão incluídos, também, os prédios construídos para a Exposição do Centenário Farroupilha (1935), de autoria de Christiano de La Paix GELBERT – cassino – e Franz FILSINGER – pórtico de entrada – entre outros, que embora "concebidos segundo um vocabulário de inspiração nitidamente expressionista" (XAVIER, 1987a, 44), de lembrarem os desenhos futuristas de Saint' Elia, e de terem sido destruídos após a exposição,

tomaram-se paradigmas da modernidade gaúcha da década de 30, sendo os seus detalhes constantemente reproduzidos em outros edifícios por todo o Estado.

Por outro lado, principalmente através do trabalho do arquiteto espanhol Fernando CORONA, é possível identificar um segundo grupo de construções, só que desta vez marcado por uma preocupação com o "regional" e com a expressão arquitetônica de "uma" identidade nacional. A arquitetura residencial mostrou-se propícia para que tais intenções se manifestassem, marcada pela utilização de beirais, telhas de barro aparentes, muxarabis, arcos e paredes em pedra e o tradicional "azul colonial". No entanto, muito pouco ou nada dessa arquitetura dizia respeito ao Rio Grande do Sul, mas sim ao passado colonial mineiro.

Destacam-se o edifício "João Ibañez" (1948) e a residência de Guilhermino Cezar (1950), ambos de Fernando CORONA; e a residência Edgar Iochpe (1953) de Edgar GRAEFF, que via nesta sua obra "um certo ranço histórico-saudosista" (XAVIER, 1987a, 103).

Foi só a partir do início da década de 50 que começaram a surgir aqueles prédios facilmente identificáveis com a arquitetura dos grandes mestres do movimento moderno (Le Corbusier, Gropius, Mies van der Rohe e Frank L. Wright). No entanto, acreditamos que no caso gaúcho, as fontes são mais as obras dos arquitetos brasileiros, principalmente dos "cariocas" como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e os irmãos Roberto. A arquitetura brasileira já havia produzido aquelas obras que a tornariam conhecida e valorizada em toda parte -- o Ministério (1936-43), a ABI (1936-38), o aeroporto Santos Dumont (1937-44), o Pavilhão de NY (1939), o conjunto da Pampulha (1942), entre outras; e foram essas obras que serviram de base e guia para a produção no Estado. Uma arquitetura marcada pela simplificação e racionalização das soluções adotadas; pela utilização de elementos de proteção solar como os brises, pela valorização dos acessos através de rampas e marquises; pela adoção de coberturas planas, telhados tipo "borboleta" ou com uma água voltada para os fundos do terreno; pela aceitação dos pilotis e da planta livre e, finalmente, pela busca de integração com outras artes.

Destacam-se as residências de Edvaldo Paiva (1948), de Edgar Graeff (1951), de Victor Graeff (1951) e o edifício "Presidente Antônio Carlos" (1952), todos de Edgar GRAEFF; o Aeroporto Salgado Filho (1950), de Nelson SOUZA; o edifício "Santa

Terezinha" (1950), a residência de Jorge Casado d'Azevedo (1950) e o edifício "Formac" (1952), todos de Carlos Alberto de Holanda MENDONÇA; a residência de Cândido Norberto (1952) e o Palácio da Justiça (1953), ambos de Carlos M. FAYET e Luiz F. CORONA; a Casa Dico (1952), de Abram ELMAN; o edifício "Sulbanco" (1954), de Guido TREIN; o Tribunal de Contas (1956), de Jayne Ayrton B. LOMPA; o edifício sede da Cia Carris (1957), de Moacyr Moojen MARQUES e Rodolfo Sigfried MATTE; e o edifício "Armênia" (1955) de Ari CANARIN. São dignos de menção especial, ainda, dois prédios de Román Fresnedo SIRI, arquiteto uruguaio fortemente ligado à introdução da arquitetura moderna naquele país, principalmente de uma corrente ligada a Frank Lloyd Wright. Em Montevideu construiu o festejado prédio da Faculdade de Arquitetura (1947) e em Porto Alegre, a Tribuna Social do Jockey Clube do Rio Grande do Sul (1952) e o edifício "Espanada" (1952).

Um quarto grupo pode ser montado através da obra significativa de Demétrio RIBEIRO. Esse profissional realizou uma arquitetura bastante pessoal, embora identificada com alguns arquitetos uruguaio como Rius e Vilamajó, com a obra de Reidy até 1950 ou com a obra do arquiteto francês André Lurçat. São edifícios de vários volumes distintos que se relacionam entre si e que nascem de uma rigorosa adequação à função.

Destacam-se o Colégio Venezuela (1946), o Instituto de Pesquisas Biológicas (1950), a Escola Júlio de Castilhos (1953) e a proposta para o prédio da Faculdade de Arquitetura de UFRGS (1953).

Se Demétrio RIBEIRO diferencia-se dos demais arquitetos pela relativa unidade da obra, Carlos Maximiliano FAYET, ao contrário, mostrou-se, ao longo de todo o período analisado, numa constante busca de novos caminhos para a sua arquitetura, elaborando uma série de edifícios que só podem ser reunidos em bloco para exemplificar sua pesquisa arquitetônica.

Destacam-se a residência de Maria Flor Vieira (1950), que pretendia fugir aos modismos historicistas da época; as residências Ernesto Cross Valdez (1951) e de Samuel Madureira Coelho (1952), em que mistura elementos de composição que lembram a obra de Mies van der Rohe com elementos da arquitetura colonial (azulejos e combogós); o edifício sede da Secretaria da Produção e Abastecimento (1959), construção de madeira coberta em fibrocimento; e o Centro Evangélico de Porto Alegre (1959), em que utilizou,

de maneira "brutalista", um grande pano cego de concreto em contraponto a outra fachada (maior), também cega, toda de elementos vazados.

Existe ainda um último grupo de construções, principalmente de edificações em altura, que são marcadas pela utilização de grelhas em suas fachadas e pelo abandono das preocupações com a proteção solar.

Destacam-se o edifício "Esplanada" (1952), de Fresnedo SIRI; o edifício "Tanhauser" (1953), de Emil BERED; o refeitório do SESC (1955), de Moacyr Moojen MARQUES e Max WARCHAWSKY; e o edifício "Redenção" (1955), de BERED e Salomão KRUCHIN; o edifício "Salomão Iocphe" (1955), de Léo GROSSMAN; o edifício "Annes Dias" (1955), de Armando d'ANS; a sede do Banco do Estado (1958), de Alfredo Ernesto BECKER; o Palácio Farroupilha (1958), de Gregório ZOLKO e Wolfgang SCHOEDON.

NOTAS:

1. WEIMER, Günter. Engenheiros Alemães no Rio Grande do Sul, na Década 1848-1858. Estudos Ibero-Americanos vol. II. Porto Alegre, PUC, 1979.
 - _____. Estruturas Sociais Gaúchas e Arquitetura. in A Arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
 - _____. O Arquiteto Theo Wiedersphan. Porto Alegre, Faculdade de Arquitetura -- UFRGS, 1985a.
 - _____. O Positivismo e sua Arquitetura. Porto Alegre, Faculdade de Arquitetura -- UFRGS, 1985b.
 - _____. Siegfried Berthold Costa, um Precursor do Modernismo. Revista Projeto n° 87, p.76-8, 1986.
 - _____. Arquitetos Estrangeiros no Rio Grande do Sul. in XAVIER, Alberto e MIZOGUCHI, Ivan. Arquitetura Moderna em Porto Alegre. São Paulo, PINI, 1987a.
 - _____. A Fase Historicista da Arquitetura no Rio Grande do Sul. in FABRIS, Annateresa (org). Eclétismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo, Nobel -- USP, 1987b.
 - _____. Theo Wiedersphan -- arquiteto. Porto Alegre, FOTOF-CODEC, 1988.
 - _____. Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul. São Paulo, 1989.
- XAVIER, Alberto e MIZOGUCHI, Ivan. Arquitetura Moderna em Porto Alegre. São Paulo, Pini, 1987.
2. Serão analisadas as construções listadas até o ano de 1959, para que seja possível verificar a existência de "arquiteturas" diferentes e cuja evolução se processou rapidamente (1930-1960).
3. Segundo o prof. Günter Weimer (1989, N36) o "Edifício Guaspari", conforme consta no arquivo do CREA-RS, é de autoria de Johann Schmidt, e foi realizado antes de 1934.

CAPÍTULO II
PANORAMA DA
ARQUITETURA PELOTENSE
1758 – 1930

2. PANORAMA DA ARQUITETURA PELOTENSE

Com 181 anos de idade, Pelotas é uma cidade que conta com uma população de aproximadamente trezentos mil habitantes, duas universidades e dois cursos de arquitetura(!). No entanto, a história de suas construções permanece completamente ignorada – o que não é de se estranhar, uma vez que a história da arquitetura do Rio Grande do Sul é virtualmente desconhecida. Uma dissertação que tenha como objetivo principal resgatar, pela primeira vez, um período dessa história local e que traz a proposta de, interpretando sua arquitetura, revisar parte da história da cidade, não pode se furtar de – desde que possível – apresentar um quadro ou um panorama geral da evolução de tal arquitetura (tão desconhecida quanto bela).

Bruno ZEVI, em um capítulo intitulado "A Renovação dos Estudos Históricos da Arquitetura", no livro "História da Arquitetura Moderna" (1973) argumenta que não há uma solução de continuidade entre história da arquitetura antiga e história da arquitetura moderna. Por outro lado, os estudos recentes sobre teoria e história da arquitetura estão a mostrar que o próprio ecletismo foi o caminho através do qual ocorreram, ou que permitiu que se processassem as transformações necessárias para a evolução da arquitetura do Movimento Moderno. Portanto, a compreensão do que foi a arquitetura pelotense das décadas de 30 e 40, e qual a sua importância no contexto pelotense, exigem uma volta no tempo e uma análise pormenorizada dos acontecimentos econômicos, políticos, sociais e culturais que, ao longo dos anos, vêm determinando, condicionando e gerando a arquitetura pelotense.

PERÍODO COLONIAL

2.1. PERÍODO COLONIAL

A história das terras de Pelotas tem início no ano de 1758, quando --por doação de Gomes Freire de Andrade, comandante geral das Capitanias do Sul -- o Coronel Tomás Luís Osório recebeu uma sesmaria de campos adjacentes ao sangradouro da Lagoa Mirim. Uma sesmaria era um lote inculto e devoluto da terra (cerca de 13.000 hectares), que a Coroa concedia a chefes militares ou a figuras de grande destaque ou influência, para garantir a ocupação de determinada região. No caso, parece fundamental, para tal doação, a participação do coronel no combate de Caiboaté (1756), que pôs fim à Guerra Guaránica.

A partir da doação de 1758, as terras vizinhas e originárias do município de Pelotas foram sucessivamente sendo subdivididas em porções menores, em rincões, em datas, em fazendas e em lotes, sendo vendidas, apossadas ou novamente concedidas e doadas pela Coroa a novos proprietários.

Durante o período que vai de 1763 a 1777, a Capitania do Rio Grande de São Pedro (Rio Grande do Sul) esteve envolvida em três invasões sucessivas de castelhanos ordenadas pelo Vice-Rei do Prata. Como consequência direta desse período, ocorreu a transferência da capital de Rio Grande para Viamão e se estabeleceu uma forte migração da população da região em conflito, na busca de locais mais seguros.

"Depois da conquista militar do Rio Grande do Sul, em 1763, muitos ilhéus açorianos e madeirenses procuraram refúgio nessa faixa oriental do território gaúcho. Protegidos pela serra e pelos banhados do São Gonçalo, distribuíram-se por toda a região.../construíram habitações de ambas as margens do Arroio Pelotas..." (MAGALHÃES, 1981, 14).

Desta maneira, foram surgindo os primeiros arraiais (pequenas povoações de caráter transitório) e com eles erguidas as primeiras capelas. Como a Igreja era diretamente

ligada ao Estado, a construção e posterior oficialização de uma capela significava, além do sentido religioso, obter o reconhecimento também perante o Estado.

Em 1779, a sesmaria de Pelotas foi vendida pela viúva e demais herdeiros de Osório ao casal Manoel Bento da Rocha e Izabel Francisca da Silveira, ele já grande proprietário de terras na região (possuindo os rincões de Arroio Grande, São Lourenço e Corrientes).

Na mesma sesmaria, na área do Laranjal, Izabel Francisca mandou erguer uma pequena capela, porém "não bastava contudo erguer a ermida, não bastava construir, por melhor que fosse uma capelinha; era necessário oficializá-la" (M.MARX, 1991, 19). Só a oficialização garantiria uma maior atenção por parte das autoridades civis e religiosas. Ainda em 1779 foi instalada a primeira charqueada à margem do Arroio Pelotas (em terras pertencentes a Manoel Carvalho Souza), dando início à produção de carne salgada seca ao sol – até então o gado sulino era apenas exportado "em pé" para a comercialização do couro.

Aos poucos, a indústria do charque foi se afirmando na região de Pelotas (nas margens do Arroio Pelotas, São Gonçalo e Santa Bárbara), de maneira que atraiu significativo número de novos habitantes.

O crescimento econômico da região, em virtude das primeiras charqueadas, foi tanto que entre 1805 e 1810 a exploração do charque oscilou entre 750.000 e 1.000.000 de arrobas e aumentou gradativamente entre 1811 e 1816, atingindo quase 2.000.000 de arrobas (SINGER, 1974, 150). Desta maneira, já em 1810 foi solicitada a criação de uma freguesia (povoação reconhecida como tal, sob aspecto eclesiástico), o que veio a ocorrer através da Resolução Régia de 31/1/1812 e do Alvará de 7/7/1812.

Segundo relato dos historiadores locais, do requerimento que solicitava a criação da freguesia não constava o local da futura "sede". O que, num primeiro momento, pode parecer estranho, fica esclarecido retornando-se a idéia já mencionada anteriormente: a forte ligação entre a Igreja e Estado quase nunca considerada quando se analisa as fontes sobre a organização primitiva de núcleos urbanos, mas que não passou totalmente despercebida a Heloísa NASCIMENTO, que diz:

"Antigamente, o que havia, na fundação de cada novo núcleo populacional, era a exigência de uma determinada densidade de agrupamento humano

e, uma vez constatado, a criação de uma freguesia com o erguimento de uma igreja ou capela... Esta servia de pedra fundamental, se assim se pode dizer" (NASCIMENTO, 1989, 28).

Na verdade o que ocorreu, em relação a Pelotas, foi que o primitivo templo, depois de oficializado como "capela" passou a ser ponto de referência de uma unidade eclesiástica chamada "freguesia"; para a criação desta não estava decidido o local da futura igreja: se no lugar onde hoje se encontra o Asilo de Nossa Senhora da Conceição, se no Laranjal ou nos terrenos do capitão-mor, onde hoje está a Catedral.

"Alcançada certa população, um arraial, uma capela tinha o direito de aspirar e efetivamente pleiteava, o reconhecimento institucional de sua importância crescente. Como se podia manifestar, da parte dos poderes da sociedade organizada, esse reconhecimento? Por meio da elevação da categoria de sua simples capela ou capela curada a outro patamar, patamar antes de tudo de cunho religioso, já agora, contudo, eivado de um cunho civil explícito hoje menosprezado: a ereção do lugarejo, da CAPELA, em paróquia, cujo nome corriqueiro tradicional foi freguesia e que constitua o módulo da organização eclesiástica, como que a sua unidade territorial" (M.MARX, 1991, 26).

Só em 1813 teve início a construção do primeiro templo de Pelotas, em terreno pertencente ao capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos (local onde hoje se encontra a Catedral, doado por este para a construção da capela, adro e residência do vigário; como condição para que lhe fosse permitido lotear a área circunvizinha. No mesmo, ano, Mariana Eufrásia da Silveira obteve, por concessão do governador Diogo de Souza, o terreno contíguo aos já referidos. Em troca da concessão, também foi imposta a obrigação de doação de terrenos, desta vez, para a construção de obras públicas e "servidão do povo". Assim, Mariana Eufrásia doou os terrenos para a praça da povoação (atual Praça Coronel Pedro Osório), para a nova igreja (nunca construída), para o quartel e hospital, loteando e vendendo os demais.

Por uma questão basicamente de localização, convencionou-se a chamar de "primeiro loteamento" o realizado por Antônio dos Anjos e de "segundo loteamento" o realizado por Mariana Eufrásia.

Para resolver uma série de problemas de posse de terra e pagamento de lotes entre o capitão-mor e alguns moradores, a pedido daquele e por sentença do juiz José Tomás da Silva, foi mandada elaborar (1815) o que se pode chamar de "primeira planta da zona urbana de Pelotas" (primeiro loteamento), obra de medição judicial realizado pelo eng.

Maurício Ignácio da Silveira. Este profissional, segundo informações de Abeillard BARRETO (1976, 1283), nasceu em Rio Grande em 1762 e faleceu na mesma cidade em 1828. Possuía o título de "Piloto das Sesmarias" (agrimensor), tendo realizado, também, a primeira medição e demarcação de terras da Guarda do Serrito (sic), hoje Jaguarão, em 1814.

A primeira planta de Pelotas nada mais era do que a distribuição, em traçado xadrez, de sete ruas no sentido leste-oeste e doze no norte-sul.

Por Decreto Imperial de 1830, a freguesia de São Francisco de Paula foi elevada à categoria de VILA de mesmo nome e, cinco anos depois, por Decreto do Presidente da Província, a CIDADE de Pelotas.

Da leitura das atas da câmara de vereadores dos primeiros anos de município pode-se, com grande facilidade, concluir que os principais problemas enfrentados pela vila eram relativos: à questão de segurança – necessidade urgente de se construir uma cadeia (iniciativa da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional); a questão racial – problema de controle e punição dos escravos; e, finalmente, os problemas urbanos propriamente ditos, ou seja, marcar os limites do novo município, arruar e nivelar os edifícios construídos, garantir o abastecimento de água potável, definir a localização de novas cacimbas, estipular os locais para a lavagem de roupa, erguer trapiches para despejos de detritos, construir novas pontes, indicar os locais para a circulação de tropas de gado rumo às charqueadas e redigir o Código de Posturas (de 1832). Todas essas questões estão, de uma certa maneira, relacionadas com uma maior: o levantamento da planta do município.

Para esse fim, em 1832, foi encarregado *Pedro Garcia Cunha* que, três meses depois, desistiu de tão importante tarefa. No mesmo ano, o eng. *Eduardo Kretschmer*(1) foi convidado para construir uma ponte sobre o Piratini e, em 33, para realizar estudos sobre a desobstrução do São Gonçalo. Uma vez realizados os dois serviços, foi ele contratado – como arquiteto civil da vila – para proceder o levantamento da planta, o que realizou até 1834. A última referência encontrada ao eng. KRETSCHMER nas atas municipais diz respeito a pedido de aumento de salário em 1835.

Existe na Prefeitura Municipal a cópia de uma planta da cidade de Pelotas de 1835 e que confere com os limites urbanos estipulados pelo Código de Posturas de 1832. Esta cópia deve ter sido reproduzida do original elaborado por KRETSCHMER: um traçado

regular delimitado e pré-estabelecido, incluindo quarteirões apenas projetados como área de crescimento. São doze ruas principais no sentido norte-sul; que se cruzam em ângulo reto com as dezoito secundárias, chamadas de travessas, ruas que se espalham em conformidade com o terreno praticamente plano e que tangenciavam o rio, o arroio e os banhados.

As praças (com exceção da Matriz) surgem através de operações de substituição de um, dois e até quatro quadras inteiras. A planta tem como limites o arroio Santa Bárbara a oeste, a rua das Fontes (Barroso) a leste, o rio São Gonçalo ao sul e a "sanga ao norte"⁽²⁾ ao norte.

Conforme foi solicitado pelos vereadores, a planta apresenta a localização das praças, bem como da Matriz, da Câmara Municipal, da casa de Correção (cadeia), e do Teatro Sete de Abril – as obras mais importantes do período

Quando KRETSCHMER montou o mapa da cidade, Pelotas possuía 544 prédios (OSÓRIO, 1922, 53), todos – como não poderia deixar de ser – identificados com os códigos formais do Período Colonial. A uniformidade dos partidos arquitetônicos correspondia à rígida padronização dos lotes, à carência de materiais e à primitividade das técnicas construtivas. Tanto os edifícios públicos quanto os privados apresentavam aspecto bastante semelhante uns aos outros, pois eram construídos com os mesmos materiais rústicos; com as mesmas paredes lisas; com os mesmos "socos", os mesmos "cunhais", os mesmos telhados aparentes com seus beirais (de beira-seveira, de beira e bica, de cachorro ou de cimalha); com suas portas cegas; com suas aberturas emolduradas por marcos de pedra; com suas janelas de verga ou em arco abatido, com postigo ou de guilhotina e caixilharia, de parapeito ou de púlpito (rasgadas). Prédios que variam apenas nas proporções no número de pavimentos e no uso – alguns, devido a sua importância para a cidade, eram mais elaborados do ponto de vista formal, apresentando inovações como platibandas cegas e esguias pilastras encimadas por pequenos capitéis toscanos ou dóricos.

Tal arquitetura apresenta as seguintes características principais:

1. é uma arquitetura de barro, caracterizada pela utilização desse material nas mais variadas técnicas (pau a pique, taipa de mão, adobe ou tijolo);
2. é uma arquitetura artesanal, construída in-loco, dependendo diretamente das possibilidades e recursos locais;
3. é uma arquitetura que não busca afirmação através da novidade ou ousadia: trabalha com materiais simples e disponíveis, com elementos e técnicas tradicionais;

4. é uma arquitetura na qual não existe uma vontade manifesta de dar às obras um sentido simbólico explícito, mas apenas uma necessidade de diferenciação entre o público e o privado;
5. é uma arquitetura preocupada com a aparência externa das obras, e que busca uma adequação ao entorno pré-existente;
6. é uma arquitetura de volumes retangulares, puros e simples, definidos pelos limites dos lotes, pelo número de pavimentos (um ou dois) e pelas possibilidades da técnica adotada;
7. é uma arquitetura pura e de clareza perfeita;
8. é uma arquitetura pesada;
9. é uma arquitetura "limpa", na qual cada elemento tem uma justificativa funcional (socos, cunhais, beirais etc) e cada fachada reflete a ocupação interior.

De 1758 até 1850 destacaram-se as seguintes construções: a Capela de São Francisco de Paula (1813), construída pelo pe. Felício da Costa PEREIRA; a Capela da Luz (1824), construída por José Fernando da Victória SANTOS; o Teatro Sete de Abril (1833), projeto de Eduardo KRETSCHMER; o Mercado Público (1848), projeto de Rafael Mendes CARVALHO e construído por Theodolino FARINHA; e a Cadeia Pública (1850), projeto e construção de eng. Friedrich HEYDTMANN.

2.1.1. A ARQUITETURA RESIDENCIAL DE 1758 A 1850

"De uma aldeia insignificante, constante somente de uma modesta capela rodeada de algumas casinhas baixas!...Inasceu uma vila suntuosa, composta de edificios aparatosos, alguns ornados de todo o luxo da Europa - 1839 (DREYS, 1961, 116).

Em 1822 Antônio José Gonçalves Chaves apresentou em seu "Memórias Econômico-Políticas" (1976, 179), um levantamento da riqueza da então Freguesia de São Francisco de Paula, registrando a existência de vinte e duas charqueadas e *duzentas e dezessete casas* (3). A propósito impõe-se uma pergunta: como seriam essas habitações?

O viajante inglês John LUCCOCK, que esteve em Pelotas antes mesmo da Freguesia (1809-1813), afirmou a existência "aqui e ali" de algumas casas "espaçosas" e outras "esplêndidas" (1935, 77). Porém, o negociante inglês referia-se às sedes das charqueadas.

Já em tempos da Freguesia, esteve em Pelotas (1816) Francisco de Paulo D'AZEREDO, Conde de Samodões, sendo o primeiro a realizar uma análise, um pouco mais profunda, das habitações urbanas:

"São as casas aqui construídas de tijolo, cobertas de telha, e de um só andar, por causa da força dos ventos, caiadas e muito asseadas" (D'AZEREDO, 1957, 33).

Sabe-se, no entanto, que pelo menos a casa do vigário pe. Felício da Costa Pereira e a do sr. Antônio José Torres, em 1813, eram *cobertas de palha de santa fé* e possuíam as paredes "branqueadas a cal" (OSÓRIO, 1962, 34 e 36).

Em setembro de 1820 visitou a paróquia de São Francisco de Paula o naturalista francês Auguste de SAINT-HILAIRE, registrando, também a existência "aqui e ali" de "um

grande número de belas *casas cobertas de telhas*" e acrescentando; "não existir um único casebre; tudo denunciando bem-estar. Na verdade *as casas só tem um pavimento*, mas muito bem construídas, *cobertas de telhas e guarnecidas de vidraças*" (SAINT-HILAIRE, 1987, 81-2). Já o viajante francês Arsène ISABELLE, em 1834, não se preocupou com as residências, dando atenção apenas ao teatro Sete de Abril, o que deve ser considerado, uma vez que sobre a cidade de Rio Grande disse existir "soberbas casas de três pavimentos com balcão de ferro/.../além do teatro que acaba de se construir" (ISABELLE, 1983, 79).

Será que em 1834 não existiam sobrados em Pelotas? Será que em 1820 realmente não existia um único casebre? Qual o conceito de CASEBRE para Saint-Hilaire?

Neste sentido, as afirmações e contribuições dos viajantes acabam mais criando dúvidas do que esclarecendo. Veja-se então, por outro lado, o que dizem os historiadores locais e o que AINDA pode ser encontrado, na cidade, de edificações do Período Colonial.

Sobre as técnicas construtivas, muito pouco se sabe, pois restaram apenas as casas construídas em alvenaria. Simões LOPES NETO chegou até a falar em "casas de tijolo, cobertas de telhas; outras de pau e pique, rebocada de barro; ranchos de torrão cobertos de palha" (1911), o que parece demonstrar uma certa hierarquia entre as maneiras de habitar.

Como já observamos, existiram casas cobertas de palha, o que vigorou livremente até 1829, quando o Código de Posturas Policiais da Villa de Rio Grande determinou, para a Freguesia de São Francisco de Paula, a sua proibição (4).

As telhas e tijolos eram fabricadas na região. Existiram muitas olarias em Pelotas, algumas delas inclusive junto às charqueadas, até porque "nos fornos de telhas e tijolos, em vez de lenha empregavam ossos" (D'AZEREDO, 1957, 34). Fabricavam, também "louças de barro e faiança" (ISABELLE, 1950, 59) e cal (5).

"Os principais tipos de habitação eram o sobrado e a casa térrea... Habitar um sobrado significava riqueza e habitar casa de CHÃO BATIDO caracterizava a pobreza. Por essa razão os pavimentos terrosos dos sobrados quando não eram utilizados como lojas, deixavam-se para a acomodação dos escravos e animais ou ficavam quase vazios, mas não eram utilizados pela família dos proprietários" (REIS FILHO, 1978, 28) – grifo nosso.

Nos prédios térreos ainda existentes em Pelotas não se encontram maiores variações dos tipos arquitetônicos consagrados pelo Brasil e estudados por Nestor Goulart REIS FILHO (1978), Carlos LEMOS (1979) e por Paulo T. BARRETO (1981).

Puderam ser localizadas e analisadas oito residências térreas (6). Nelas foi possível constatar que todas estão sobre os limites dos terrenos – fachada sobre o alinhamento da via pública e paredes laterais sobre limites do lote – e que apresentam, com exceção de duas, um desenvolvimento longitudinal da planta em relação aos fundos do lote, ou seja, como os terrenos possuíam pouca testada, adotou-se uma tipologia na qual os compartimentos se sucedem em direção aos fundos. São as chamadas casas de PORTA E JANELA e de MEIA MORADA.

As casas de PORTA E JANELA, surgem em lotes de pouca testada e apresentam uma sala, alcova ou alcovas e sala de jantar (7), ligadas entre si, sem corredor. A cozinha encosta-se na construção através de um puxado e o banheiro localiza-se nos fundos do terreno.

As casas de MEIA MORADA representam uma evolução em relação ao tipo anterior (e primitivo), pois apresentam a partir da sala (ou primeiro compartimento), um corredor que a liga ao jantar. Com tal solução obteve-se maior privacidade nas alcovas. Interessante mencionar que, em algumas casas visitadas, a sala de frente foi dividida (por tabiques de madeira) fazendo com que o corredor chegasse, de maneira independente, até a porta da frente.

As duas casas que fogem aos esquemas tipológicos elucidados são a de nº 702 da rua Gonçalves Chaves e nº 210 da Major Cícero de Góes Monteiro.

Na 702, antiga residência da família Mendonça, por se tratar de lote de esquina (com a rua Sete de Setembro), encontramos a configuração do que já pode ser chamada de CASA DE MORADA INTEIRA (com corredor central dividindo os compartimentos da moradia – salas e alcovas – da porta principal até a sala de jantar, em uma espécie de rebatimento do tipo MEIA MORADA). Pelo acesso da rua Gonçalves Chaves encontra-se um pequeno corredor central que divide e interliga a seqüência de dois aposentos de cada lado até chegar na sala de jantar. Pelo acesso de Sete de Setembro existe um outro corredor, paralelo à rua, que se comunica com pequenos quartos até acabar, também, na sala de jantar.

"As variações mais importantes aparecem nas casas de esquina. Tendo a possibilidade de aproveitar duas fachadas sobre a rua, alteram em parte o esquema de planta e telhado, menos para inovar, do que para conseguir o enquadramento de ambas nos modelos tradicionais" (REIS FILHO, 1978, 26).

Já a residência 210 localiza-se em lote completamente fora dos padrões de parcelamento de terras portugueses. Possui 12.30m de frente e 4.80m de fundos. Henrique Carlos de MORAES (8) chama esta de "a mais antiga casa da cidade" e diz que dela restou apenas uma ala com quatro aberturas no centro da quadra", no entanto não temos como comprovar esta hipótese.

Trata-se de, como nas casas de MEIA MORADA, sala, corredor, duas alcovas e uma última peça (que corresponde à sala de jantar) uma ao lado da outra e voltadas para a via pública.

No que se refere aos sobrados, que também são característicos do período, localizamos e analisamos os ainda existentes na cidade, em número de sete (9).

Segundo depoimento do Major F. da Costa, transcrito por Fernando L. OSÓRIO (1962, 28-9), existiu em São Francisco de Paula um grande sobrado pertencente ao sr. Domingos Rodrigues, erguido junto ao antigo cais de madeira, à margem do São Gonçalo e que possuía em sua fachada principal uma cartela com a data de 1784 (quatro anos depois da primeira charqueada e quarenta e seis antes da elevação à Vila). Tratava-se quase certamente, do primeiro sobrado erguido em Pelotas.

Finalmente confirmada a tese já citada, de que o sobrados eram as habitações dos ricos e as casas térreas as dos pobres, indentificamos as seguintes construções de dois pisos e seus respectivos proprietários:

1. a da rua Félix da Cunha, esquina Tiradentes, residência que pertenceu a Domingos Rodrigues Ribas, obra iniciada em 1833 e concluída em 1835 tendo como encarregado da construção o português *João de Deus Castanheira* (10). Em 1865, nesta residência, hospedou-se o Imperador D. Pedro II e em 1885, a Princesa Isabel. Atualmente abriga a Escola Sallis Goulart;

2. a da Praça Cel. Pedro Osório, esquina Félix da Cunha, que serviu de "quartel general" na Guerra dos Farrapos (nesse prédio entricheirou-se o major legalista Manoel Marques de Souza em 1836). Atualmente abriga uma casa de comércio (Casa da Banha);

3. a da rua Sete de Setembro, esquina Félix da Cunha, residência que pertenceu a Domingos Castro Antiqueira (11). Em 1845, hospedou o Imperador D. Pedro II. Atualmente abriga o Jockey Club de Pelotas;

4. a da rua Gonçalves Chaves, esquina Félix da Cunha, construída em 1835, e que serviu de Palácio da Presidência da Província em 1864. Construção já demolida;

5. a da rua Gonçalves Chaves, esquina Voluntários da Pátria, residência da família Gonçalves Chaves;

6. a da Praça Cel. Pedro Osório, esquina Lobo da Costa, antiga residência de D. Mercedes Antunes Maciel Moreira. Tombada como patrimônio nacional e desocupada.

2.1.2. A MATRIZ DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Como já se disse, em 1813 teve início a construção do primeiro templo de Pelotas (atual Catedral de São Francisco de Paula). Pequeno santuário que nasceu de um tipo mais primitivo do que o apresentado por Sylvio VASCONCELOS (1983, 53), quando montou sua linha de evolução da arquitetura religiosa brasileira, pois não possuía torre nem sacristia. Seguindo um partido retangular de forma basilical, tratava-se de uma pequena capela com apenas uma nave (de 6.6m por 13.20m, incluindo a capela-mor). Possuía, em sua extremidade posterior, o alta-mor em uma espécie de ábside, ou seja, com um acabamento semi-circular, e na porção anterior, a porta principal e, sobre esta, um pequeno coro elevado e uma janela que o iluminava. Possuía também duas portas em cada lado. Era toda construída em alvenaria de tijolos de barro e coberta com telhas, provavelmente em duas águas.

Devido a sua simplicidade, primitividade, e conforme relatos de alguns historiadores locais, é possível atribuir ao próprio vigário, pe. *Felício da Costa Pereira*, a autoria do risco desta obra, cuja construção ele mesmo teria dirigido.

Após sua conclusão e desde a instalação da imagem de São Francisco de Paula em seu altar, a primitiva capela passou a sofrer sucessivas e constantes reformas de melhoramento e ampliação:

- 1813 -- construção da capela (nave e altar);
- 1818 -- construção da sacristia do lado norte;
- 1819 -- construção do consistório do lado norte;
- 1820 -- construção de catacumbas atrás do templo;

Em 1826, após a parcial destruição do templo em virtude de um abalo causado por um raio, teve início a construção de um novo, pelo lado de fora do primitivo.

1827 -- reconstrução da capela original;

1828 -- conclusão do corpo da nova igreja e do forro;

1828 -- 1834 -- construção da capela-mor;

1834 -- encomenda do Porto do relógio e do sino das torres;

1835 -- 1844 -- construção do consistório do lado sul;

1845 -- 1852 -- construção da torre do lado sul;

1847 -- abertura das tribunas nas paredes do templo;

1847 -- 1848 -- construção do consistório do lado norte;

1846 -- lançamento da pedra fundamental de nova Catedral da Praça Cel. Pedro Osório;

1847 -- 1850 -- elaboração do projeto para a nova Catedral da Praça Cel. Pedro Osório, por Roberto OFFER (12).

1850 -- 1851 -- construção da torre do lado norte;

1852 -- demolição do consistório do lado sul para a construção de outro igual ao lado norte.

Em 1847, Roberto OFFER concluiu o projeto da "Nova Matriz", que deveria ter sido construída na Praça Cel. Pedro Osório e cuja pedra fundamental chegou a ser lançada pelo Imperador D. Pedro II, em 1846. No entanto, toda a verba destinada à execução desse projeto (inclusive verbas provinciais) foi desviada e, presumivelmente, empregada na consolidação das reformas de ampliação do antigo templo, existente desde 1813, o qual, pouco a pouco, foi assumindo proporções e aspectos impressionantes para a época. O projeto de OFFER, apesar de não construído, acabou por introduzir em Pelotas -- e no Rio Grande do Sul -- uma arquitetura eclética baseada sobretudo na recuperação de elementos renascentistas. O que se tomaria a principal característica arquitetônica do período compreendido entre 1850 e 1900. Daquele projeto apenas a "brunelleschiana" cúpula sobre tambor octagonal foi "aproveitada", sendo executada sobre a atual Catedral, em 1947, a partir de concepção de Victorino ZANI.

Em meados do século XIX, a Catedral de São Francisco de Paula já apresentava a fachada atual (nunca modificada), com seu pórtico e terraço, com seu jogo de ordens

superpostas (dóricas no térreo, jônicas no primeiro pavimento e coríntias nas torres); com sua platibanda e pequeno frontão; com suas duas torres sineiras e com suas duas cúpulas características. Embora fosse completamente diferente por dentro e, embora de grandes dimensões (aproximadamente 220 m² com uma capacidade para 700 fiéis), era ainda bastante primitiva: uma única nave com tribunas laterais, alta-mor ao fundo e as duas bases das torres, lateralmente, à frente do templo (configurando um partido em "T" invertido). As fachadas laterais, tipicamente coloniais, estavam em total desacordo com as proporções e o "estilo" da principal, refletindo apenas a ocupação interior. Esse era o aspecto do templo em 1883, quando foi retratado por Dominique PINEAU, e que, tudo indica, manteve-se até 1915. Nesse ano, teve início uma terceira fase de grandes reformas (que correspondem ao Terceiro Período Eclético da Arquitetura Pelotense).

Em 1915, *Frederico Pedro SONNESEN* foi encarregado do projeto de pequenas reformas no interior da Catedral e da construção de um prédio em anexo, de dois pavimentos, com a finalidade de servir de Salão Paroquial. Em 1933, o templo sofreu nova reforma, desta vez por *Frei Niceto PETERS*, que o ampliou para 570 m² e uma capacidade de 1700 fiéis. O alta-mor foi afastado em direção aos fundos, a sacristia ocupou o pavimento térreo do Salão Paroquial, as bases das torres foram transformadas em batistério e secretaria do "sacristão-mor", as tribunas destruídas, as fachadas laterais recebem novo tratamento e as janelas ganharam vitrôs.

A Catedral só veio a assumir sua configuração definitiva e atual entre 1947 e 48, quando *Victorino ZANI* projetou sua última reforma: remodelou novamente as fachadas laterais -- que passaram a concordar com a principal -- aumentou a nave e construiu a grandiosa cúpula (cujo desenho remonta à de OFFER). Para completar os trabalhos de ZANI vieram da Itália os artistas *Aldo Locatelli* e *Emilio Sessa*, que se encarregaram da decoração interna, com afrescos, projetando o templo nacionalmente.



1.A. "PRAÇA DA MATRIZ", aquarela de Dominique Pineau (1883)

Fonte: OSÓRIO, 1922, 223.



1.B. "CATEDRAL SÃO FRANCISCO DE PAULA" (década de 80).

Foto: Mercator.

2.1.3. O TEATRO SETE DE ABRIL

Através da iniciativa da "Sociedade Scenica" de Pelotas e sob a administração da "Junta Fundadora do Teatro", foi mandado construir e mais tarde se inaugurou o TEATRO SETE ABRIL. Poucas são as informações que existem sobre o período de sua construção. Porém, felizmente, o edifício --hoje tombado --é o documento mais importante e que pode ser analisado.

Embora existam algumas dúvidas sobre a data correta, aceitamos o ano de 1833 como sendo o da sua inauguração (13). Consta do memorial do projeto de restauração do teatro (YUNES, 1980) que ele foi construído "em estilo renascentista", segundo projeto do eng. alemão *Eduardo von Kretschmer*, "autor da retificação e ampliação da planta do Rio de Janeiro, em 1820; da planta de Pelotas, em 1834; dos primeiros projetos de estudo para a abertura da barra do canal São Gonçalo em 1833 e de outros prédios da cidade" (YUNES, 1980, 4). Diz ainda que a execução da obra coube a *José Vieira Vianna*, um dos principais membros da Junta Fundadora.

Como não consta a fonte de tão importantes informações, somos obrigados a fazer o seguinte raciocínio: se KRETSCHMER trabalhou efetivamente para o município de Pelotas de 1832 a janeiro de 1835 (quando foi construído o Sete de Abril); e era chamado de "arquiteto civil da vila", tendo realmente realizado o levantamento da planta da cidade e os estudos sobre a barra; se por outro lado, embora não tenhamos encontrado referências aos nomes dos sócios que formavam a "junta fundadora", o nome de VIANNA consta da "lista geral dos sócios de camarotes e cadeiras"; e se considerarmos que não há mais registros da construção do teatro que poderiam confirmar o nome do responsável pelo

projeto, somos induzidos a concordar com Gilberto YUNES e admitir ter sido Eduardo KRETSCHMER o autor do projeto Sete de Abril.

Construído em lote de meio de quadra, com apenas 16m de frente por cerca de 45 de profundidade – e ainda ladeado pela primeira escola pública e pela sede da Câmara de Vereadores – pode parecer que o teatro já nasceu pequeno e atarracado. Porém, chegamos a conclusões diferentes se nos fixarmos nas primeiras décadas do século XIX e se considerarmos o número de habitantes de Pelotas na época (em 1846 a população livre era de 6.428 hab.) e o compararmos com a lotação daquela casa de espetáculos (contava com acomodações para 1.200 espectadores). Portanto, quatorze anos após sua inauguração, o teatro comportava 18% da população "livre" de Pelotas, sendo que esta percentagem tende a crescer se apenas contarmos os "cidadãos livres", que realmente tinham acesso à cultura e ao teatro.

A construção de um teatro como o Sete de Abril só pode ser compreendida dentro do quadro econômico-social da época e como manifestação político-cultural da "primeira" classe social realmente dominante da região, uma camada senhorial enriquecida – na maneira como foi definida por Fernando H. CARDOSO (1977, 84) – formada pelo fortalecimento do poder político e econômico, graças ao charque e a atividades afins.

"O sul de um modo geral e a campanha em particular detinham a hegemonia econômica da Província, neste período, e para as cidades comerciais desta área, Pelotas e Rio Grande, desviou-se numa grande parte do comércio da província com exterior. Pelotas como centro de charqueadores e Rio Grande com o porto eclipsaram Porto Alegre, que ficou reduzida, do ponto de vista econômico, ao papel da capital regional de uma zona secundária" (SINGER, 1974, 153).

Tratava-se então de começar a dar a Pelotas a fisionomia de uma verdadeira capital econômica e de garantir sua hegemonia política sobre as demais cidades gaúchas, principalmente sobre Rio Grande e Porto Alegre. "Eles quiseram que o lugar prosperasse, e o lugar prosperou" (DREYS, 1961, 116). Para demonstrar o estágio de "progresso e civilização" pelo qual atravessava a cidade, nada melhor do que construir um teatro e dar espaço à cultura, mesmo que por ostentação. Porto Alegre desde 1834 tentava construir o seu São Pedro (que só foi ser inaugurado em 1858) e Rio Grande construiu o acanhado Sete de Setembro em 1832.

A construção do Sete de Abril seguiu uma tipologia comum e identificada por Hugo SEGAWA como dominante em nossas vilas e cidades:

"... volumes prismáticos, entalados numa testada da rua.../apresentando frontispícios nem sempre personalizados para a sua destinação e abrigando salões subdivididos em palco e plateia – esta admitindo duas ou três ordens de galerias ou camarotes, com lotação total entre duzentos e quatrocentos lugares..." (SEGAWA, 1988, 125).

A sua primitiva fachada, bastante retangular, apresentava uma espécie de pórtico de pouca projeção com quatro "colunas toscanas" (no sentido de ser a mais grosseira e pesada das ordens) e que marcava o único acesso. No intercolúnio existiam três portas cegas em arco abatido e sobre este, no entablamento, apoiava-se um balcão com gradil de ferro com três portas envidraçadas.

Em cada um dos lados do pórtico existiu uma janela de guilhotina, tipicamente colonial, e no segundo pavimento, uma janela rasgada com guarda corpo, também de ferro (14).

Apresentava uma espécie de enquadramento de suas unidades principais, ou seja, o jogo de cunhais, soco, entablamento, colunas, pilastras (continuação das colunas, no 2º pav.) e platibanda, que emolduravam as portas e janelas -- o que não deixa de ser um recurso de composição e de exploração plástica dos elementos da construção. No entanto o aspecto exterior resultou pesado e maciço, como na maioria das construções coloniais -- longe de ser "renascentista", como pretende YUNES (1980, 4).

Internamente, KRETSCHMER adotou uma disposição tradicional em seqüência: pequeno vestíbulo com escadas para os camarotes, plateia e cena. A sala de espetáculos tinha a forma de um "U", numa variação do tipo italiano de configuração em ferradura, capacidade para 1.200 espectadores distribuídos na plateia propriamente dita, em duas ordens de camarotes e nas galerias (quarto pavimento interno).

Da sua inauguração até os dias de hoje, o Teatro Sete de Abril passou por duas reformas (1870 e 1916) e um grande período de restauração (1980-1990).

Em 1869, o maestro Luís CAVEDAGNI, que por várias vezes se apresentou no teatro, ofereceu o "risco" (projeto) de algumas modificações necessárias a serem realizadas no interior do prédio. As obras foram realizadas de 1870 a 1879 por Pedro Peiruq (Sic), incluíram a "modernização" das portas e janelas, colocação de grades e colunas de ferro

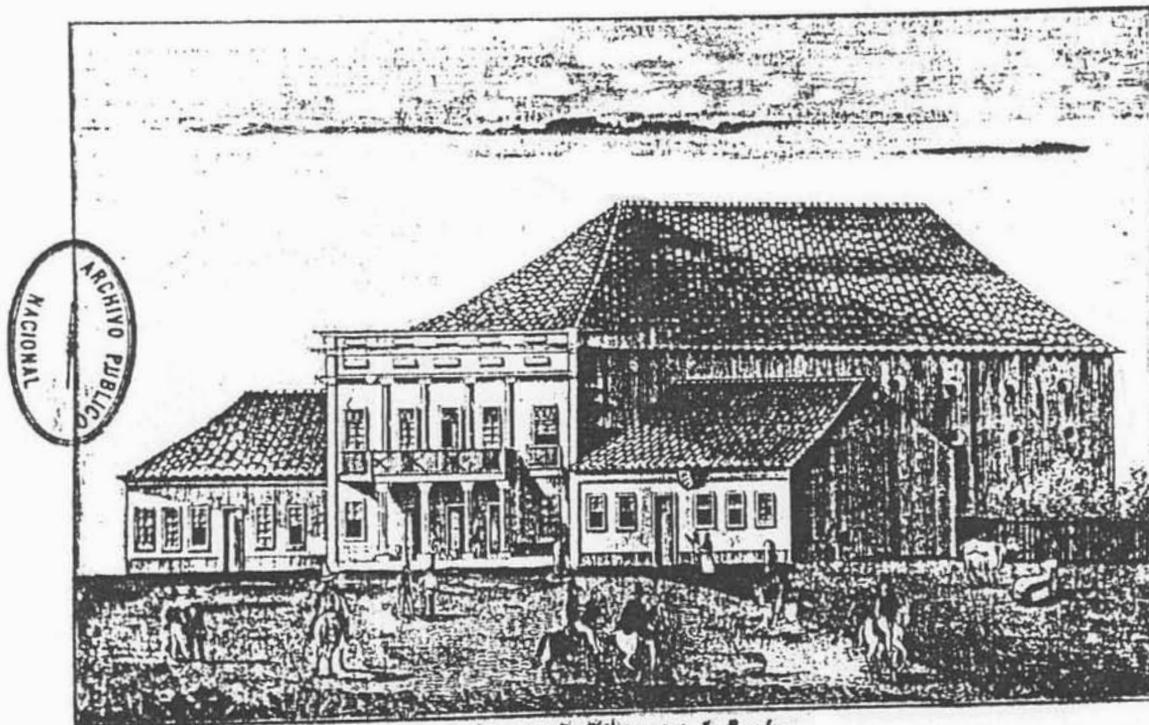
nos camarotes, aquisição de bancos para os camarotes, bem como "pinturas gerais" (elaboradas pelo pintor italiano *Bernardo Grasselli* – especialista em cenografias).

A segunda, e maior, reforma ocorreu a partir de janeiro de 1916, em pleno Segundo Período Eclético, e incluiu, além de modificações internas, como a ampliação da platéia, a modificação da fachada original. As obras foram realizadas pelos empreiteiros *Pedro e João Rodrigues (Rodrigues & Cia)*, segundo projeto da firma *Perez, Monteiro & Cia* – com exceção da fachada, que foi substituída por outra projetada pelo arq. *José TORRIERI*.

O novo projeto respeitou apenas os vãos originais, modificando completamente o restante dos elementos até então existentes, introduzindo ornamentos diretamente relacionados com a função do prédio (máscaras, liras, violas e um tarol), criando um frontão em forma de pórtico em arco abatido, e transformando a própria fachada, como um todo, em um espetáculo luminotécnico:

"A nova fachada, obdecendo ao estilo corrente na época, apresentava ao alto, dois fortes focos elétricos (1000 velas cada um) e na parte mais alta //frontão/ três vitrôs, sendo o do centro com as cores da bandeira nacional e o dos lados com as cores da bandeira do Rio Grande do Sul, iluminadas por 75 lâmpadas (16 velas cada), convenientemente dispostas, e em baixo, na altura do segundo pavimento, por 4 lâmpadas com 1200 velas. Sobre o passeio, onde enconstam os veículos, abrigando a entrada, foi colocada uma marquise com armação de ferro e envidraçada" (YUNES, 1980, 14)

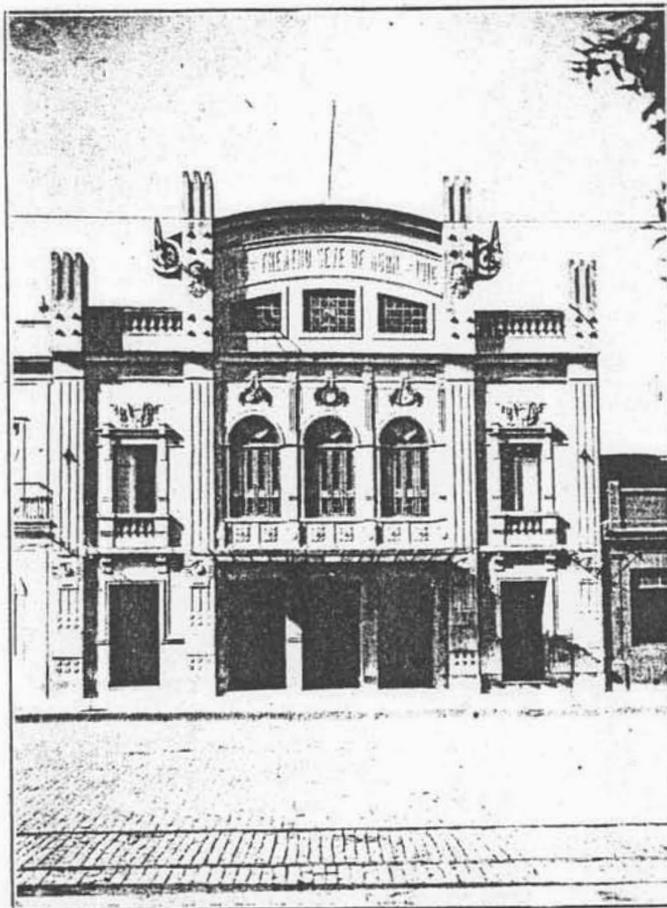
Em reconhecimento à importância arquitetônica do prédio, por sua relação com o desenvolvimento das artes no Estado e por se tratar do mais antigo teatro brasileiro em funcionamento, o Teatro Sete de Abril foi tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, em 1979.



Teatro de São Francisco de Paula.

2.A. "VISTA DO TEATRO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA", litografia de Peter Ludwig (1846).

Fonte: Biblioteca Nacional.



2.B. "TEATRO SETE DE ABRIL" (1922).

Fonte: CARRICONDE, 1922, s.p.

NOTAS:

1. Encontramos diversas "grafias" do nome do mesmo engenheiro: Fernando OSÓRIO (1922, 50 e 52) fala do "engenheiro norteamericano, ERNESTO EDUARDO KRESCHMER"; Heloisa NASCIMENTO (1989, 77) fala de "ERNESTO KRISTCKMAN"; Günter WEIMER acredita tratar-se de "EDWARD KRETSCHMER", um "mercenário contratado pelo governo Português para lutar contra Rosas", o mesmo autor apresenta uma GRAVURA elaborada, em 1857, por "KRETSCHMER" (1983a, 89); Gilberto YUNES (1980, 4) fala no engenheiro "alemão EDUARDO VON KRETSCHMER".
2. Segundo Glenda Pereira da CRUZ (1984, 398), a referida "sanga do norte" deveria ser a que atravessava a área, então desocupada, da rua Argolo, posteriormente (séc. XX) canalizada.
3. Segundo António Gonçalves CHAVES (1978, 179), entre as 217 casas existentes, havia uma avaliada em "quarenta mil cruzeiros", enquanto os cinco armazéns existentes somavam vinte mil.
4. Código de Posturas da Villa de Rio Grande, Cap. VI, Art 8.
5. Na rua Barão de Mauá, frente ao número 203 existem, em ruínas, remanescentes das instalações de uma "caieira" que funcionou desde o século passado.
6. Rua Barão de Mauá, 203 e 201 (descaracterizada); rua Tiradentes, 2815, 2247 e 2175 (demolida durante a elaboração do trabalho); rua Major Cícero, 210; rua Almirante Barroso, 1620 (descaracterizada); rua Gonçalves Chaves, 702.
7. Nos estados do norte do país, este compartimento corresponde a varanda.
8. Documento sem referência, existente na Biblioteca Pública Pelotense, sob o título de "A Casa mais Antiga de Pelotas".
9. Rua Félix da Cunha, 520; rua Sete de Setembro, 162 e 153; praça Cel. Pedro Osório, 2 e 100/2; rua Gonçalves Chaves, 766/8 e rua Félix da Cunha esquina Gonçalves Chaves (demolida).
10. Segundo informações verbais de Joaquim Luis Ribas Azevedo, descendente de Domingos Ribas.
11. Segundo Mário Osório MAGALHÃES, a residência que pertenceu a Domingos Castro Antiquera é o atual Conservatório de Música de Pelotas.
12. Segundo Relatório do Presidente do Estado, datado de 5/11/1859. "reconhecida a necessidade de um novo templo para a cidade de Pelotas /.../, depois de um arquiteto civil do Rio de Janeiro ter recuado a missão de construí-lo", foi contratado, em 1847, o "Arquiteto" Roberto Offer (ou Oefer), que residia em Montevidéu.

13. Segundo Mario MAGALHÃES (1987, 76), "O Sete de Abril é de 1831, tendo surgido para festejar a data da maioridade de D. Pedro. Foi instalado no terreno que ocupa em 2 de dezembro de 1833, dia do aniversário do Imperador".
14. Em 1846, o litógrafo PETER LUDWIG nos deixou uma vista do "Teatro de São Francisco de Paula", reproduzida em AVÉ-LALLEMANT (1980, 151). O Teatro manteve sua fachada original até a reforma de 1916.

PRIMEIRO PERÍODO

ECLÉTICO

PRIMEIRO PERÍODO

ECLÉTICO

2.2. PRIMEIRO PERÍODO ECLÉTICO

"Foi com o charque que a economia sulina encontrou a sua configuração de abastecedor do mercado interno brasileiro. O salgamento de carne já era praticado no Rio Grande do Sul, mas foi só no final do séc. XVIII que essa atividade passou a se realizar em escala comercial, destinada à exportação para o restante do Brasil, onde o charque era utilizado na alimentação dos escravos" (PESAVENTO, 1985, 22).

A partir das primeiras décadas do séc. XIX, intensificou-se a produção de carne salgada, inaugurando-se o chamado "Ciclo do Charque", que garantiria a circulação e acumulação de uma camada senhorial enriquecida, tomaria regular e intensa a exploração de escravos, criaria um mercado regional para o gado, intensificaria uma atividade comercial mais consistente e, finalmente, refletir-se-ia nos principais núcleos urbanos ligados à indústria do charque, Rio Grande e Pelotas.

Rio Grande como núcleo comercial-portuário e Pelotas como principal centro de produção.

Fernando Henrique CARDOSO no livro "Capitalismo e Escravidão Meridional" (1977) explica que o processo de formação da sociedade patrimonialista gaúcha pode ser dividido em dois períodos. Num primeiro momento, de conquista, os funcionários reais, agindo impessoalmente, defendiam contra a população local o que supunha ser os direitos da Coroa (neste sentido, o poder real acabou fortalecendo e prestigiando a autoridade local – chefes de bando e "chefes de parentela" – pois dependia destes e de seus homens para a defesa e manutenção das terras conquistadas). Num segundo momento, os próprios chefes da parentela ampliaram seu domínio e consolidaram o poderio econômico que haviam alcançado.

"... paralelamente, os funcionários reais, civis e militares passaram a utilizar, cada vez mais, a parcela de poder auferido para explorar os habitantes da região não amparada pelo Poder, tornando-se, eles próprios, empresários econômicos. Assim, quando a rotinização da vida econômica e política no primeiro quartel do séc. XIX permitiu a estabilização da camada de proprietários de terras, de gado e escravos, eles passaram a exigir, de forma crescente, maior participação no poder, visando mais o acrescentamento da riqueza pessoal do que o fortalecimento e os interesses do Erário e do Poder Real" (CARDOSO, 1977, 112) – grifo nosso.

Foi desta maneira que se formou, pelo fortalecimento do poder político e econômico, uma camada de senhores, chefes de família, proprietários de terras, gado e escravos – que passaram a exercer influência decisiva na ordem local e regional, defendendo os seus interesses e, muitas vezes, entrando em choque com os da Coroa. "Clãs familiares enriquecidos passaram a pressionar o governo no sentido de obter cada vez mais poder e autoridade, usufruindo dos cargos em proveito da consolidação da sua riqueza" (PESAVENTO, 1985, 32).

Pelotas, como centro das charqueadas e das transações econômicas, passou a disputar, como já foi dito, o status de capital política, pois ali estava concentrada a maioria dos clãs familiares, ali haviam construído suas casas urbanas e dali partia mais da metade do charque exportado pela província. Não se deve estranhar que dentre os cinquenta e oito detentores de títulos de nobreza da província, dezoito tenham residido em Pelotas, sendo treze pelotenses.

Sem dúvida alguma, não pode falar em Pelotas sem mencionar o charque e vice-versa. A cidade desenvolveu-se, cresceu e enriqueceu graças à produção e comercialização de carne salgada seca ao sol; da mesma maneira, parte de sua sociedade desenvolveu-se graças à exploração cruel do trabalho escravo. Pelotas não era só progresso, prosperidade, abundância, opulência e encanto conduzidas por homens "dotados de disposições liberais" (DREYS, 1961, 116), onde a "aristocracia rio-grandense" (EU, 1981, 135) vinha gastar seus patações, como deixaram transparecer alguns historiadores e visitantes. Pelotas também era atraso, carência, miséria e desencanto, frutos de uma sociedade violenta, escravagista e elitista, bastante estratificada e injusta, na qual para cada um homem banco havia, no começo do século, dois negros.

Relacionando a indústria saladeiril com o regime escravocrata, Fernando Henrique CARDOSO diz que, no Rio Grande do Sul, a condição de SENHOR não

correspondeu à existência de um estalão senhorial de vida, ou seja, um padrão de comportamento como o que se estabeleceu no nordeste dos senhores de engenho. No caso gaúcho, "inexistiram diferenças acentuadas no modo de existência material que marcassem profundamente a condição de senhor em face da condição de escravo" (CARDOSO, 1977, 132). No entanto, o autor faz algumas ressalvas importantes: primeiro, que tal constatação não implica no relaxamento da maneira de tratar os escravos, que foi sempre "assimétrica e brutal"; segundo, "a inexistência de padrões senhoriais de vida não significa que os senhores deixassem de autoconceber-se como *GRAND-SEIGNEURS*, à imagem da aristocracia rural brasileira das regiões mais ricas" (1977, 132); e terceiro, que "um estilo de vida mais próximo do padrão senhorial de existência só pôde ser mantido nas cidades, sobretudo em Pelotas (1977, 131).

O que se quer demonstrar é que, mesmo não ocorrendo diferenças acentuadas de existência material, e como a camada dominante rural gaúcha tinha hábitos e costumes menos refinados, bem como padrões de vida mais modestos, *em Pelotas, foi necessário forjar e mesmo manter um "modus vivendi" típico, e se possível exclusivo dos "grand-seigneurs", capaz de, por si só, diferenciar aqueles ricos senhores dos demais gaúchos, e até mesmo de parte dos pelotenses, que estavam à margem daquela sociedade.*

Este novo "modus vivendi" manifestou-se sobretudo na cidade, durante a última metade do séc. XIX, através de um programa de melhoramentos urbanos e de construções públicas e privadas de altíssimo gabarito, que modificaram totalmente a fisionomia de Pelotas. Coincide com o processo de transformação pelo qual passou Porto Alegre no mesmo período, devido ao reflexo da acumulação de capital baseado na comercialização dos produtos coloniais.

"Depois de se ter percorrido por duas vezes a Província do Rio Grande do Sul; depois de se ter estado em suas pretensas vilas e cidades, Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e próspera cidade!...as carruagens que a percorrem – fenômeno único na província – sobretudo os seus edifícios, quase todos de mais de um andar, com as suas elegantes fachadas, dão idéia de uma população opulenta... Por todas essas vantagens, que esta cidade possui sobre Porto Alegre, se me afigura se para lamentar que não seja ela a capital da Província" – 1865 (EU, Conde d', 1981, 134-5).

Baseado em 116 relatórios apresentados pelos presidentes da Província de 1850 a 1889, e analisando as realizações e aplicações de verbas, Günter WEIMER chegou

à conclusão de que, nesse período, o grande beneficiado pela política de aplicação de recursos destinados às obras públicas foi o ESTAMENTO PECUARISTA (1983B, 166-72); o que confirma a efetiva influência dos charqueadores e dos pecuaristas em geral na política da Província e, por extensão, no poder Imperial; além de demonstrar o que contribuiu para a criação da nova imagem de Pelotas e para estimular o seu novo "modus vivendi".

Os principais melhoramentos urbanos começaram a ser introduzidos na cidade a partir de 1847, quando a Câmara de Vereadores obteve, do Presidente da Província (1), a aquisição de 120 lampiões de "azeite" (2). No ano seguinte, teve início a construção do Mercado, segundo planta elaborada por *Rafael Mendes Carvalho* e contruído por *Theodolino Farinha* (3).

Em 1850, *Friedrich Heydtmann* foi contratado pelo Presidente da Província (4) e incumbido de contruir a cadeia de Pelotas (5) e a ponte do Santa Bárbara (reconstruída entre 1856 e 1857).

No ano de 1868, foi firmado o contrato entre a Cia. de Desobstrução da Foz do São Gonçalo e a Presidência da Província (6), para obras dirigidas pelo eng. *Schmidt* (7) e executadas pelo eng. *Huber* (inauguradas em 1876).

Mário Osório MAGALHÃES (1987, 77) conta que a partir de 1870, a atual Praça Coronel Pedro Osório, passou a receber uma série de melhoramentos, através dos trabalhos do "jardineiro francês" *Aquiles Beauvalet*, perdendo aquele local o seu primitivo aspecto de um simples campo cercado por um alambrado.

O primeiro contrato de encanamento de água potável foi autorizado em 1867 (Lei Provincial nº 592). No entanto, sabe-se apenas que, de 1871 a 1908 os serviços de água da cidade estiveram a cargo da Companhia Hidráulica Pelotense e que, por solicitação desta, foram adquiridos quatro chafarizes (8) e a caixa d'água da Praça Piratinino de Almeida (9).

Em 1887 a Câmara Municipal lançou uma concorrência pública visando à apresentação do projeto de esgotos para a cidade, sendo que foram apresentados três propostas: a do eng. francês *Georges Espinasse*, a da firma *Brenton, Calvet & Cia.*, e do eng. francês *George Howyan* (10). O contrato de concessão para a construção da rede de esgotos foi assinado por HOWYAN que o transferiu para a Cia Industrial e Construtora, que incubiu, em 1897, *Guilherme Ahrons* de concluir os estudos sobre o terreno e organizar

uma planta "devidamente cotada" e "projetar a rede" (11). Uma vez elaborados os serviços coube a *Alfredo Lisboa* projetar definitivamente os serviços de água e esgotos.

Em dois de abril de 1891, *Aimable Jouvin*, em acordo com a Lei Provincial nº 1785 de 1889 – que concedeu a este cidadão francês, boticário e comerciante em Porto Alegre (12), o privilégio para explorar por vinte anos a iluminação elétrica na Província – iniciou a construção de uma usina em Pelotas. Segundo a mesma Lei, o privilégio poderia ser suspenso caso os trabalhos provisórios visando à instalação de serviços de iluminação pública não se iniciassem em um prazo de "dois anos". Por isso, é interessante observar que o sr. JOUVIN instalou a usina exatamente dois anos após a publicação da lei, e constatar que os trabalhos não foram adiante – garantindo-se, porém o privilégio.

Em Porto Alegre, JOUVIN ajudou a fundar (1891) a Cia Fiat Lux, a qual acabou adquirindo a transferência de seu privilégio bem como as instalações existentes em Pelotas e Rio Grande. Em 1898, a administração municipal de Pelotas lançou uma concorrência pública para a efetivação do serviço de iluminação, contratando, desta vez, o sr. *Antônio Manoel de Azevedo Caminha* (13).

A Câmara de Vereadores só veio a ter seu prédio em 1880, segundo projeto do eng. *Romualdo de Abreu e Silva*, modificado pelo eng. *Lopo Netto*, e contruído por *Carlos Zanotta*. A partir de 15 de setembro de 1891 foi nomeado o primeiro intendente (14), que passou a dividir o edifício (atual Prefeitura Municipal) com os edis.

No que diz respeito ao transporte público, Pelotas assistiu em 1873 a inauguração do serviço de bondes com tração animal pela Cia. Ferro Carril de Pelotas. A primeira linha ligava o porto à praça Cel. Pedro Osório (local da estação central). Em 1874 foi construída a segunda linha, ligando a Praça à Catedral, através da rua XV de Novembro. A terceira linha ligou a praça Júlio de Castilhos, local da segunda estação, ao "paço" do Fragata (15).

Ainda dentro do mesmo período foi inaugurada o ramal da estrada de ferro Rio Grande-Bagé (1884) e instaladas três linhas de telégrafo (Rio Grande, 1868; Porto Alegre, 1871 e Bagé, 1881).

As iniciativas e as obras de melhoramento urbanos foram tantas que nesses anos foram elaborando-se pelo menos cinco plantas da cidade: 1849 – eng. arq. Roberto

OFFER; 1876 – engs. *Carlos A Osório Bordini, Henrique C. de Azevedo Guerra e Luiz Wertheimer*; 1897 – eng. *Guilherme AHRONS*; e 1873 – eng. *Romualdo de Abreu SILVA*.

Como podemos concluir, a política de aplicação de recursos provinciais, de 1850 a 1889, beneficiou e muito, a cidade de Pelotas. Mais da metade do orçamento das obras públicas no Estado, nesse período, foi aplicada em vias de comunicação – vias terrestres e fluviais, rede urbana e estradas de ferro (WEIMER, 1983B, 167); contudo em Pelotas concentrou-se em infra-estruturas urbana (água, luz, esgoto, transporte), garantindo, desta maneira, a configuração de uma cidade sempre em progresso e crescimento: *A CONSTRUÇÃO DA PELOTAS DOS CHARQUEADORES*. Paralelamente, os "grand-seigneurs" tornaram-se doadores, benfeitores, padrinhos, patronos, provedores, mordomos e administradores das mais variadas obras com fim social; em troca receberam mais reconhecimento, mais prestígio, mais títulos honoríficos, mais privilégios, mais dinheiro do governo provincial e mais poder. Utilizaram seu prestígio político e econômico para angariar maior quantidade de recursos provinciais para obras da sua área de influência de negócios; por outro lado, utilizaram também o seu nome, dinheiro e escravos para construir os principais prédios públicos da cidade – que respondiam a uma hierarquização das funções sociais da classe dominante e que podem ser divididos em hospitalares e/ou caritativos, educativos, religiosos e associativos.

A partir de meados do século XIX as construções pelotenses começaram a apresentar os primeiros sinais de uma transformação profunda pela qual já estava passando a arquitetura brasileira desde o início do mesmo século: a substituição dos modelos coloniais por outro ecléticos. Em Pelotas, passou a existir um predomínio do que foi definido como *Eclétismo Historicista*, no qual se buscava a adoção imitativa de formas que no passado haviam pertencido a um estilo arquitetônico único, no caso, buscando – preponderantemente – elementos do renascimento italiano e/ou identificados com a tradição clássica. É a chamada arquitetura "Neo-Renascentista" de Pelotas:

"Em sucessivas consultas a obra clássicas e modernas, conclui-se que essa arquitetura, peculiar a Pelotas, tem origem na renascença, cuja característica predominam acrescidas de outras locais. Composita talvez pudéssemos chamá-la, mas nunca eclético, porque seria ingressar em terminologia apropriada a doutrinas sociais" (NASCIMENTO, 1989, 82).

Não sendo possível falar em um neoclassicismo puro ou ortodoxo em Pelotas, considerando que o que se costuma denominar neoclassicismo ou neo-renascentismo é, na realidade, ECLETISMO, e ainda que, parte desse ecletismo se desenvolveu através da utilização de elementos do renascimento italiano e de outras correntes estilísticas ou períodos da história da arte, é necessário concordar com Yves BRUAND quando afirma:

"No Brasil, costuma-se englobar sob o rótulo NEOCLÁSSICO todos os edifícios onde se pode notar o emprego de um vocábulo arquitetônico cuja origem distante remonta à Antiguidade greco-romana. Portanto o que se convencionou chamar de neoclassicismo, na realidade não passa de uma forma de ecletismo, onde é possível encontrar justapostos todos os estilos que utilizam, cornijas e frontões, da Renascença italiana ao Segundo Império francês, passando pelo classicismo, pelo barroco e pelo verdadeiro neoclássico de fins do século XVIII e primeira metade do XIX." (BRUAND, 1981, 33) – grifo nosso.

Em Pelotas a gramática da arquitetura clássica foi adotada em todas as construções. As fachadas passaram a ser concebidas a partir de rígidos esquemas compositivos e a receber uma série bastante grande de elementos decorativos (ornamentos) derivados diretamente do mundo de tradição clássica. É a arquitetura das ordens (dórica, jônicas, coríntias, ou compostas); da base, do fuste e do capital; das colunas, das pilastras e do entablamento; da arquitrave, do friso e da cornija; da platibanda, do frontão e dos acabamentos em louça; das ânforas, das compoteiras e das estátuas.

Tal arquitetura caracteriza-se principalmente pelo seguinte:

1. é uma arquitetura de tijolos de barro, caracterizada pela utilização constante de sistemas estruturais simples em alvenaria portante;
2. é uma arquitetura artesanal que, a partir da década de 70 do século XIX - devido à facilidade de acesso -, passou a incorporar alguns elementos industrializados, na sua maioria importados;
3. é uma arquitetura que busca afirmação através da contraposição de uma linguagem em relação à do período anterior: trabalha com materiais simples e disponíveis acrescidos de outros nobres e importados;
4. é uma arquitetura que busca um sentido simbólico nas construções, identificado com a recuperação e utilização de formas e elementos que haviam pertencido a um estilo arquitetônico único, no caso, principalmente do renascimento italiano;
5. é uma arquitetura preocupada com a aparência externa das obras e que tem necessidade de afirmação por meio de realizações de obras singulares, identificadas com a arquitetura de tradição clássica;

6. é uma arquitetura de volumes retangulares, bastante definidos, puros e simples, cuja plasticidade resulta da utilização de rígidos esquemas compositivos reinventados a partir da sintaxe de tradição clássica;

7. é uma arquitetura pura e de clareza perfeita;

8. é uma arquitetura que deixa evidente sua relação com o solo no qual se apoia;

9. é uma arquitetura bastante rica em elementos decorativos derivados diretamente do mundo da tradição clássica.

De 1850 até 1900 destacaram-se as seguintes construções públicas: o Asilo de Orfãs Nossa Senhora da Conceição (1853); a Capela de Nossa Senhora da Conceição (1855); a Beneficência Portuguesa (1861); a Santa Casa de Misericórdia (1872 - primeiro andar), projeto de Vieira PIMENTA; a "Praça do Comércio" - Associação Comercial (1873), no atual local do Clube Caixeiral; o "Edifício Municipal" - Prefeitura Municipal (1879), projeto de Romualdo de Abreu e SILVA e construção de Carlos ZANOTTA; a Capela do Senhor do Bonfim (1881), no Cemitério Público; a Escola Eliseu Maciel (1883), projeto de Dominique PINEAU e Dominique VILLAR; a Capela de São João Batista (1884), finalizada por José Izella MEROTE; o Asilo de Mendigos (1887 - pedra fundamental), projeto do eng. José de MAGALHÃES; a Biblioteca Pública Pelotense (1888 - primeiro pavimento), projeto de José Izella MEROTE; a reforma do Hotel Aliança (1889), projeto do cenógrafo Ricardo GIOVANINI; a Capela de São Pedro (1892), projeto atribuído a José Izella MEROTE; a sede do Congresso Português (1895), projeto do arq. Caetano CASARETTO; a mudança do Clube Comercial para o "Palacete Braga" (1896), projeto de José Izella MEROTE (1871).

2.2.1. A ARQUITETURA RESIDENCIAL DE 1850-1900

A partir da metade do século XIX, as residências urbanas das classes mais abastadas passaram a apresentar uma série de modificações que indicam o abandono das soluções identificadas com a arquitetura colonial. A utilização de novos materiais – principalmente aqueles necessários para o embelezamento e acabamento das construções – o surgimento de novas tipologias de relação com o lote, a exploração formal e plástica das fachadas e as novas soluções de cobertura, entre outras, fizeram com que, pouco a pouco, a aparência das construções urbanas fosse completamente modificada, embora não ocorressem transformações significativas da técnica construtiva. Essas modificações atingiram três níveis distintos: um primeiro, que pode ser chamado de *visual*, correspondente apenas a modificações ou reformas de prédios coloniais que passaram a apresentar fachada de "gosto moderno" (que utilizavam elementos retirados da antiguidade clássica), através da introdução de platibandas no local dos beirais, construção de frontões para marcar o acesso principal ou o centro do prédio, aplicação de pilastras sobre as paredes, adoção das diferentes ordens de origem greco-romanas, enquadramento e emolduramento das aberturas etc; um segundo nível, que pode ser chamado de *virtual*, na medida em que as residências eram construídas e continham todas as condições externas essenciais de um prédio "moderno" porém, internamente, mantinham os padrões coloniais, ou seja, nasciam com uma "aparência clássica", mas não deixavam de ser coloniais; e por fim um terceiro nível, que pode ser chamado de *real*, que compreende os imóveis que realmente foram construídas dentro do "gosto neoclássico", apresentando não só modificações ou inovações nas fachadas, mas a introdução de novos esquemas de distribuição interna, novas tipologias de ocupação do lote, um refinamento e apuramento dos acabamentos internos, entre outras

características. Deve-se salientar, mais uma vez, que o que é chamado de "neoclássico" nada mais é do que uma das manifestações do ecletismo dentro de sua corrente historicista, e que dominou a arquitetura pelotense até as primeiras décadas do nosso século.

A primeira característica importante presente nas residências pelotenses do final do século passado diz respeito ao abandono dos modelos formais e plásticos da arquitetura colonial portuguesa e a sua substituição por outros, baseados na arquitetura de tradição clássica, com forte influência da renascença italiana.

A maioria dos prédios passou a apresentar soluções tripartidas, com uma base tradicionalmente correspondente a um porão elevado (outra inovação), um corpo correspondente ao pavimento principal e um acabamento superior correspondente às platibandas cegas ou vazadas que escondiam os telhados.

Uma vez determinadas as dimensões e a forma da edificação -- basicamente retangular e ocupando os limites do terreno -- era escolhida uma das cinco ordens clássicas e a ornamentação que lhe correspondia. Em Pelotas, adotou-se basicamente uma variação da ordem compósita (apresentando cinco folhas de acanto estilizadas divididas em dois níveis e encimadas por duas volutas), e dois esquemas gerais de composição de fachadas, que variavam segundo o número de abertura da construção.

O primeiro esquema ocorria quando o número de aberturas (porta mais janelas) era *ímpar*: nas residências com três aberturas, a porta era localizada em uma extremidade da fachada, ocorrendo uma quebra da simetria que era corrigida pela localização de um frontão central sobre a janela do meio; em casos de mais de três aberturas, passava a existir uma coincidência entre a porta principal, o eixo de simetria e o frontão.

O segundo esquema ocorria quando o número de aberturas era *par*, neste caso, sempre uma janela passava a compor com a porta principal uma unidade central, sendo essa unidade valorizada, emoldurada ou isolada através de pilastras e coroada pelo frontão -- neste caso o eixo de simetria passava no centro, entre a porta e a janela principal.

As dimensões dos frontões e das platibandas variavam também segundo o número de aberturas: para três aberturas, o frontão estava sobre a do centro; para quatro, estava sobre a porta e janela centrais; para cinco, estava sobre a porta e as duas janelas que a ladeavam; para seis, voltava a estar sobre a porta e janelas centrais; e assim sucessivamente.

A utilização de pilastras (com capitéis) e de pilastras com rusticação seguia a uma determinada regra: na maioria das construções as pilastras com rusticação eram empregadas apenas nas extremidades das fachadas (numa variação da idéia de rigidez própria dos cunhais coloniais) e as pilastras propriamente ditas eram empregadas entre as diversas aberturas, marcando o ritmo desejado da composição.

A base das pilastras variava, em suas dimensões, conforme a altura do porão da residência, sendo que este, muitas vezes, era totalmente revestido de rusticação -- o que garantia ao prédio um aspecto de robustez e tectonicidade.

Os frontões de massa que encimavam as portas e janelas variavam segundo a importância relativa da abertura, sua localização em relação ao eixo de simetria e segundo o número de aberturas. Nas construções de número ímpar, o frontão que encimava a porta (sobre o eixo de simetria) recebia tratamento diferenciado dos demais e, quando o número de aberturas era par, a porta e janela centrais (entre o eixo de simetria) recebiam esse tratamento.

Sobre as platibandas era aplicada uma série bastante grande de elementos decorativos e de acabamento, a maioria destes importados do Porto: pinhas, vasos, ânforas, pináculos, globos e as características estátuas de louça -- que representavam figuras mitológicas, as estações do ano, as virtudes etc, e que conferiam à residência e a seu proprietário destaque e "status", demonstrando a situação sócio-econômica desfrutada.

Essas regras gerais de composição de fachada sofriam poucas alterações em relação aos prédios de esquina, aos sobrados ou às casas geminadas.

Quando o prédio era de esquina, possuindo portanto duas fachadas, uma delas era escolhida como a principal -- tradicionalmente aquela voltada para as ruas que se dispõem no sentido norte-sul. A fachada dita principal era resolvida como as das casas de meio de quadra e a outra recebia um tratamento mais simplificado. Muitas vezes, quando a fachada secundária era muito extensa, recebia também um frontão que marcava o seu centro.

Os sobrados seguiam os mesmos esquemas das casas de meio de quadra e/ou esquina, porém o pavimento térreo era muito menos trabalhado.

As casas geminadas eram tratadas como uma única construção, sendo que o frontão marcava o centro desta unidade.

Se os "grand-seigneurs" utilizaram sua influência, seu prestígio, seu dinheiro e seus escravos para forjar um "modus vivendi" típico e exclusivo, foi em suas residências urbanas, sobretudo, que este se manifestou com maior intensidade. Pois se, em âmbito geral – regional e local – foi necessário criar uma diferenciação entre esses ricos senhores e os demais gaúchos e pelotenses, em âmbito particular, foi necessário criar uma diferenciação entre os próprios senhores.

Essa necessidade de diferenciação ou afirmação individual baseada na situação econômica e no status político dos proprietários manifestou-se externa e internamente nas habitações da classe dominante. Externamente, através da já referida adoção de novos códigos estéticos; da escolha do tipo de habitação (sobrados ou de "porão alto"); e da utilização de uma gama bastante grande de elementos de decoração e acabamento. E internamente através da valorização de seus espaços, sobre todos, dos salões.

"A austeridade e quase rusticidade dos interiores dos tempos coloniais, vinham substituir tendências de grande valorização decorativa. Revestiam-se as paredes com papéis coloridos com motivos ornamentais, importados da Europa, capazes de disfarçar, mesmo nas construções mais grosseiras, as imperfeições de acabamento" (REIS FILHO, 1978, 118).

O refinamento das construções habitacionais e a tendência de valorização decorativa fizeram surgir e se desenvolver uma verdadeira "indústria" das chamadas "artes menores", como os acabamentos e trabalhos em gesso e massa (que atingiram seu ponto culminante na residência nº8 da Praça Cel. Pedro Osório); a das paredes revestidas de escaiola; a das bandeiras ornadas e montadas com vidros coloridos; a das portas talhadas, cegas ou envidraçadas; dos ladrilhos hidráulicos decorados, e a dos guarda-corpos, gradis e lambrequins de ferro ou chapa. Por outro lado, a facilidade sempre crescente – devido à intensificação do comércio e ao aumento do número de casas importadoras – de contar com materiais, equipamentos, móveis e objetos estrangeiros fez com que, cada vez mais, se reproduzissem em Pelotas modos de vida europeus.

"Desse modo os estratos sociais que maiores benefícios retiraram de um sistema econômico baseado na escravidão/.../procuravam criar, para o seu uso, artificialmente, ambientes com características urbanas e europeias, cuja operação exigia o afastamento dos escravos e onde tudo ou quase tudo era produto de importação" (REIS FILHO, 1978, 119).

A peça fundamental deste "cenário" social passou a ser o SALÃO, espécie de estar para visitas, só utilizado para o "bem receber" e que, para isso, era ricamente decorado

e mobiliado. No esquema geral das residências do século XIX, o salão ou sala de visitas, passou a representar uma unidade à parte do convívio familiar -- sem função diurna -- pois era mantido fechado e completamente ignorado pelo senhor, proibido para as crianças, apenas decorado pela senhora e limpo pelos escravos. Para só ser utilizado em noites de festas, quando as suas portas eram abertas e, através das janelas rasgadas podia-se vislumbrar o requinte de seu interior e a alegria da vida mundana (16).

Uma segunda peça passou a fazer parte, obrigatoriamente, dos programas habitacionais das classes abastadas: o GABINETE. Em uma época em que a "cultura guardava o timbre aristocrático -- de que, aliás, ainda não se libertou completamente -- e constituía uma forma de distinção. Cultivá-la representava CLASSIFICAR-SE" (SODRÉ, 1989, 39). Desse modo, possuir uma pequena sala de leitura, alguns livros, e um local para pequenas reuniões de negócios era fundamental, mesmo que por simples ostentação.

Outra característica presente na arquitetura pelotense implica na manutenção dos esquemas tipológicos tradicionais de moradia -- residências de PORTA E JANELA e de MEIA MORADA -- e a difusão das residências tipo MORADA INTEIRA DE PORÃO ALTO.

Em comparação com tipos primitivos e já analisados, as casas de MORADA INTEIRA apresentam a inovação do corredor central que divide salas e alcovas, garantindo uma independência entre os diversos compartimentos da habitação, e que desemboca na sala de jantar. O que ocorreu foi um rebatimento do tipo de MEIA MORADA, devido à possibilidade de se dispor de um terreno com maior área de testada.

A chamada casa de PORÃO ALTO veio desbancar a hegemonia dos sobrados como moradia dos ricos e alargar a faixa que distanciava estas das residências dos pobres.

A partir da metade do século XIX, as grandes residências construídas em Pelotas seguiram o esquema de porão alto, que se adequou muito bem ao clima úmido da cidade.

"... a nova fórmula de implantação permitia aproximar as residências da rua, sem defeitos das térreas, graças aos porões mais ou menos elevados, cuja presença era muitas vezes denunciada pela existência de óculos ou seteiras com gradis de ferro, sob as janelas dos salões. Nesse caso, para solucionar o problema do desnível entre o piso da habitação e o plano do passeio, surgia um a pequena escada, em seguida à porta de entrada. Essa, com puxadores de cobre e com duas folhas ornadas de grandes almofadas,

abria-se sobre um pequeno patamar de mármore, quase sempre com desenhos de xadrez em preto e branco. Após a escada, a proteger a intimidade do interior da vista dos passantes, ficava uma porta em meia altura, geralmente de vidro ou de madeira recortada. Antes dessa, porém, no patamar superior, situavam-se as portas dos salões; aqueles salões cujas janelas, como nos sobrados, abriam para a rua" (REIS FILHO, 1978, 40).

Complementando a descrição feita por Nestor Goulart REIS é possível ainda reforçar a idéia da existência, junto ao passeio, de uma porta cega bastante grande (pois era acrescida, em suas dimensões, da altura do porão), só fechada durante a noite ou quando a família estava enlutada. Após esta porta, como foi citado, situava-se um pequeno patamar com uma segunda porta, desta vez envidraçada, e as portas dos salões: de um lado o salão propriamente dito (sala de visitas) e do outro o gabinete ou escritório. A porta envidraçada abria-se para um corredor – configurando o esquema das casas de MORADA INTEIRA – com alcovas e dormitórios de ambos os seus lados até desembocar na sala de jantar.

As salas de jantar, tradicionalmente utilizadas para receber, eram, por isso, bem iluminadas e ventiladas, possuíam maiores dimensões e, nas casas de porão alto, tinham acesso direto – através de pequenas escadas – aos jardins ou áreas de iluminação.

Com exceção das pequenas habitações, as salas de jantar não estavam diretamente ligadas às cozinhas, mas sim às copas, locais onde efetivamente as famílias se reuniam para realizar suas refeições. Por outro lado, as copas serviam de anteparo entre a sala de jantar (local de visitas) e a cozinha (local de escravos e empregados).

Completando o programa e a área de serviço das habitações das classes abastadas existia ainda a despensa, um "quarto" (utilizado por algum empregado ou que servia de rouparia ou ainda de "sala de engomar"), a sala de banho (onde se localizava a banheira) e uma pequena peça para a "latrina".

Outra importante transformação pela qual passou a arquitetura pelotense (e a brasileira em geral) do início para o fim do século XIX, diz respeito a sua relação com o lote urbano.

A partir de meados do século passado começaram a aparecer as primeiras habitações apresentando recuos em relação a, pelo menos, um dos limites laterais dos lotes, mantendo porém, o tradicional alinhamento sobre a via pública. Esses recuos, ainda muito acanhados, passaram a ceder lugar aos jardins laterais e/ou às entradas de veículos, o que

acabou permitindo ou obrigando a uma "radical" transferência do acesso principal das habitações para a fachada lateral. Acesso sempre valorizado, devido à altura dos prédios, por escadas, alpendres e varandas protegidos por gradis de ferro ou balaustradas de louça e cobertas por pequenos telhados rematados por lambrequins.

Os recuos frontais -- em relação ao alinhamento da via pública -- quando existiam, não tomavam conta de toda a extensão da testada do lote, mas sim de reentrâncias das próprias construções.

Por mais significante, dignificante ou agradável que pudesse parecer possuir um jardim na frente ou no lado de uma construção, durante o século XIX as residências não conseguiram se desprender totalmente dos limites do terreno, permanecendo, pelo menos duas das fachadas, quando não todas, a elas ligadas. No entanto, a possibilidade de se poder contar com um recuo lateral fez com que, pouco a pouco, fossem desaparecendo as alcovas e melhoradas as condições de higiene, ventilação e iluminação interior das habitações.

2.2.2. SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

Com o objetivo de atender especialmente a indigentes, foi construída em 1846 a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia que, um ano depois, fundou o hospital.

Heloisa A. NASCIMENTO (1975, 11) relata que "o Irmão Provedor, Conde de Piratini, encarregado de mandar levantar a planta (1861), procurando abreviar tal incumbência e para orientar-se sobre o assunto, solicitou ao Provedor da Misericórdia de Rio Grande, os planos do hospital que ali se construía (17) e que foram enviados com outros mais antigos, e que se supunham fossem cópias da Santa Casa de Porto Alegre (18). Nessa mesma oportunidade, o Irmão Escrivão *José Vieira Pimenta*, apresentou um RISCO de planta térrea e também das quatro faces do edifício e que foi aprovado por unanimidade" (1975, 11).

Não se pode chegar a uma conclusão precisa se *Vieira PIMENTA* (19) utilizara ou não as plantas de Friedrich HEYDTMANN (autor do projeto da Misericórdia de Rio Grande - 1850), no entanto existem algumas coincidências tipológicas entre os dois prédios: edifícios em alas laterais, centrados por uma capela com duas torres, sendo que cada ala se estrutura através de um longo corredor que se abre para os pátios internos de um lado e para as enfermarias de outro.

Como as obras dependiam de doações e da disponibilidade de mão-de-obra escrava e sentenciada, a construção arrastou-se por um longo período, tendo dela participado um bom número de técnicos, segundo as atas da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.

1861 -- lançamento da pedra fundamental, segundo projeto de José Vieira PIMENTA;

1864 -- reelaboração dos desenhos originais pelo alemão Augusto LANDGRAF (20);

1872 -- inauguração do primeiro pavimento;

1874 -- construção da cozinha por *Alexandre Marcucci*;

1876 -- instalação da água encanada pelo eng. *Higino Correa Durão*;

1877 -- conclusão do segundo pavimento;

1878 -- conclusão da cobertura da capela;

1882 -- contratação de *José Izella Merotte* para a finalização da capela;

1884 -- inauguração da Capela;

1887 -- 1900 -- ampliação da ala da rua General Neto por *Guilherme Marcucci*.

Para que o prédio da Santa Casa de Misericórdia possa ser analisado de maneira correta, deve ser considerado em, pelo menos, três blocos diferentes: a ala da direita (1872 e 1877), a Capela de São João Batista (1884), e a ala da esquerda (1932).

O bloco mais antigo -- a ala da direita -- que abrigou por 60 anos todo o hospital, apresenta grande regularidade e simplicidade em seus dois pisos, marcada pela repetição das aberturas padronizadas e pelo ritmo das pilastras coríntias de "ordem colossal" (altura de dois pavimentos). No andar térreo, janelas de guilhotina com marcos de pedra e no primeiro pavimento, sacadas de púlpito em ferro fundido sustentadas por "cachorros", ambas encimadas por frontões retangulares. Coroando a construção, cornija saliente, platibanda vazada por balaústres e uma seqüência de "compoteiras" (correspondendo uma para cada pilastra). A composição é surpreendentemente assimétrica, o que poderia ser compreendido caso no projeto original estivesse, já prevista, a construção da ala esquerda que, junto da capela, formaria um conjunto simétrico, rebatido e harmônico (como os hospitais de Porto Alegre e de Rio Grande).

Contrastando com a simplicidade do corpo do hospital propriamente dito, a Capela de São João Batista é o bloco mais significativo e de maior beleza plástica. A fachada segue uma composição clássica simétrica de um prédio de dois pavimentos dividido por eixo vertical central entre torres sineiras -- rematadas por cúpulas. Toda a fachada foi valorizada através da aplicação de elementos ornamentais relacionados com a tradição clássica e com fé cristã. Sob a platibanda, grande frontão curvo contendo, no centro, o emblema do Brasil-Império; e duas estátuas de louça (a Fé e a Caridade).

Até se chegar à construção da ala da esquerda (1932), o hospital sofreu uma série de novas reformas, que corresponderam ao Segundo Período Eclético.

1904 -- inauguração da enfermaria para crianças "Francisco Simões" e organização do Laboratório de Análises Químicas e Microscópicas;

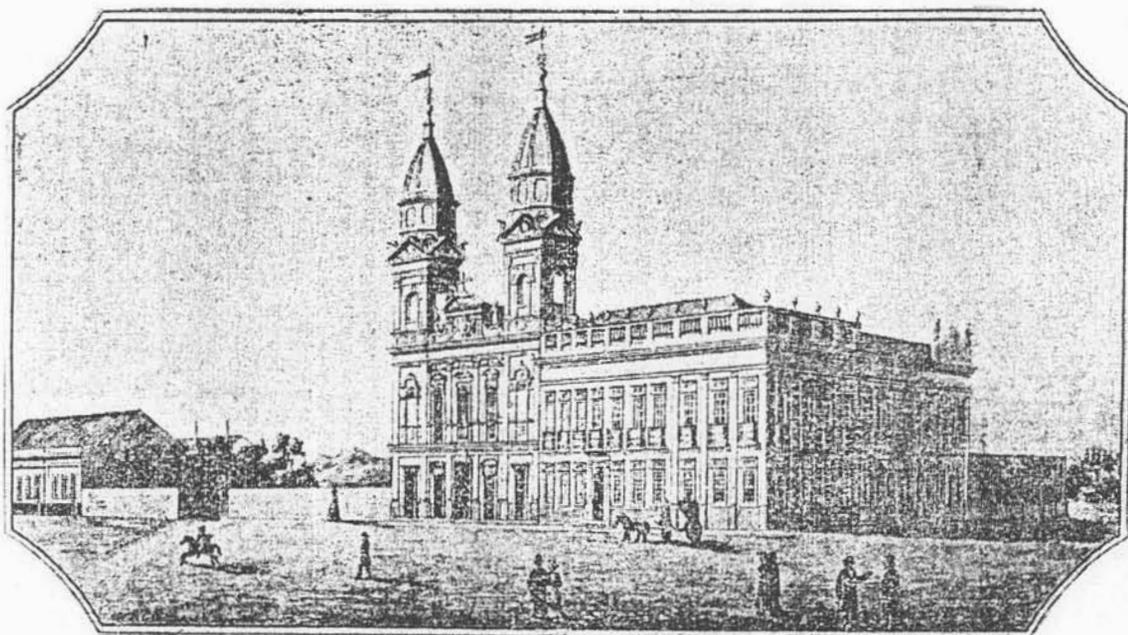
1915 -- construção da ala da rua Prof. Araújo, projetada pelo arquiteto Cesar Campos MONTEIRO, da firma PEREZ MONTEIRO & CIA;

1920 -- elaboração de "obras de decoração" no interior da Capela, realizadas pelo escultor Angelo Giusti;

1921 -- Construção do Pavilhão dos Tuberculosos (Sete de Setembro esquina Prof. Araújo), segundo projeto do eng. Paulo Gertum.

Finalmente entre 1930 e 1932 houve a construção do bloco da Praça Piratinino de Almeida, esquina Sete de Setembro (ala esquerda), segundo projeto de Caetano Casaretto, executado pela firma DIAS, REQUIÃO & CIA.

O bloco, concluído em 1932 veio completar o conjunto do hospital com fachadas voltadas para a Praça Piratinino de Almeida. Neste sentido, Casaretto buscou integrar a nova edificação com as já existentes, repetindo as mesmas proporções, o mesmo ritmo de aberturas, reestabelecendo a simetria do conjunto através do deslocamento da porta principal e construindo um terceiro piso, com pé direito menor, para que, a soma dos três pavimentos não superasse, em muito, a altura do bloco de 1877 (dois pavimentos). Como reflexo dos novos tempos, suprimiu as volutas, a platibanda vazada e as compoteiras.



3.A. "HOSPITAL DE CARIDADE", aquarela de Dominique Pineau (1883).

Fonte: OSÓRIO, 1922, 206.



3.B. "SANTA CASA DE MISERICÓRDIA" (década de 60).

Foto: Colombo.

2.2.3. ESCOLA ELISEU MACIEL

Em 1881, a viúva e demais herdeiros de Eliseu Antunes Maciel resolveram, em memória deste familiar, doar à comunidade pelotense a construção de uma escola, que deveria se chamar "Eliseu Maciel" e ser construída em terreno adjacente (fundos) ao da Câmara de Vereadores. Não haviam decidido, no entanto, de que tipo e qual o fim de tal instituição de ensino. "Abriu-se concorrência e a obra foi contratada pelos srs. *PINEAU & VILLAR*. O lançamento da pedra fundamental fez-se no dia 16 de julho de 1881" (MAGALHÃES, 1983, 13), e a inauguração em 22 de abril de 1883.

Segundo o vereador Leopoldo Antunes Maciel, Barão de São Luís, o objetivo de tal escola deveria ser:

"Instituir, nesta cidade, onde o progresso material tão exuberante se manifesta, uma espécie de liceu no qual ricos e pobres, principalmente estes, pudessem alargar os horizontes de suas inteligências, fecundando-os com conhecimentos úteis, e atualmente necessários a todos os homens" (Apud. MAGALHÃES, 1983, 13-4).

Por outro lado, ainda em 1883, o Presidente da Província, o pelotense José Albuquerque Barros, encaminhou a Pelotas o Dr. Claude Marie REBOURGEON, com o objetivo de estudar a possibilidade de criar uma escola de ensino profissional, sendo assim fundada, no mesmo ano, a Imperial Escola de Medicina Veterinária e da Agricultura Prática, alojada no prédio doado pela família Maciel. "No terreno adjacente, doado pela Biblioteca Pública, seria instalado um Instituto Vacinológico, destinado a fornecer vacina a todo o Império" (MAGALHÃES, 1983, 16).

É importante salientar que a Imperial Escola e o Instituto Vacinológico possuíam caráter nacional, e que um dos principais motivos de ter Pelotas recebido tão

significante atenção do governo reside no fato de ter sido o Conselheiro Francisco Antunes Maciel líder da maioria liberal no parlamento, onde foi Deputado Federal por várias legislaturas.

PINEAU & VILLAR, era a associação de dois cidadãos franceses, *Dominique PINEAU* e *Dominique VILLAR*, que estiveram por Pelotas em um período muito curto dos primeiros anos da década de 80 do século passado. PINEAU era desenhista e aquarelista e, segundo MAGALHÃES (1991, 2) ofereceu-se para professor de desenho linear, venceu a concorrência para o projeto da Eliseu Maciel (1881), separou-se de VILLAR (1882) e realizou uma série de oito aquarelas retratando "Pelotas em 1883". Não foram encontradas informações sobre VILLAR e nem mesmo qual o grau de sua participação no projeto da Maciel, ou a confirmação se o projeto é realmente de autoria dos franceses.

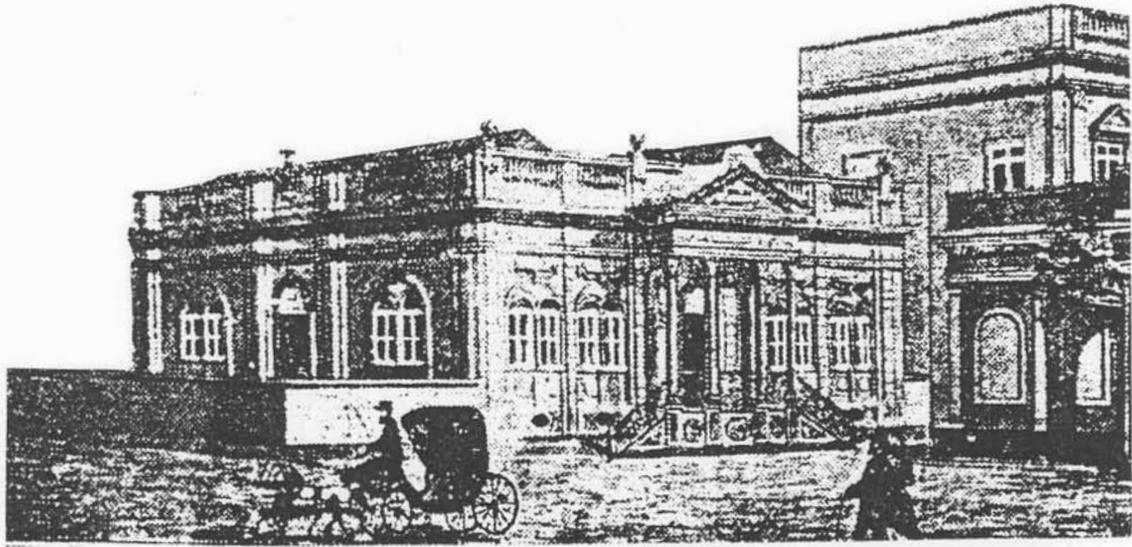
A maior contribuição de PINEAU, no então, está em suas aquarelas, "únicas pinturas, hoje conhecidas, que tem como tema a paisagem urbana da Princesa do Sul" (MAGALHÃES, 1991, 2) (21).

O projeto da Escola Eliseu Maciel (atual Instituto de Ciências Humanas da UFPel) não apenas recuperou elementos formais da tradição clássica, como também foi buscar nas "villas renascentistas palladianas" o seu esquema compositivo de planta. Trata-se de uma planta quadrada, bastante contida, cruzada por duas linhas de simetria que dividem a composição em quatro porções iguais. Sobre os eixos de simetria foram estabelecidos, em forma de uma cruz grega, os espaços de circulação e um gabinete de chefia; e nas quatro porções periféricas os respectivos salões de aula.

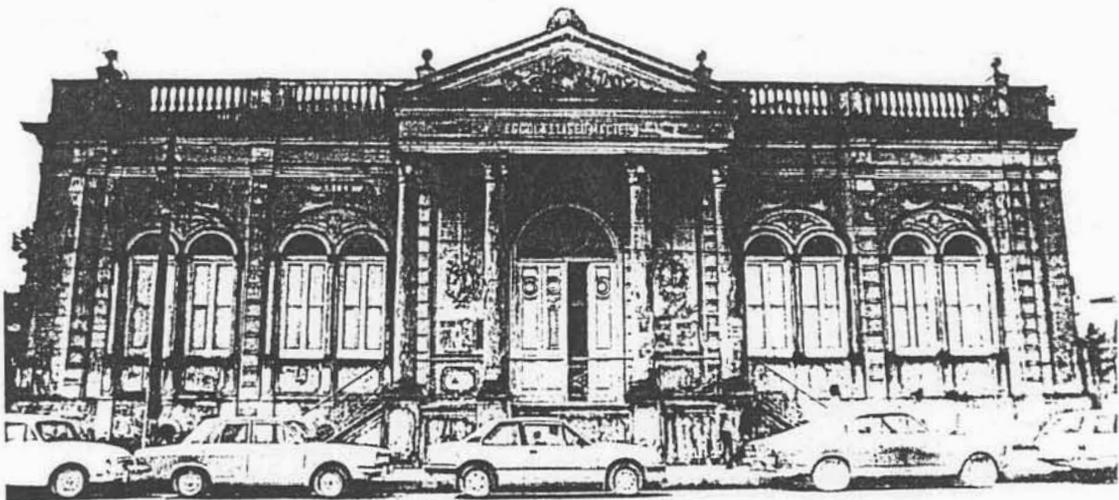
Externamente, as fachadas refletem o esquema simétrico do interior: uma porta central ladeada por conjuntos de janelas em arco pleno, interseccionadas por "colunelos" e unidas, duas a duas, por uma moldura também em arco pleno. Além de elementos que remontam à tradição clássica, todo o prédio foi "decorado" por ornamentos que fazem referência à sua função (cartelas com as inscrições: "literatura", "ciência", "indústria" e "artes"; instrumentos musicais e técnicos; globos etc).

A fachada principal, voltada para o Mercado Público, recebeu um tratamento especial, ou seja, um pórtico "in antis" tetrastilo (com quatro colunas coríntias), com respectivo entablamento e frontão triangular, o que conferiu a toda a construção grande

qualidade, tornando-o um dos mais significantivos e representativos prédios da arquitetura pelotense do século passado.



4.A. "ESCOLA ELISEU MACIEL", aquarela de Dominique Pineau (1883).
Fonte: OSÓRIO, 1922, 197.



4.B. "ESCOLA ELISEU MACIEL" (década de 70).
Foto: Maurício Couto Polidori.

NOTAS:

1. Manoel Antônio Galvão.
2. Ver ROCHE, Jean. L'Administration de la Province di Rio Grande do Sul, 1829-1847, p.224-25.
3. Ibid., p. 230: "Em junho de 1846, participou a Câmara Municipal de Pelotas ter contratado uma quadra de terreno apropriado para comodidade e aforseamento (sic) da praça do mercado: recebeu em tempo oportuno a consignação de Rs 10000\$000... Esta quantia não foi bastante: a despendida pela Câmara na compra desse terreno foi de Rs 13550\$000. O orçamento da despesa com essa obra elevou-se a Rs 53545\$000".
Segundo correspondência manuscrita, sem referência, existente no arquivo da Biblioteca Pública Pelotense, Rafael Mendes de Carvalho não era arquiteto ou engenheiro, pois dizia ele: "eu simples curioso, em meu ramo, fiz em minha débil imaginação em esforço e estudo quando pude obter" (ofício que acompanhava o projeto do mercado, 10/9/1846).
4. Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava.
5. Embora Abeillard BARRETÔ (1973, 652) confirme tais informações, desde 1832 a Câmara de Pelotas e a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, tomaram a iniciativa da construção de uma cadeia pública.
6. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo.
7. Provavelmente seria Gustav SCHMITT, sócio de Guilherme AHRONS em Porto Alegre.
8. Os quatro chafarizes foram fundidos em Paris por "A. Durenni Sounevoires" (sic), e colocados nos seguintes locais: na Praça da Matriz (atual José Bonifácio), na Praça D. Pedro II (atual Cel. Pedro Osório), no largo do Porto e o último na Sto. Inácio (atual local do Corpo de Bombeiros). As obras de instalação dos chafarizes ocorreram de 1873 a 1874, pelo empreiteiro Carlos Zanotta.
9. A Caixa D'Água foi comprada por Leon CASSAN, engenheiro fiscal da Companhia Hidráulica Pelotense, da firma francesa "Foullia (sic) Frères & Cia". Suas obras de instalação ocorreram em 1875, a cargo de Hygino Correa DURÃO.
10. HOWYAN, Georges. Esgotos da Cidade de Pelotas - Projeto, Propostas e Contrato. Pelotas, Livraria Americana, 1887.
11. AHRONS, Guilherme. Ao Público Pelotense: Esgotos. Pelotas, Livraria Americana, 1891.
12. Sérgio Costa FRANCO fornece maiores informações sobre Aimable Jouvin; (1988, 148-51).
13. O serviço de iluminação pública só foi se estabelecer definitivamente a partir de 1912 através dos trabalhos da firma "The Rio Grandense Light & Power Syndicate Limited".
14. Gervásio Alves Pereira.

15. Segundo Luis OSÓRIO (1922, 221), esse ramal foi orçado por Guilherme AHRONS.
16. "Na formação de Pelotas, pode-se dizer /do salão/ que significou, mais ou menos, o que a coxilha significou na formação da campanha rio-grandense: enquanto a coxilha simboliza o espírito militar da história da campanha -- teatro que foi de inúmeras lutas que ensanguentaram o solo gaúcho --, o salão simboliza o espírito cavalheresco da história de Pelotas -- teatro que foi dos torneios de elegância, da conversação, da galanteria..." (MAGALHÃES, 1981, 37).
17. A Santa Casa de Rio Grande foi fundada em 1835.
18. A Santa Casa de Porto Alegre foi fundada em 1826.
19. Existem dois "esboços" bibliográficos sobre José Vieira PIMENTA: Fernando L. OSÓRIO (1962, 42) e Heloisa A. NASCIMENTO, 1989, 327).
20. Mesmo autor da Alfândega de Rio Grande.
21. Antes de PINNEAU estiveram em Pelotas: provavelmente, Jean Baptista DEBRET, registrando em 1825 uma vista da cidade "São Francisco de Paula", reproduzida por Abeillard BARRETO (1973, 399); Peter LUDWIG, litógrafo que nos deixou, em 1846, uma vista do "Teatro de São Francisco de Paula" e "Huma Parte da Povoação de Pelotas, Subindo pelo Caminho do Porto", ambas reproduzidas em AVÊ-LALLEMANT (1980, 151 e 397); Hermann Rudolf WENDROTH que realizou, quando de sua passagem por Pelotas (1851), uma série de aquarelas e desenhos de aspectos da cidade, entre elas "Cadeia e Casa de Correção", "Pelotas" e "Cena de Hospital em Pelotas". PINNEAU foi quem, com mais precisão e requinte de detalhes, registrou o maior número de prédios da cidade: "Hospital da Caridade", "Asylo de Orphãs", "Praça da Matriz", "Ponte Sobre o Santa Barbara", "Beneficencia Portuguesa", "Câmara Municipal e Biblioteca Publica", "Escola Eliseu Maciel" e "Prédio Histórico e Club Comercial" na Praça Cel. Pedro Osório. Todas as aquarelas, sob nome de "Pelotas em 1883", foram reproduzidas por Fernando L. OSÓRIO (1922).

2.3. SEGUNDO PERÍODO ECLÉTICO

A partir da década de 60 do século XIX as charqueadas rio-grandenses passaram a enfrentar a sua grande crise, pois, pressionado pelos interesses ingleses, o Império Brasileiro adotou uma série de medidas anti-escravidão (que na realidade atenderam mais os interesses escravagistas, retardando a abolição definitiva e necessária), e que levaram o sistema produtivo escravagista das charqueadas ao colapso.

Ao mesmo tempo, a indústria saladeiril uruguaia, principal concorrente comercial da indústria gaúcha, dava um grande salto de qualidade, sendo reorganizada sob moldes de verdadeiras empresas capitalistas (especificação de tarefas, maior higiene, utilização de mão-de-obra livre e de tecnologia apropriada).

"O resultado final dessa empresa tecnificada e assalariada foi o incremento de produtividade e a possibilidade de colocação, no mercado interno brasileiro, de um artigo a preço mais baixo que o charque rio-grandense" (PESAVENTO, 1984, 43).

E não é à toa que em 1884 (quatro anos antes da Lei Áurea) foi abolida oficialmente a escravidão em Pelotas, sendo que os negros permaneceram trabalhando nas charqueadas por dois a sete anos, através de "cláusulas de prestação de serviço", como forma de "indenização" pela perda do capital empregado no "ex-escravo".

"A emancipação dos negros só se concretizou quando os proprietários de escravos se conscientizaram que a mão-de-obra negra era cara e improdutiva... Se o capitalista contratasse trabalhador alemão ou italiano por salário, o próprio trabalho geraria o capital para o pagamento do ordenado do artífice. O dono dava ao escravo casa, comida, roupa e remédios. O assalariado recebia apenas seu ordenado. Sendo assim, os capitalistas procuraram ter um prejuízo menor, abolindo a escravidão, ou

melhor, pondo o negro para fora, sem indeniza-lo" (FLORES, 1988, 82) – grifo nosso.

Os charqueadores encontravam-se, na verdade, frente a um paradoxo: optar pela abolição da escravatura e partir para a modernização da indústria saladeiril, através da utilização de mão-de-obra livre, colocando -- desta maneira -- em extinção o seu maior mercado consumidor, os escravos; ou lutar pela manutenção do regime escravocrata, arcando com as conseqüências de uma concorrência desigual com a indústria do charque platino.

Uma vez extinta a escravidão (1), os charqueadores, abolicionistas ou não, tiveram de tratar de procurar solucionar outros problemas, já crônicos, relativos à produção da carne salgada: o atraso tecnológico, os altos preços da matéria prima, as altas taxas de importação do sal, os altos preços dos fretes, entre outros. De maneira que o charque, que em 1861 representava 37,7% das exportações do Estado, em 1894, passou a 28,6%, enquanto que os principais produtos coloniais passaram de 5,4% para 32,4% em 1894 (SINGER, 1974, 163).

Ao mesmo tempo em que as charqueadas pelotenses e gaúchas decaíam frente ao processo de transformação marcado pelo fim da escravidão, pelas novas relações e técnicas de produção, bem como, pelas novas formas de organização do trabalho -- todas diretamente identificadas com a difusão e enraizamento definitivo do capitalismo no país -- Pelotas viu surgir as suas primeiras fábricas, as suas primeiras indústrias propriamente ditas (2).

Pode-se apontar como sendo três as principais características do desenvolvimento industrial do Estado, do fim do século passado e início do séc. XX:

1. *a fraca contribuição do capital agrário, em comparação ao comercial, para a formação do capital industrial;*

"Não houve no Rio Grande do Sul uma atividade agrária de conotação capitalista que antecedesse e servisse de base para a emergência de uma ordem urbano-industrial" (PESAVENTO, 1990, 16)

2. *o desenvolvimento de uma indústria voltada para o mercado interno (nacional e regional);*

"O desenvolvimento industrial gaúcho se caracterizou por incrementar uma produção voltada para atender a expansão do mercado interno, que procurava substituir, da pauta de importações, manufaturas da indústria

tradicional e que, como tal, exigiam pequeno volume de capital e possibilitavam a importação de tecnologia obsoleta existente nos países mais industrializados" (REICHEL, 1979, 255)

3. a existência de dois tipos básicos de indústrias: um reduzido número de empresas "grandes" e um grande número de empresas "pequenas". As primeiras (líderes), com um alto volume de capital inicial e que cresceram incorporando mais capital, adquirindo nova tecnologia, aumentando o número de trabalhadores e diversificando a produção; as segundas (pequenas), com um baixo volume de capital investido, tecnologia obsoleta e predomínio do trabalho artesanal.

"Apesar deste panorama industrial ser quantitativamente dominado pelos pequenos estabelecimentos, seu pólo dinâmico foi a presença qualitativa do grande capital industrial, responsável pelas principais alterações econômicas do setor e pela modernização do parque fabril do Estado" (PESAVENTO, 1990, 20).

Ao redor de Rio Grande e Pelotas concentraram-se algumas das mais importantes indústrias "líderes", devido à proximidade com o mar e à existência de uma economia comercial mais forte do que em outras cidades e regiões gaúchas, inclusive do que em Porto Alegre. Desenvolveram-se, principalmente, indústrias ligadas à produção de têxteis, de fumo, de conservas e de couro, a maioria voltada para o mercado nacional.

Ao redor de Porto Alegre concentrou-se a grande maioria das "pequenas" indústrias, com uma produção mais diversificada e voltada para o mercado regional (3).

Como já se disse, foi fraca a contribuição do capital agrário na configuração do industrial. O capital que originou a transformação – comercial para industrial – proveio de comercialização dos produtos coloniais e das "reservas de alguns poucos burgueses imigrantes".

"Mesmo no caso de empresas que se formaram em Pelotas ou em Rio Grande, cidades integradas ao complexo da pecuária tradicional, o capital inicial foi acumulado através da comercialização dos produtos pecuários, mas por ação de imigrantes que naquela região se estabeleceram" (PESAVENTO, 1990, 16) – grifo nosso.

Tal afirmação é facilmente comprovável a partir de uma análise das principais indústrias estabelecidas em Pelotas:

Em 1864, o alemão Frederico Carlos Lang fundou uma FÁBRICA DE SABÃO LANG, especializada na produção de sabão e velas de sebo. Com o passar dos anos, iniciou a produção de sabonetes perfumados e velas de cera, diversificando a produção para a

fabricação de caixas de papelão e para o beneficiamento de arroz. Em 1916 a fábrica ocupava uma área de 22 mil metros quadrados.

Em 1870, o alemão Alfredo Voight fundou a sua FÁBRICA DE SABONETES VOIGHT, a primeira do ramo no Brasil.

Em 1873, Carlos Guilherme Rheingantz (pelotense e filho do fundador da Colônia de São Lourenço do Sul) e o alemão Hermann Vater fundaram a firma RHEINGANTZ & VATER; "a primeira fábrica de tecidos do Rio Grande do Sul e primeira na produção de tecidos de lã no Brasil" (REICHEL, 1979, 264). Em 1884 foi formada uma nova sociedade, a RHEINGANTZ & CIA e, em 1891, a empresa foi transformada na CIA UNIÃO FABRIL E PASTORIL.

Em 1876, Carlos Ritter fundou a CIA CERVEJARIA RITTER, que produzia, além de cervejas, água mineral, "gazosas" e gelo. Ocupava uma área de cinco mil metros quadrados.

Em 1881, a Firma Cordeiro & Wiener fundou a FÁBRICA DE CHAPÉUS PELOTENSE que, em 1891, foi comprada por Carlos Rheingantz e, em 1929, pela Cia União Fabril.

Em 1885, os senhores Rius (sic) Cristiá e Carlos Giacoboni fundaram a firma CRISTIÁ & CIA, especializada na fabricação de vinhos, licores, conhaques e "gazosas". Ocupava uma área de três mil metros quadrados.

Em 1889, o alemão Leopoldo Haertel fundou a CERVELARIA SUL RIO GRANDENSE, para produzir cerveja, "gazosas" e gelo. Ocupava uma área de cinco mil metros quadrados.

Em 1895, Júlio Hadler fundou o CURTUME HADLER, especializado na produção de couros envernizados e curtidos.

Em 1908, o cel. Alberto Rosa e o sr. Plotino Duarte fundaram a CIA FIAÇÃO E TECIDOS, especializada na manufatura de tecidos de algodão. Ocupava quinze mil metros quadrados.

No início do século XX, a elite rural gaúcha e os "grand-seigneurs" pelotenses passaram a representar apenas uma fração da classe dominante e a dividir seu espaço social, político e econômico com a recém formada elite industrial (grupo que se consolidou economicamente através da superação da etapa mercantilista da economia gaúcha e da

SEGUNDO PERÍODO

ECLÉTICO

afirmação de empresas eminentemente capitalistas). Ao lado de nomes como os Osório, Assumpção, Maciel, Braga, Simões Lopes, Barcellos, Silveira e Chaves, passaram a figurar os Lang, Haertel, Ritter, Rheingantz, Hadler, Wiener e Voight.

O governo imperial buscou apoio de ambas as facções do poder, cortejando tanto charqueadores como os industriais. Parece significativo que, durante um baile realizado em 1885 em homenagem à Princesa Isabel e ao Conde d'Eu, em Pelotas, este tenha dedicado as primeiras danças respectivamente à sua anfitriã, à esposa do Barão de Arroio Grande (tomado barão por ter abolido seus escravos) e à esposa do Comendador Rheingantz (tomado cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa por sua atuação no setor industrial).

Segundo Fernando Luís OSÓRIO (1962, 225), em 1910 existiam em Pelotas 1228 firmas em atividade, das quais 188 eram fábricas, 278 oficinas, 822 casas de negócio e sete charqueadas. Já em 1920 existiam apenas 5 charqueadas na cidade (MARQUES, 1990, 32).

Os novos detentores do poder se diferenciavam da camada dos senhores – chefes de famílias, possuidores de terras, de gado e ex-proprietários de escravos – a partir do momento em que se constituíam proprietários de uma FÁBRICA, que dependia de determinada matéria prima e que empregava mão-de-obra assalariada. A fábrica, como diz Sandra PESAVENTO é a "matriz da afirmação não só econômica, mas também sócio-política do empresariado, onde ele se define como classe em si" (1988, 20). No entanto, *a necessidade de auto afirmação como fração da classe dominante fez com que a ação da liderança industrial extrapolasse as fábricas e se concretizasse através da construção de uma nova cidade, com base em novos conceitos políticos, estéticos e funcionais.*

A fundação do Partido Republicano (1882), a Proclamação da República (1889) e a adoção do positivismo em uma versão castilhistas – na política, e a introdução de novos tipos de construção como as indústrias, as habitações burguesas e as operárias; o processo de reformulação e ampliação das antigas instituições construídas pelos "grand-seigneurs" e o reaparelhamento institucional – na arquitetura, configuraram o surgimento de uma cidade de "fisionomia" também nova: industrial, burguesa e agora, completamente eclética.

Segundo Günter WEIMER (1983b, 173), na vida política do Estado, no fim do século XIX, defrontavam-se duas tendências antagônicas quanto à forma de poder: o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que defendia o presidencialismo (à maneira dos conservadores, substituindo o imperador por um presidente com a função de tratar dos problemas nacionais, ficando os problemas estaduais para os presidentes dos Estados), e que se manteve no poder praticamente durante toda a República Velha (1889-1930); e uma frente de vários partidos, entre os quais o Partido Liberal (PL), que defendia o parlamentarismo (à semelhança da estrutura ministerial do Império). O PL dominara a política gaúcha nos últimos anos do Império e era liderado basicamente pelos pecuaristas (defendendo os interesses destes e mostrando-se incapaz de resolver os problemas que afligiam a economia gaúcha).

Em 15 de fevereiro de 1882, Leonardo Honório da Silva foi aclamado como presidente provisório do Partido Republicano em Pelotas, partido que foi fundado oito dias depois, em Porto Alegre.

"A base social do PRR foi constituída por elementos do latifúndio pecuarista (ala jovem do PL e conservadores), descontentes com o regime, em associação com setores médios urbanos. Se comparado com o PL, o novo partido realizou um alargamento social de sua base política. Preocupou-se em incorporar setores do colono italiano e cooptar aqueles elementos do complexo colonial que enriqueciam: comerciantes e industriais" (PESAVENTO, 1984, 66).

O PRR caracterizou-se pela presença do componente ideológico positivista comteano, pela união com o exército – e quando no poder, pela utilização da força através da criação de guardas municipais e da Brigada Militar –; pela busca de desenvolvimento das forças produtivas do estado; pelo favorecimento à acumulação privada de capital e pela busca de progresso de todas as atividades econômicas e dos setores da economia (indústria, pecuária e agricultura).

Ainda em 1882, o Partido Republicano de Pelotas lançou um manifesto "Aos Republicanos do Sul da Província":

"...organizemo-nos com prudência e disciplina para garantia de nossa capacidade como partido de Ordem e Progresso... A República é a forma de governo natural e de toda a oportunidade prepararmo-nos para que a República não chegue em ocasião imprevista" (PRP, 16/6/1882) – grifos nossos.

Recheado de chavões, lemas e idéias positivistas, o manifesto buscava difundir a causa nos municípios da região e, dessa forma, estimular a fundação de um número maior de "clubes republicanos" na zona sul do Estado, "onde o movimento democrático tem sido mais demorado" (Manifesto de 1882). No entanto, mesmo com a tentativa de preparar a população e evitar a chegada da "República em uma ocasião imprevista", a Proclamação (1889) foi recebida com surpresa pelos republicanos rio-grandenses, que não chegaram a ser avisados do golpe militar que derrubou a monarquia. Assim, os republicanos foram levados ao poder (apesar de sua frágil organização) e Júlio de Castilhos, líder do PRR, acabou apoiando o Mal. Visconde de Pelotas para chefe do governo provisório no Estado, assumindo os cargos de Secretário do Governo, do Interior e da Justiça.

Pelotas ficou, oficialmente, sabendo do golpe revolucionário no dia 16 de novembro, e da efetivação da Proclamação só no dia 18, através de telegramas enviados pelo Visconde de Pelotas ao presidente da Câmara, Arthur Maciel. De novembro de 1889 a setembro de 1891, a cidade foi administrada sucessivamente por duas juntas, sendo a primeira presidida por Francisco Nunes de Souza e a segunda por Antônio Soares da Silva.

A partir de 1891, após um primeiro período de crise política e instabilidade administrativa, pela qual passou o Estado, Júlio de Castilhos, finalmente, tomou o poder apoiado na Constituição Estadual de 14 de julho de 1891, de sua autoria. No mesmo ano foi nomeado como primeiro "Intendente" de Pelotas, o Dr. Gervásio Alves Pereira (4).

"De acordo com a Constituição, o presidente do Estado exercia seus poderes, conforme o bem público e de acordo com as leis. O presidente do Estado governava por 5 anos, escolhendo seu próprio vice. Os atos do presidente seriam fiscalizados pela opinião pública. Durante o período em que os republicanos ficaram no poder, de 1889 a 1930, todas as vezes que a opinião pública se manifestava contrária ao governo, foi considerada subversiva e anarquista" (FLORES, 1988, 94).

Apesar de uma Constituição tão ditatorial, seguiram-se, a nível estadual, novos períodos de contestação e revolta: o Governicho de 1891 e a Revolução Federalista de 1893 a 1895; porém ao final dos conflitos, o PRR afirmou seu domínio e fortaleceu sua máquina política. Em 1898, Borges de Medeiros assumiu o governo gaúcho, "dando continuidade à obra castilhista, consolidando no Estado o regime republicano autoritário e centralizado" (PESAVENTO, 1984, 79).

No plano econômico, o Rio Grande do Sul enfrentava uma série de problemas bastante localizados e que faziam emperrar o desenvolvimento, dois dos quais eram os principais: um deficiente sistema de transportes, e a necessidade de desobstrução da barra e construção de um porto na cidade de Rio Grande (único porto marítimo do Estado).

Tais problemas diziam respeito diretamente às atividades ligadas à pecuária (criação de gado e produção de charque), à indústria (transporte e comercialização de matérias primas e produtos industrializados) e à colônia (necessidade de comercialização e transporte dos produtos das zonas coloniais). Problemas que não foram resolvidos pelo PL quando no poder e que passaram a ser enfrentados pelo PRR, uma vez que se enquadravam perfeitamente dentro da proposta de modernização econômica do Rio Grande do Sul.

"Como partido, o Republicano Rio-Grandense foi capaz de atrair para os seus quadros setores em estado de disponibilidade política, bem como propôs-se realizar, em âmbito regional, um projeto de modernização econômica, social e política, que o momento exigia e que os quadros imperiais não conseguiram efetivar" (PESAVENTO, 1980a, 27).

A indústria saladeiril enfrentava, como já foi visto, sua própria crise, e a implantação de um modelo capitalista em seu meio deveria antes superar dificuldades de outra ordem, como o retardamento da generalização das relações de produção assalariadas; a ausência de uma classe de empreendedores capitalistas; a permanência de uma visão senhorial do mundo; a falta de aplicação de recursos em tecnologia mais avançada que incrementasse a produtividade; o baixo valor de troca do artigo produzido; a existência de um mercado muito competitivo (PESAVENTO, 1980a, 23).

Para procurar solucionar estes, e muitos outros problemas, a partir do início do século XX, intensificou-se o espírito de organização dos ruralistas gaúchos – na defesa de seus interesses comuns – existindo uma difusão de sociedades agrícolas, pastoris e ruralistas por todo o Estado, discutindo desde melhores alternativas econômicas e comerciais para os seus produtos até o refinamento e seleção do rebanho, o emprego de cerca nos campos, a necessidade de ensino agrícola, a criação de postos de zootecnia, entre outras medidas.

Em 1898 foi fundada a *Sociedade Agrícola Pastoril de Pelotas* (5); em 1908 foi criado o *1º Posto Zootécnico do Rio Grande do Sul*, em Pelotas, e realizado o *1º*

Congresso Rural do Estado, (6); em 1910 foi fundada, reunindo vinte instituições ruralistas, a 1ª *Federação das Associações Rurais do Estado*, e criado o *Centro Industrial do Charque*; e em 1912 nasceu a *União dos Criadores*.

Paralelamente à tendência organizatória e à busca de recuperação econômica da pecuária e da indústria do charque, foi constituído, em 1906, com sede em Pelotas, o *Banco Pelotense*. Estabelecimento financeiro criado com capitais locais de origem pecuarista e/ou charqueadora, para se tornar a principal fonte de crédito para as atividades de revitalização da criação de gado e produção de charque no Estado.

Foram seus incorporadores o dr. Joaquim Augusto de Assumpção (charqueador, herdeiro de grande fortuna deixada por seu pai, o Barão de Jarau), Francisco Antunes Gomes da Costa, Barão de Arroio Grande (charqueador, ex-deputado pelo PL e ex-vice-presidente do Estado), cel. Alberto Rosa (pecuarista e sócio da firma Pedro Osório & Cia), Plotino Amaro Duarte (pecuarista e proprietário da firma "Plotino Duarte & Filhos" do ramo de comissões, consignações, representações e corretagens), e Eduardo Sequeira ("capitalista").

"O Banco Pelotense era orgulho da fina flor dos pecuaristas e charqueadores do nosso meridiano, da pequena classe média urbana que era acionista minoritária e dos donos de casas de negócios da área de colonização italo-alemã" (LAGEMANN, 1985, 89).

De sua fundação até 1929, o Banco Pelotense apresentou uma trajetória de desenvolvimento que o colocou como o banco gaúcho de maior nível de depósitos e resultava de uma política de crescimento levada a cabo por suas sucessivas diretorias. Essa política foi estruturada a partir de um plano de expansão territorial (alargamento das áreas servidas pelo banco), e de um plano de construção de imóveis próprios para as sedes de filiais e agências.

Segundo Eugênio LAGEMANN (1985, 113) o movimento de instalação de filiais no interior do estado e demais regiões do país, pode ser dividido em "quatro fases, considerado o predomínio, em cada momento, do número de filiais instaladas".

De 1906 a 1912, o Banco Pelotense ocupou os principais centros comerciais do estado (Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre), e os principais núcleos ligados à pecuária (Uruguaiana, Livramento, Alegrete, Bagé, São Gabriel, Itaqui, São Borja, Santa Vitória, Dom Pedrito e Cruz Alta).

"Período no qual o assolavam os problemas do setor pecuarista, necessitado de dinheiro a custos baixos e prazos longos. mediante garantias hipotecárias" (LAGEMANN, 1985, 128).

A partir de 1912, implantou-se principalmente na região colonial italiana e alemã (Veranópolis, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Maria, Estrela, Cachoeira, Santa Cruz, Novo Hamburgo e Passo Fundo).

Buscando superar as limitações da economia regional, expandiu-se também para fora do estado: Rio de Janeiro (1919), Belo Horizonte (1920), Ponta Grossa (1920), Juiz de Fora (1920), Curitiba (1922), entre outras.

Novamente, já em 1929, voltou-se ao interior do Rio Grande do Sul, à região colonial, "reconhecendo na economia colonial uma área mais promissora para seus negócios" (Erechim, Lajeado, Montenegroe Guaporé).

Se, por um lado, a construção de agências e filiais desse banco favoreceu o desenvolvimento de uma arquitetura de grande qualidade em todo o Estado (e inclusive fora dele), por outro, implicou na imobilização excessiva de capitais com desastrosas consequências para o sistema financeiro a partir de 1930.

Durante o período de criação, desenvolvimento e apogeu do Banco Pelotense, sucederam-se no comando da Intendência Municipal de Pelotas os senhores: Cypriano Correa Barcelos (1904-1908), José Barbosa Gonçalves (1908-1912), novamente Cypriano Barcelos (1912-1920), Pedro Luis Osório (1920-1924), Augusto Simões Lopes (1924-1928) e João Py Crespo (1928-1932). Com o trabalho desses homens, a municipalidade, finalmente, chamou a si obrigação de buscar a melhoria de qualidade de vida na cidade como um todo (o que até então recaía sobre a iniciativa privada ou sobre o governo provincial). Apoiados na ideologia positivista, buscavam eles a promoção do progresso econômico e a consolidação definitiva do capitalismo em nosso meio – sem alteração da ordem social – portanto, mostrando-se defensores, ao mesmo tempo, de uma proposta "progressista" e conservadora, já que a idéia era "CONSERVAR MELHORANDO". Foram mais de duas décadas de grandes investimentos em obras públicas (principalmente em infra-estrutura urbana), em nome do "progresso do patrimônio material" e da "higiene". As obras concentraram-se em quatro pontos preferenciais, por ordem de investimento: no saneamento e na higienização da cidade (aumento da rede de esgotos e dos ramais hidráulicos, drenagem do Arroio Sta. Bárbara e de áreas alagadiças,

construção do Matadouro Modelo, do Forno de Incineração, do Instituto de Higiene, do Entrepósito de Leite, reformulação do Posto de Zootecnia); *no embelezamento da cidade* (arborização das principais ruas, utilização de calçamento lisboense "petit-pavé", remodelação das praças – a praça Cel. Pedro Osório foi redesenhada pelo jardineiro japonês Yota SAITTO); *na construção de pontes e aberturas de vias no interior do município* (pontes sobre os arroios Corrientes, Arroio Grande, Contagem, Quilombo, do Fragata e do Retiro); e *no ensino* (construção de uma rede de escolas públicas urbana e rural).

Pouco a pouco, as intervenções pontuais e fragmentadas sobre a malha urbana, foram dando lugar a uma postura que exigia um pensamento global, não apenas relativo à malha, mas à estrutura urbana da cidade e do município como um todo (incluindo as áreas suburbanas em desenvolvimento e a zona rural). A intendência passou a contar com um quadro de pessoal permanentemente, desenvolvendo projetos nas mais variadas áreas (engenheiros Severo Gonçalves da SILVA, Cezar CAMPOS, Jorge SCHURY, Luciano CONEDORA (sic), Carlos BACCHETTINI, Benjamin CONSTANT e o arquiteto Fernando RULLMAN). Esta mudança de visão do planejamento da cidade refletiu-se, também, na elaboração de um Código de Posturas; na implantação de um sistema viário principal, que incluiu a ampliação e arborização das avenidas Bento Gonçalves e Duque de Caxias, abertura da Saldanha Marinho e Marçílio Dias, organização do "largo Vermetti" e início da urbanização da estrada das Três Vendas (Av. Fernando Osório); e na elaboração de um projeto de ampliação da cidade, realizado por Fernando RULLMAN, que previa o crescimento de Pelotas através de uma sequência de bairros definidos por desenhos distintos (a maioria deles sob influência dos esquemas da cidade jardim de HOWARD – 1899).

"Entre 1880 e 1930, as oligarquias nacionais consolidam seu projeto político e econômico, estritamente vinculado aos interesses dos centros metropolitanos. A imigração maciça faz a população urbana crescer aceleradamente e também se transformam as atividades produtivas: começa a incipiente indústria, alcança maior complexidade o comércio interno e externo, aparecem o banco e as estruturas administrativas. As relações sócio-econômicas na cidade e no campo estão estruturadas de maneira tal que favorecem um grupo social muito reduzido, que também controla a política e a orientação do Estado" (SEGRE, 1991, 74).

Como se concluiu anteriormente, a introdução de novos tipos de construções, o processo de reformulação e ampliação dos prédios das antigas instituições construídas pelos "grand-seigneurs", e o reaparelhamento institucional, garantiram a configuração de

uma cidade de fisionomia "NOVA": industrial, burguesa e completamente eclética. Essa transformação marca a consolidação de uma ordem urbano-industrial, em Pelotas, que passa a irradiar os padrões e valores burgueses, assim como a centralizar as operações comerciais e financeiras, além do espaço onde se concentravam as fábricas e a crescente massa operária (PESAVENTO, 1991c, 42). O bairro do Porto se consolidou como preferencialmente industrial, passando a se instalar ali as principais indústrias, a exemplo da Fiação e Tecidos (1904).

O aumento da população urbana, o crescimento da industrialização e a expansão da função comercial, marcaram o agravamento do problema da habitação para as classes trabalhadoras, refletido também no aumento de construções para detentores de baixa renda, na difusão de novas tipologias habitacionais, na propagação das construções de madeira e na consolidação dos bairros habitacionais através dos "Loteamentos Populares". As "Vilas" proletárias São Francisco de Paula, Hilda, Gastal, Gotuzzo, Gastão Duarte, Eloá e Idalina, entre outras.

O período compreendido entre 1900 e 1930 é, tanto quantitativa quanto qualitativamente, bastante significativo para a arquitetura da cidade. Se, no período anterior (1850-1900), existiu um predomínio do que foi chamado de ECLETISMO HISTORICISTA, a partir do início do século XX ocorreu uma tendência a favor do ECLETISMO TIPOLÓGICO, que implica em escolhas prévias de cunho analógico ou de referência, que orientam o estilo quanto à finalidade a que se destina o edifício a ser construído (caráter relativo). Essa tendência manifestou-se pela primeira vez quando da construção de um prédio para o "Congresso Português Primeiro de Dezembro" (1895). O projeto é de autoria de Caetano CASARETTO, arquiteto que se notabilizou pela construção de uma arquitetura eclética -- toda ela baseada em modelos do renascimento italiano -- mas que, para o Congresso Português, escolheu fazer uma referência à arquitetura da chamada "idade de ouro" portuguesa (Era dos descobrimentos), quando o país foi dirigido por D. Manuel I e atingiu grande desenvolvimento econômico e cultural. Neste sentido, na fachada, surgiram arcos ogivais, molduras com reproduções de elementos do mar (algas e conchas), o brasão de Portugal, uma alegoria às descobertas, dois globos, dois bustos de portugueses ilustres e as datas de 1640 (ano em que Portugal reconquistou sua independência da Espanha) e 1895 (data da construção do prédio).

A partir do Congresso Português, as demais construções públicas do período caracterizaram-se pela busca de uma nítida identificação visual com a função do edifício, através das formas, dos recursos e dos atributos decorativos. Em decorrência disso, e devido à existência de uma nova ordem social, a cidade assumiu um caráter mais cosmopolita e não tanto provinciano e aristocrático. São construídos oito cinemas (Edem, Coliseu, Parisense, Politeama, Popular, Recreio Ideal, Ponto Chic e Capitólio), três teatros (Guarany, Appolo e Avenida), um Cassino, quatro bancos (Pelotense, da Província, do Brasil e o Nacional do Comércio), um hotel de luxo (Grande Hotel), entre outros.

Ocorreu também uma difusão do *ECLETISMO DELIBERADO*, caracterizado pela "liberdade no manejo dos estilos" e pela construção de uma arquitetura resultante da "composição intencional de elementos de repertórios estilísticos diversos", o que poderia ser exemplificado pelas novas fachadas do Teatro Sete de Abril (1916), do Mercado Público (1914) e da Funerária Moreira Lopes (1921) – construções do Período Colonial – ou pelo projeto do atual Clube Caixaerial (1904).

De um modo geral, são estas as características predominantes, então:

1. é uma arquitetura de tijolos de barro, caracterizada pela utilização preponderante de sistemas estruturais simples em alvenaria portante;
2. é uma arquitetura artesanal, identificada por um domínio da personalidade do projetista (ou do proprietário da obra);
3. é uma arquitetura inventiva, que busca uma afirmação através da utilização de uma linguagem nova em contraposição à do período anterior, trabalhando com os mais diferentes materiais;
4. é uma arquitetura que busca um sentido simbólico nas construções, identificado com a utilização de formas e elementos dos mais variados estilos do passado, com o objetivo de caracterização dos prédios ou da identificação visual da função do edifício;
5. é uma arquitetura preocupada com a aparência externa das obras e que tem necessidade de diferenciação por meio de realizações singulares (únicas) caracterizadas pela "liberdade no manejo dos estilos" e/ou pela identificação visual da função do edifício;
6. é uma arquitetura de volumes retangulares, recortados e contrapostos uns aos outros, cuja plasticidade resulta de uma pesquisa formal e da capacidade criativa do construtor;
7. é uma arquitetura que rejeita a pureza e nem sempre é facilmente compreensível à primeira vista;
8. é uma arquitetura que deixa evidente sua relação com o solo no qual se apoia;

9. é uma arquitetura que utiliza os mais diferentes elementos decorativos das mais variadas procedências.

De 1900 até 1930 destacaram-se as seguintes construções: o Clube Caixeiral (1904), projeto de Caetano CASARETTO; a Igreja do Redentor (1909), projeto de John Gaw MEBN; o Teatro Polytheana Pelotense (1910), construído por Fernando SILVEIRA; a Biblioteca Pública Pelotense (1913 – segundo pavimento), projeto de Caetano CASARETTO; a reforma do Mercado Público (1914), projeto de Manoel A. B. ITAQUI; o Colégio São José (1915); o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição (1915), projeto de Ernesto MOULINO; o banco Pelotense (1916), projeto de PEREZ MONTEIRO & CIA; a reforma do Teatro Sete de Abril (1916), projeto de PEREZ MONTEIRO & CIA e José TONIERI; o Frigorífico Rio-Grandense (1917), projeto de SCOTT & HUME; o pavilhão do Esporte Clube Pelotas (1917), projeto de Fernando RULMANN; o Teatro Guarany (1920), construído por RODRIGUES & CIA.; o Patronato Visconde da Graça (1923); o Quartel do Nono Regimento (1924), projeto da CIA CONTRUTORA DE SANTOS e construção de Affonso GOETZE JR; a Escola de Artes e Ofícios (1924), projeto de Carlos SCOTTO e Caetano CASARETTO; o Teatro Appolo (1925), construído por XAVIER DUARTE; o Banco do Brasil (1926), projeto e construção de Paulo GERTUM; a Igreja Evangélica (1927); o Cine Capitólio (1927), construção de DIAS & REQUIÃO; o Grupo Escolar "D. Antônia" (1927), construção de DUARTE, SOUZA & CIA e TELLINI & CIA; a Faculdade de Direito (1928), projeto de José SEVERGININI e construção de DIAS REQUIÃO; reforma na Sociedade Germânica (1928), projeto de Max GÓTYE; a reforma no Asilo de Mendigos (1928), projeto de Caetano CASARETTO; o Grande Hotel (1928), projeto e construção de Theóphilo Borges de BARROS; o Moinho Pelotense (1928), projeto de Alfredo HAESSLER e construção HAESSLER & WOEBCKE; o Entrepasto de Leite (1929), projeto de Affonso GOETZE JR. Foram ainda construídos: o Banco Nacional do Comércio, o Banco da Província (projeto de AZEVEDO MOURA & GERTUM) e o Almoarifado Municipal.

2.3.1. ARQUITETURA RESIDENCIAL DE 1900 A 1930

O final do século XIX e as primeiras três décadas do XX assistiram ao desenvolvimento acentuado de novas tipologias residenciais que vinham responder a uma demanda habitacional surgida a partir do progresso industrial, com a transição da atividade artesanal e manufatureira para a industrial; e das modificações das relações de trabalho, com a afirmação do operariado e da classe média.

Pelotas passou por um processo de urbanização intenso, pois representava uma alternativa para os que enfrentavam problemas econômicos que ciclicamente ocorriam na zona rural e nas pequenas cidades da região – tanto em relação a pecuária quanto a agricultura.

"Na cidade se instala uma população que irá constituir o pequeno artesanato e o operariado industrial. Diferencia-se e cresce a camada de comerciantes, pequenos industriais, trabalhadores qualificados autônomos, isto é, emerge a classe média" (BLAY, 1979, 78).

Essa diferenciação de classes, como não poderia deixar de ser, reproduz-se na cidade, configurando novos bairros, reforçando a estrutura de outros e afirmando as novas tipologias residenciais como os "contrafeitos", os "chalets de madeira", as "casas para obreiros" e as "vilas operárias" – para a crescente mão-de-obra assalariada; e as "villas residenciais" ou "vilinos" – para a classe média.

Segundo Glenda Pereira da CRUZ (1984, 450), o termo "contrafeito" foi empregado para indicar dois tipos diferentes de construção: habitações de baixa renda em alvenaria ou edificações complementares de serviço, que chamaremos de "edículas".

Os "contrafeitos" apresentavam soluções de planta bastante rudimentares, com duas a quatro peças interligadas, cozinha e banheiro em anexo, cobertura em uma água (quase sempre com caimento para os fundos) e recuo frontal em relação ao passeio.

Os "chalets" eram habitações de baixa renda em madeira (construídos predominantemente entre 1908 e 1916), igualmente rudimentares, isolados no terreno e com cobertura em duas águas com caimento para as laterais.

"Das 741 habitações contruídas entre 1912 e 1916, 542 são de madeira, o que comprova o crescimento do número de habitações de baixa renda; pode-se dizer, enfim, que a data de 1912 marca o surgimento, em Pelotas, dos problemas habitacionais, em moldes de um capitalismo um pouco mais avançado..." (CRUZ, 1984, 506) – grifo nosso.

As "casas para obreiros" ou "de renda" não se diferenciam substancialmente dos contrafeitos. Eram construídas de alvenaria e quando possuíam platibanda, eram edificadas sobre o alinhamento da via pública.

A mais renovadora das soluções encontrada para o problema da moradia para a classe trabalhadora foi a "vila operária urbana". Uma "vila operária" era o conjunto de habitações de baixa renda, construídas geminadamente no interior de uma parcela de terreno, que tinha uma única frente voltada para a via pública, o que indicava o acesso principal, e gerava uma rua interna (sem saída) de circulação semi-pública.

"As casas são enfileiradas e sua área de projeção corresponde praticamente ao lote, não existindo afastamento frontal ou laterais, deixando-se apenas um quintal nos fundos que funcionava também como prisma de iluminação e ventilação" (SOUZA, 1985, 106).

Utiliza-se também a denominação de "vila" para indicar um conjunto de residências geminadas (casas em fita), construídas ao longo de uma ou mais faces de um quarteirão.

Embora a nomenclatura "contrafeitos", "chalets", "casas para obreiros" fosse utilizada independentemente de existir uma relação precisa com os tipos habitacionais adotados, a partir de uma análise dos projetos existentes na Prefeitura Municipal de Pelotas, é possível identificar um certo consenso em chamar de "contrafeitos" ou "chalets", os edifícios erguidos por proprietários para uso próprio ou para aluguel (de no máximo duas unidades); enquanto as "casas para obreiros" ou de "renda", como o próprio nome sugere,

eram construídas como um investimento para garantir uma renda sob forma de aluguel ou através do lucro obtido com a venda dos imóveis.

Existe uma série de características comuns entre as várias soluções habitacionais adotadas. Primeiro, a manutenção dos esquemas de circulação ao redor de um longo corredor e a difusão de construções de forma quadrada ou retangular com uma divisão interna em cruz, configurando quatro pequenos cômodos e a latrina (banheiro).

Segundo, a existência obrigatória de recuos frontais. Discriminatório afastamento de, no mínimo quatro metros – mais muro e portão – só exigido para habitações de baixa renda. Dessa maneira garantia-se, em nome da segurança contra o fogo, que as pequenas habitações não comparecessem na configuração das ruas (da rua constituída pela união de fachadas sucessivas), permanecendo "*devidamente resguardadas*" da vista do cidadão (CRUZ, 1984, 492) (7).

Terceiro, a redução e simplificação dos motivos decorativos tanto por uma questão econômica como técnica. Ocorreu o abandono dos elementos decorativos utilizados até então, como as platibandas vazadas, as estátuas de louça, os apliques de massa, as pilastras etc, e a sua substituição por outros, bastante simplificados, como as platibandas cegas (quando existiam) e os desenhos geométricos aplicados nas paredes. Nos chalets de madeira surgiram os "lambrequins", ornatos em forma de rendilhado, ou recortes, de madeira ou de lâmina metálica, aplicada sobre as extremidades das coberturas.

Quarto, o desenvolvimento de um mercado imobiliário e de um interesse especulativo sobre o solo urbano, do qual as vilas operárias são o melhor exemplo.

Da análise das vilas operárias e das casas de renda construídas até 1920, constata-se que foram erguidas principalmente por pequenos proprietários, na sua maioria portugueses, que procuravam, de alguma forma, participar do processo de acumulação de capital. Desta maneira, assinam os projetos, construtores também portugueses: *Antônio Martins Gomes, Antônio Jesulno dos Santos, Manoel Ribeiro, Joaquim Pires Gregório, Pedro Rodrigues Gonçalves*, entre outros.

Em 1883, José Alvares de Souza Soares, industrial farmacêutico, construiu, junto à sede do "Laboratório Homeopático Rio Grandense", o Parque Pelotense ou Souza Soares (20.000 m²) e em anexo escola e um bairro destinado à residência de empregados. Embora não existam estudos sobre o Parque e suas habitações operárias, Souza Soares deve

ser --juntamente com Carlos G. Rheingantz -- o exemplo mais antigo que se tenha no Estado de uma preocupação empresarial com a educação e moradia de seus funcionários.

Em 1903, Antônio José Figueiredo, industrial da área de sabão e velas, construiu um conjunto de dez habitações destinadas a seus operários; e em 1917, Augusto Simões Lopes, filho de charqueador, construiu o Bairro Simões Lopes, gigantesco empreendimento imobiliário, inaugurado com 35 residências geminadas ("Villa Operária") e completado com a construção de sua própria residência: o Castelo Simões Lopes (1922).

As modificações das relações de trabalho e o surgimento de novas classes sociais, inclusive de frações da classe dominante, geraram o desenvolvimento de profundas mudanças que se refletiram de maneira significativa, também, na cidade.

A partir das primeiras décadas do século XX, as residências urbanas das classes mais abastadas sofreram um processo de transformação radical (nos mesmos moldes daquele ocorrido quando do abandono das soluções identificadas com a arquitetura colonial).

A utilização de novos materiais (principalmente aqueles ligados ao conforto elétrico-hidráulico), o aperfeiçoamento dos hábitos de higiene, a construção de prédios totalmente isolados em relação aos limites do terreno, e a exploração formal e plástica dos volumes da edificação e das soluções de cobertura, irão caracterizar o principal tipo de construção burguesa da época: a VILLA (8).

Ao lado dos sobrados coloniais e das casas de porão alto do final do século XIX, começaram a ser construídos vários sobrados cuja característica principal era a busca da individualidade, ou a autonomia individual da forma, responsável pela quebra da coerência e unidade ambiental-urbana existente em Pelotas desde o século passado. Segundo Ramón GUTIERREZ (1983, 478) observou como um fenômeno continental: "uma arquitetura oculta e uma arquitetura exibicionista conformaram a paisagem urbana das cidades": as vilas operárias, os chalets de madeira e as casas para obreiros, escondidos atrás de muros e afastados através de recuos; e as "villas" e os palacetes burgueses valorizados por suas implantações, seus jardins, suas dimensões e por suas opções estéticas.

"A desarticulação da concepção da cidade como unidade, a convicção de que o PROGRESSO era infinito e bastava o somatório de conjunturas (obras) individuais para obter um ótimo resultado final, acarretou a descontinuidade nos traçados, o crescimento especulativo de certas zonas

e bairros e a formação de cidades paralelas" / a da grandeza e a da pobreza/ (GUTIERREZ, 1983, 478).

Os palacetes de morada inteira e de porão alto afirmaram-se como o tipo ideal, e consagrado, para a habitação da classe dominante pelotense até o fim do século XIX. Junto à Praça Cel. Pedro Osório e arredores foram construídos alguns dos mais significantes exemplares dessa arquitetura, que conservava as técnicas de construção de origem portuguesa (apoiadas na abundância de mão-de-obra artesanal e escrava) e que fazia referência à arquitetura de tradição clássica, fortemente influenciada pela renascença italiana.

A elite industrial, por sua vez, além de dividir e disputar o espaço social, político e econômico com os "grand-seigneurs" na busca de afirmação como tal, teve de conquistar, também, o espaço urbano (em parte já ocupado, socialmente definido e extratificado), lançando mão de seus próprios códigos formais, capazes de criar por si só um nítido modelo de diferenciação de classe.

Estes mesmos códigos foram apropriados e utilizados por parte da classe média emergente (funcionários de bancos, de firmas comerciais, profissionais liberais, entre outros), que se identificou mais com os industriais – que representavam o setor economicamente ativo naquele momento – do que com a "aristocracia pelotense" – ainda sofrendo com os problemas da crise do charque.

A partir de 1860, aproximadamente, teve início o processo de industrialização em Pelotas. Vejamos então como os "capitães de indústria" enfrentaram a questão da moradia própria.

Frederico Carlos LANG, da Fábrica de Sabão Lang (1864); Carlos RITTER, da Cia. Cervejaria Ritter (1876); Leopoldo HAERTEL, da Cervejaria Sul Rio Grandense (1889); e Júlio HADLER, do Curtume Hadler (1895), construíram suas primeiras residências – conforme os padrões da época – junto a suas respectivas indústrias. Com o crescimento dos estabelecimentos fabris, buscaram novas opções habitacionais que contemplassem uma vida mais em contato com a natureza e menos com o ambiente de trabalho. HADLER comprou, em 1908, a chácara de veraneio que pertenceu ao Cel. Anibal Antunes Maciel – pai do Barão de Três Serros (na atual rua Barão de Santa Tecla entre pe. Felício e Antônio dos Anjos). RITTER mandou construir, de 1909 a 1913, um grande

sobrado "palladiano" em meio a um gigantesco jardim (Parque Ritter), dando-lhe o nome de "Villa Augusta" (atual Faculdade de Medicina da UFPel). Alberto Sá RHEINGANTZ, da firma F. Rheingantz & Cia, encomendou ao arquiteto *Theo Wiedersphan*, em 1916, um "palacete" (segundo informações, nunca construído). LANG mandou construir, em meio a um grande jardim, em 1926, a "Villa Georgina", residência de dois pisos carregada de referências à arquitetura "árabe", inclusive com cúpulas (rua Gonçalves Chaves, 1169).

As VILLAS eram construções, preferencialmente, de dois pavimentos edificadas em meio a um jardim à inglesa, construídas tradicionalmente na periferia do núcleo central da cidade (ao longo da rua Benjamin Constant, Barroso e Gonçalves Chaves) e que adotavam uma série de inovações e diferenciações em relação à arquitetura que se vinha fazendo até então: a exploração plástica dos jogos de telhado, dos volumes recortados e dos desníveis; a utilização de pequenas varandas ou alpendres cobertos; a construção de pequenas torres ou de volumes que sugerem torres; o emprego de materiais brutos e aparentes como o vigamento de madeira, a pedra e o tijolo; a adoção de sacadas, terraços e "bow-windows"; e o emprego dos mais variados e exóticos estilos arquitetônicos que garantiam às construções um ar pitoresco. Na fachada principal, em um lugar de destaque, em uma cartela ou frontão, passou-se a inscrever o nome da pessoa a quem a villa era dedicada – tradicionalmente a esposa do proprietário, a amada, a "rainha do lar": Villa Noêmia, Villa Heulália, Villa Nilsa, Villa Stella, Villa Zilda, Villa Carmen, Villa Vermetti, entre outras.

"As plantas dessas casas isoladas, normalmente tinham seus perímetros recortados, com saliências e reentrâncias devido às movimentações do telhado, o que parece um contra-senso porque o certo seria a cobertura sujeitar-se aos ditames do contorno da construção" (LE MOS, 1989, 10).

Internamente as VILLAS apresentavam esquemas distributivos bastante padronizados que contemplavam a divisão do programa residencial em três áreas principais e independentes: a social, a de serviço e a íntima. Sendo a última, totalmente isolada do restante, devido à possibilidade de se contar com o segundo pavimento, e com instalações sanitárias adequadas.

O andar térreo dividia-se entre social e o serviço, e estruturava-se através de uma sequência de espaços de transição e circulação que iniciava com o pórtico de entrada (na maioria das vezes coberto); passava para o "hall" de distribuição – que dava acesso à

sala de visitas, ao gabinete e à escada; passava para o "hall" da escada – que na grande maioria dos projetos abria-se para a sala de jantar; e terminava na copa – que interligava a cozinha, a sala de engomar, e de costura e a dispensa.

Entre todas as peças de uma VILLA, a sala de jantar é a que recebia maiores cuidados do ponto de vista formal e espacial, sendo bastante valorizada por suas dimensões e pelo emprego constante de "bow-windows" ou acessos ao jardim.

Nestor Goulart REIS (1978, 58) diz que nas villas foram aperfeiçoadas muitas das características que iriam marcar a arquitetura residencial brasileira até a Segunda Guerra, ou seja, "a preocupação de isolar a casa em meio a um jardim, a tendência a conservar um paralelismo rígido, em relação aos limites do lote", a construção das edículas, a hierarquização do programa de necessidades, e a participação acentuada do proprietário – impondo seu gosto – sobre o trabalho dos arquitetos ou construtores.

Um exemplo significativo desta "interferência" pessoal do proprietário sobre o resultado final de uma obra ocorreu quando da construção da residência de Augusto Simões Lopes – filho de Visconde da Graça. Obra que deveria coroar um grande empreendimento imobiliário: a construção do Bairro Simões Lopes. Para tanto foi contratado o arquiteto alemão *Fernando Rullman*, que projetou uma villa que lembrava um "chalé suíço". No entanto, ao longo da construção (1920-22), o "chalé" foi sendo transformado em um "castelo", com torre e ameias, tendo o proprietário desenhado, pessoalmente, algumas das modificações necessárias para essa transformação.

Concretizava-se desta maneira, uma resposta arquitetônica, por parte dos descendentes da "aristocracia" pelotense à maneira de viver da elite industrial, tentando recuperar ou restabelecer os símbolos da nobreza e poder (identificados pelas idéias dos reis e senhores feudais).

2.3.2. O BANCO PELOTENSE

Fundado em 1906, o Banco Pelotense só veio a ter sua sede própria em 1916; antes disso ocupou prédios locados, inclusive o andar térreo do Club Comercial, com acesso pela rua Anchieta. Em 1911 comprou, em um leilão público, os prédios então existentes na esquina da rua Andrade Neves com a rua Mal. Floriano, local onde foi construído a sua matriz definitiva. Para realizar o projeto a diretoria contratou a firma PEREZ MONTEIRO & CIA, empresa de nacionalidade uruguaia com uma filial em Pelotas (engs. Carlos Perez MONTEIRO, Donato GAMINARA, Mário MOREAU e Luiz SUAREZ). As obras iniciaram em 1913 e o prédio só foi ser inaugurado em 1916, quando o banco completava dez anos de existência.

O projeto adotado buscava uma identificação direta com a função do prédio, e uma valorização da grandeza, da solidez, da riqueza e da segurança dessa instituição bancária; por isso seguiu um partido "cosmopolita", ou seja, possível de ser encontrado em qualquer grande centro internacional de negócios. Um grande prédio de esquina, com três pavimentos mais sub-solo e mansarda. O sub-solo é habitável e ventilado por janelas retangulares e não mais pelas insignificantes "gateiras"; o andar térreo é ligeiramente elevado em relação ao passeio público, possui grandes aberturas em arco pleno e é todo revestido de rustificação (modo de trabalhar a alvenaria ou o reboco, com a finalidade de transmitir uma idéia de tectonicidade, de base rígida e uma diferenciação com os demais pavimentos do prédio); o primeiro e o segundo pavimentos são tratados como uma unidade, recuados em relação ao térreo e unidos através de colunas de ordem monumental (colossais), que valorizam o caráter grandioso de construção e evidenciam o "andar nobre";

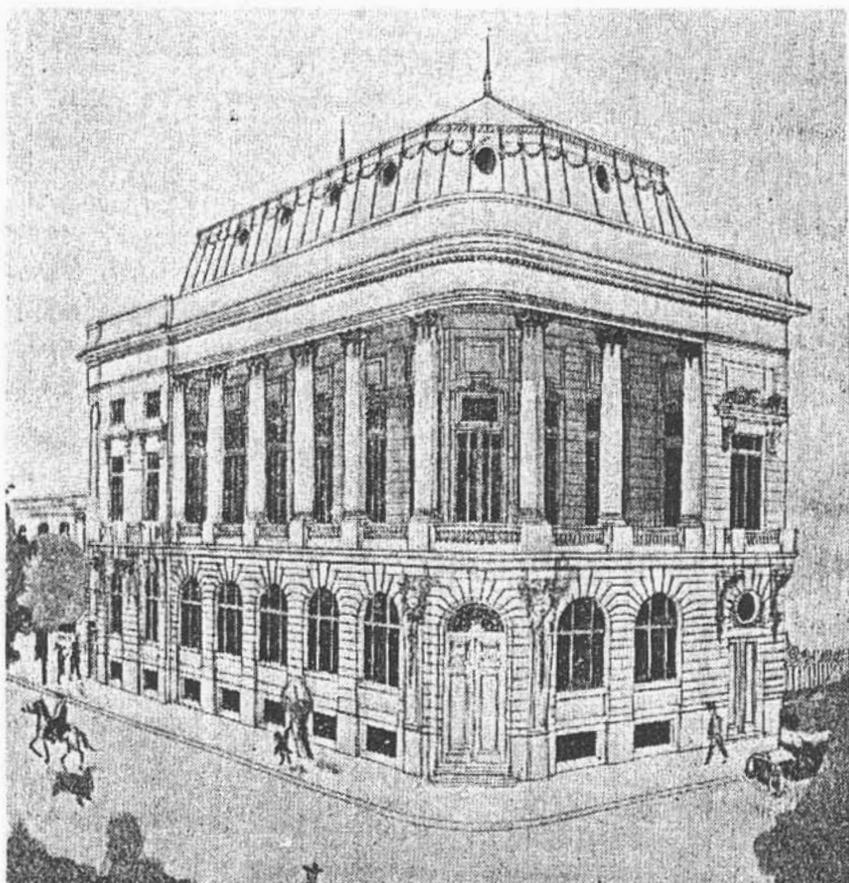
a mansarda marca o coroamento da construção e abriga um último pavimento (ático) acusado pelas janelas que se projetam para o exterior.

Externamente o projeto traduziu considerável abandono da ornamentação (reduzida a variações de capitéis jônicos, a algumas guirlandas e a duas cabeças de leão que substituem os tradicionais "cachorros"). No entanto, o prédio foi construído em escala monumental, como se os elementos de arquitetura (portas, janelas, sacadas, "cachorros") crescessem, imprimindo nos clientes e "pelotenses comuns", certa inferioridade frente à "grandiosidade da construção".

Internamente, o pavimento térreo abrigava os serviços de atendimento ao público, e os demais pisos eram destinados aos escritórios e a apartamentos.

Com o fechamento do Banco, em 1931, o governo do Estado incorporou todo o seu patrimônio, inclusive a matriz, filiais e agências. O prédio foi, por alguns anos, destinado à Mesa de Rendas Estadual e, mais tarde, passou a ser ocupado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Na década de 70 foi bastante modificado: o espaço destinado ao público, no térreo, foi reduzido; as janelas originais trocadas por panos de vidro; a porta, substituída; e o sub-solo, aberto aos clientes. No entanto, na esquina do imóvel, ladeando a grande porta principal, ainda permaneceram as duas cabeças de leão que, além de apoiarem a sacada, de protegerem os medalhões onde se lia o nome do Banco Pelotense, simbolizavam toda a segurança que um banco necessitava afirmar e que o Pelotense pensava ter...



5.A. "O BANCO PELOTENSE", perspectiva de Perez Monteiro & Cia(1913).



5.B. "O BANCO PELOTENSE" (1922)

Fonte: CARRICONDE, 1922, s.p.

2.3.3. O GRANDE HOTEL

A história do Grande Hotel tem início em 1922, quando o então intendente Pedro Luis Osório lançou a idéia de construí-lo. Segundo o intendente, "tratava-se de uma obra eminentemente social", "um melhoramento inadiável" que vinha reafirmar o espírito progressista dos pelotenses". Ainda em 1922, foi organizada a CIA. INCORPORADORA GRANDE HOTEL (CIA GH), através de sistema de ações que somou, em pouco tempo, um capital de 525 contos de réis (40,38% do custo da obra). A primeira manifestação pública da CIA GH foi em 1924, quando da aquisição do terreno para o empreendimento, uma área de 113m² e que custou 130 contos, localizada na principal praça da cidade (Praça da República esquina Anchieta) que, por coincidência tem hoje o nome de Cel. Pedro Osório (um dos diretores da CIA GH).

Naquele ano, a proposta de construção de um hotel foi retomada pelo novo intendente, Augusto Simões Lopes (acionista da CIA GH), que em seu programa de governo garantiu "apoio às iniciativas particulares para a fundação de hotéis modernos".

Ainda em 1924, foi lançado um concurso público para a escolha do projeto a ser edificado, concorrendo pelo menos três propostas: a de *Theóphilo Borges de Barros*, a da construtora *Azevedo Moura & Gertum* e a da *Companhia Construtora de Santos*. Em janeiro de 1925, reuniram-se, na Intendência Municipal, a diretoria e o conselho fiscal da CIA GH, com a finalidade de julgar as propostas apresentadas. Tão importante decisão foi tomada no âmbito da intendência pelos membros da diretoria -- que certamente nada entendiam de arquitetura -- e que após ouvirem o relato de Fernando Luis Osório, escolheram por unanimidade o projeto de *Theóphilo Borges de Barros* (nada mais do que o titular da Diretoria de Obras Públicas do Estado, membro do PRR e positivista).

Coincidência ou não, Theóphilo estava em Pelotas no dia do resultado do concurso, "vencendo" também a concorrência pública para a execução da obra. Fernando L. Osório, citando Taine, Danton e Emerson, fez o primeiro dos discursos comemorativos ao lançamento da pedra fundamental do Hotel. Para a solenidade foi escolhido o dia 14 de julho de 1925, data em que se comemorava a "Queda da Bastilha", (marco da revolução burguesa) e que, segundo os positivistas pelotenses "assinalava a universal transformação do ocidente em que foram instituídos os elementos do futuro -- a indústria, a ciência e a poesia -- na solução religiosa do problema humano" (9). E em um sentido simbólico e buscando uma "continuidade histórica", foi utilizada pelo intendente Augusto Simões Lopes, a mesma "colher de pedreiro de prata" com a qual, o seu pai, Visconde da Graça, em 1878, lançara argamassa sobre a pedra fundamental da Biblioteca Pública. Ou seja: permanecia no poder a velha oligarquia do tempo das charqueadas.

A partir de 1926, a CIA GH passou a enfrentar uma série de problemas para conseguir subscrever o capital necessário à conclusão das obras, como consequência de uma crise comercial que teve início em 1925. Não possuindo o capital para cumprir seus compromissos, foi a diretoria autorizada pelos acionistas a solicitar empréstimos junto ao Banco Pelotense e ao da Província, num total de 931 contos de réis. Afiançaram os empréstimos os diretores da CIA GH: Cel. Pedro Osório, sr. Manoel Luis Osório (presidente do Conselho Municipal), dr. Joaquim Luis Osório (Deputado Federal), dr. Pedro Luis Osório (ex-intendente e diretor do Banco Pelotense) e Pompeu Mascaranhas de Souza (Vice-intendente).

Frente à impossibilidade de dar continuidade à obra e saldar os empréstimos obtidos, a diretoria, em 29/12/27, decidiu vender ou *municipalizar* o edifício em construção.

Com a hipótese de municipalização vindo à tona, teve início uma grande polêmica entre a situação e a oposição, registrada através de inúmeros editoriais e matérias de capa nos jornais locais "Diário Popular", do PRR, e "O Libertador", do PL.

Por Ato nº1668, de 31/12/1927, foi promulgada a Lei nº204, aprovada por unanimidade pelo Conselho Municipal, e que autorizava o executivo a realizar a municipalização do hotel (isso apenas dois dias após a assembléia geral da CIA ter decidido vender ou municipalizar). Justificava o Diário Popular que "não surgiram candidatos à

compra do prédio" – mas como poderia surgir alguém, de uma hora para outra, e resolver comprar um hotel? – tudo em apenas seis dias!

A sete de abril de 1928, o intendente municipal, considerando que o imediato funcionamento de um hotel moderno em Pelotas vinha preencher uma das mais sensíveis lacunas da cidade, adquiriu o edifício pelo valor de 1750 contos de réis, garantindo ainda pequeno lucro à CIA. GH.

"Pelotas comprou o hotel sem um vintém de abatimento... Bastava que deixasse a hipoteca do prédio resolver-se naturalmente. Em hasta pública, arremataria por menos de mil contos o que comprou por 1750" (O LIBERTADOR, 14/4/28).

O Grande Hotel de Pelotas foi inaugurado no dia 26 de abril de 1928, cabendo ao diretor do Diário Popular, Jorge Sallis Goulart, discursar em nome da casa: para ele, "*a bela construção era como um símbolo de Pelotas, era como a integração do admirável espírito de civilização, de cultura e desenvolvimento, que pairava luminosamente sobre a cidade*" (DP, 21/4/28).

O prédio do Grande Hotel parece seguir um modelo comum na época, e que está presente também no prédio do Banco Pelotense: construção de esquina com sub-solo habitável, andar térreo ligeiramente mais elevado em relação ao passeio, andar nobre evidenciado na fachada, dois pavimentos-tipo e mansarda (que não chegou a ser construída).

O projeto tem ótimas soluções, principalmente no que diz respeito ao fluxo, à distribuição das funções, à orientação solar e à racionalização da construção.

Utilizando-se do zoneamento e distribuindo as principais funções do hotel ao redor de um jardim de inverno coberto, Theóphilo Borges de Barros obteve grande facilidade de fluxos – que ocorrem através do jardim e pelos corredores ou varandas diretamente ligadas aos quartos – permitindo ainda grande mobilidade na zona de serviço, totalmente independente. Também zoneou corretamente o bar, de maneira a possibilitar um acesso independente e direto pela praça Cel. Pedro Osório e outro, interno, pelo jardim de inverno.

Para os quartos, refeitório e bar deixou as melhores orientações, que em Pelotas são a norte e a leste, ficando as poucas aberturas dos banheiros e da escada para o sul.

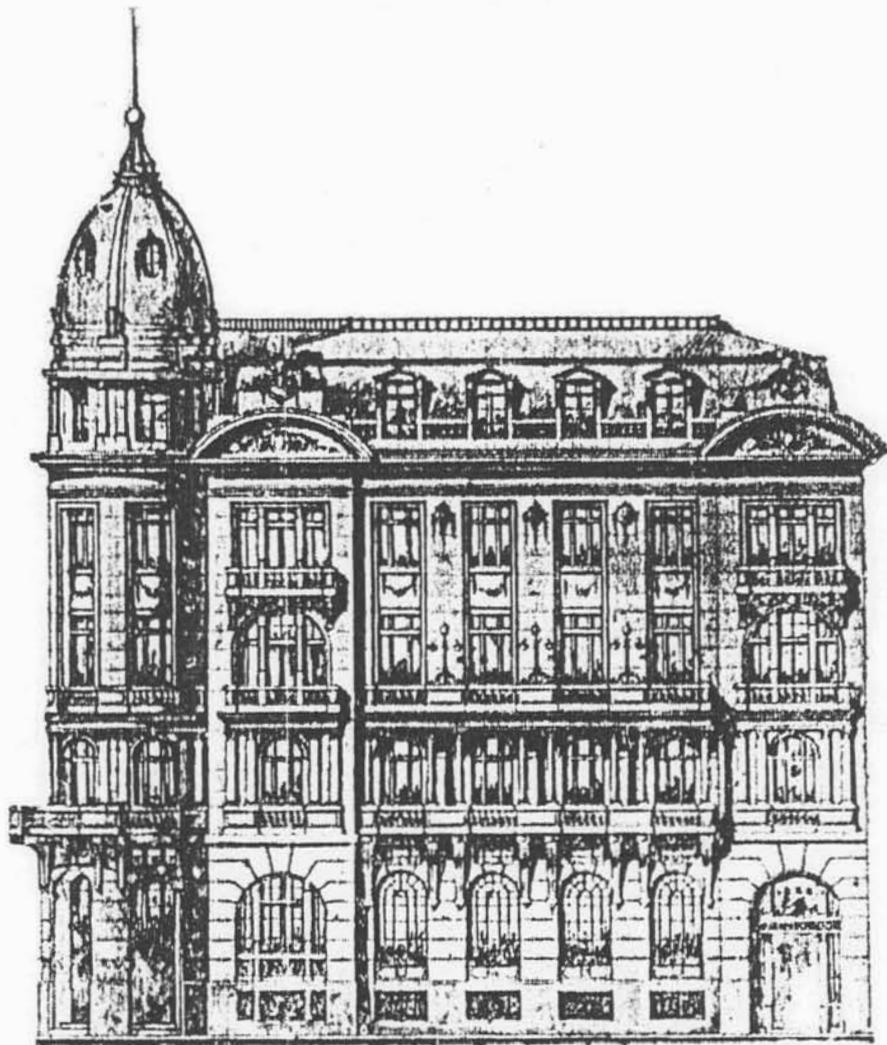
Nota-se, analisando o projeto, uma preocupação com certa modulação, expressa na padronização das aberturas e nas dimensões, no rebatimento e disposição dos quartos. Por outro lado, os banheiros foram sobrepostos, facilitando e economizando na instalação de água e esgoto.

Estas características do edifício só vêm afirmar a competência do projetista e mostrar que, embora utilizando uma linguagem ligada aos modelos ecléticos, seu projeto estava repleto de manifestações, hoje, identificadas com a arquitetura do Movimento Moderno: distribuição funcional, zoneamento, racionalização, modulação, busca das melhores orientações solares etc.

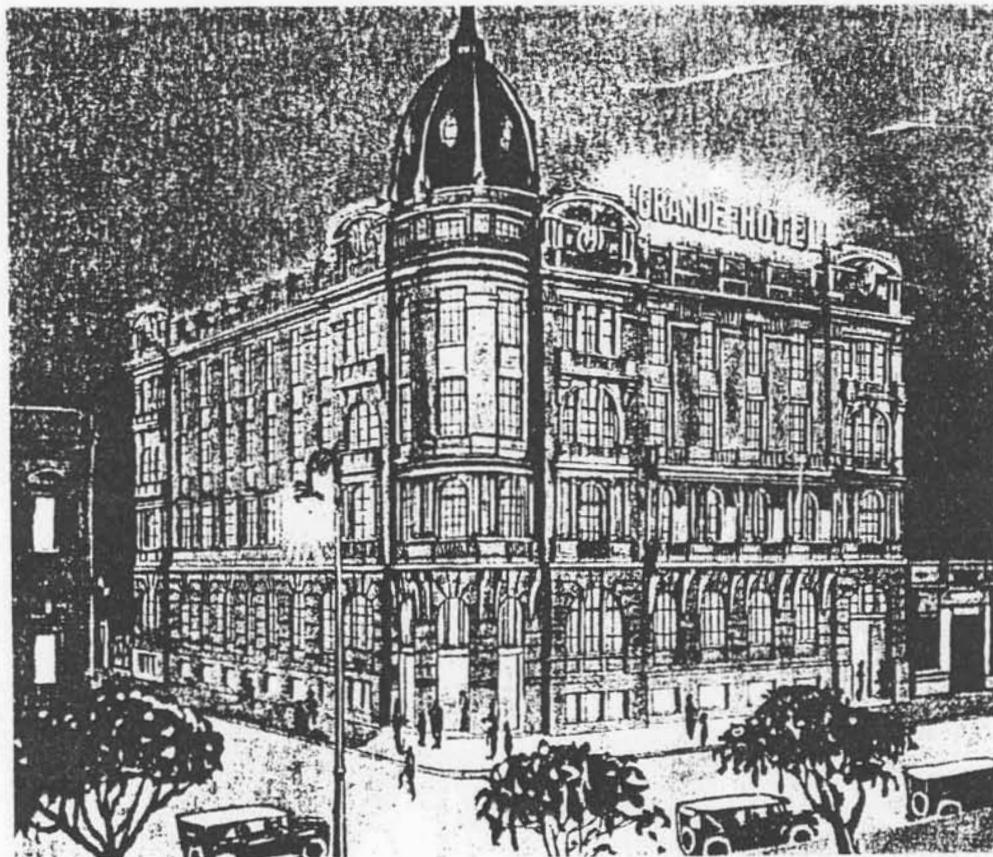
A esquina do prédio foi tratada de maneira diferenciada, a partir de um corpo cilíndrico, uma espécie de torre, encimada por grande cúpula, que esconde a caixa d'água e marca o acesso principal do edifício.

As fachadas do hotel são marcadas por pureza de linhas, harmonia no conjunto e claro geometrismo. O prédio possui só em determinados lugares delicados desenhos que vão de motivos florais a ranhuras geometricamente produzidas e/ou repetidas, de modo que nunca a ornamentação se sobrepõe à pureza do restante. Os extremos de cada fachada são coroados com frontões em semicírculo achatado, onde se inscreve em alto relevo o monograma do hotel: GH.

A 23 de julho de 1986, o Grande Hotel foi tombado pela Prefeitura Municipal devido a sua importância arquitetônica e seu valor histórico. Tombado, permanece na praça mais importante da cidade, refletindo o estado de estagnação que representa e presencia. É realmente UM SÍMBOLO DE PELOTAS...



6.A. "GRANDE HOTEL", desenho de Theóphilo Borges de Barros (1925).
 Fonte: PARADEDADA, 1927, s.p.



6.B. "GRANDE HOTEL" perspectiva(1927).
 Fonte: PARADEDADA, 1927, capa.

NOTAS:

1. Deve-se ressaltar que, embora a busca de soluções para questões econômicas tenha influenciado na opção pela mão-de-obra livre e equacionado a questão servil, isso não ocorreu isoladamente, independente de uma consciência abolicionista já difundida no Estado.
2. Segundo Sândra PESAVENTO, "pode-se afirmar que os charqueadores são tão 'industrialistas' como Carlos Lang... Uma empresa não pode deixar de ser classificada como 'indústria' apenas pelo seu menor grau de beneficiamento de matéria-prima ou pela sua reduzida utilização de tecnologia" (1991a, 53/4).
3. Segundo Paul SINGER, "entre 1820 e 1858, Porto Alegre vegeta, enquanto a principal atividade comercial da província se desloca para o sul... É a partir da década dos sessenta, no entanto, que a colonização alemã começa a mostrar a sua pujança comercial e isto totalmente a favor de Porto Alegre, escoadouro comercial natural de seus produtos" (1974, 162).
4. Gervásio Alves Pereira era médico formado no Rio de Janeiro, ex-membro do Partido Conservador, Deputado Constituinte pelo PRR, pecuarista e introdutor do primeiro plantel de gado DURHAM no Rio Grande do Sul (OSÓRIO, 1962, 121).
5. Segundo Fernando Luis Osório, "sua criação, baseada na ordem econômica, veio corresponder a uma tarefa social das mais generosas. Estava estremecida a família pelotense pela luta civil terminada em 1896 e ela completou providências urgentes, com que visou restabelecer a harmonia tradicional de nossa terra..." (1962, 199).
6. Segundo convite para a participação no 1º Congresso Rural do Estado, seu objetivo era "congregar as classes conservadoras do Rio Grande".
7. "Portanto, o recuo do alinhamento em Pelotas jamais significou recuo para ajardinamento ou mesmo uma previsão de alargamento de ruas, na zona urbana da cidade, mas sim num mecanismo para preservar a paisagem urbana que, à moda portuguesa, valoriza sobremaneira a fachada, escondendo as habitações mais pobres ou edificações de serviço com o muro, mas deixando a possibilidade da ASCENSÃO ao alinhamento" (CRUZ, 1984, 531).
8. Preferimos adotar, ou manter, a expressão VILLA no original em italiano, primeiro para diferenciar este tipo de construção das VILAS, em português, que também significa habitações de baixa renda; segundo, porque na Itália existe uma distinção entre VILLA -- casa senhorial de campo ou *casa de habitação, em geral de certo requinte, cercada de jardim* e PALAZZI -- residência de luxo construída nas cidades; por fim, porque era essa a expressão utilizada por proprietários e construtores na denominação de suas residências e obras.
9. Discurso de Fernando L. Osório publicado no Diário Popular de 16/7/1925.

CAPÍTULO III
A ARQUITETURA PELOTENSE
DAS DÉCADAS DE 30 E 40

TERCEIRO PERÍODO ECLÉTICO
OU PRIMEIRO PERÍODO MODERNO

3.1. TERCEIRO PERÍODO ECLÉTICO OU PRIMEIRO PERÍODO MODERNO

"Se a década de 1920 foi a da exuberância na arquitetura, a de 30 foi a da contenção e de parcimônia" (1). Esse capítulo vem completar o quadro ou panorama da arquitetura pelotense, dando-lhe continuidade através da análise da produção de 1930 até 1949. Para isso, primeiro é necessário compreender quais os fatores sócio-econômicos estaduais e locais, que influenciaram tal arquitetura. Só assim se entenderá o porquê da "contenção e da parcimônia".

Triunfante o movimento revolucionário de 1930, teve início a República Nova (1930-1937). Pela segunda vez em sua história, o Rio Grande do Sul possuía um presidente gaúcho a comandar os destinos do País e a buscar uma reordenação do sistema econômico e produtivo nacional, colocado em cheque a partir da crise internacionalmente de 29, da falência do modelo agroexportador e da própria ação revolucionária. A revolução de 30 conduziu ao poder um grupo de rio-grandenses que marcou, profundamente, a vida e a política brasileira durante quase três décadas. Chamados de "Geração de 1907" (LOVE, 1975, 234) – ano em que iniciaram suas atividades políticas – tinham em comum, entre outras coisas, o fato de pertencerem ao Partido Republicano Rio-grandense e de compartilharem do pensamento positivista, dos métodos castilhistas e dos ensinamentos borgistas. Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, Joaquim Maurício Cardoso, João Neves da Fontoura, Paim Filho e Flores da Cunha, formavam a Geração de 1907 que, no poder, contou com a colaboração de dois amigos pessoais de Getúlio: Góis Monteiro e Gaspar Dutra, e ainda do líder da oposição gaúcha, Assis Brasil.

Como diz SEITENFUS (1985, 27), pela primeira vez na história do país, um movimento inspirado, organizado e conduzido a partir da periferia em direção ao centro havia obtido sucesso. Para as vozes bairristas, "uma plêiade valorosa de gaúchos sem partidatismo, num gesto de brasilidade superior, promoveu o reerguimento moral, político, econômico e social do Brasil" (PARADEDA, 1933, VIII). Tais fatos estimularam a idéia, defendida por alguns setores da classe dominante e justificou a participação de muitos revolucionários no movimento de 30, de que estava dada a possibilidade histórica do Rio Grande do Sul (ou da oligarquia rural gaúcha) "ocupar o seu lugar" (ou o dos paulistas) no controle da política e economia nacionais.

No entanto, coube ao Rio Grande do Sul apenas permanecer com seu status de Estado periférico-dependente e a continuar a fornecer gêneros de subsistência e de produção primária para o abastecimento do mercado interno. Ao invés de "centro das decisões políticas" ou "*caixa forte nacional*", como queriam as classes dominantes, o Estado deveria

tornar-se o "celeiro do país", sendo necessário para isso, a manutenção da sua estrutura agropecuária, ou melhor dizendo, seria necessário encontrar soluções para os problemas enfrentados pelo setor, ciclicamente em crise. Os oligarcas foram afastados do poder, mas em contrapartida, viram os seus interesses específicos protegidos e suas reivindicações atendidas.

"Oportunizava-se, no bojo do próprio modelo, a existência de uma camada industrial, mas sempre submissa, no caso, aos agropecuaristas que constitulam o grupo dominante no Estado. Tanto ao nível central como ao nível local do país, verifica-se, até então, uma tendência que impelia ao capitalismo rural. A perspectiva histórica gaúcha se concentrava pois, em encontrar saídas para a agropecuária" (PESAVENTO, 1980 b, 52).

Ao assumir a Interventoria Estadual, José Antônio Flores da Cunha, encontrou uma economia arruinada, com as forças produtivas em crise, com um tesouro público sem verbas e uma dívida aproximada de 50 mil contos em bônus emitidos para financiar a Revolução. Não era intenção do governo provisório alterar a relação de forças entre o setor agropecuário (debilitado) e o industrial (paralisado), já que o Rio Grande do Sul – dentro da nova ordem instituída – deveria, prioritariamente, *permanecer produzindo alimentos integrado ao mercado nacional*.

Flores da Cunha, Assis Brasil (Ministro da Agricultura) e José Antunes Maciel (Secretário Estadual da Fazenda), eram ligados às atividades agropecuárias no Estado e, portanto, garantiram a defesa dos interesses da classe dominante regional. Neste sentido "o Estado cumpria a sua função de regulamentar o funcionamento da sociedade e dar continuidade às relações que conservavam os senhores da terra e gado como classe dominante" (PESAVENTO, 1980 b, 90). Para tanto foi intermediário entre charqueadores e o governo federal para a concessão de benefícios (redução de taxas de exportação, criação do serviço de balança e pesagem etc); suspendeu a cobrança de imposto de viação e de outras taxas sobre a exportação de gado de corte regulamentou o fornecimento de máquinas agrícolas para os latifúndios; e empenhou-se na melhoria da qualidade dos rebanhos, importando e cedendo gratuitamente reprodutores, entre outras medidas. No que diz respeito ao setor industrial, Flores da Cunha buscou apoiar aquelas indústrias que trabalhavam com o beneficiamento de matérias primas locais, desenvolvendo uma política de estímulo à produção de vinho, farinha, trigo, banha, couro e conservas de frutas.

O quadro de crise generalizada, dos primeiros anos pós-revolução, refletiu-se de maneira significativa sobre a cidade de Pelotas -- economicamente dependente das oscilações do mercado agropecuário. Os charqueadores assistiram ao decréscimo das exportações de seu principal produto, os pecuaristas trabalharam com preços baixos e descompensadores e os orizicultores passaram a enfrentar uma acentuada concorrência com conseqüente queda dos preços. Como se não bastasse, em 5 de janeiro de 1931, o Banco Pelotense pediu liquidação.

"... este fato, de triste memória, causou verdadeiro abalo na economia do município. Unindo-se a circunstâncias anteriores, internas e externas ... como o acaso das charqueadas, em virtude principalmente da concorrência platina, e a crise mundial das primeiras décadas do século -- refletiu-se durante muito tempo no desenvolvimento da cidade" (MAGALHÃES, 1981, 53) - grifo nosso.

De 1930 até 1938, Pelotas foi governada respectivamente por João Py Crespo (1928-1932), Augusto Simões Lopes (9 meses), Joaquim Augusto de Assumpção (10 meses) e Sílvio Barbedo (1934-1938). Foram anos de estagnação econômica e suspensão das obras públicas -- principalmente se comparados com os dos governos republicanos posteriores a 1900 -- só retomadas durante o Estado Novo. A estagnação se refletia inclusive no "Almanaque de Pelotas", edição anual, dedicada à divulgar as realizações e obras intendentos e prefeitos do Partido Republicano Riograndense, que a partir de 1930 não teve mais o que publicar:

"... de modo que aqueles surtos de progresso, quer de iniciativa particular, quer dos governos, que tanto opulentavam o patrimônio de Pelotas, dotando-a de novas galas e de maiores confortos, sofreram uma diminuição de intensidade, que só em dias mais promissores, não distantes, desaparecerá, de todo, permitindo retomar a continuidade dos empreendimentos" (PARADEDA, 1933, 51).

Os primeiros sinais de crise econômica já haviam se manifestado, em 1928, quando da quebra da Companhia Grande Hotel de Pelotas, que não foi capaz de obter a subscrição integral do capital necessário para a conclusão do empreendimento e de saldar as dívidas obtidas com os bancos Pelotenses e da Província, sendo -- em tempo -- "municipalizado", garantindo o "bom negócio" de seus principais incorporadores: o cel. Pedro Luis da Rocha Osório (charqueador, orizicultor, chefe político da região ligado ao PRR), Pedro Luis Osório (Intendente Municipal de 1920 a 24 pelo PRR e diretor do Banco

Pelotense), Fernando Luis Osório (advogado e historiador), Edmundo Berchon des Essarts (médico e pecuarista), João Py Crespo (vice-intendente de 1908 a 12 e de 1920 a 24, Prefeito de 1928 a 32), Leopoldo de Souza Soares (proprietário do Laboratório Souza Soares), Plotino Duarte (pecuarista, empresário e diretor do Banco Pelotense), Augusto Simões Lopes (Intendente de 1924 a 28 e Prefeito de 1932 a 34), Pompeu Mascaranhas de Souza (advogado do Banco Pelotense e conselheiro municipal), Francisco Rheingantz (industrialista) e Artur Augusto Assumpção (empresário e conselheiro municipal).

O Banco Pelotense foi, durante os anos de sua intensa atuação, a maior fonte de financiamento das atividades agropecuárias – com as quais tinha compromissos profundos. Foi, também, grande aliado do governo estadual e do Partido Republicano Riograndense. Junto aos governos estadual e municipais atuava através de empréstimos diretos, de intermediação no lançamento de títulos de dívida pública e de financiamento de inúmeras obras públicas (como em Pelotas, São Lourenço do Sul, Cachoeira do Sul, Pinheiro Machado, Porto Alegre). Em 1920 foi o único banco nacional a se arriscar a reunir capital suficiente (25 mil contos de réis), para que o governo de Borges de Medeiros encampasse as ferrovias do Estado (*Viação Férrea*). Segundo Eugênio LAGEMANN, "a aceitação desse empréstimo foi regamente compensada pelo governo estadual" (1985, 155), que nomeou o Banco Pelotense seu agente financeiro, responsável por recolher os fundos das Mesas de Renda, das Coletorias, da *Viação Férrea*, e do Porto de Rio Grande. Desta maneira, em 1927, o Pelotense já respondia por 36,3% dos depósitos existentes em bancos gaúchos, tendo atingido o seu auge em 1928 com uma cifra de 282 mil contos de réis. A partir dessa data, teve início o processo contínuo de deterioração de seu patrimônio. Já em 1929 acentuou-se o desequilíbrio de caixa com redução de 42% do nível de depósitos e um constante movimento de retiradas de capitais, que não só se tornou definitivo e insustentável graças à moratória estadual e federal decretada após a Revolução de 30.

Inúmeras são as causas apontadas para a quebra do Banco Pelotense: falhas técnicas, incompetência administrativa, a crise financeira global, a ação dos governos estadual e federal, entre outras.

Em 1928, Getúlio Vargas criou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o que acarretou uma imediata mudança nas relações entre o próprio Estado e o Pelotense, que perdeu seu principal cliente, deixou de exercer a função de agente financeiro estadual

e teve de transferir, para a nova instituição financeira, cerca de 30 mil contos (utilizados para a formação do capital do Banco do Estado).

"O Pelotense não se constituiu mais, para o governo, em instrumento fundamental para a intervenção no setor primário. As lideranças rurais haviam pleiteado a organização rural e hipotecário e, seguindo tendência nacional, em que o crédito rural passou a ser controlado por bancos estatais, fora fundado o Banco do Rio Grande do Sul" (LAGEMANN, 1985, 158).

Com a retirada do capital do Banco Pelotense, o governo estadual, de certa maneira, detonou a crise financeira do Pelotense. Por outro lado, o governo federal só foi agir, em "favor deste", quando a instituição já havia requerido a liquidação.

Dois outros fatores contribuíram para o agravamento da crise e para que o Pelotense não saldasse seus compromissos com os credores e depositantes: a imobilização excessiva de capital e o gigantismo de sua estrutura. Como se viu ao tratar do Segundo Período Eclético, a partir de 1910 o banco desenvolveu uma política de crescimento estruturada em um plano de expansão territorial e de construções de imóveis próprios para as sedes de filiais e agências que levou à condição de banco gaúcho com o maior volume de bens de uso e outros imóveis (LAGEMANN, 1985, 138). Destacaram-se, neste período, a agência de Porto Alegre (projetada por Theo WIEDERSPHAN em 1911 e ampliada em 1919); a matriz de Pelotas (projetada pela firma uruguaia PEREZ, MONTEIRO & CIA e inaugurada em 1916), as agências "irmãs" de Cruz Alta e Bagé (ambas de 1918) as suntuosas sedes de Uruguaiana (1912) e Santa Cruz (1922) e as imponentes sedes de Cachoeira (provavelmente projetada por Manoel de ITAQUI em 1916), de Santa Maria (1922) e de São Gabriel (1912), com suas cúpulas a marcar as esquinas.

Ao todo o Banco Pelotense chegou a possuir, além da matriz em Pelotas, mais trinta e oito agências ou filiais (2), sendo sete fora do Estado, o que contribuiu para diminuir o potencial de criação de receitas por representação e para tornar a administração do Banco mais onerosa e lenta, pela necessidade ampliada de fiscalização (LAGEMANN, 1985, 152).

Sem amparo governamental, com seu capital imobilizado e sem condições de cumprir seus compromissos financeiros, o Banco Pelotense anunciou oficialmente a paralisação de suas atividades em 5 de janeiro de 1931.

Flores da Cunha tirou proveito desse momento, encampando o ativo e passivo do Pelotense, aproveitando-se do "enorme patrimônio e contas a receber" e

comprometendo-se a pagar os credores com apólices a longo prazo. "Com este golpe recuperou rapidamente as finanças estaduais" (FLORES, 1988, 120).

"Em 1982, 50 anos após, encontra-se entre as contas de receita do Estado relativas a ALIENAÇÃO DE BENS E IMÓVEIS, a conta denominada de REALIZAÇÃO DO EXTINTO BANCO PELOTENSE, a qual proporcionou a arrecadação de Cr\$ 15.135.780,00, neste mesmo ano, restando ainda algumas propriedades no Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros" (LAGEMANN, 1985, 173) – grifo nosso.

Em 1932, durante o Congresso de criação do Partido Republicano Liberal, em Porto Alegre, o interventor Flores da Cunha anunciou que, com apoio de Getúlio Vargas e de Osvaldo Aranha, as finanças do Estado já estavam registrando um saldo positivo de 52 mil contos e que, igualmente, o Banco do Estado -- que "para socorrer a economia riograndense e, sobretudo a sua pecuária, usando de imensa liberdade teve que se ver desfalcado de grande parte de seu capital" -- possuía 35 mil contos em caixa (3).

Dois anos depois dos gaúchos terem "amarrado seus cavalos no principal obelisco do Rio de Janeiro", começaram a transparecer as primeiras diferenças no interior do grupo que levou Getúlio ao poder e realizou a Revolução. REFORMISTAS e CONFORMISTAS (4) entraram em choque, estes se sentiam colocados à margem do processo pós-revolucionário, enquanto aqueles tentavam ampliar as suas áreas de influência.

Parte da classe dominantes gaúcha, ao se sentir frustrada, ou decepcionada, vendo que não poderia exercer diretamente o poder político em função de seus interesses particulares e por não aceitar as medidas centralizadoras imprimidas pelo governo central, passou a apoiar as reivindicações constitucionalistas dos paulistas que, embora afirmassem lutar pelo "retorno da legalidade no país", articulavam-se para derrubar o governo federal. *"A Revolução de 30, feita em nome do Brasil, era contra São Paulo; 32 será a revolução de São Paulo pelo Brasil"* (propaganda revolucionária).

Primeiro, o Partido Liberal gaúcho, Borges de Medeiros e o próprio Flores da Cunha, manifestaram a sua solidariedade ao Partido Democrático de São Paulo na sua luta contra o interventor paulista, tenente João Alberto Lins de Barros. Depois, João Neves da Fontoura, foi porta voz, em nome dos políticos gaúchos, de um "alerta", direcionado a Getúlio, sobre os perigos da "influência tenentista junto ao governo central". Por fim, em 1932, Maurício Cardoso, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Barros Cassal e Batista

Luzardo pediram demissão de seus cargos do governo federal. Assim, parte da classe dominante riograndense rompeu com Getúlio Vargas.

"...os partidos políticos tradicionais, em suma, sentiam-se como traídos por Getúlio Vargas, homem saído das fileiras do PRR gaúcho, que fora guindado ao poder central pelo apoio da Frente Única Gaúcha e que agora voltava as costas para o que eles consideravam OS IDEAIS DA ALIANÇA LIBERAL. Na verdade, a oligarquia gaúcha tinha assim frustradas as suas expectativas de substituir-se à oligarquia paulista no exercício do mando do executivo central" (PESAVENTO, 1980 b, 91).

Flores da Cunha, a quem Joseph L. LOVE chama de "VOLÚVEL, ORGULHOSO E AUDAZ" (1975, 236), hesitou até o último momento entre apoiar um levante contra o poder executivo (chegou a distribuir três mil armas aos "conspiradores") ou defender Getúlio Vargas (constantemente o informava e o alertava sobre os perigos de uma contra revolução, inclusive informou-o da data do levante).

Em 9 de julho de 1932 teve início a Revolução Constitucionalista em São Paulo. "Os revoltosos esperavam receber a adesão de outros Estados, contudo, logo após a eclosão do movimento, Flores da Cunha, até então vacilante, decidiu dar apoio a Getúlio" (CAPALETO, 1981, 19). O interventor, com as forças da Brigada Militar e com os contingentes da 3ª Região Militar, controlou, e esmagou, todos os focos revolucionários no Estado.

Com o fim dos conflitos, Getúlio Vargas, através de seu fiel interventor, acabou quebrando a "espinha dorsal" da representividade política do Rio Grande do Sul (unida desde a criação da Frente Única Rio-Grandense, em 1928), cujos líderes não souberam avaliar a sua real capacidade ou possibilidade de enfrentar o governo central. O líder do Partido Liberal, Raul Pilla, os ex-ministros João Neves da Fontoura e Lindolfo Collor, bem como Batista Luzardo, foram expulsos do Estado, exilando-se no Uruguai: militantes dos partidos de oposição ao governo foram presos e Borges de Medeiros foi conduzido a prisão domiciliar no NORDESTE brasileiro (o que parecia ser uma "atenção especial à figura do grande líder político" nada mais era do que uma articulação, pois desta maneira Borges estava muito mais afastado do seu Estado e de suas bases do que os exilados do Uruguai).

Dilacerados os dois principais partidos do Estado, Getúlio tratou de fundar um nova agremiação política-partidária, capaz de: aglutinar as correntes que deram apoio à forças de Flores da Cunha, bem como os adesistas de última hora; evitar a reorganização

do PRR e do PL; e garantir a extensão do seu poder político no Rio Grande do Sul (e sobre todo o país).

Em 15 de novembro de 1932, Osvaldo Aranha veio a Porto Alegre para, junto de Flores da Cunha, organizar o Partido Republicano Liberal (PRL), que contou com a participação, como fundadores, dos seguintes pelotenses: o prefeito Augusto Simões Lopes, os coronéis Joaquim A. de Assumpção Jr. e José Lucas Martins, do major Idelfonso Simões Lopes, e os representantes do "Clube 3 de outubro", Dalmiro Vargas e Vicente Russomano.

"No PRL, congregou-se a maior parte dos CORONÉIS republicanos e outros líderes políticos menores. Sua lealdade a Borges de Medeiros, aos princípios castilhistas, desapareceu em favor de sua permanência no poder pela ligação com o novo partido governista.../ afluíram, pois, para a constituição do PRL elementos de ambos os partidos políticos tradicionais do Rio Grande, que haviam apoiado Flores da Cunha na oposição assumida perante a revolução de 1932, ou que, sem participação ostensiva no conflito, agora optaram pelo partido do governo. Por outro lado, muitos homens de negócios, fazendeiros, industrialistas, comerciantes e profissionais liberais que se interessavam por estabilidade, paz e favores do governo, voltaram -se para o partido do interventor" (PESAVENTO, 1980 b, 99).

Segundo Augusto Simões Lopes, a opção pelo novo partido e por lutar ao lado de Flores da Cunha, ocorreu em nome da *"defesa da estabilidade contra a anarquia, ao lado dos princípios contra a ambição subversiva, no campo da liberdade dentro da ordem, contra os extremismos fora da lei"* (Apud. PARADEDA, 1933, IX). Os líderes políticos pelotenses tentavam reestabelecer, dentro do universo ideológico positivista, as mesmas condições que regulavam a vida política e econômica do Estado, logo após a Proclamação da República, quando a cidade viveu seu último grande surto de desenvolvimento (favorecida no desenvolvimento das forças produtivas e na acumulação privada de capital).

O novo partido nasceu -- ainda dentro do mesmo ideário positivista que havia caracterizado o PRR -- segundo o seu programa, da necessidade imprescindível de preservar o Rio Grande do Sul da "desordem e da anarquia" e para a "realização da ideologia revolucionária". Para que isto ocorresse era necessário um "longo período de paz, justo e democrático e no qual seriam respeitados todos os direitos assegurados por lei, e existiria estabilidade e segurança econômica". Sob esse aspecto, a proposta programática do PRL propunha a integração econômica com mercado brasileiro através do desenvolvimento das forças produtivas, reduzindo ou abolindo impostos, protegendo as indústrias, garantindo

crédito e ainda, através da criação de "Conselhos Técnicos Consultivos", compostos pelos grandes empresários e industriais, para opinar sobre as questões que dissessem respeito aos seus interesses, sempre na defesa deles.

Com a normalização da vida nacional em 1934, Flores da Cunha passou de interventor a governador eleito, o que lhe garantiu uma certa autonomia em relação ao governo federal, e a possibilidade de realizar algumas das propostas programáticas do seu partido (independente da vontade de Getúlio Vargas). Desta forma, Flores da Cunha deu início a um projeto de aproximação com os partidos de oposição (Frente Única), buscando o fortalecimento do Estado e a garantia do desenvolvimento de suas forças produtivas. Por outro lado, estimulou a sindicalização e o corporativismo, aumentando o controle governamental sobre os trabalhadores. Foi o início do "longo" período de paz social prometido pelos membros do PRL e que, no entanto, não passou de 1937, quando o Estado Novo interveio no Rio Grande do Sul.

Durante esse curto período de estabilidade, o governo municipal se retraiu como órgão propulsor de desenvolvimento e crescimento da cidade, passando a depender exclusividade da vontade e de investimentos externos (governamentais) ou da iniciativa privada – o que ocorreu, mas em escala muito pequena.

O crescimento industrial de Pelotas já havia atingido o seu limite nos anos vinte e, a partir da década de 30, passou a apresentar um desenvolvimento interno e uma diversificação na produção, não existindo nenhum investimento de porte, capaz de reativar a economia local.

Ao mesmo tempo, no plano estadual, a zona sul perdeu sua liderança como área industrial por excelência, frente ao crescente desenvolvimento da região entre Porto Alegre e Caxias do Sul.

René GERTZ, no livro "O Perigo Alemão" (1991, 75), analisando o crescimento material da "metade norte" do Estado frente à "sul", demonstrou que, já em 1940, a parte norte (considerando uma linha divisória que passa acima dos municípios de São Borja, Santiago, Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Cachoeira, São Jerônimo e Guaíba) – excluindo Porto Alegre, mesmo tendo uma superfície menor, já havia superado a parte sul em população total, em valor de produção agrícola, em valor da capital industrial, em número de operários e em renda interna municipal (ver Tabela I).

Enquanto a parte sul manteve sua superioridade no que diz respeito à população urbana, à produção pecuária, à produção industrial, à receita, à renda per-capita, ao número de habitantes com curso superior. Esses dados sofrem uma sensível modificação quando os números referentes ao município de Porto Alegre são somados ao do restante da zona norte, ficando a parte sul apenas com a maior superfície e a maior renda-per-capita.

Considerando apenas os municípios da parte sul do Estado, Pelotas era o que, antes de 1940, apresentava a maior população urbana e, provavelmente -- junto com Rio Grande -- o maior valor de produção industrial, de receita, de renda per-capita e o maior número de habitantes com curso superior; o que permite concluir que o crescimento vertiginoso das áreas de colonização alemã e italiana do norte do Estado foi acompanhado de uma retratação do desenvolvimento de Pelotas. Nesse período, a cidade passou de pólo industrial e comercial ESTADUAL para a posição de centro comercial, educacional e de prestação de serviços REGIONAL -- com uma área de abrangência muito pequena, devido à proximidade com a fronteira, com o mar e com Porto Alegre.

A estagnação econômica de Pelotas pode, ainda, ser constatada através do elevado número de "projetos de reformas" (2269), arquitetônicas protocolados junto à Prefeitura Municipal em comparação com o número de "projetos novos" (1240); ou, através do número de edificações em altura: em 1945, por exemplo, Porto Alegre possuía 61 edifícios com mais de cinco pavimentos, enquanto Pelotas estava construindo o seu terceiro (o Palácio do Comércio, a da Caixa Econômica Federal e o edifício Ribas).

Em 1937, frente à iminência de um "fechamento político e da implantação de um regime autoritário", Flores da Cunha renunciou e exilou-se no Uruguai, deixando uma herança para Pelotas que incluiu o novo cais do porto, o "aerodromo" Bartolomeu de Gusmão, o prédio dos Correios e a Alfândega do Porto.

"Um Rio Grande do Sul unido sob comando de Flores da Cunha era um dado que se antepunha à meta do governo central de desarticulação política das oligarquias, impedindo a volta a um esquema de poder similar ao da República Velha" (PESAVENTO, 1980 b, 167).

Sem Flores da Cunha, Getúlio interveio novamente no Estado, pôs fim à autonomia estadual, acabou com o projeto de "comunhão partidária", e desmantelou definitivamente a representatividade política e a máquina administrativa do Rio Grande do Sul.

Com o Estado Novo (1937-1945), teve início um novo período de instabilidade frente aos governos estadual e municipal. Pelotas foi respectivamente administrada por: Júlio Albuquerque Barros (1938-1944), Sylvio da Cunha Echenique (1944-1945) e Sérgio Abreu da Silveira (1945-1946), todos os três governos caracterizados pela falta de obras públicas. Durante esse período, apenas uma instituição apresentou grande desenvolvimento, uma vez que estava ideologicamente ligada à política estado-novista: o Círculo Operário Pelotense (COP).

Integrado ao Movimento Circulista, o COP foi fundado na cidade em 15 de março de 1932, pelo padre jesuíta Leopoldo Brentano, com o objetivo de patrocinar a assistência e de promover a formação social e política dos trabalhadores. O movimento era baseado em três pontos principais: na doutrinação Igreja, no modelo populista-autoritário getulista e no combate ao comunismo; repudiando a luta de classes, e defendendo a propriedade privada e a intervenção do Estado na questão social. Possuía quatro linhas de ação básica: o cooperativismo, a beneficência, o ensino e a saúde, pois procurava montar uma rede de serviços e atividades que englobasse a totalidade da vida de seus associados (escolas, clubes, teatros, bibliotecas, jornais, hospitais, habitação etc), "mascarando ideologicamente a coerção econômica característica das relações capitalistas de produção" (PESAVENTO, 1988, 56) e alienando os trabalhadores da sua própria consciência de classe. Para a execução desse projeto ambicioso, as lideranças circulistas sempre contaram com verbas do governo federal ou com auxílios dos municipais (como a doação de terrenos e a isenção de impostos).

Em 1933 construíram a "Vila Flores da Cunha", na rua Sta. Cruz (sem projeto na Prefeitura); em 1936, inauguraram a sede do COP, na rua Alm. Barroso (projeto de Curt Rheingantz); em 1947 inauguraram o Semi-Internato, atual escola Nossa Senhora Medianeira, na rua Alm. Barroso (projeto de Fernando Rullmann) e em 1949 a Padaria do COP (projeto de Júlio Delaney). Durante os anos de funcionamento, o Círculo Operário Pelotense acumulou um patrimônio que soma, atualmente, oitenta imóveis. O crescimento do circulismo em alguns municípios do Brasil foi tão expressivo que, mesmo com a queda do Estado Novo em 1945, os governos continuaram a financiar suas obras. É o caso da construção da Escola N. S. Medianeira, que recebeu verbas federais através da Legião

Brasileira de Assistência, enquanto o projeto foi elaborado pela Diretora de Obras e Viação da Prefeitura de Pelotas. (Ver ilustração 33).

Quanto à ação do governo estadual durante o Estado Novo, é importante destacar duas realizações do interventor Cordeiro de Farias (1938-1943). Primeiro, a intensificação da campanha de "brasilianização" ou "nacionalização" dos imigrantes e seus descendentes (sobretudo os alemães), e que implicou na necessidade, por parte do secretário da educação J. P. Coelho de Souza, de criar uma *rede de escolas públicas* por todo o Estado. Foram projetadas escolas-padrão para mil e para quinhentos alunos (projetos do eng. João Baptista PIANCA) e que foram construídas, inclusive, na zona sul do estado: as escolas "Assis Brasil" em Pelotas (1939) -- ver ilustração 32 -- "Sete de Setembro" em Camaquã e "Joaquim Caetano da Silva" em Jaguarão, entre outras. Segundo, o início de funcionamento do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER), em 1938, destinado a implantar uma rede viária com "dez mil quilômetros de estradas".

"Finalmente rodovias estabelecem a ligação entre Porto Alegre e o sul: a BR-2 liga a capital a Camaquã, Pelotas e Rio Grande, a BR-37 une Porto Alegre a Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Bagé e Aceguá, deste modo a ampliação do mercado rio-grandense para o sul, em lugar de promover a industrialização de Rio Grande e Pelotas!...Ival fortalecer a indústria porto-alegrense, permitindo a capital tornar-se o verdadeiro centro econômico do estado" (SINGER, 1974, 185) – grifo nosso.

Pelotas chegou às vésperas de II Guerra Mundial sem ter contornado a sua crise econômica, que desde 1930 assolava o município, e que recrudescera durante os anos de luta (em 1942 *nenhum* projeto comercial foi aprovado na Prefeitura, em 1943, *apenas 3 comerciais e 10 residenciais*, num total de 13 projetos novos).

Em agosto de 1942, frente às notícias de agressão alemã e do afundamento de navios mercantes brasileiros, a população pelotense saiu às ruas a clamar vingança. Depois de percorrer, em passeata, os principais prédios públicos, a manifestação transformou-se em uma covarde e humilhante demonstração de violência: foram invadidas, quebradas e incendiadas casas comerciais e residências pertencentes a alemães e a italianos (hotéis do Comércio e América, ferragens Nieckele, Mont & Knabbe e Americana, a Igreja São João, o curtume Hadler, a marmoaria Loges, o armazém Fiss & Tessmann, a alfaiataria Caprio, as residências Vogt, Patzold, Gutschow, Tompsen, Toschtropp, Nieckele entre outras).

O Diário Popular estampava em suas manchetes que "a quinta coluna" havia assassinado nossos marinheiros, e afogado crianças e mulheres do Brasil" (19/8/42) -- "o antigermanismo se transformou em paranóia nacional" (WEIMER, 1989, 8). Os estrangeiros e brasileiros descendentes de alemães e italianos passaram a ser perseguidos, expulsos de seus trabalhos e preteridos em negociações comerciais.

Curt Guilherme RHEINGANTZ, por exemplo, construtor pelotense, descendente de família diretamente ligada ao desenvolvimento da região sul, mantinha uma média de pelo menos oito projetos novos ao ano, fora as inúmeras reformas. Em 1941 foi contratado apenas para realizar a construção de *um muro*, só voltando a obter trabalho em 1947, com novas reformas. Por situação semelhante passou Affonso GOETZE JR, engenheiro porto-alegrense, que em Pelotas foi responsável pela implantação de uma linguagem moderna de arquitetura. De 1930 a 1941 realizou 62 obras na cidade; mas em 1941, apenas uma reforma, em 1942 não obteve trabalho e em 1943 resolveu voltar para a sua terra natal.

Enquanto Pelotas sofria os reflexos da guerra -- somados aos seus problemas internos -- com a construção civil praticamente paralisada (em virtude da diminuição do número de obras e a conseqüente limitação do mercado de trabalho), em Porto Alegre, três acontecimentos mostraram-se fundamentais para o desenvolvimento da arquitetura no Estado. Primeiro, a elaboração de uma série de projetos financiados pelos governos estadual e federal, e desenvolvidos por arquitetos já consagrados com a "arquitetura moderna brasileira": o Hospital de Clínicas da UFRGS (1942), de Jorge Moreira; o Edifício-Sede do IPE (1943), de Oscar Niemeyer; e o Edifício-Sede da VFRGS (1944), de Affonso Reidy e Jorge Moreira. Segundo, a criação do Curso Superior de Arquitetura da Escola de Belas Artes em 1944/45, que tinha como professores, profissionais como Démetrio Ribeiro, Edvaldo Paiva, Emani Dias Correa, Jorge Moreira, José Lutzemberger, entre outros. Terceiro, a fundação, em 1948, do Departamento Estadual do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), aglutinando os arquitetos e urbanistas da capital e discutindo os novos caminhos da profissão. O somatório desses três acontecimentos impulsionou para uma mudança da mentalidade dos profissionais locais, permitindo que, na década de 50, fosse desenvolvida uma arquitetura identificada com a "vertente corbusiana" já reinterpretada pelos arquitetos cariocas. Essa transformação não ocorreu isoladamente, apenas no âmbito

da profissão, mas acompanhou as modificações pelas quais estava passando a sociedade brasileira do pós-guerra. "Foi nesse decênio que as elites culturais e econômicas locais, seguindo os passos das elites do Rio e São Paulo, assumiram a Arquitetura Moderna como estilo oficial" (D.RIBEIRO, 1987, 30).

TABELA I

QUADRO COMPARATIVO ENTRE O "SUL" E O "NORTE" DO RIO GRANDE DO SUL - 1940					
	"Sul" (sem Porto Alegre)	"Norte" (sem Porto Alegre)	Relação "sul"/"norte" (%)	"Norte" + Porto Alegre	Relação "sul"/"norte" + POA (%)
1 - Superfície	156.318 km ²	114.103 km ²	58/42	114.573 km ²	58/42
2 - População total	1.254.800	1.820.550	41/59	2.096.550	37/63
3 - População urbana	403.070	222.440	64/36	485.440	45/55
4 - População rural	851.730	1.598.110	35/65	1.611.110	35/65
5 - Valor prod. agrícola	253.717:590\$	469.761:110\$	35/65	471.213:810\$	35/65
6 - Valor prod. pecuária	Cr\$ 472.054	Cr\$ 409.851	54/46	Cr\$ 415.137	53/47
7 - Valor prod. indústria	616.276:490\$	574.129:100\$	52/48	978.774:860\$	39/61
8 - Valor capital indús.	317.199:460\$	363.796:850\$	47/53	565.321:360\$	36/64
9 - Númer. operários	24.350	32.156	43/57	50.025	33/67
10 - Renda intern. munic.	Cr\$ 1.494.160	Cr\$ 1.612.894	48/52	Cr\$ 2.275.090	40/60
11 - Receita federal	51.161:926\$	45.039:721\$	53/47	140.123:430\$	27/73
12 - Receita estadual	75.833:507\$	54.778:041\$	58/42	271.866:690\$	22/78
13 - Receita municipal	51.747:813\$	45.058:457\$	53/47	90.021:869\$	37/63
14 - Renda per capital	Cr\$ 1,19	Cr\$ 0,90	-	Cr\$ 1,11	-
15 - Habitantes com curso superior	2.695	2.138	56/44	5.598	32/68

Fonte: Os itens 1-5, 7-9, 11-13 foram calculados a partir dos dados apresentados em Silva, Morency do Couto et alii (eds.), *Rio Grande do Sul: imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre, Cosmos, 1942. Os itens 6, 10, 14 baseiam-se em Fundação de Economia e Estatística, *Renda interna municipal RS - 1939-1980*. Porto Alegre, FEE, 1986. A fonte do item 15 é Fundação de Economia e Estatística, *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, FEE, 1981. Os dados das diferentes fontes às vezes divergem, mas como o objetivo aqui é apenas fazer uma comparação com base em diferentes indicadores, não se teve a preocupação de escolher dados "corretos" nem de compatibilizá-los (reduzindo-os, por exemplo, à mesma unidade monetária).

NOTAS:

1. Durante a revisão do texto final desta dissertação o prof. Günter Weimer brindou o autor com o seu último livro "A ARQUITETURA", um "sintético panorama de nossa produção arquitetônica" (leia-se do Rio Grande do Sul). Embora esta obra não tenha sido utilizada como referência bibliográfica para a dissertação, é dela a citação.
WEIMER, Günter. A Arquitetura. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p. 105.
2. Segundo Mário O. MAGALHÃES (1981, 53), o Banco Pelotense teve *sessenta e nove* agências e filiais por todo o Brasil.
3. Discurso de Flores da Cunha publicado no Almanaque de Pelotas, de 1933, sob o título: "Vida Política do Rio Grande".
4. Segundo Nelson Werneck SODRÉ (1967), após a formação da Aliança Liberal - 1929 - definiram-se duas correntes de pensamento em seu interior (AL): uma CONFORMISTA, e que buscava a simples substituição de figuras e grupos no poder; e outra REFORMISTA, que buscava alterar a estrutura do poder vigente, de garantir modificações de base, de quebrar o domínio oligárquico e de ampliar os direitos democráticos e individuais.

A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA

3.2. A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA

"É fácil estabelecer previamente um critério historiográfico [...] e procurar depois os documentos que o confirmem, ignorando todo o resto. É fácil considerar tudo bom... Mas uma historiografia consciente reconhece a pluralidade e o limite das tendências culturais de um mesmo período" (ZEVI, 1973, 551).

A presente seção de capítulo tem a finalidade de demonstrar o que realmente foi construído na cidade de Pelotas de 1930 a 1949, propondo-se recuperar criticamente os fatos arquitetônicos considerados mais significativos dessa produção, e analisar, bem como caracterizar, aquelas obras identificadas com a arquitetura moderna.

Durante o período compreendido entre os anos de 1930 e 1949 foram protocolados e analisados na Prefeitura Municipal de Pelotas 3509 projetos, entre construções novas (1240) e reformas ou aumentos (2269), ou seja, uma média de 175 projetos/ano.

Na Tabela II são apresentados os números e os percentuais relativos às "construções novas" e "reformas" (incluindo os acréscimos), ano a ano. Como é possível observar, com exceção de 1931 e dos últimos quatro anos da década de 40, o período estudado é de profunda crise na construção civil pelotense, com uma média de apenas 148 projetos/ano (enquanto a mesma média nos últimos cinco anos da década de 20 era equivalente a 356).

Pelotas passou a perceber os reflexos da crise mundial, da Revolução de 30 e dos problemas locais, imediatamente após a queda da Bolsa de Nova York, do início do movimento revolucionário e da estagnação de sua economia interna. O ano de 1928 marca o fim de um período de euforia econômica e de altos índices de construção na cidade (ano da queda da Cia Grande Hotel). O número de projetos caiu vertiginosamente de 418 em 1928, para 227 em 1930 (54%), apresentou uma ligeira suba em 1931 (ano em que se aprofundou a crise com a quebra do Banco Pelotense), voltando a cair para 140 em 1932, mantendo uma média de 137 projetos/ano até 1946, quando a situação econômica municipal estabilizou-se, a partir do fim da Guerra, do início do Governo Dutra e da eleição do governador Walter Jobim.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45), como era de se esperar, a construção pelotense atingiu seus índices mais baixos, sendo que em 1943, dos 102 projetos protocolados, apenas 13 correspondiam a construções novas. Se compararmos o número de construções da década de 30 (1930-39) em Pelotas, com o de Porto Alegre (PIMENTEL, 1945), no mesmo período, notaremos que embora a Capital tenha igualmente sofrido o abalo "pós-revolucionário" e a crise econômica generalizada, manteve uma média de construções nunca inferior a 1300 projetos/ano (o mesmo índice de 1930), praticamente

TABELA II

NÚMERO DE PROJETOS PROTOCOLADOS NO ARQUIVO/PMP - 1930-1949

ANO	PROJETOS PROTOCOLADOS	NOVOS	%	REFORMAS	%
1930	227	123	54,18	104	45,82
1931	296	93	31,42	203	68,58
1932	216	53	24,54	163	75,46
1933	140	58	41,43	82	58,57
1934	134	43	32,09	91	67,91
1935	136	47	34,56	89	65,44
1936	139	47	33,81	92	66,19
1937	141	38	26,96	103	73,05
1938	140	29	20,71	111	79,29
1939	150	39	26,00	111	74,00
1940	148	48	32,43	100	67,57
1941	135	23	17,04	112	82,96
1942	110	18	16,36	92	83,64
1943	102	13	12,74	89	87,26
1944	146	36	24,66	110	75,34
1945	164	53	32,32	11	68,68
1946	235	97	41,28	138	58,72
1947	256	125	48,83	131	51,17
1948	260	145	55,77	115	44,23
1949	234	112	47,86	122	52,14
TOTAIS	3509	1240	35,34	2269	64,66

Fonte: Projetos existentes no Arquivo da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Pelotas (PMP).

duplicando-o em 1939, enquanto Pelotas não se recuperou de *sua crise*, induzindo a uma queda no número de construções de 227 (1930) para 150 (1939); podendo-se concluir que os fatores locais foram bastante incisivos sobre a economia pelotense, obrigando a uma forte retratação do (incipiente) mercado da construção civil. Portanto, parece fundamental uma análise particularizada, ano a ano, do que foi construído em Pelotas (ver, também, Gráfico I).

Em 1930 foram aprovados 96 projetos residenciais (58 habitações térreas, 4 sobrados, 33 chalets de madeira e um "bungalow"); 22 prédios comerciais (lojas, açougues, depósitos, armazéns, barracas de couro etc) e ampliadas a Cervejaria Ritter, a Cervejaria Haertel e a fábrica Lang.

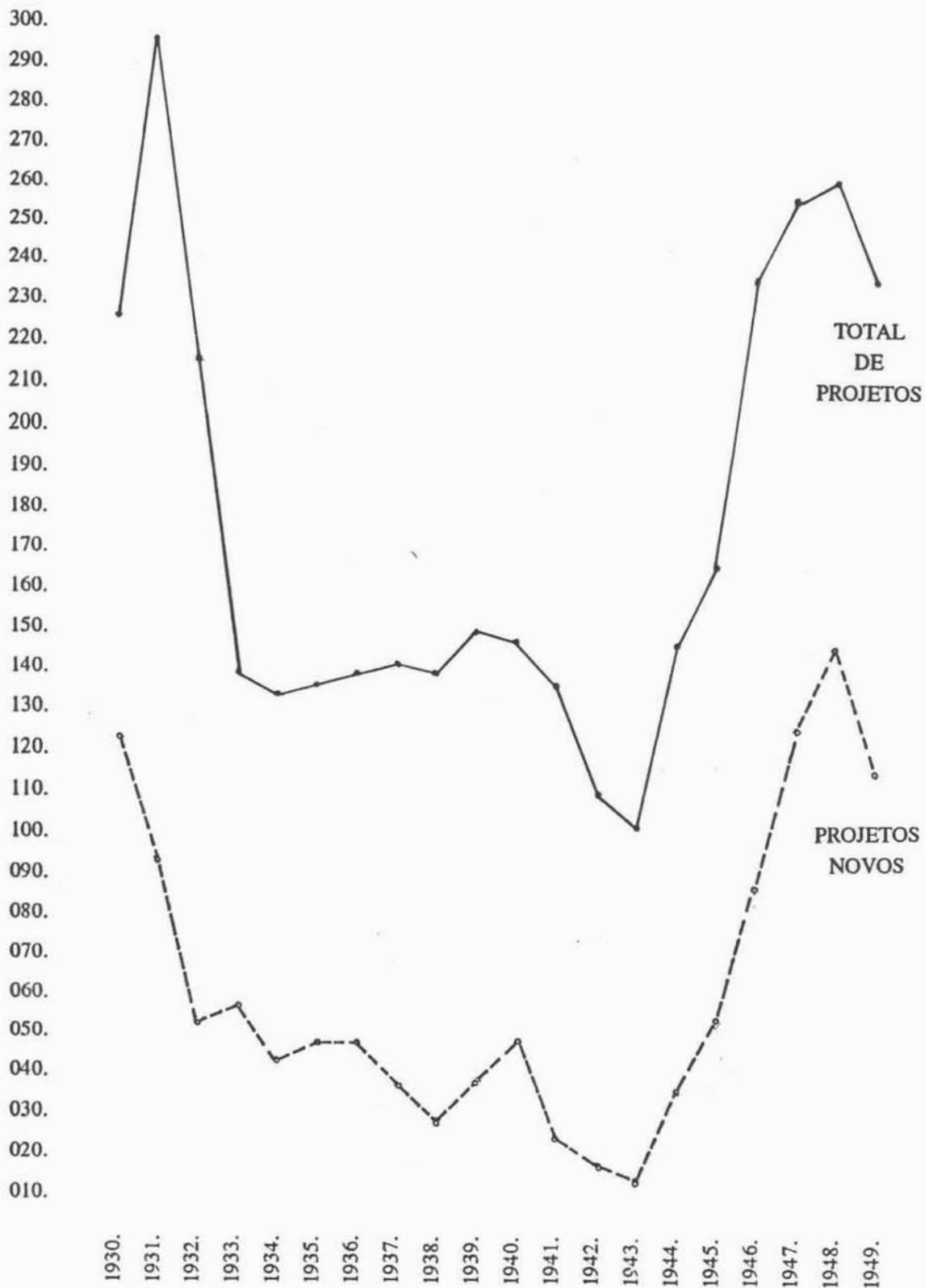
O ano de 1931 é o que apresentou o maior número de projetos protocolados na prefeitura (296), no entanto, esse aumento, devido ao crescimento do número de reformas, é fictício pois, dos 203 projetos de reformas, 106 eram para a construção de muros, em adequação às exigências do novo Código de Construções. Neste ano foram aprovados 73 projetos residenciais (46 residências térreas, 13 sobrados, 12 chalets de madeira e dois "bungalows"); 16 prédios comerciais; além de uma fábrica de cerâmicas, uma de salsicha e de três reformas na Cervejaria Haertel.

Em 1932 foram aprovados 42 projetos residenciais (28 habitações térreas, dois sobrados, 11 chalets e um "castelo villing" - sic); 9 projetos comerciais, incluindo o primeiro posto de abastecimento de veículos; além da Igreja Batista da Av. Duque de Caxias, projeto de Luiz ZANOTTA.

Em 1933 foram aprovados 32 projetos residenciais (22 habitações térreas, 6 sobrados, um chalet, um "bungalow" e dois conjuntos de casas de renda); 23 projetos comerciais; o Banco Regional do Rio Grande do Sul, na rua Mal. Floriano esquina Andrade Neves, projeto de Chrétien HOOGENSTRAATEN (POA); uma reforma na Catedral São Francisco de Paula, sob a responsabilidade do Frei Niceto PETERS, e outra na Fábrica Lang.

Em 1934 foram aprovados 24 projetos residenciais (16 habitações térreas, 8 sobrados e 5 chalets), incluindo a primeira residência que pode ser chamada de moderna: o sobrado de Julius Barcellos projetado por Affonso GOETZE JR; 9 projetos comerciais; o Pavilhão do Jockey Club, construído por José SEVERGININI; o Edifício Glória,

GRÁFICO I
NÚMERO DE PROJETOS PROTOCOLADOS NO ARQUIVO/PMP



projetados pela firma DAHNE, CONCEIÇÃO & CIA (POA); o Colégio Santa Margarida, projeto de Artur B. WARD JR; e a Sociedade Cooperativa "União Rural", construída por Curt RHEINGANTZ;

Em 1935 foram aprovados 36 projetos residenciais (28 habitações térreas, 3 sobrados e 5 chalets), incluindo a segunda casa moderna: o sobrado de José B. Grande projetado por Affonso GOETZE JR. e 12 edifícios comerciais.

Em 1936 foram aprovados 32 projetos residenciais (26 habitações térreas, um sobrado, 3 chalets e dois conjuntos de casas de renda com 5 e 6 unidades cada); 13 edifícios comerciais; a sede do Círculo Operário Pelotense, projeto de RHEINGANTZ; e a Igreja Batista da Av. Bento Gonçalves, de Roberto KLINGENBERG.

Em 1937 foram aprovados 31 projetos residenciais (25 habitações térreas, um sobrado, um chalet, um "bungalow" e um conjunto de casas de renda); e apenas 7 edifícios comerciais.

Em 1938 foram aprovados 21 projetos residenciais (15 habitações térreas, 3 sobrados, dois chalets, um "bungalow" e um conjunto de casas de renda); 6 edifício comerciais; o edifício do Hotel Rex, projeto de HAESSLER & WOEBCKE LTDA (POA); e o edifício do Sanatório Roxo (atual Clínica Olivé Leite), construção de Affonso GOETZE JR. e Alberto SAMPAIO.

Em 1939 foram aprovados 31 projetos residenciais (21 habitações térreas, 3 sobrados, 3 chalets, dois "bungalows" e dois conjuntos); 8 edifícios comerciais; o Edifício Palácio do Comércio projeto da AZEVEDO MOURA & GERTUM (POA); e o Colégio Assis Brasil, projeto de João Baptista PIANCA.

Em 1940 foram aprovados 29 projetos residenciais (27 habitações térreas, um chalet e um conjunto); 14 edificações comerciais; a sede do Clube Diamantinos, construído por Alberto SAMPAIO, e uma fábrica de papel.

Em 1941 foram aprovados 15 projetos residenciais (12 habitações térreas e 3 sobrados); e 8 edifícios comerciais.

Em 1942 foram aprovados 17 projetos residenciais (13 habitações térreas, dois sobrados e dois conjuntos de casas de renda com 7 e 10 unidades cada) e *nenhum* edifício comercial.

Em 1943 foram aprovados apenas 10 projetos residenciais (8 habitações térreas, um sobrado e um "bungalow"); 3 edifícios comerciais; o edifício da Caixa Econômica Federal, projeto da DAHNE, CONCEIÇÃO & CIA (POA); e realizada uma nova reforma na catedral, sendo responsável Pedro RODRIGUES.

Em 1944 foram aprovados 28 projetos residenciais (19 habitações térreas, dois sobrados, e dois "bungalows" e 4 conjuntos, sendo um com 6 e outro com 8 unidades); e 8 edifícios comerciais;

Em 1945 foram aprovados 32 projetos residenciais (18 habitações térreas, 8 sobrados, 3 "bungalows" e 3 conjuntos sendo um com 14 unidades e outro com 6); 8 edifícios comerciais: o Edifício Ribas, projetado pela Sociedade Geral de Construção; e o Café Lamego, da rua XV de Novembro, projetado por Oscar Oliveira RAMOS.

Em 1946 foram aprovados 75 projetos residenciais (53 habitações térreas, 9 sobrados, 4 chalets, 3 "bungalows" e 6 conjuntos); 19 edifícios comerciais; e o Templo Adventista da rua Sta. Cruz, projetado por Ayres SEIXAS.

Em 1947 foram aprovados 94 projetos residenciais (51 habitações térreas, 7 sobrados, 33 chalets e 3 conjuntos); 16 edifícios comerciais; o Edifício APIP e o Edifício Del Grande, ambos da Sociedade Geral de Construção Ltda; a Escola do Círculo Operário, projetada por F. RULLMANN, e uma fábrica de vidros.

Em 1948 foram aprovados 116 projetos residenciais (77 habitações térreas, 8 sobrados, 19 chalets, 5 "bungalows" e 8 conjuntos); 22 edifícios comerciais; a Cia de Óleo de Linhaça; e uma nova reforma na Catedral, desta vez projetada por Victorino ZANI (POA).

Em 1949 foram aprovados 86 projetos residenciais (65 habitações térreas, um sobrado, 14 chalets, 3 bungalows" e 3 conjuntos); 22 edifícios comerciais; e a "Laneira do Brasil", projeto de Paulo Ricardo LEVACOV (POA).

Durante estes vinte anos analisados, Pelotas assistiu a um período lento de evolução e de depuração de sua arquitetura. Uma pequena revolução estética ou apenas parte de um período de transformação permanente pelo qual passou a cidade, e que lhe conferiu uma nova fisionomia, não mais colonial, não totalmente eclética, mas agora um pouco mais MODERNA, no mesmo sentido em que o ecletismo foi moderno frente ao passado colonial; porém, ainda afastado da modernidade da arquitetura européia e

corbusiana. Uma nova arquitetura que procurava adequar-se frente a uma intensa crise financeira, frente a uma série de modificações estruturais da sociedade e frente às novas opções técnicas e estéticas que se apresentavam a partir da década de 30. É desta forma que passaram a conviver, lado a lado sem nenhum conflito aparente, obras que podem, e devem, ser chamadas de ecléticas, na medida em que ainda buscam a recuperação de elementos da arquitetura do passado; e outras, que podem ser chamadas de modernas, na medida em que buscavam abandonar qualquer referência ao passado e construir uma arquitetura apenas ditada pela praticidade, pela economia e na qual não havia mais lugar para a decoração.

O ano de 1934 foi fundamental neste processo evolutivo, pois foi quando Pelotas construiu seu primeiro edifício com mais de quatro pavimentos (ed. Glória), o Colégio Santa Margarida e a sua primeira residência moderna.

O *Colégio Santa Margarida* foi projetado pelo arquiteto Artur B. WARD JR. e executado pelo engenheiro Affonso GOETZE JR, a pedido da Igreja Episcopal Brasileira, para servir de instituição de ensino em regime de internato.

Trata-se de um grande bloco retangular de três pavimentos interseccionado por um corpo ou transepto de quatro pisos que o divide transversalmente em duas porções iguais e marca o plano de simetria especular. Esse engastamento de dois blocos de dimensões e alturas diferentes poderia tornar-se apenas uma operação de composição acadêmica caso o corpo central não possuísse suas fachadas curvas, sendo que a principal apresentando aspecto de um cilindro interrompido ou subtraído em sua parte central, resultando em um "tambor" que coroa a edificação, marca o acesso principal, hierarquiza a construção e confere-lhe grande leveza. Leveza que é reforçada através da utilização de janelas de canto e de duas faixas (esquinas envidraçadas que se desenvolvem ao longo dos três pavimentos e que fazem a ligação entre o bloco longitudinal e o transversal. Se a fachada principal, voltada para a rua Anchieta, é simétrica e bastante rígida; a lateral, voltada para a rua D. Pedro II, é completamente assimétrica e ligeiramente perturbada por sacadas cegas de púlpito que se projetam levemente. (Ver ilustração 7).

O Colégio Santa Margarida inaugurou a arquitetura moderna em Pelotas, com seu desenho preciso, suas linhas verticais e horizontais marcantes, com suas faixas de

janelas ritmadas, com aberturas de canto, e com a inesperada e inovadora parte central; de maneira que, ainda hoje, chama a atenção pela qualidade de sua arquitetura.

A primeira residência que pode ser chamada de moderna em Pelotas foi projetada por Affonso GOETZE JR (o mesmo engenheiro que construiu o Santa Margarida), para o Sr. Junius (sic) B. Barcellos, na rua Almirante Barroso esquina Br. de Butuí. (Ver ilustração 8). De imediato, pode ser relacionada com a arquitetura realizada por Geogori WARCHAVCHIK, em São Paulo, no fim da década de 20, ou por Adolf LOOS, em Viena, na década de 10. Uma composição assimétrica elaborada sobre um jogo de volumes simples, recortados e escalonados (que davam origem a sacadas, terraços e ao pórtico de entrada); completamente desprovida de elementos decorativos (só permitidos na ferragem da porta principal); e coberta por uma laje plana, toda ela protegida por um guarda-corpo (espécie de platibanda) em ferro, que se repetia nas sacadas, no terraço sobre a garagem e no pórtico de entrada. As janelas, inclusive as de canto, distribuíam-se livremente e assumiam dimensões e desenhos distintos conforme a função do compartimento que iluminavam e/ou ventilavam.

A adoção dessas soluções assegurou ao edifício uma aparência completamente incomum para Pelotas de 1934. Internamente, porém, GOETZE reproduziu o esquema tradicional distributivo da "Villas Residenciais" (Capítulo II), com as quais estava bastante familiarizado: zoneamento de funções, hierarquização do programa de necessidade, independência dos diversos ambientes e a valorização da sala de jantar – que neste prédio recebeu uma janela que formava um ângulo obtuso com a sala.

Pode-se dizer ainda que a obra, por mais pioneira que possa parecer é, sem dúvida alguma, resultado da evolução da arquitetura residencial das Villas, com a aplicação de alguns conceitos funcionalistas – como a idéia de que a beleza de uma fachada deva resultar da racionalidade de planta – e com a abolição dos elementos decorativos.

Ao contrário do mestre WARCHAVCHIK, que a partir da "Casa da rua Sta. Cruz", pôde aperfeiçoar sua técnica e sua arquitetura, GOETZE projetou uma nova residência em 1935 (também já demolida), vizinha à de 34. (Ver ilustração 9). No entanto, foi evidente a retração das propostas modernistas. O esquema de planta é o mesmo, enquanto a cobertura plana foi substituída por telhado em várias águas, a simetria voltou a dominar a composição e a sala de jantar voltou a receber sua "bow-window" tradicional.

Em 1940, projetou a residência do Sr. Antônio Saraiva da Costa (rua Sta. Tecla s/n') – ver ilustração 10 –, adotando novamente a mesma planta da casa de 1934, mas reassumindo completamente na fachada a arquitetura de estilos, propondo-a com um aspecto "colonial" ou "com motivos sevilhanos" (telhas de barro em forma de peito de pombo, azulejos decorados, quadrilóbulos, colunas torsas, sacadas de púlpito gradeadas, arcos plenos etc.): o que demonstra que, se internamente ocorreu uma evidente transformação e adequação das plantas baixas e esquemas tipológicos, externamente o modernismo – para GOETZE – não passava apenas de mais uma opção estilística disponível, ou seja, da mesma forma com que projetou as primeiras residências "modernas", poderia projetá-las "coloniais", "californianas", "mexicanas" etc.

Ao Colégio Santa Margarida e às casas modernistas de GOETZE JR, seguiram-se inúmeras outras residências e prédios públicos, também identificados como modernistas: a Sociedade Cooperativa "União Rural" (1934), construída por Curt RHEINGANTZ na Av. Duque de Caxias 511; o Rex-Hotel (1938), projetado pela firma HAESSLER & WOEBCKELTDA na Praça Cel. Pedro Osório; o edifício sede do Sanatório Roxo atual Clínica Olivé Leite (1938), construída por Affonso GOETZE JR; o Colégio Estadual Assis Brasil (1939), projetado por João Baptista PIANCA na rua Gonçalves Chaves esquina Dr. Amarante; a sede do Clube Diamantinos (1940), construída por Alberto Sampaio na rua Gonçalves Chaves, 956; o Templo Adventista (1946), projetado por Ayres SEIXAS na rua Sta. Cruz, 1973; e a Laneira do Brasil (1949), projetada pelo eng. Paulo Ricardo LEVACOV na Av. Duque de Caxias, 104/114. (Ver ilustração 37).

Destes programas, bastante incomuns, apenas o Templo Adventista pode ser comparado com outras construções religiosas construídas na mesma época: os templos batistas da Av. Duque de Caxias, 565 (1932) e da Av. Bento Gonçalves (1936).

Analisados em conjunto, apresentam características comuns: são construções de pequeno porte, bastante simples, isoladas no terreno, recuo de ajardinamento de 4m, naves retangulares com aproximadamente 80m² e disposição de aberturas idênticas (porta principal entre duas janelas e nave única iluminada por seis aberturas). Porém cada um dos templos apresenta uma fachada completamente diferente da outra. Os batistas possuem aspecto eclético com elementos de decoração característicos da arquitetura religiosa e com arcos plenos em um templo, e ogivais em outro. Já o adventista suprimiu toda a decoração

exterior, substituindo-a por uma fachada despojada, escalonada, toda revestida de cimento e mica e tendo sobre a porta inscrição com as tradicionais letras "modernas". Pergunta-se então quais os motivos que levaram Ayres SEIXAS a optar por uma simplificação tão drástica na maneira de elaborar a sua fachada? Mais uma vez a modernidade das construções aparece como uma questão de simples escolha entre "acabamentos estilístico" diferentes e disponíveis.

Esta vontade de "possuir ou construir um prédio moderno" ficou também evidente quando se estudam os projetos de reformas e aumentos protocolados na Prefeitura. Ao todo chegam ao número de 2269, e podem ser divididos em quatro grandes grupos: um primeiro, que compreende todo o tipo de aumento e melhorias nas habitações (número de compartimentos, dimensões de peças, construção de lareiras, duplicação de número de pavimentos, construção de garagem etc); um segundo, que engloba as reformas decorrentes de exigências legais (construção de calçadas, de muros, de marquises, colocação de calhas e tubulações etc); um terceiro, que abarca as melhorias de ordem higiênica ou de conforto ambiental (construção ou adequação de banheiros internos, construção de clarabóias em antigas alcovas, transformação de alcovas em áreas de luz, aumento das dimensões de antiga áreas de luz etc); e um quarto que reúne todo o tipo de obras (reformas ou aumentos) que visam sobretudo, a uma melhoria ou modificação de *ordem estética* (modificação total do estilo de uma fachada; substituição de platibandas vazadas e decoradas por outras cegas; remoção de elementos decorativos aplicados às fachadas; construção de janelas de canto em compartimentos que já possuíam aberturas em número e dimensão suficiente; arredondamento de cantos da construção, principalmente de arestas junto à porta principal).

Em 1949 o arq, Júlio DELANOY projetou para o sr. Bertolino Machado de Oliveira uma residência na rua Sta. Cruz n° 809. Tratava-se originalmente de uma moradia, segundo o projeto, COLONIAL (do que tinha muito pouco, parecendo muito mais uma residência do chamado estilo "MEXICANO"). Contudo, o proprietário protocolou um novo projeto, ou melhor dizendo, um pedido de alteração de fachada do projeto de DELANOY, mudando-o completamente de concepção e inclusive de responsável técnico (eng. Álvaro SOARES FILHO de Porto Alegre). O novo desenho escondeu o telhado – antes aparente – modificou as aberturas, acabou com os ornamentos, conferindo à construção

um ar sóbrio, pesado e completamente oposto ao da proposta anterior: muito mais moderno do que o projeto original.

A operação realizada pelo sr. Bertolino Oliveira demonstra claramente que não existia nenhuma base conceitual ou teórica quando das escolhas estilísticas, dominadas unicamente pelo gosto ou moda. Como aconteceu quando do abandono das soluções identificadas com a arquitetura colonial na metade do século XIX, mais uma vez podemos identificar em Pelotas três níveis distintos de construções: um *nível visual*, que corresponde às construções que sofreram modificações ou reformas e passaram a apresentar fachadas modernas; um *nível virtual*, com edificações já construídas com aspecto externo moderno mas internamente mantendo os padrões ecléticos; e o *nível real*, construções que eram concebidas e continham todas as condições externas e internas essenciais de um prédio moderno.

O próprio Código de Construções de 1930 refletia este espírito eclético:

Art. 50 -- É livre a forma ou arquitetura do edifício, desde que tenham sido observadas as condições deste Código e que o conjunto seja harmônico e estético, *podendo ser admitidos projetos de edifício especiais de qualquer estilo arquitetônico*, edifícios estes que, afastando-se embora, dentro de uma tolerância aceitável, das disposições em vigor, respeitem as regras gerais da construção moderna.

Art. 51 -- § Único -- Serão indicados nos projetos das fachadas as cores a serem adotadas, *não sendo permitida a pintura de mesmo motivo arquitetônico com cores diversas, nem o uso da cor branca.*

Art. 52 -- As fachadas secundárias, visíveis dos logradouros públicos, deverão estar em *harmonia, quanto ao estilo, com a fachada principal.*

Art. 153 -- §1 -- As construções de vilas ocuparão fundos de terrenos, cujas frentes, no alinhamento dos logradouros públicos, *deverão ser ocupados por edifícios de agradável estilo arquitetônico...*

As questões referentes a escolhas "estilísticas" mostraram-se mais pertinentes quando foram analisados os prédios destinados à habitação. Dos 1240 projetos novos, protocolados junto a Prefeitura Municipal, 920 (74%) eram habitacionais, dos quais a maioria reproduzia os padrões e esquemas de fachada ecléticos (utilizando os mais variados elementos lexicais extraídos das mais diferentes épocas e regiões).

Os esquemas tipológicos tradicionais dos períodos anteriores foram mantidos, praticamente, sem nenhuma transformação, ou seja, continuam a ser construídas casas de PORTA E JANELA, de MEIA MORADA e de MORADA INTEIRA.

No entanto, as residências térreas contruídas sobre os limites dos lotes e/ou com recuo lateral abandonaram os dois esquemas gerais de composição de fachada segundo o número de abertura (par ou ímpar), característicos do Primeiro Período Eclético. Desapareceram os elementos ornamentais clássicos (volutas, folhas de acanto, pinhas, vasos etc), os frontões e pilastras passaram a ser utilizados de maneira mais livre, assimétrica e, na maioria das vezes, tomam a dimensão de apenas uma das aberturas. Os capitéis compósitos foram substituídos por outros que não correspondem a uma ordem determinada (variando entre motivos florais ou geométricos), e as aberturas receberam caixilhos bastante elaborados, com desenho também geométricos. (Ver ilustrações 11 a 13).

A partir do início da década de 40 os elementos ornamentais foram completamente suprimidos, e as residências passaram a ser caracterizadas por sua simplificação formal; pelos revestimentos lisos (sem trabalhos de massa), ou em cimento e mica ou em cimento penteado; pela marcação de algumas linhas horizontais sobre as platibandas (totalmente cegas), sobre as aberturas (pequenas marquises) ou sob os peitoris; e pelo arredondamento dos cantos vivos junto às portas principais recuadas em relação ao restante da fachada (Ver ilustrações 14 a 16).

Os palacetes de MORADA INTEIRA e de PORÃO ALTO deixaram de ser contruídos e a opção de moradia para as classes abastadas se restringiu às VILLAS (sobrados) ou às *casas térreas isoladas no terreno e em meio a um jardim*. Estas, além do componente paisagístico, eram caracterizadas pela adoção de um "estilo" que fazia referência a uma determinada região (colonial brasileiro, espanhol, sevilhano, mexicano, californiano, entre outros), que variavam segundo a utilização, em maior ou menor grau, dos seguintes elementos: varandas em arco, telhados à vista, apliques de pedras irregulares sobre o reboco, molduras de tijolos ao redor de arcos ou aberturas, sacadas de púlpito, grades de ferro trabalhado, nichos para colocação de estátua nas paredes externas, telhados em várias águas, fachadas com vários planos etc. (Ver ilustrações 17 a 21).

Internamente, as casas térreas isoladas procuravam adaptar os esquemas tradicionais de moradia aos novos tempos. No entanto, não apresentaram nenhuma

inovação que colaborasse para a consolidação de uma arquitetura moderna, principalmente se comparadas com as Villas. "As soluções mais complexas teriam que aguardar as oportunidades surgidas com a *ampliação do movimento moderno*" (REIS FILHO, 1978, 78) -- grifo nosso.

Ainda dentro de uma tendência eclética desenvolveram-se os BUNGALOWS. A palavra "bungalow" teve origem na Índia e deriva de "bânglã" que designava casas baixas com galerias ou varandas em seu redor. Passou a ser utilizada pelos colonizadores ingleses para indicar pequenas residências urbanas de um pavimento e para diferenciá-las dos "cottages" -- pequenas casas rurais. No Brasil, a expressão foi aportuguesada para "bangalô" -- "pequena residência provida de varanda alpendrada, pretenciosamente pitoresca e geralmente levantada em bairros das cidades" (CORONA e LEMOS, 1972, 69). Os bungalows representaram apenas mais uma opção para moradia da classe média, que podia contar com uma pequena residência, reproduzindo os modelos de habitação burguesa em uma escala reduzida -- jardins, chaminés, estilos etc. (Ver ilustrações 22 a 24).

Paralelamente à proliferação de modelos habitacionais identificados com a reprodução de estilo os mais variados, desenvolveu-se desde 1934, uma arquitetura reconhecida como moderna e que, como foi citado, atingiu tanto obras particulares como públicas. *É a opção moderna da arquitetura pelotense*. E que permite falar em *Terceiro Período Eclético* ou *Primeiro Período Moderno* da arquitetura pelotense.

Uma arquitetura de estereometria simples e elementar, que utiliza volumes definidos e puristas, que adota procedimentos aditivos, que explora o escalonamento de massas e que reduziu a decoração ou ornamentação a pequenos frisos de acabamento, ao uso de letras padronizadas (letras "modernistas") e a mastros de bandeira. (Ver ilustrações 25 a 32 e 34 a 37).

Do ponto de vista das relações com o lote, apresenta recuos laterais, recuos frontais de ajardinamento (inclusive em prédios industriais como o da Laneira do Brasil), e mantém um rígido paralelismo com os limites do terreno, o que, segundo Nestor Goulart REIS FILHO (1978) indica uma ligação com os padrões das construções tradicionais, mas que, na verdade, era exigência legal do Código de Construções de 1930 (Art. 37 §3º).

Se for feita uma analogia entre as nove características da NOVA ARQUITETURA BRASILEIRA listadas por Yves BRUAND (1981) -- arquitetura de

concreto armado, artesanal, racionalista, simbólica e da monumentalidade, da plasticidade, da simplicidade, da leveza e da riqueza decorativa -- torna-se possível observar, sobre a arquitetura moderna produzida em Pelotas, o seguinte:

1. é uma arquitetura de tijolos de barro, caracterizada pela utilização, constante, de sistemas estruturais simples em alvenaria portante, sem uma exploração estética. Em prédios com dois pavimentos ocorreu o emprego de um sistema misto de paredes portantes sustentando vigas e lajes de concreto, e nos edifícios em altura o emprego de um sistema de massa ativa (lajes, vigas e pilares);
2. é uma arquitetura artesanal, na qual existe uma rejeição de elementos padronizados preexistentes, muito mais devido à dificuldade de acesso às diversas tecnologias, aos novos materiais e a produtos industrializados, do que por um domínio da personalidade do projetista;
3. é uma arquitetura que não busca afirmação através da novidade ou da ousadia: trabalha com materiais simples e disponíveis, com elementos tradicionais, e apoiada em sentimentos de ordem e equilíbrio regulada pela razão;
4. é uma arquitetura na qual não existe uma vontade manifestada de dar às obras um sentido simbólico explícito, mas uma constante busca de caracterização dos prédios e da identificação visual da função do edifício;
5. é uma arquitetura preocupada com a aparência externa das obras, não no sentido de auto-afirmação ou da busca realizações espetaculares, mas sobretudo visando à durabilidade da construção, a sua boa execução e a sua fácil manutenção -- postura necessária quando se trata de uma arquitetura adaptada ao clima de Pelotas. Por isso, o uso de cantos arredondados, marquises, materiais nobres (principalmente junto aos andares térreos que são mais úmidos), argamassas de boa qualidade acrescidas, muitas vezes, de pó de pedra ou mica (o que dispensa a pintura) e a rejeição dos grandes panos de vidro (substituídos por conjuntos de esquadrias de ferro);
6. é uma arquitetura, como já foi visto, de volumes retangulares bastante definidos, puros, simples e cuja plasticidade não resulta de uma pesquisa formal ou da exploração das qualidades estéticas dos materiais construtivos, principalmente do concreto armado (só utilizado com fins estruturais);

7. é uma arquitetura de "clareza perfeita, compreensível à primeira vista. Sua inspiração na base de figuras simples é sensível tanto no tratamento de volumes e das massas quanto das superfícies" (BRUAND, 1981, 377);

8. é uma arquitetura tectônica, no sentido que lhe é dado pela tratadística clássica, ou seja, de uma construção solidamente sustentada e que deixa evidente a sua relação com o solo na qual se apóia – portanto, transmitindo uma idéia de peso e de densidade, se compara com a "leveza" da arquitetura dos "cariocas";

9. é uma arquitetura "asséptica", se é que se pode utilizar essa expressão para caracterizar uma arquitetura. O desejo expresso de realizar uma arquitetura livre de excessos ornamentais e das referências da arquitetura do passado, fez que a preocupação com a "decoração" fosse canalizada para a de "bom desenho" ou para a busca da beleza dos acessórios e acabamentos imprescindíveis de uma obra (venezianas, gradis, corrimãos, portas, etc); na utilização de materiais de revestimentos com qualidade; na adoção de "letras padronizadas" através das quais eram indicadas os nomes dos prédios públicos e ainda na constante utilização de mastros para bandeiras – inclusive em edifícios habitacionais (reflexo da situação política nacional).

Se comparada com as características da ARQUITETURA CARIOCA, VERTENTE CORBUSIANA, definidas por Carlos Eduardo Dias COMAS (1987a), pode-se afirmar sobre a arquitetura "moderna" produzida em Pelotas:

1. é uma arquitetura que ignora a obra de LE CORBUSIER. Apesar de, na década de 30, o arquiteto já ter lançado a grande maioria das propostas e postulados que caracterizariam sua obra e a arquitetura mundial das décadas posteriores: as casas DOMINO (1914), as "immeubles-villas" (1922), o livro "Vers Une Architecture" (1923), os "traçados reguladores" (1923), o livro "Urbanisme" (1925), os "Cinco Pontos de Uma Arquitetura Moderna" (1926), a "Villa Stein" (1927) e a "Villa Savoie" (1929).

2. é uma arquitetura que se fez à margem da elaborada pelos "cariocas" e que, portanto, ignora os postulados teóricos de Lúcio Costa – Razões da Nova Arquitetura (1934), e a contribuição, edificada, de seus companheiros.

As duas características citadas por COMAS só iriam aparecer a partir de 1950, difundindo-se lentamente desde a década seguinte.

Com o objetivo de completar informações contidas no texto, comprovar hipóteses e reforçar conclusões, segue-se uma seqüência de ilustrações que contemplam projetos arquitetônicos existentes no Arquivo da Prefeitura Municipal de Pelotas e que, no conjunto, exemplificam a produção arquitetônica de Pelotas durante os anos de 1930 a 1949.

Todas as plantas baixas foram redesenhadas em escala 1/200 e as respectivas fachadas reproduzidas e reduzidas, dos originais, em escala aproximada 1/100 – com exceção de todas as perspectivas e da fachada de "Laneira do Brasil", que permaneceram sem escala devido ao tamanho dos desenhos originais.

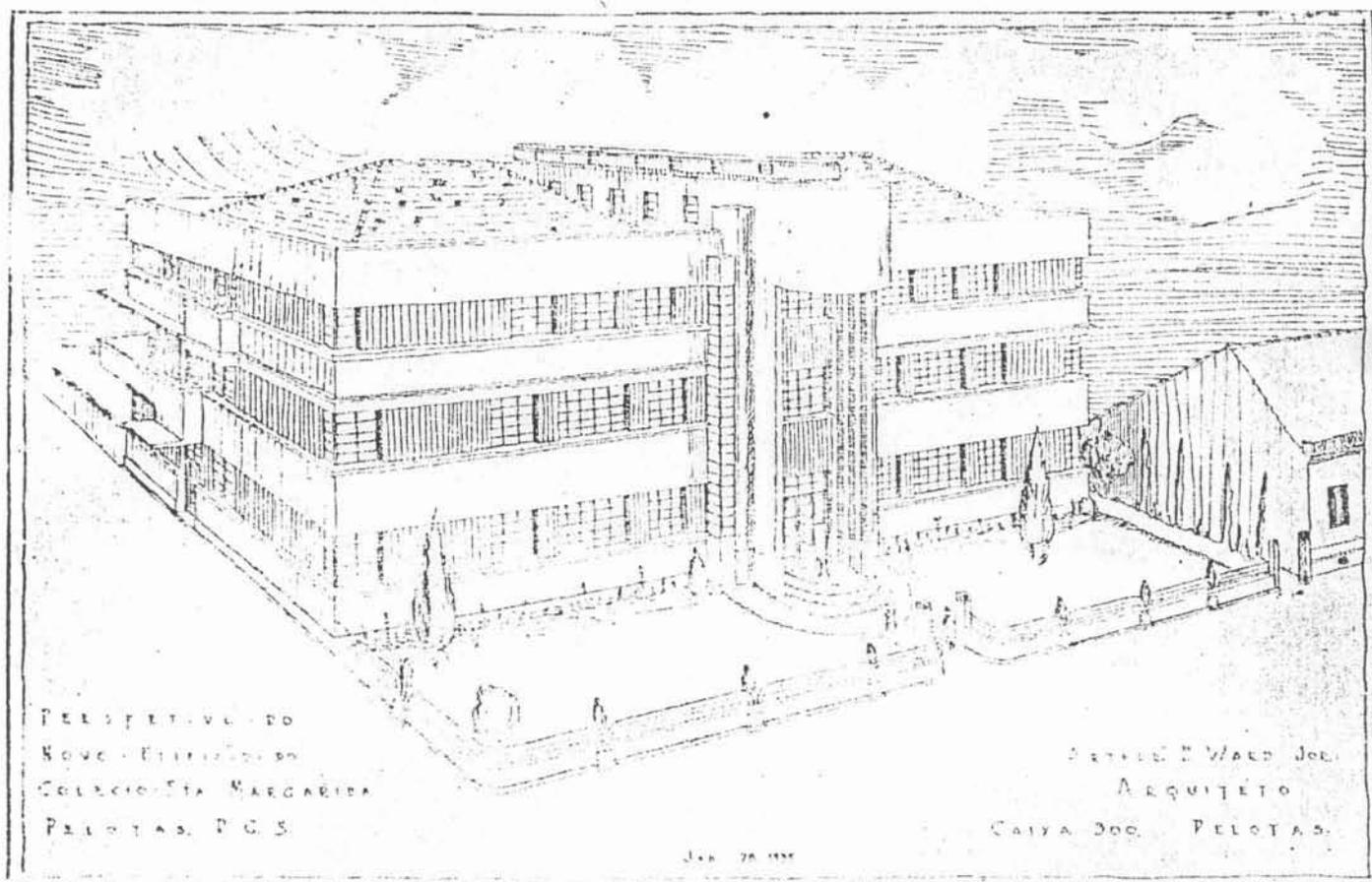
Para a apresentação dos projetos foi mantida a nomenclatura utilizada nos originais e adotadas as seguintes legendas:

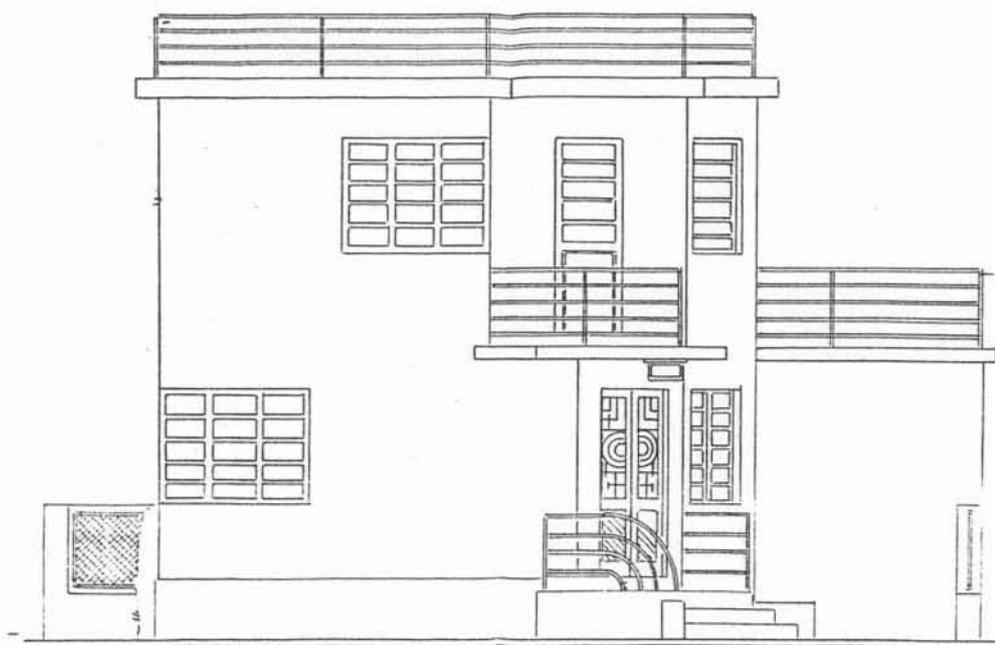
- b --banho
- c -- cozinha
- co -- copa
- d -- dormitório
- de -- depósito
- e -- escritório
- g -- gabinete
- ga -- garagem
- h -- hall
- j -- jantar
- s -- sala de estar
- t -- terraço
- v -- vestuário
- wc-- water closet



7. "COLÉGIO SANTA MARGARIDA" (1934)

Rua Anchieta esquina D. Pedro II
Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.

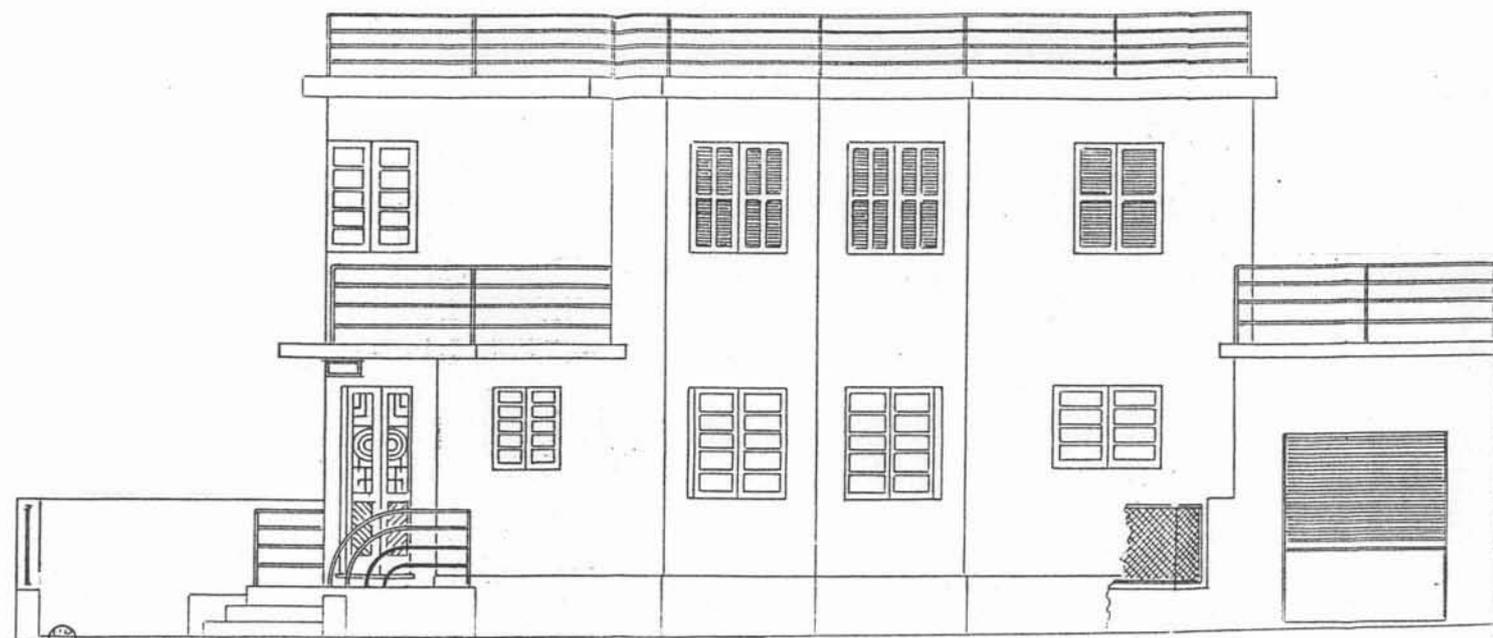


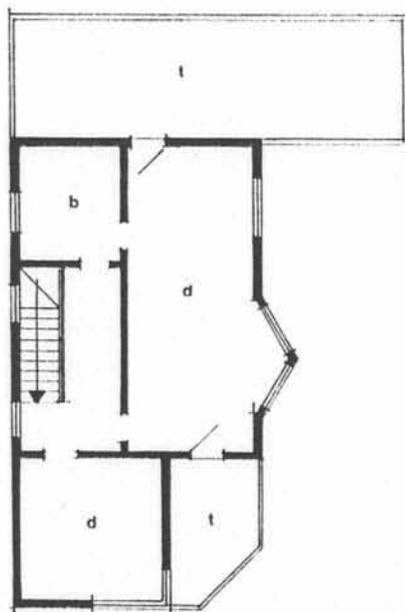


8.A. "RESIDÊNCIA DO SR. JUNIUS B. BARCELLOS" (1934).

Rua Barão de Butuí esquina Alm. Barroso.

Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.

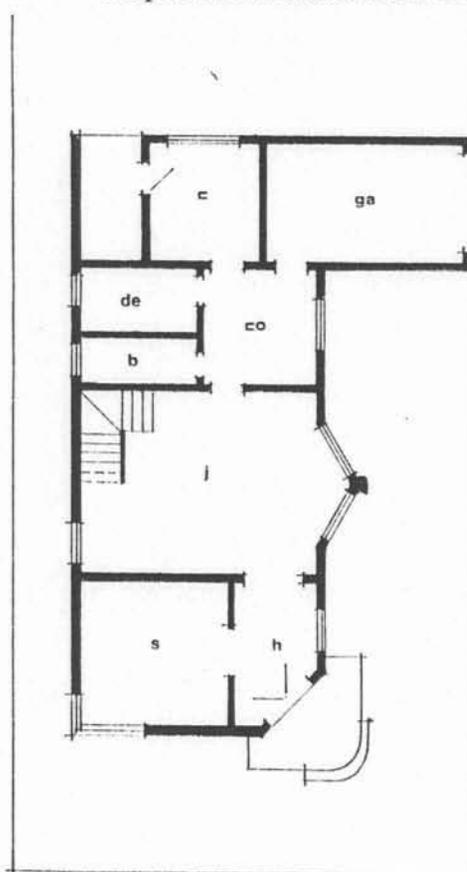




8.B. "RESIDÊNCIA DO SR. JUNIUS B. BARCELLOS" (1934).

Rua Barão de Butuf esquina Alm. Barroso.

Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.

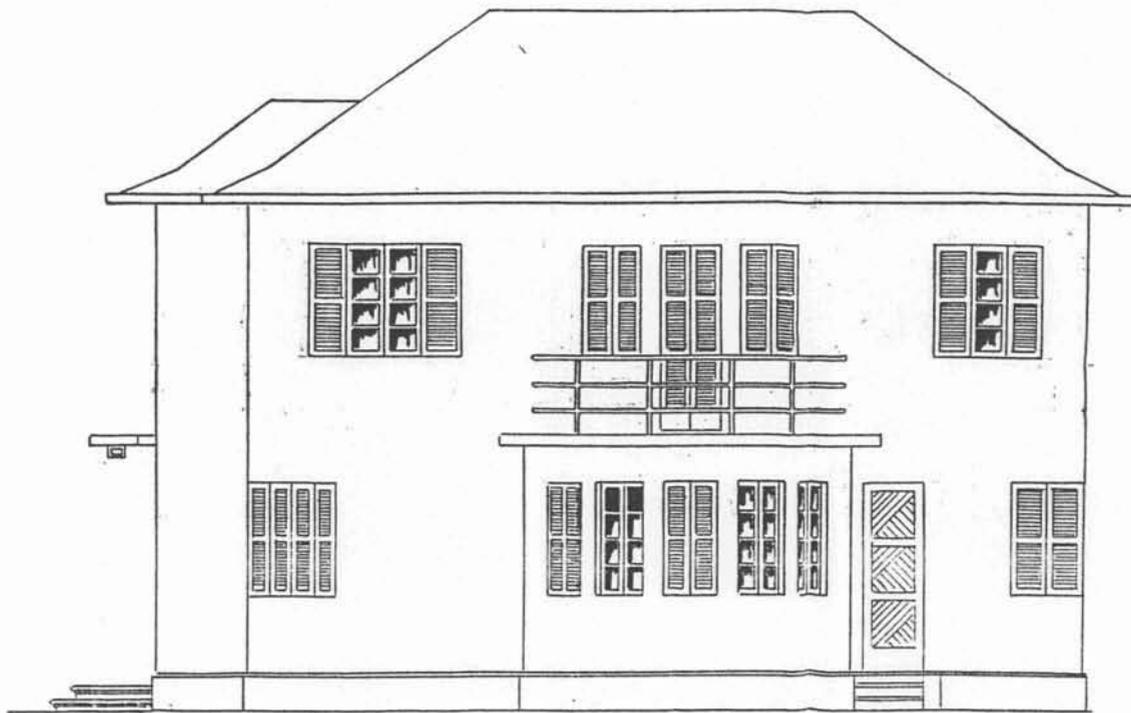


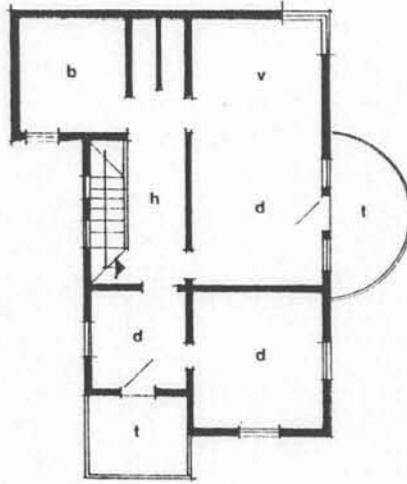


9.A. "RESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ B. GRANDE" (1935).

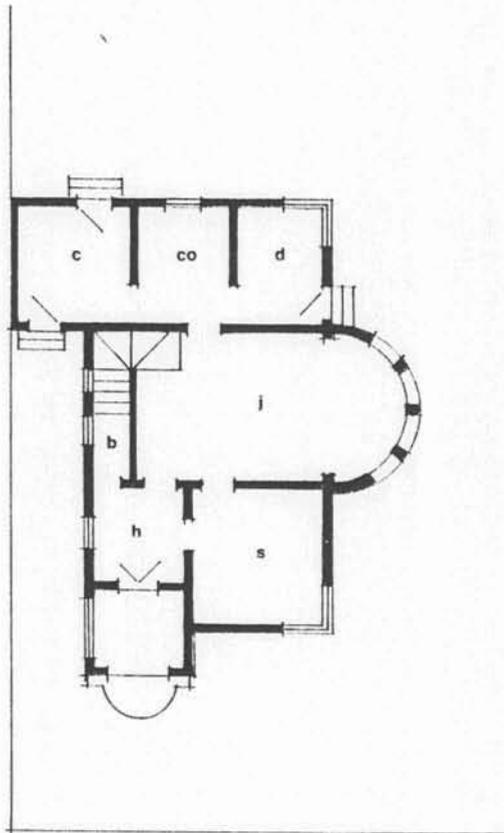
Rua Alm. Barroso entre Lobo da Costa e B. Butuí.

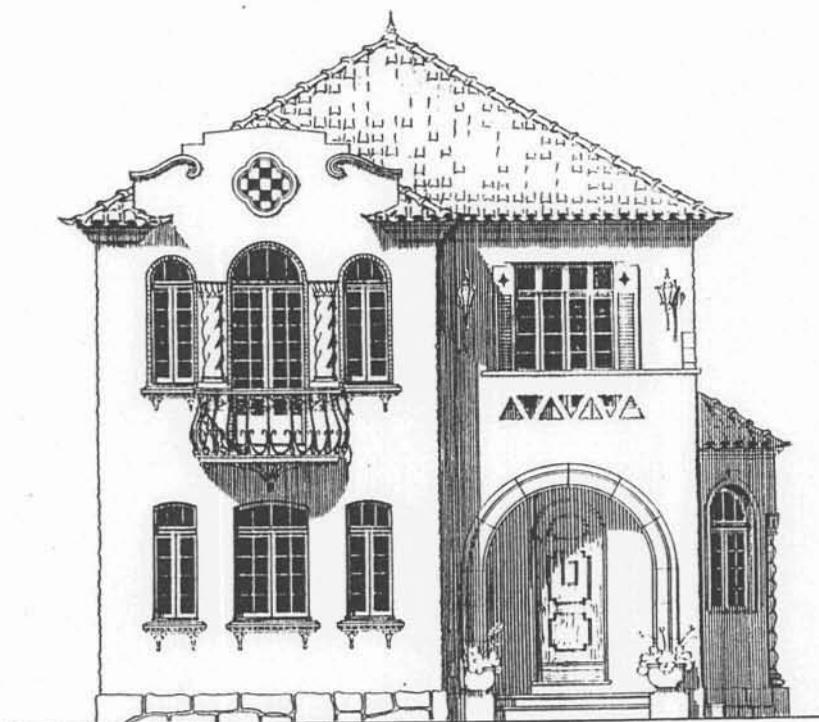
Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.





9.B. "RESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ B. GRANDE"
 Rua Alm. Barroso, entre Lobo da Costa e B. Butuí
 Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.

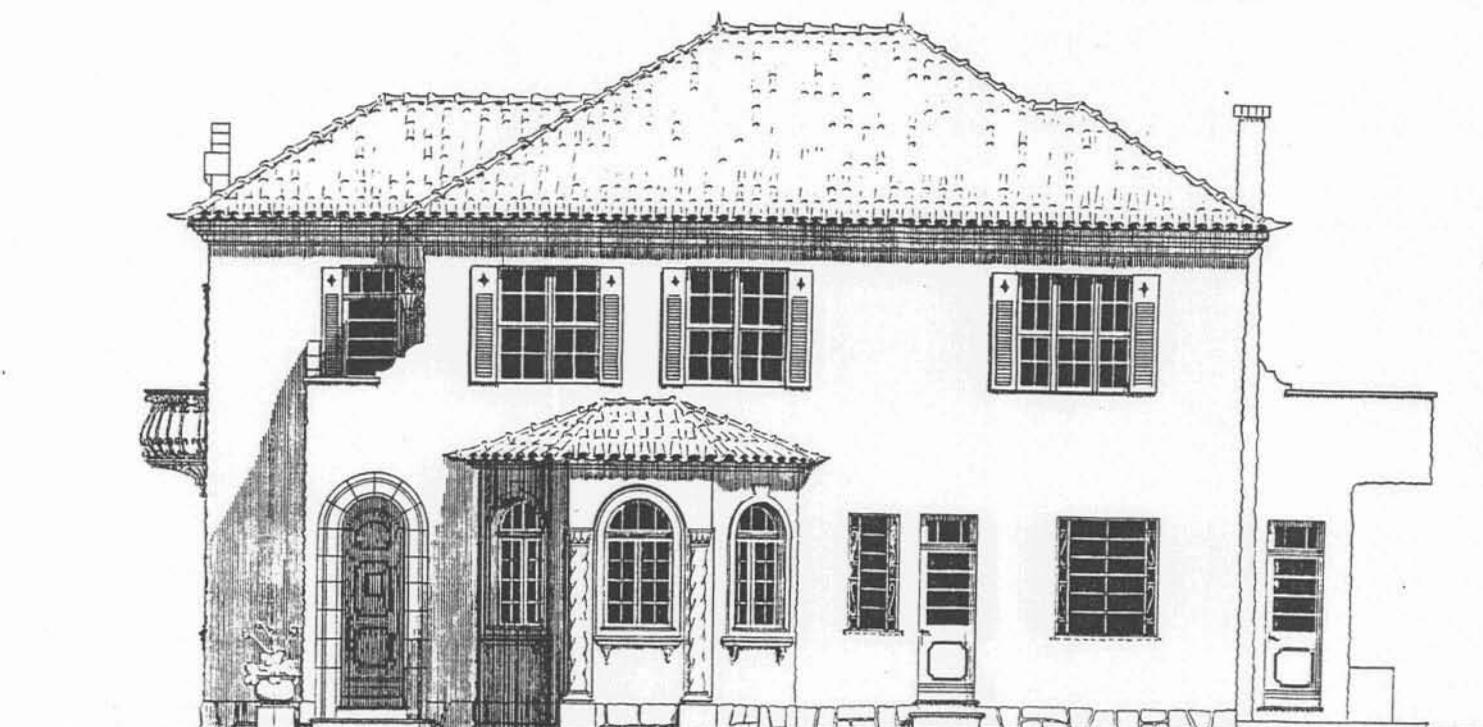


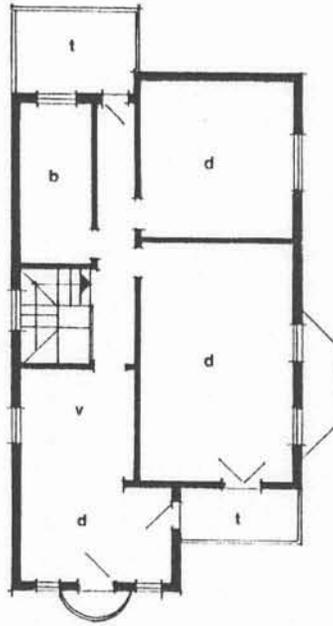


10.A. "RESIDÊNCIA DO SR. ANTONIO SARAIVA DA COSTA" (1940).

Rua Barão de Santa Tecla s/n^o.

Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.

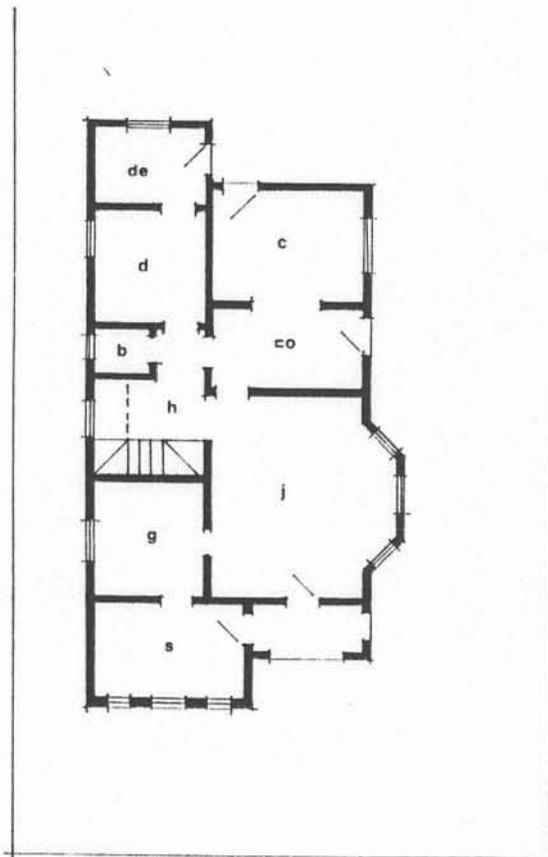


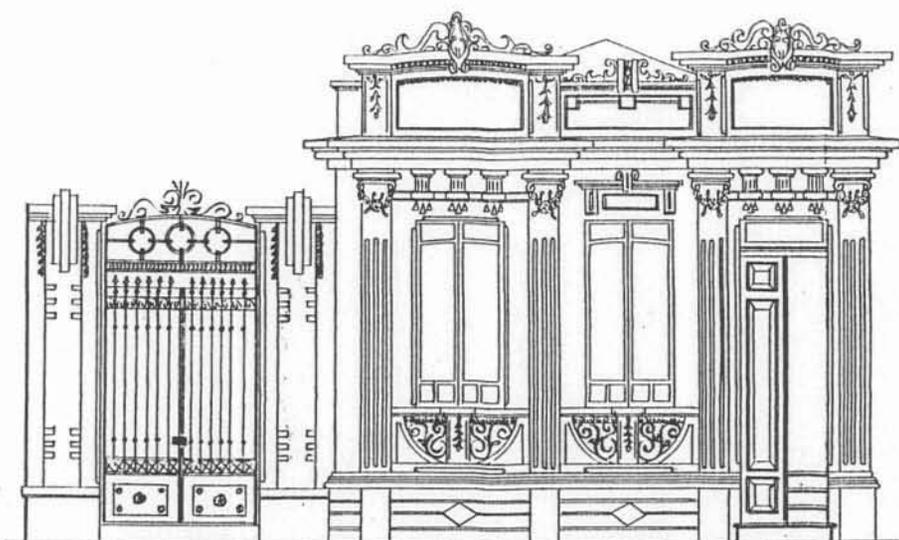


10.B. "RESIDÊNCIA DO SR. ANTONIO SARAIVA DA COSTA" (1940).

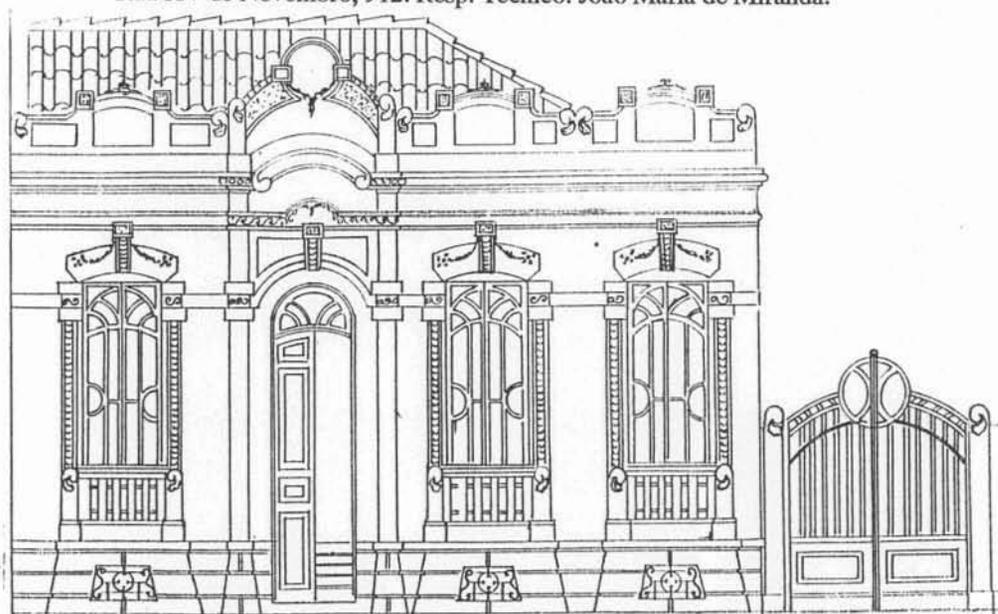
Rua Barão de Santa Tecla s/nº.

Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.

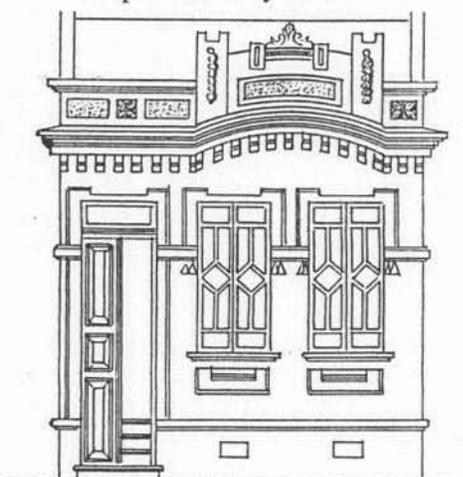




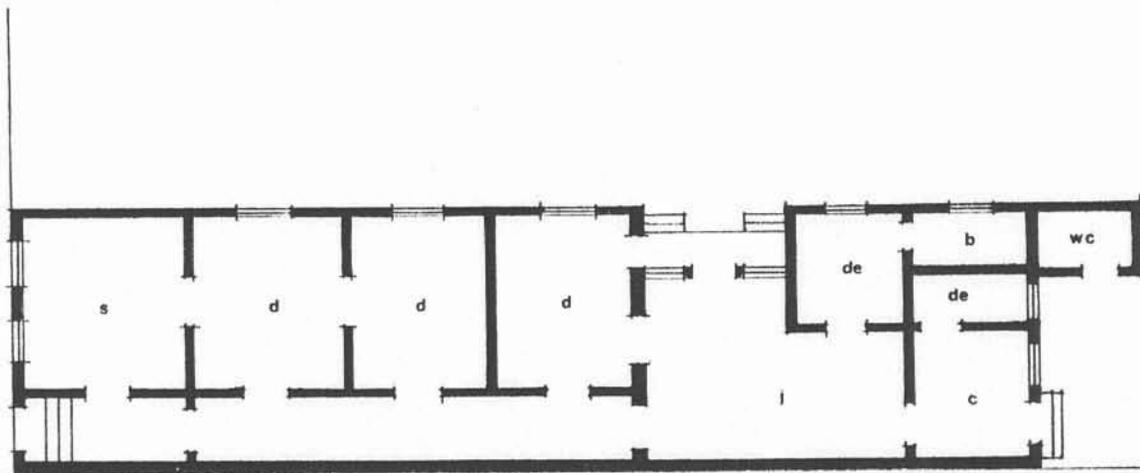
11.A. "RESIDÊNCIA DA SR^a. ELVIRA S. PIEGAS" (1932).
Rua XV de Novembro, 912. Resp. Técnico: João Maria de Miranda.



12.A. "RESIDÊNCIA DE SR. FRANCISCO LAMEGO" (1934).
Rua Gal. Osório s/n^o.
Resp. Técnico: Ayres Seixas.



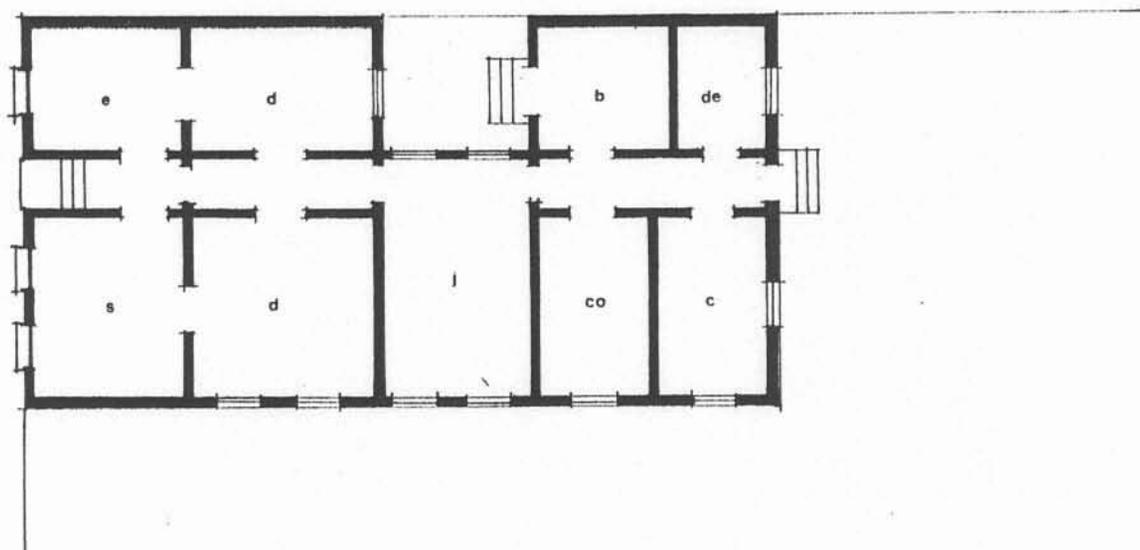
13.A. "RESIDÊNCIA DE AMADO DA SILVEIRA" (1935).
Rua Gal. Osório, 1019.
Resp. Técnico: Manoel André Sobrinho.



11.B. "RESIDÊNCIA DA SRª. ELVIRA S. PIEGAS" (1932).

Rua XV de Novembro, 912.

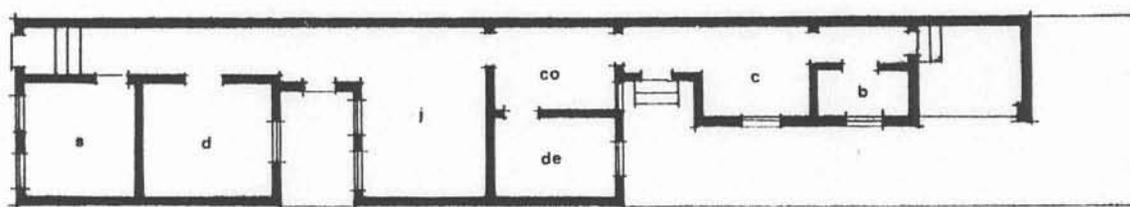
Resp. Técnico: João Maria de Miranda.



12.B. "RESIDÊNCIA DO SR. FRANCISCO LAMEGO" (1934).

Rua Gal. Osório s/nº.

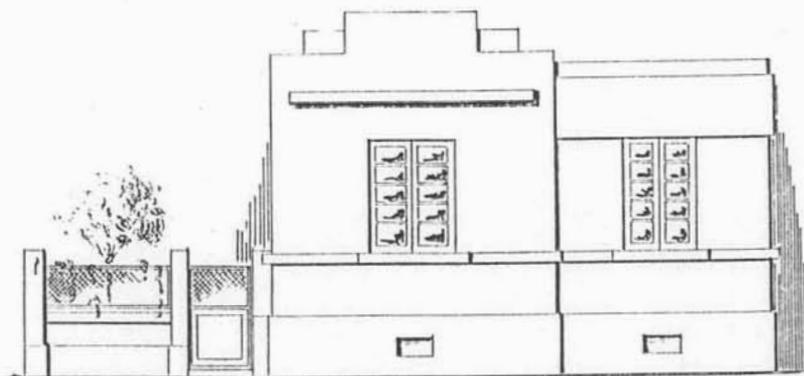
Resp. Técnico: Ayres Seixas.



13.B. "RESIDÊNCIA DE AMADO DA SILVEIRA" (1935).

Rua Gal. Osório, 1019.

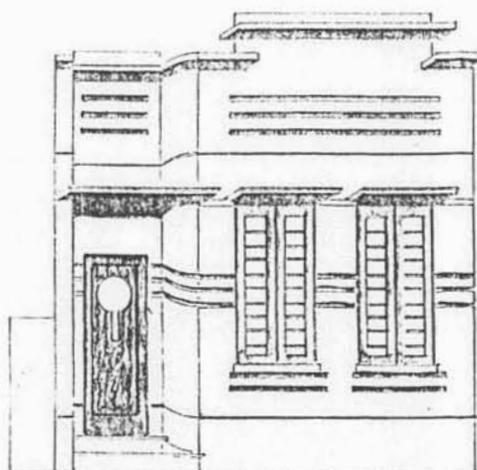
Resp. Técnico: Manoel André Sobrinho.



14.A. "RESIDÊNCIA DO SR. FORTUNATO E. MACHADO" (1937).

Rua Gal. Osório s/nº.

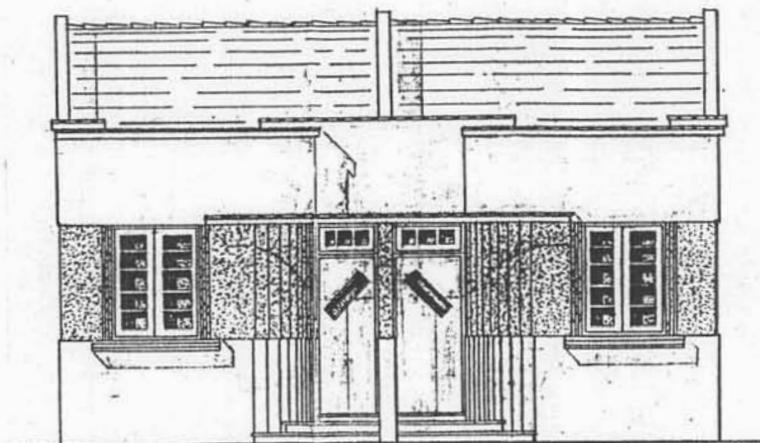
Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.



15.A. "RESIDÊNCIA S/PROPRIETÁRIO" (1943).

Rua Prof. Araújo s/nº.

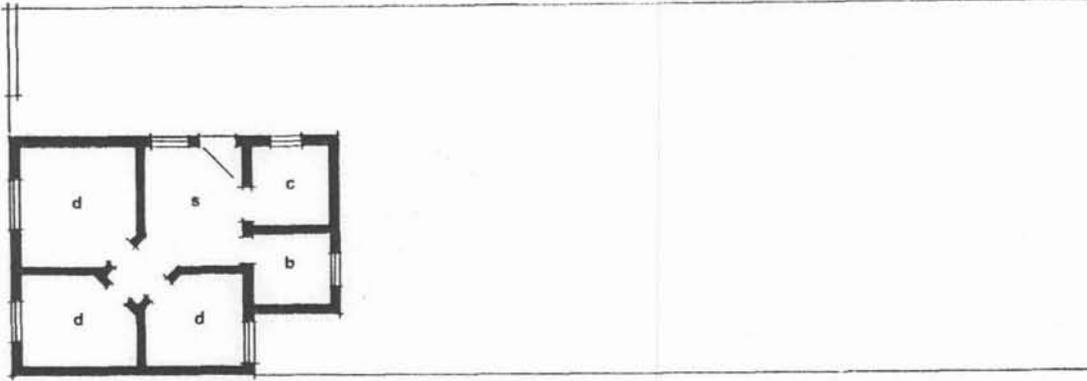
Resp Técnico" Ayres Seixas.



16.A. "RESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ J. MARQUES" (1946).

Rua Pe. Felício s/nº.

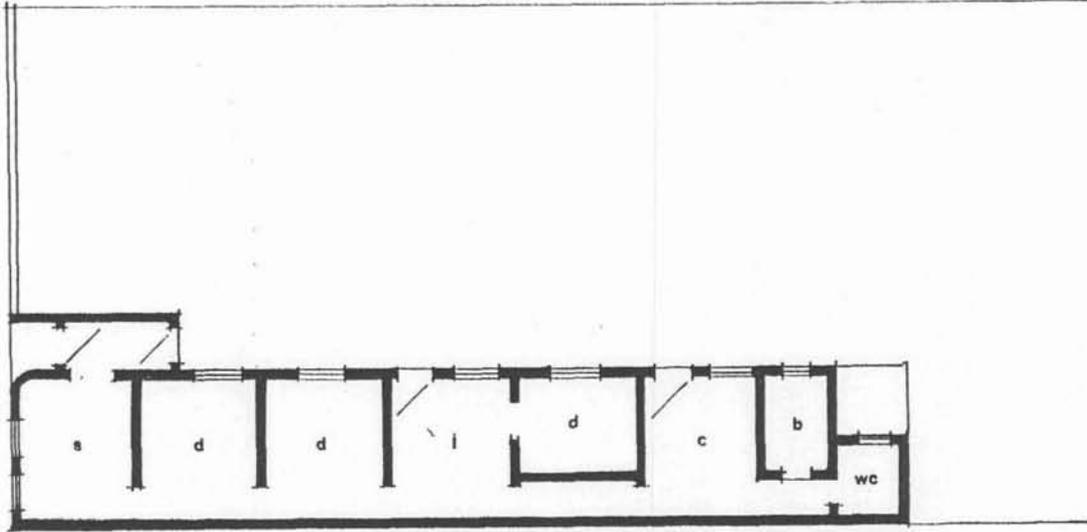
Resp. Técnico: Antônio André Sobrinho.



14.B. "RESIDÊNCIA DO SR. FORTUNATO E. MACHADO" (1937).

Rua Gal. Osório s/nº.

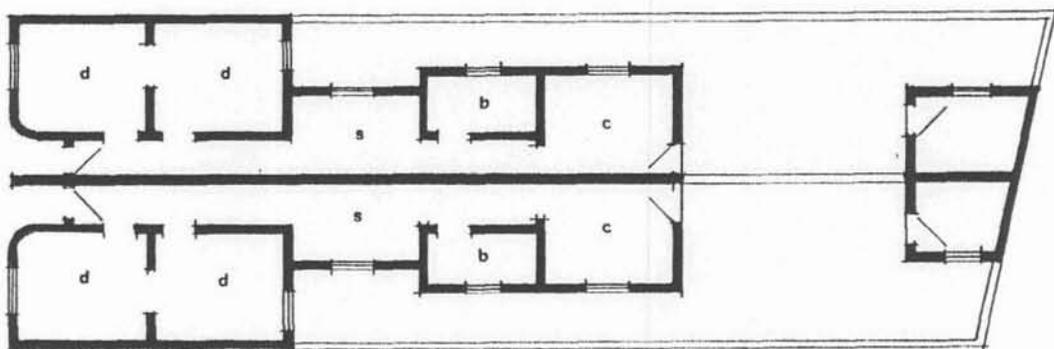
Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.



15.B. "RESIDÊNCIA S/PROPRIETÁRIO" (1934).

Rua Prof. Araújo s/nº.

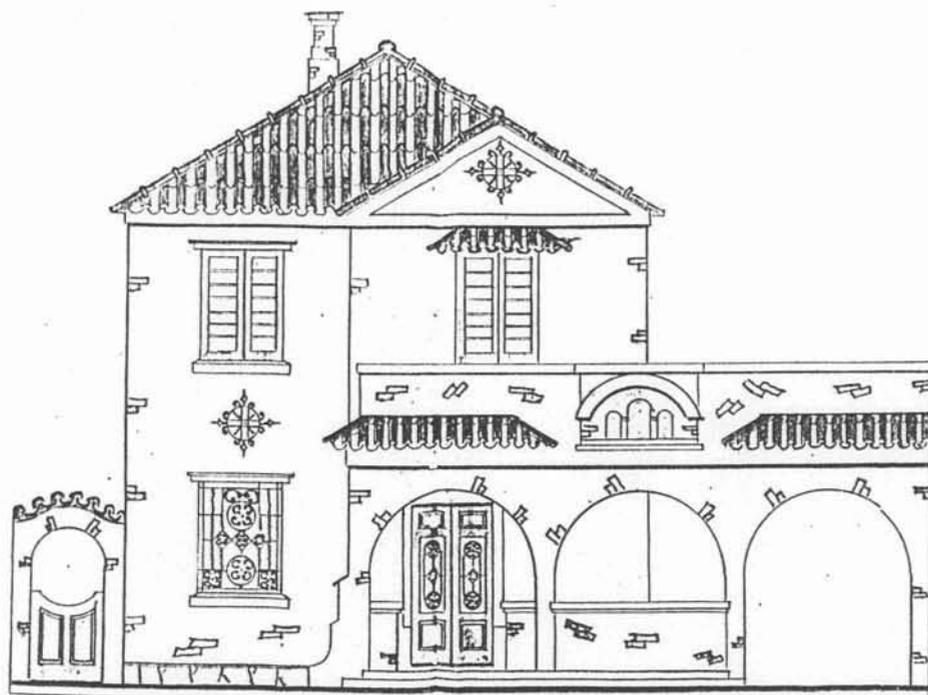
Resp. Técnico: Ayres Seixas.



16.B. "RESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ J. MARQUES" (1946).

Rua Pe. Felício s/nº.

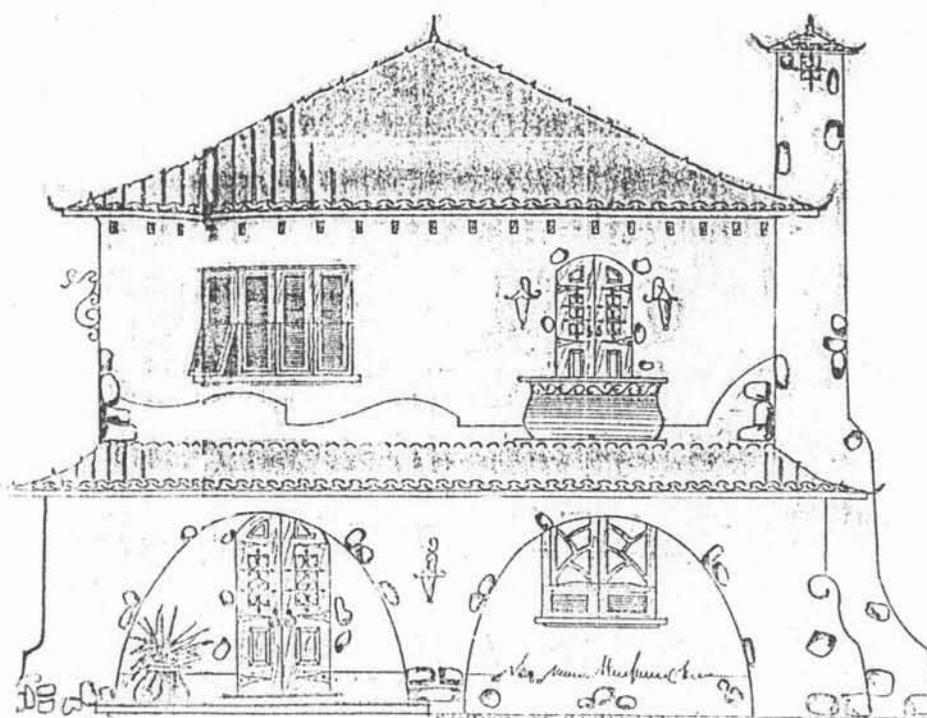
Resp. Técnico: Antônio André Sobrinho.



17.A. "RESIDÊNCIA DO SR. ARY X. ARRUDA" (1946).

Rua Moreira César, 362.

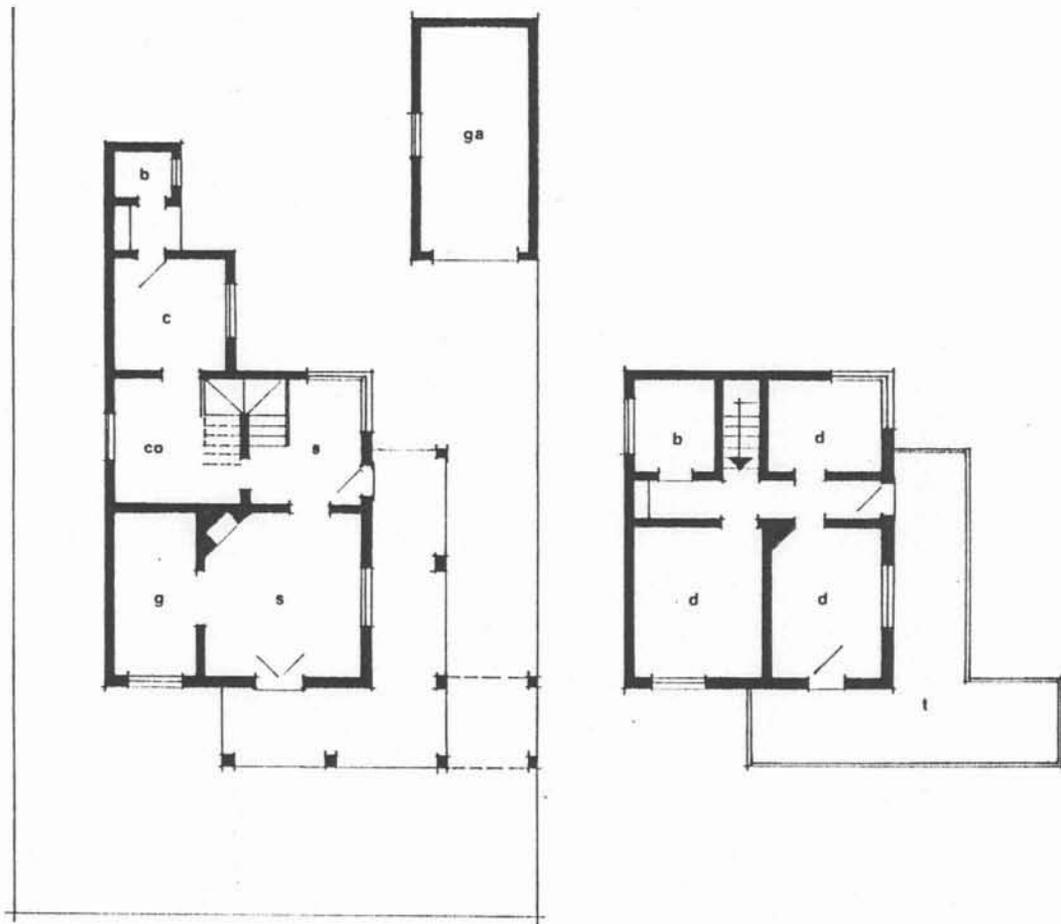
Resp. Técnico: Ayres Seixas.



18.A. "RESIDÊNCIA DO SR. ALBERTO F. BOHNS" (1949).

Rua Barão de Santa Tecla esq. Major Cícero.

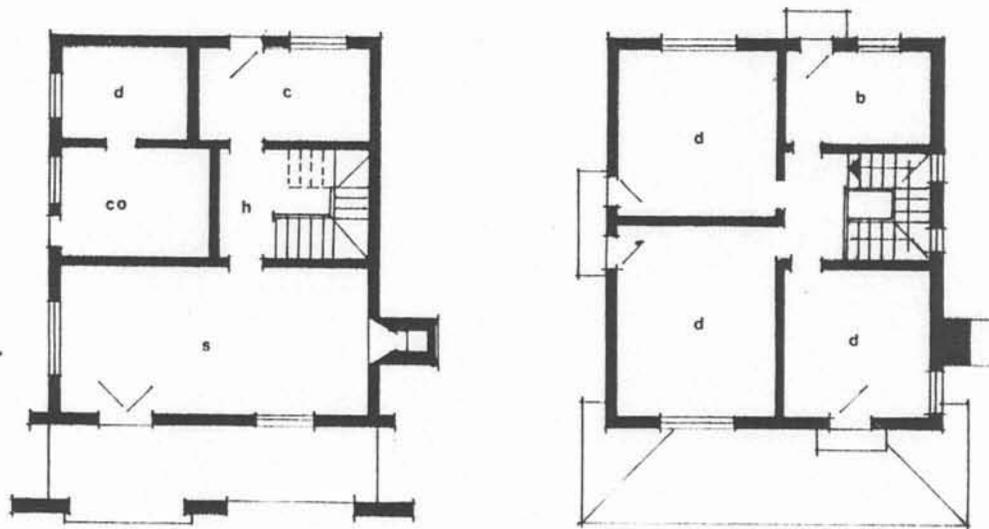
Resp. Técnico: Júlio Delanoy.



17.B. "RESIDÊNCIA DO SR. ARY X. ARRUDA" (1946).

Rua Moreira César. 362.

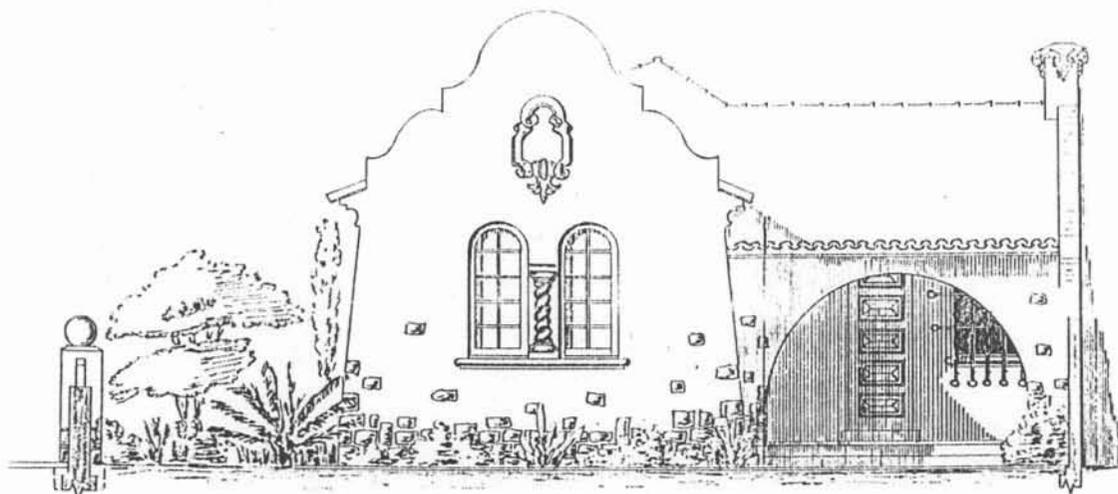
Resp. Técnico: Ayres Seixas.



18.B. "RESIDÊNCIA DO SR. ALBERTO F. BOHNS" (1949).

Rua Barão de Santa Tecla esq. Major Cícero.

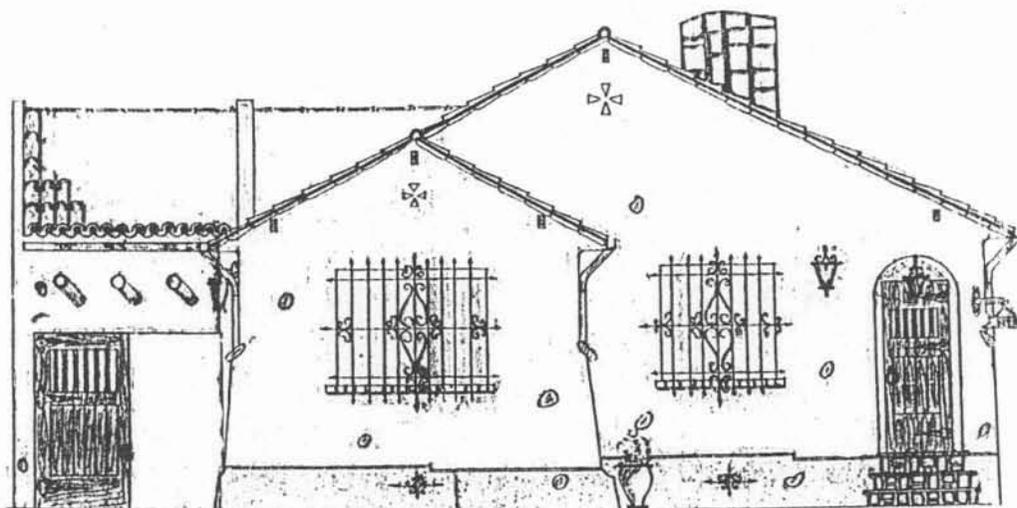
Resp. Técnico: Júlio Delanoy.



19.A. "RESIDÊNCIA DO SR. PROTÁSIO LEITE" (1943).

Rua Alm. Barroso esq. Barão de Butuí.

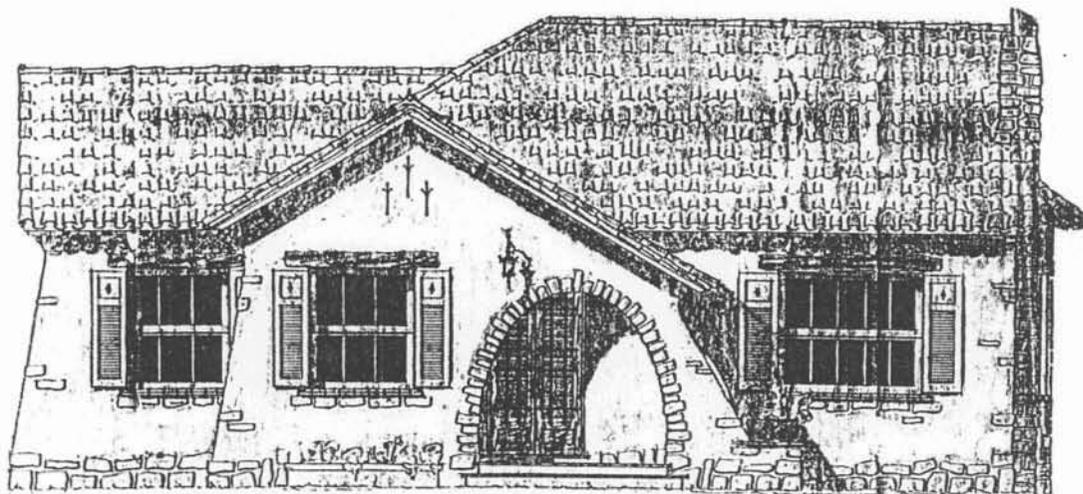
Resp. Técnico: Maurício Villar.



20.A. "RESIDÊNCIA DO SR. TEODORO MÜLLER" (1948).

Rua Mal. Deodoro s/nº.

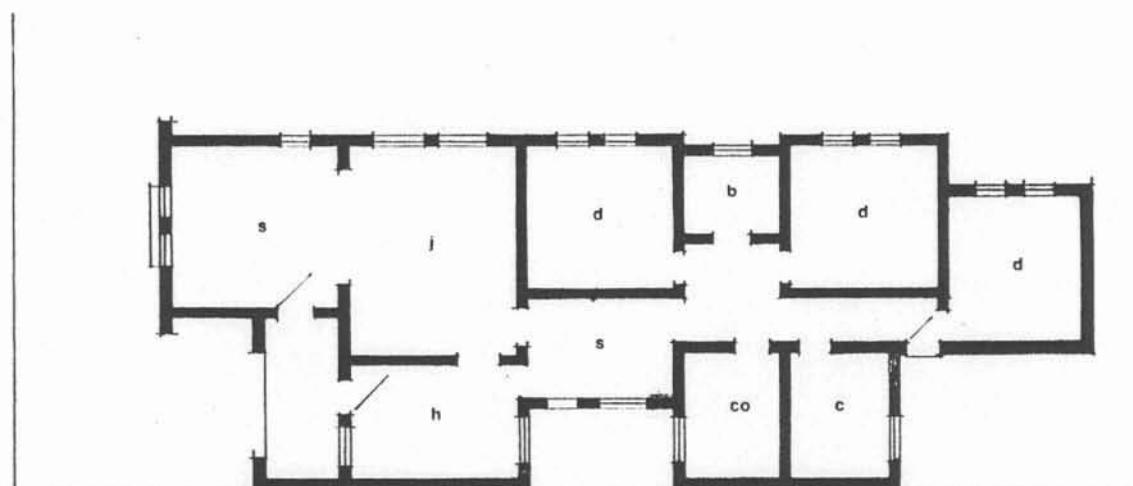
Resp. Técnico: Bernardino Ferreira.



21.A. "RESIDÊNCIA DO SR. MANOEL DUARTE" (1949).

Rua Gonçalves Chaves s/nº.

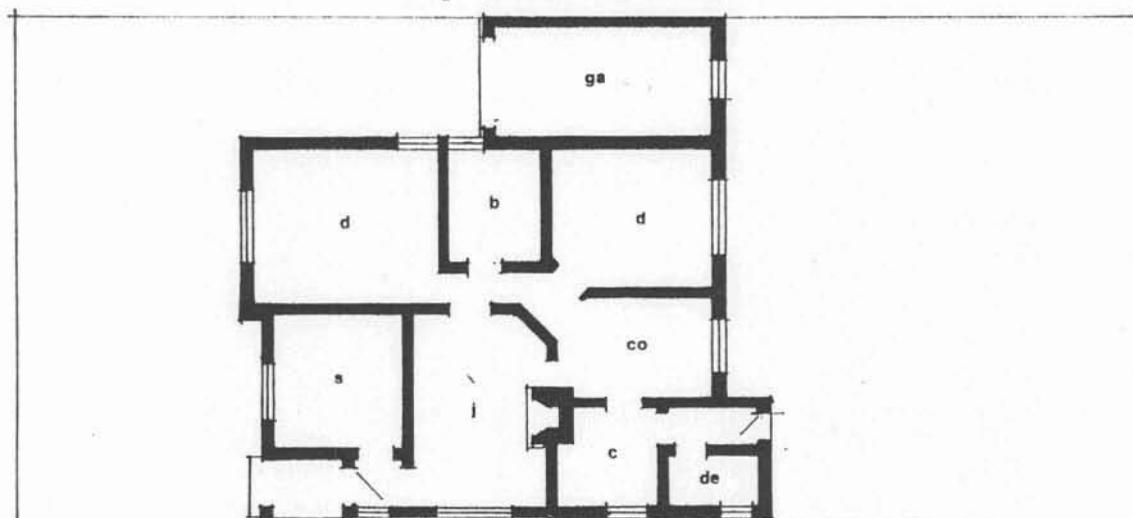
Resp. Técnico: Curt G. Rheingantz.



19.B. "RESIDÊNCIA DO SR. PROTÁSIO LEITE" (1943).

Rua Alm. Barroso esq. Barão de Butuí.

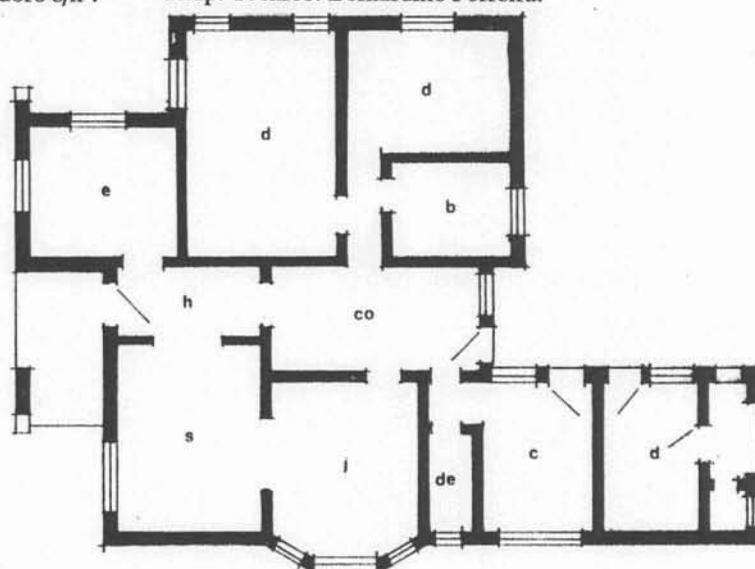
Resp. Técnico: Maurício Villar.



20.B. "RESIDÊNCIA DO SR. TEODORO MÜLLER" (1948).

Rua Mal. Deodoro s/nº.

Resp. Técnico: Bernardino Ferreira.



21.B. "RESIDÊNCIA DO SR. MANOEL DUARTE" (1949).

Rua Gonçalves Chaves s/nº.

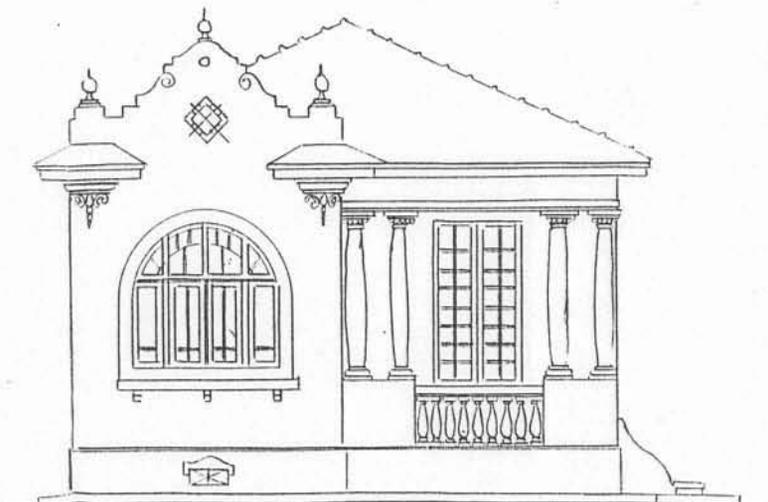
Resp. Técnico: Curt G. Rheingantz.



22.A. "BUNGALOW DO SR. F. MATTOS" (1937).

Rua 16 de junho (sic) s/nº.

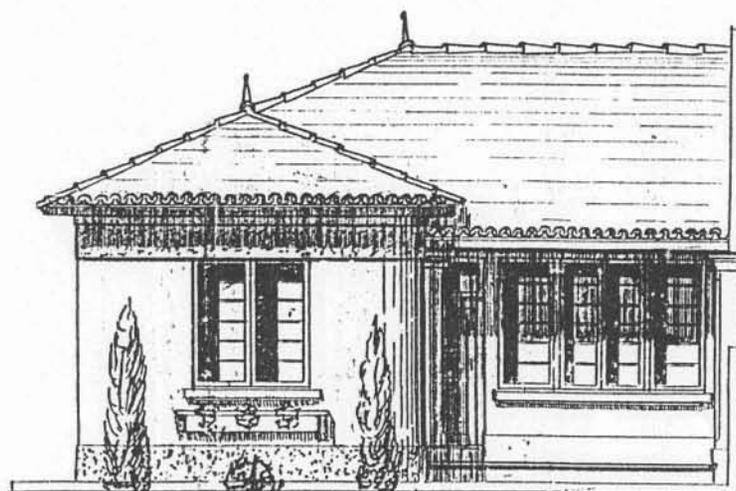
Resp. Técnico: Ricardo Sinnott.



23.A. "BUNGALOW S/PROPRIETÁRIO" (1931)

Rua Andrade Neves, 1059.

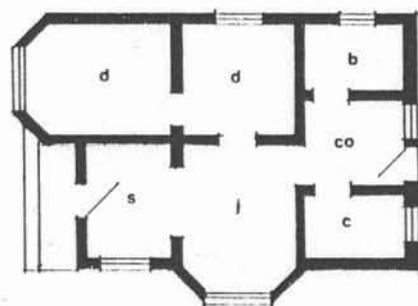
Resp. Técnico: Alberto Sampaio.



24.A. "BUNGALOW DO SR. ALFREDO ETCHALUZ" (1948).

Rua Alm. Barroso s/nº.

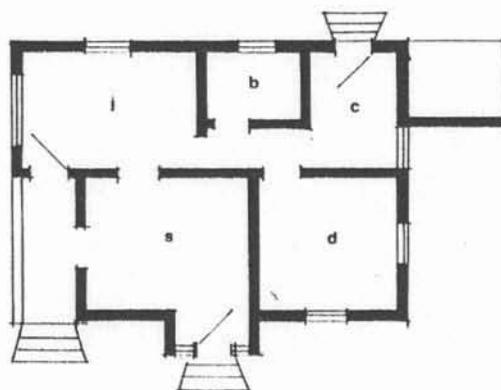
Resp. Técnico: Maurílio M. Villar.



22.B. "BUNGALOW DO SR. F. MATTOS" (1937).

Rua 16 de junho (sic) s/nº.

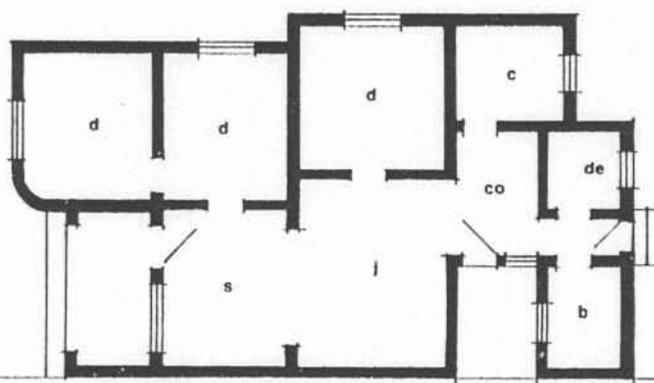
Resp. Técnico: Ricardo Sinnott.



23.B. "BUNGALOW S/PROPRIETÁRIO" (1931).

Rua Andrade Neves, 1059.

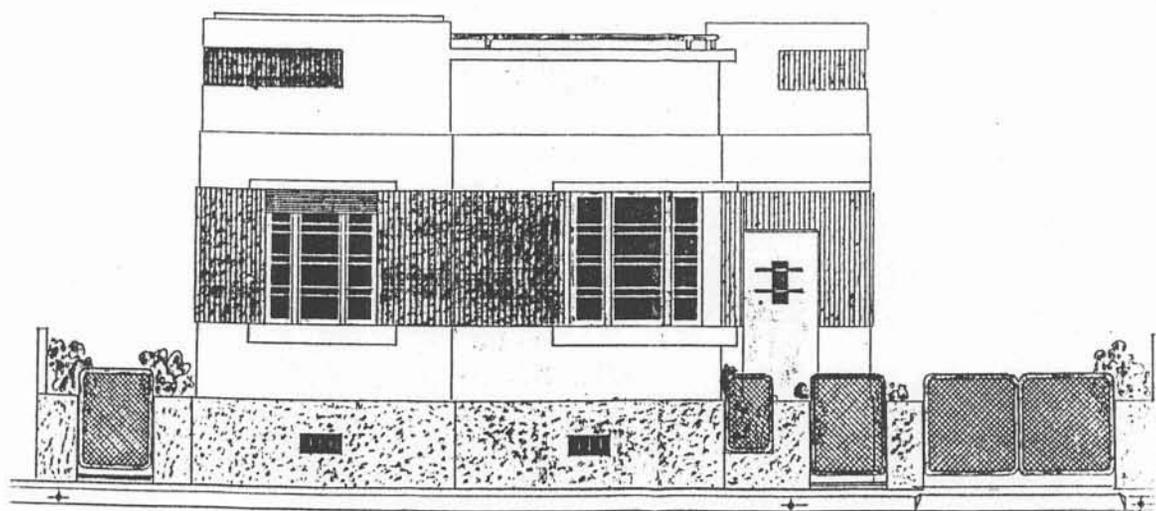
Resp. Técnico: Alberto Sampaio.



24.B. "BUNGALOW DO SR. ALFREDO ETCHALUZ" (1948).

Rua Alm. Barroso s/nº.

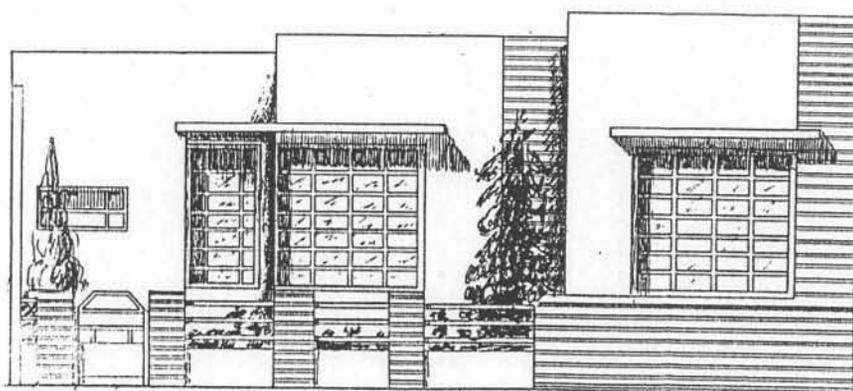
Resp. Técnico: Maurílio M. Villar.



25.A. "RESIDÊNCIA DO SR. F.P. MONTEIRO" (1939).

Rua Alm. Barroso, 1811.

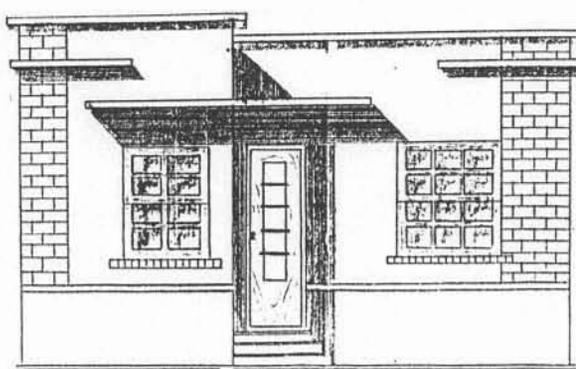
Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.



26.A. "RESIDÊNCIA DA SR.ª CELINA ARAÚJO" (1942).

Rua Dr. Cassiano s/nº.

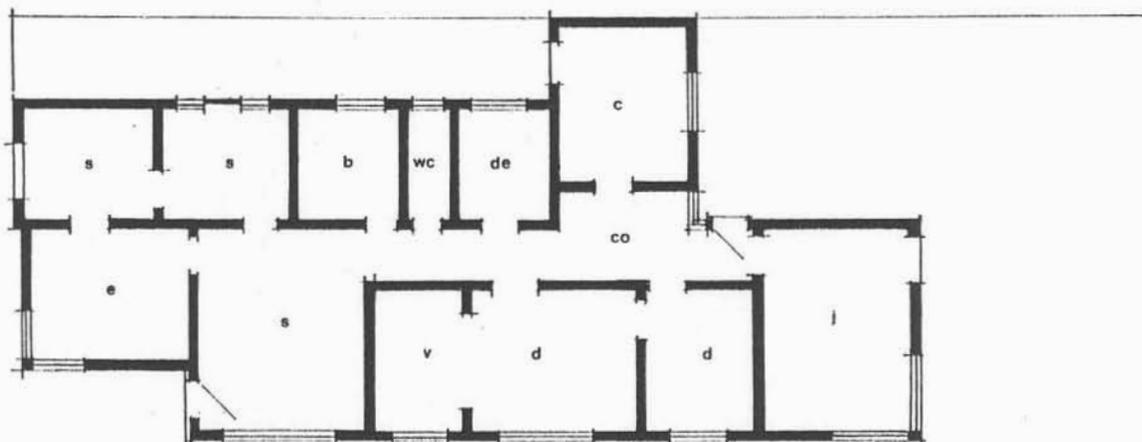
Resp. Técnico: Júlio Delanoy.



27.A. "RESIDÊNCIA DO SR. ERNESTO KASTER SOBRINHO" (1946).

Rua Alm. Barroso s/nº.

Resp. Técnico: Júlio Delanoy.



25.B. "RESIDÊNCIA DO SR. F.P. MONTEIRO" (1939).

Rua Alm. Barroso, 1811.

Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.



26.B. "RESIDÊNCIA DA SRª. CELINA ARAÚJO" (1942).

Rua Dr. Cassiano s/nº.

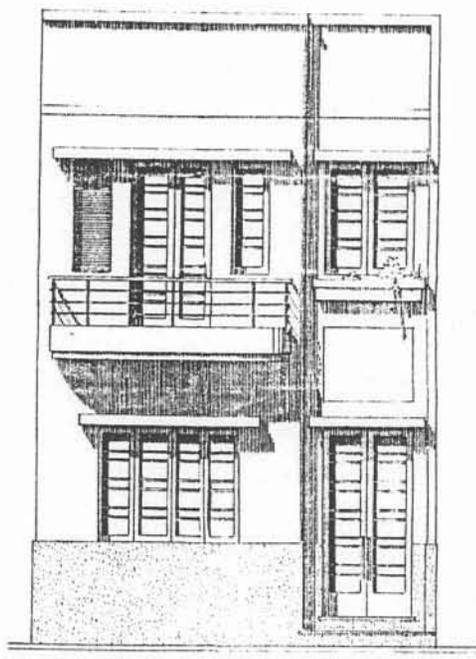
Resp. Técnico: Júlio Delanoy.



27.B. "RESIDÊNCIA DO SR. ERNESTO KASTER SOBRINHO" (1946).

Rua Alm. Barroso s/nº.

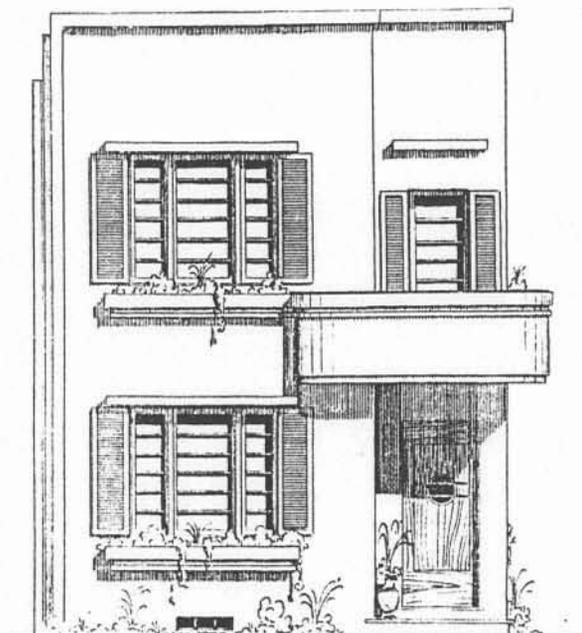
Resp. Técnico: Júlio Delanoy.



28.A. "RESIDÊNCIA DO SR. GASTÃO HILT" (1939)

Rua XV de Novembro, 765.

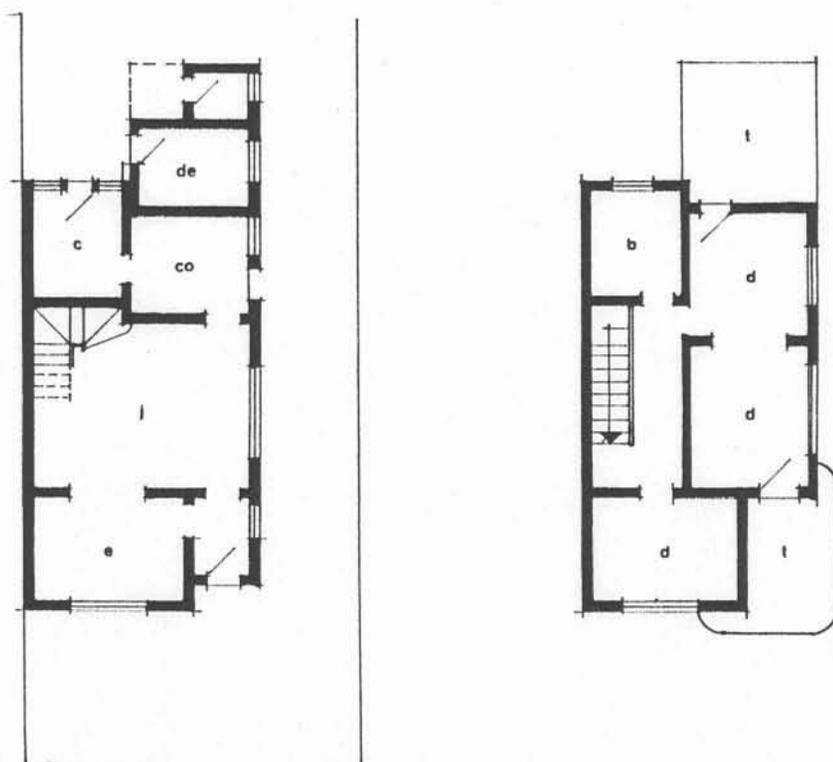
Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.



29.A. "RESIDÊNCIA DO SR. MANOEL T. CASCAES" (1939).

Rua Pe. Anchieta s/nº.

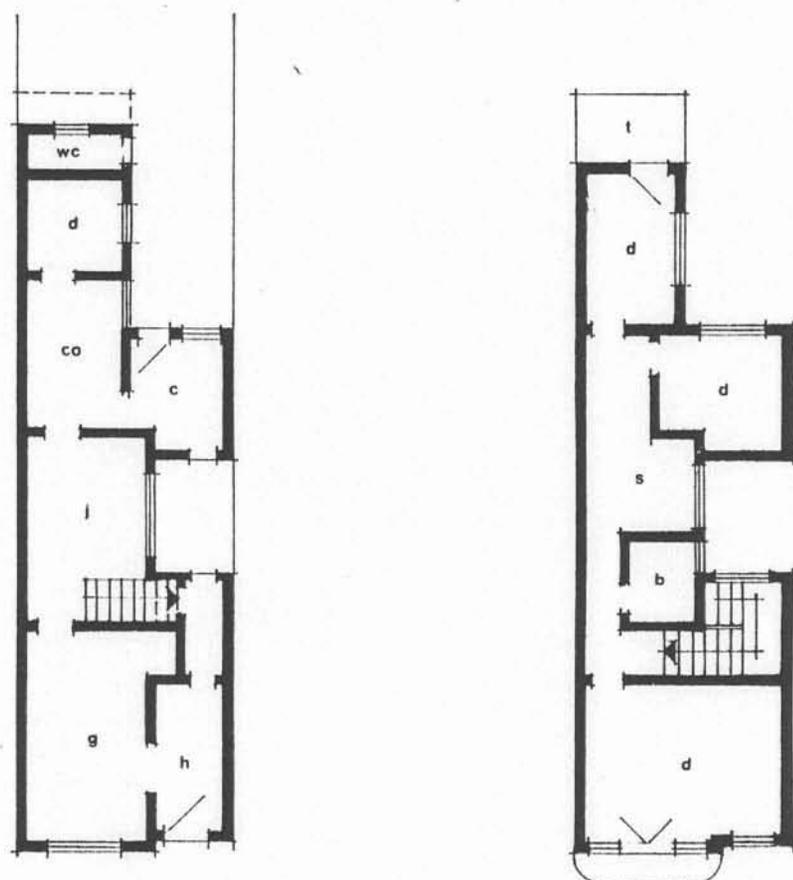
Resp. Técnico: Alberto Sampaio.



28.B. "RESIDÊNCIA DO SR. GASTÃO HILT" (1939).

Rua XV de Novembro, 765.

Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.



29.B. "RESIDÊNCIA DO SR. MANOEL T. CASCAES" (1939)

Rua Pe. Anchieta s/nº.

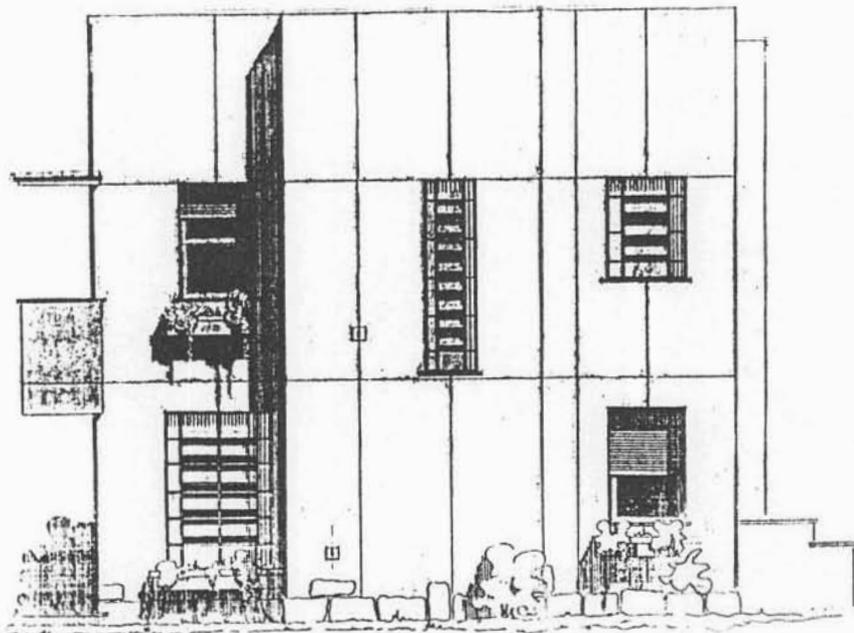
Resp. Técnico: Alberto Sampaio.



30.A. "RESIDÊNCIA DO SR. FRANCISCO P. DE MATTOS" (1936).

Av. Fernando Osório s/nº.

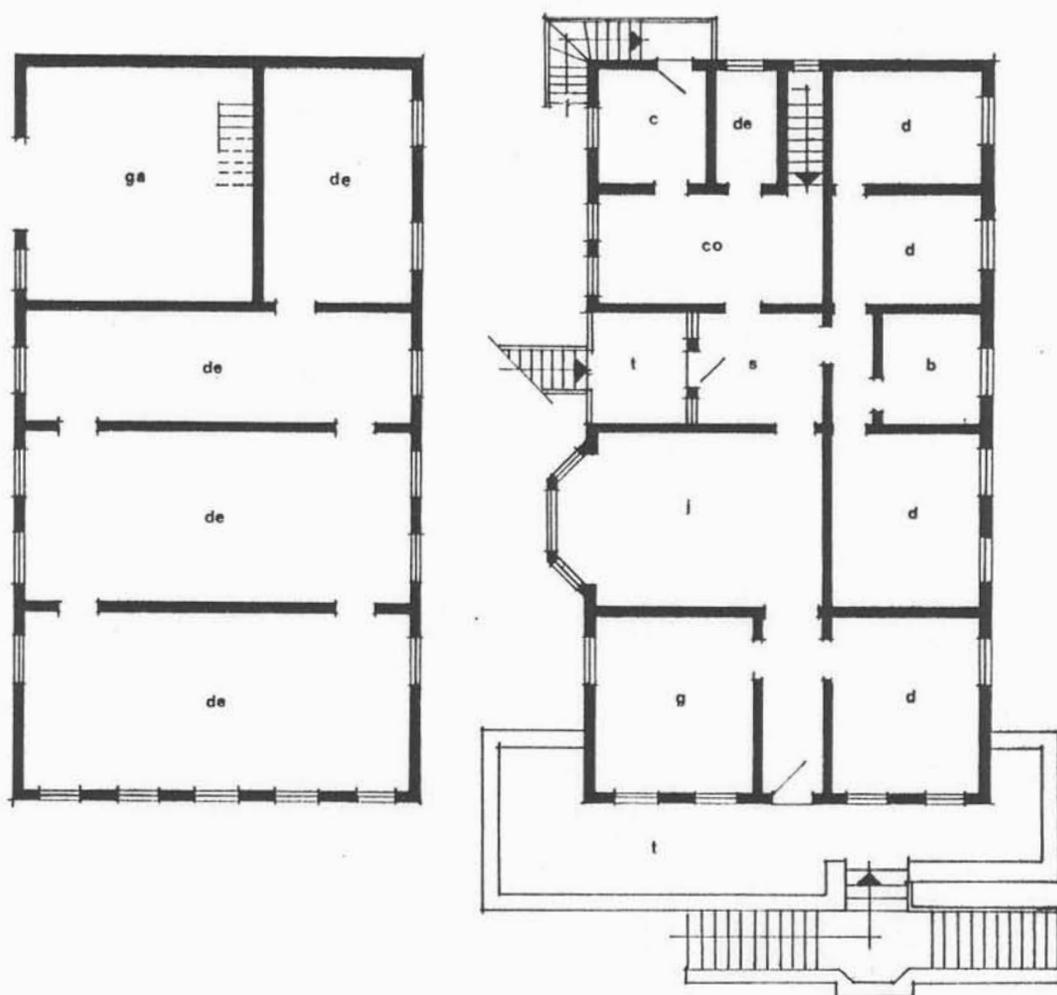
Resp. Técnico: Alberto Sampaio.



31.A. "RESIDÊNCIA DO SR. JOÃO SIMÕES LOPES" (1942).

Rua Félix da Cunha s/nº.

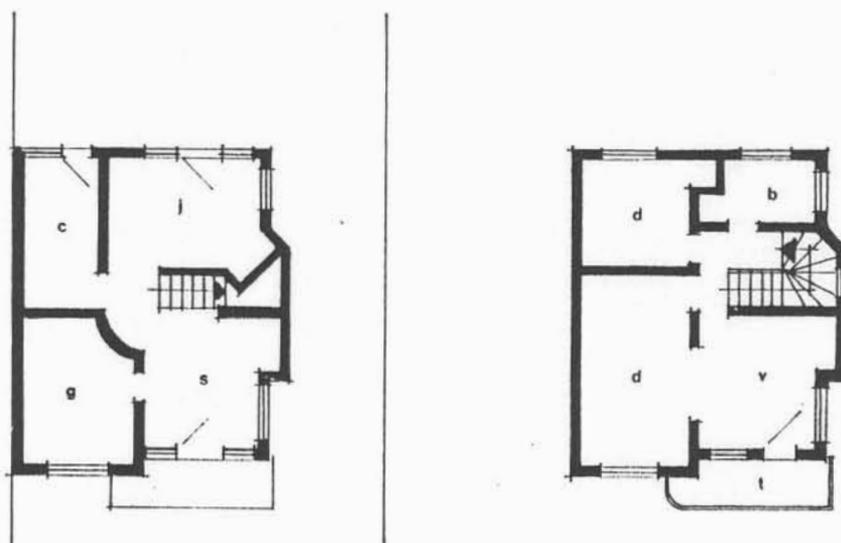
Resp. Técnico: Juvenal Ivanovsky.



30.B. "RESIDÊNCIA DO SR. FRANCISCO P. DE MATTOS" (1936).

Av. Fernando Osório s/nº.

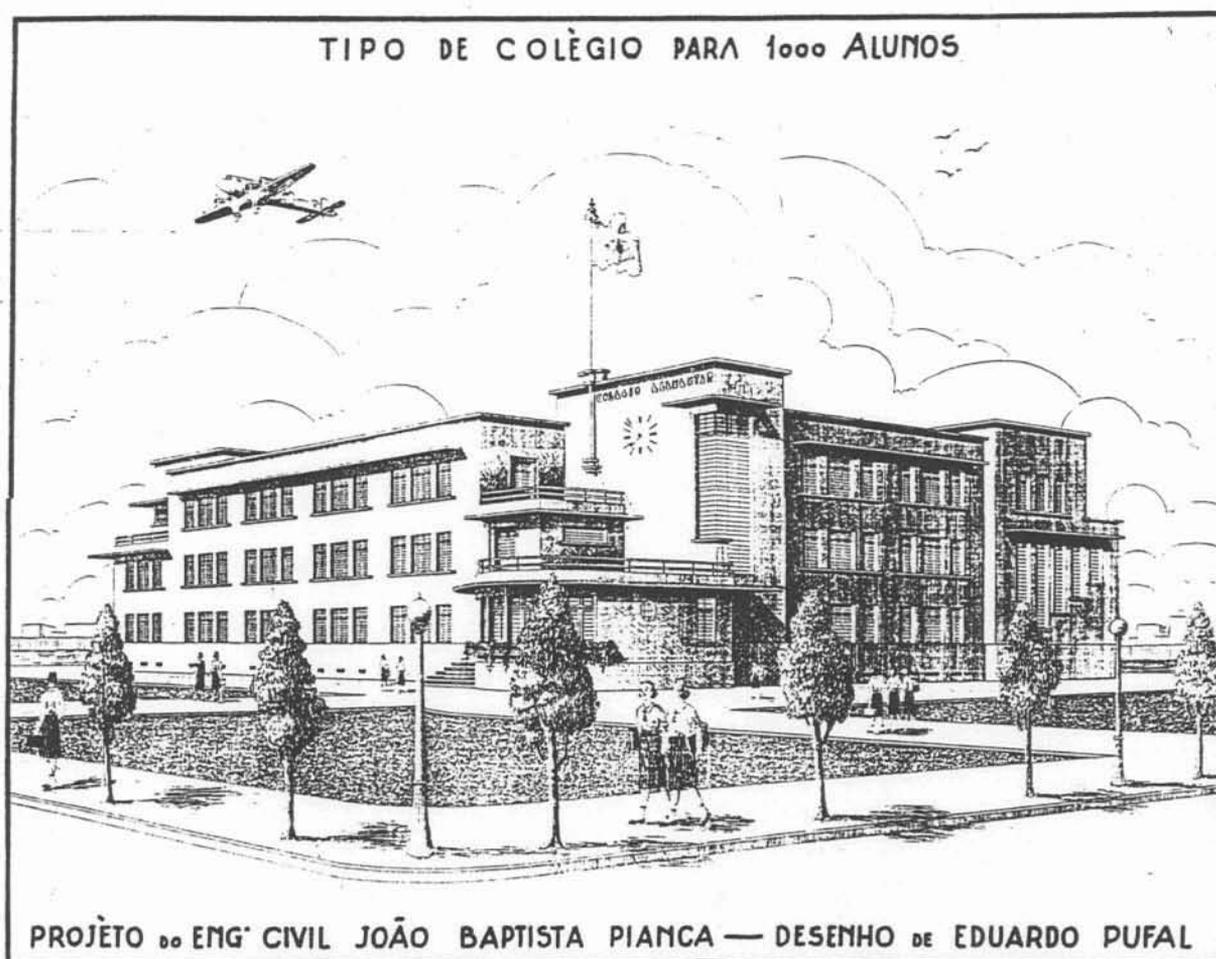
Resp. Técnico: Alberto Sampaio.



31.B. "RESIDÊNCIA DO SR. JOÃO SIMÕES LOPES" (1942).

Rua Félix da Cunha s/nº.

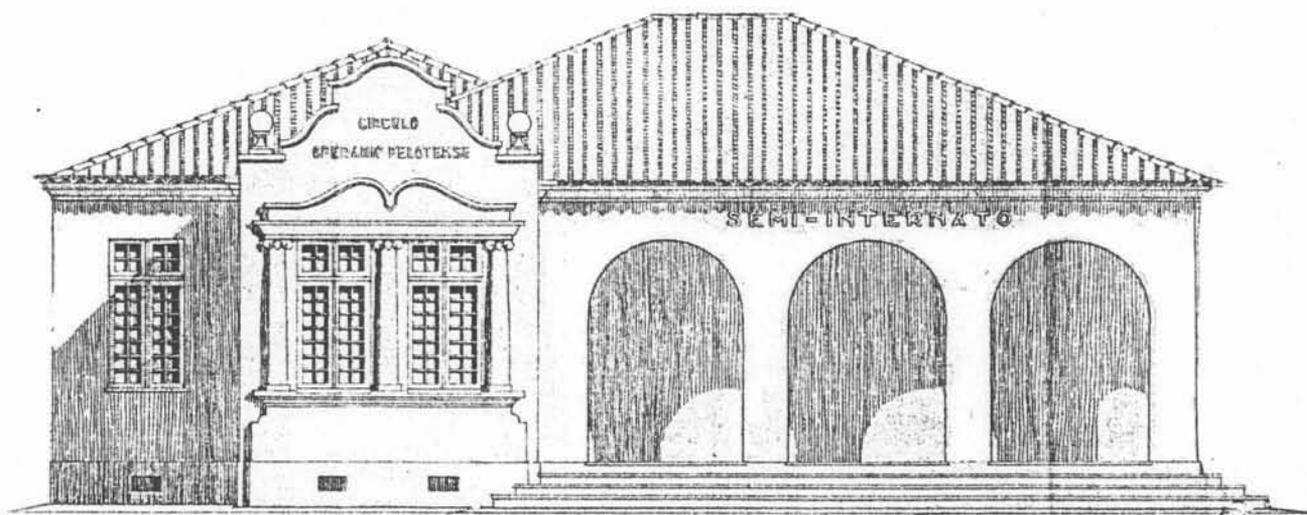
Resp. Técnico: Juvenal Ivanovsky.



32. "COLÉGIO ESTADUAL ASSIS BRASIL" (1939).

Rua Gonçalves Chaves esq. Dr. Amarante.

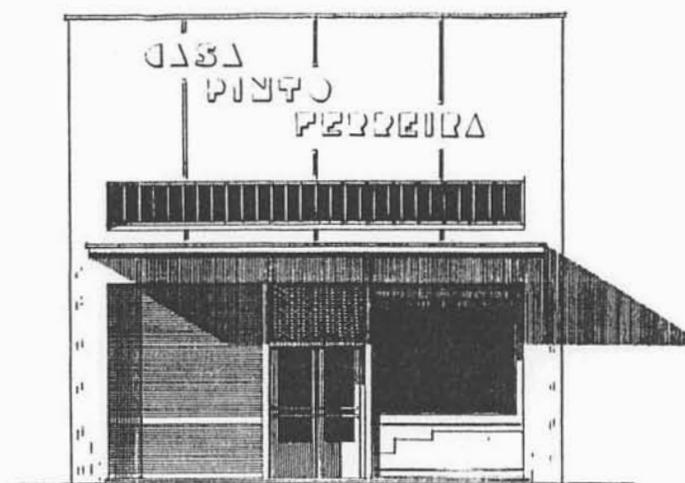
Resp. Técnico: João Baptista Pianca.



33. "ESCOLA NOSSA SENHORA MEDIANEIRA" (1947).

Rua Alm. Barroso, 2442.

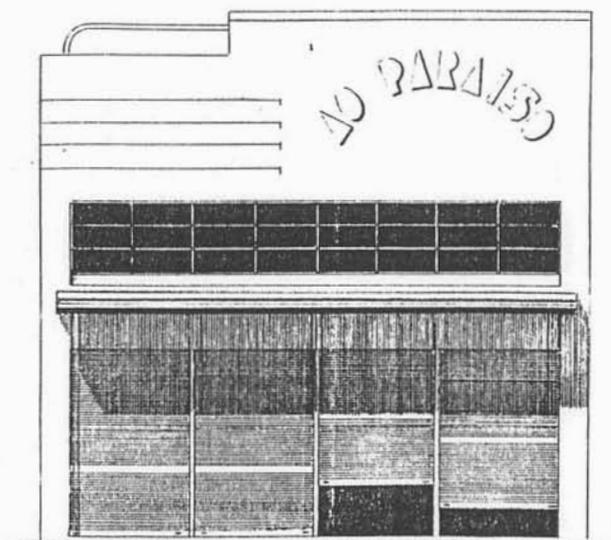
Resp. Técnico: Fernando Rullmann.



34. "CASA PINTO FERREIRA" (1939).

Rua Mal. Floriano, 14

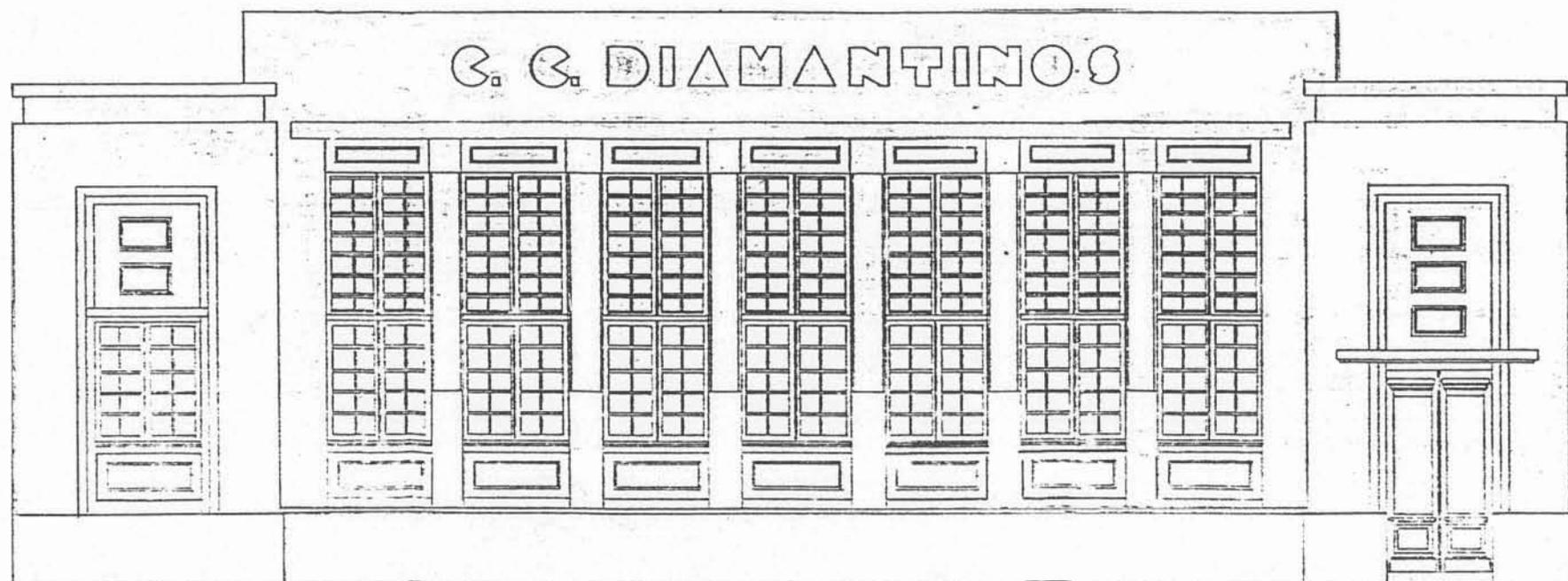
Resp. Técnico: Juvenal Ivanovsky.



35. "CASA AO PARAÍSO" (1940).

Rua Andrade Neves s/nº.

Resp. Técnico: Affonso Goetze Jr.



36. "CLUBE DIAMANTINOS" (1940).

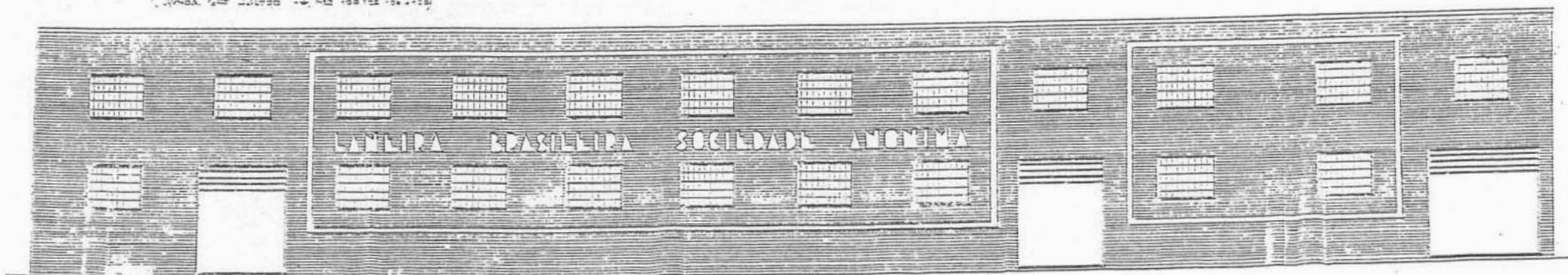
Rua Gonçalves Chaves, 956.

Resp. Técnico: Alberto Sampaio.

PROJETO DE UMA LANEIRA

P E L O T A S - R. S.

(Linha de Desenho 72, 112, 100, 102, 104, 106)



37. "LANEIRA DO BRASIL" (1949).

Av. Duque de Caxias, 104/114.

Resp. Técnico: Paulo Ricardo Levacov.

AS NOVAS TIPOLOGIAS

3.3. AS NOVAS TIPOLOGIAS

A modernização da arquitetura pelotense foi acompanhada, a partir do início da década de 30, pela difusão de dois tipos arquitetônicos característicos e identificados com a própria modernidade: os edifícios em altura e os postos de abastecimento de veículos automotores. Os primeiros, "símbolos do progresso" e da capacidade do homem de incorporar as inovações tecnológicas do seu tempo; os segundos, "símbolos do processo de interação homem x cidade x mobilidade" (GUIMARÃES, 1985, 73). Serão essas as tipologias analisadas nesta seção de capítulo.

De 1930 a 1949 foram construídos em Pelotas apenas seis edifícios em altura com mais de quatro pavimentos: o *Edifício Glória* (1934), na rua Andrade Neves esquina Mal. Floriano; o *Palácio do Comércio* (1939), na rua XV de Novembro esquina Sete de Setembro; o da *Caixa Econômica Federal* (1943), na rua Anchieta esquina Sete de Setembro; o *Edifício Ribas* (1945), na rua Anchieta n° 1991; o *Edifício APIP* (1947), na rua Anchieta n° 1977; e o *Edifício Del Grande* (1947), na Praça Cel. Pedro Osório n° 162.

Através de análise dos projetos desses edifícios podem se destacar as seguintes características comuns em relação às soluções adotadas:

a) todos os prédios ocupam pelo menos três dos limites dos respectivos terrenos, necessitando de áreas internas para a iluminação e ventilação dos compartimentos, áreas que variam de 7.76 a 14.7 m²;

b) o pavimento térreo, em todos os prédios, foi destinado a outras atividades que não a residencial, embora todos os edifícios fossem prioritariamente habitacionais;

c) o ed. Glória, o Palácio do Comércio e da Caixa Federal estão localizados em terrenos de esquina, possuindo, portanto, duas fachadas principais voltadas para as vias públicas. O ed. APIP é o único, entre os que ocupam lotes de centro de quarteirão, que apresenta uma segunda fachada (a de fundos).

"Os novos tipos de edificação conservaram os mesmos lotes e os mesmos esquemas de relacionamento com esses, como as antigas habitações, cujos terrenos tinham vindo ocupar. Torturavam-se então as plantas, a tentar conciliar os velhos esquemas com as novas estruturas. Ocupando-se novamente dois ou três dos limites laterais dos terrenos, sobravam as áreas internas como soluções para arejamento e iluminação dos vários compartimentos afastados da rua" (REIS FILHO, 1978, 79).

O *Ed. Glória* ("Projeto d'um prédio para o Sr. Dr. Pedro Luiz Osório"), primeira edificação a superar os quatro pavimentos na cidade de Pelotas, foi construído a partir de 1934, segundo projeto da firma DAHNE, CONCEIÇÃO & CIA de Porto Alegre. Localizado à rua Andrade Neves, esquina Mal. Floriano, o prédio demonstra claramente uma tentativa de englobar em uma única edificação programas diferenciados que deviam

atender uma demanda de novos espaços – em uma cidade que deixava de estar predominantemente vinculada à produção e passava à intermediação e à prestação de serviços. Desta maneira, o térreo e o primeiro pavimento foram projetados para receber um grande "magazine" ($692m^2$); o segundo pavimento foi destinado a salas de aluguel (9 salas que variam de $19m^2$ a $58m^2$ cada uma); o terceiro e o quarto pavimentos, a apartamentos de aluguel (10 unidades de dois quartos cada uma).

O exame de cada uma das plantas dos apartamentos demonstra claramente a idéia de "tortura" a que se referiu Nestor Goulart REIS FILHO, ou seja, uma série de "casas de um pavimento", mal resolvidas internamente, sobrepostas tantas vezes quanto foi possível ou necessário. (Ver ilustração 38).

Em todos os apartamentos existe um "vestíbulo" (que chega a até $10m^2$), que tem a função de garantir uma certa privacidade, ao mesmo tempo em que tenta resolver os problemas de circulação interna e adequação de cada um com hall de escada (para cada unidade habitacional existe uma solução). Os dormitórios estão diretamente ligados à sala de estar, com exceção de um, no qual se encontram separados pela cozinha, banheiro e sala.

Quatro apartamentos necessitaram de áreas de ventilação e/ou iluminação, o que além de não ser uma boa solução do ponto de vista do conforto ambiental, criou sérios problemas de privacidade entre eles.

Construído em 1934, o ed. Glória assumiu, juntamente com os edifícios Rio Branco (1933) e Agostinho Picardo (1935), ambos de Porto Alegre, um lugar de destaque em relação às obras pioneiras do modernismo no Estado, não apenas devido ao porte da construção e à inovação do programa arquitetônico, mas principalmente por suas características formais – revolucionárias para a Pelotas de então. São fortes as semelhanças existentes entre o Glória, o projeto do Ed. Mentz (1931) – não construído – e o ed. Guaspari (1936) de Porto Alegre, dos quais destacamos o desenho das aberturas; a marcação rigidamente horizontal das janelas e peitoris; a valorização de trechos verticais (a esquina do Glória e a parte central do Guaspari); a ocupação de lotes fora dos padrões comuns, o que gerou edifícios de "proporções estranhas" (XAVIER, 1987a, 47); e, finalmente, a negação da simetria axial e o revestimento em "cimento e mica" do Ed. Glória.

Em 24 de janeiro de 1942 foi inaugurado oficialmente o "Palácio do Comércio", o edifício da Associação Comercial de Pelotas. A construção teve início em

1939 e representa a primeira grande iniciativa de exploração máxima do solo urbano. A inauguração mereceu várias páginas do principal jornal da cidade, o Diário Popular, das quais transcrevemos as seguintes informações:

"...o Palácio do Comércio, que foi ontem inaugurado em ato solene, construído em um dos pontos centrais da cidade, veio dar à fisionomia urbana o traço característico dos centros adiantados!... trata-se de um soberbo edifício de nove andares.

...a edificação, com estrutura de cimento armado, obedeceu aos mais modernos requisitos de técnica de construção e não há exagero na afirmativa de que a nova sede da Associação Comercial será, talvez por alguns anos, o principal edifício da cidade. Nele foram previstas todas as instalações técnicas e modernas capazes de garantir o máximo do aproveitamento e de conforto" (DIÁRIO POPULAR, 25/1/42).

O edifício foi construído pela firma AZEVEDO MOURA & GERTUM de Porto Alegre, sendo responsável pelo projeto os engenheiros Fernando Azevedo MOURA e Júlio G. A. BASTIAN. É composto de nove andares: um térreo, com uma grande loja na esquina e mais duas pela rua Sete de Setembro (Ver ilustração 39b); um primeiro andar com quatorze salas para escritórios; cinco andares destinados a habitação (quatro apartamentos por pavimento); o sétimo andar, destinado à Associação Comercial; o oitavo, com um salão para assembleias, comemorações etc, conjugado com um bar, e o nono andar, servido de restaurante.

Como se pode notar, apesar de todas as "inovações" introduzidas, reproduzia o esquema de vários programas reunidos em um único prédio, fato que garantia a lucratividade do empreendimento e facilitava a aceitação geral da obra. O Diário Popular ainda nos informa que, já no dia da inauguração, todos os apartamentos destinados a residência achavam-se alugados, assim como a grande loja da esquina.

Construído em 1939, o ed. PALÁCIO DO COMÉRCIO seguiu o modelo dos "edifícios Reunidos" (1938) de Porto Alegre, também da firma AZEVEDO MOURA & GERTUM (projeto de João MONTEIRO NETO): uma gigantesca massa construída, na qual se destaca o equilibrado entre cheios (partes rebocadas de branco) e os vazios (vão das aberturas e sacadas). Cada fachada reflete a ocupação do andar respectivo, o que induziu a manutenção (ou a geração) de uma composição simétrica e tripartida, com uma base correspondente aos andares de comércio e serviços, um corpo correspondente aos andares

residenciais e um acabamento superior, correspondente aos de representação e festas (nobres).

O elemento plástico mais importante, e inovador, de todo o prédio, embora só compareça na fachada de fundos, é a escada helicoidal que interliga os pavimentos, toda ela "aparente" e protegida por vidro.

O edifício da *Caixa Econômica Federal* foi inaugurado em 1943 e construído pela firma DAHNE, CONCEIÇÃO & CIA. Fazia parte de um programa de construções de filiais pelo interior do Estado, sendo que em 1943 também foram inauguradas as agências de Bagé, Livramento e do bairro São João em Porto Alegre. O prédio pelotense seguiu o mesmo modelo adotado para a matriz de Porto Alegre e para a filial de Rio Grande (ambas da mesma época): prédio de esquina, com andar térreo destinado ao atendimento ao público e mais quatro pavimentos, dotados de elevador, destinados a habitação.

A esquina e pelo menos uma das extremidades de uma fachada receberam tratamento diferenciado, em forma de uma torre ligeiramente saliente em relação às fachadas e mais alta em relação à platibanda. O acesso para o banco dava-se na esquina enquanto para as residências na outra extremidade. A composição assimétrica é marcada por uma repetição de janelas padronizadas e por uma malha reticular, em baixo relevo. O único elemento decorativo existente é o mastro de bandeira que perfila-se verticalmente, paralelo à fachada da torre da esquina.

O *Ed. Ribas*, rua Anchieta nº1991, foi construído em 1945 pela SOCIEDADE GERAL DE CONSTRUÇÕES LTDA, para o Sr. Osmy Maciel Ribas. O projeto, assinado pelo eng. Ruy BACELLAR, consta de uma pavimento térreo com um salão de exposições e um acesso a uma oficina (já existente no local), e mais cinco pavimentos residenciais com três apartamentos por andar, todos destinados ao aluguel.

"O aluguel foi, naquele tempo, um rendimento ótimo, talvez o melhor deles, muito melhor que as ações... Tais edifícios, que visavam unicamente bons aluguéis, evidentemente não tinham de modo necessário preocupações maiores que oferecer, antes de tudo, comodidade à classe média, sempre muito relutante em morar promiscuamente em edifícios coletivos" (LEMOS, 1990, 57).

No entanto, os apartamentos do *Ed. Ribas* resultaram mal resolvidos espacialmente, sem uma separação entre as áreas íntimas e social, sem elevadores, e com

as áreas dos compartimentos bastante reduzidas, ou seja, sem uma série de confortos existentes na maioria das residências da classe média, principalmente nas villas.

Externamente, o edifício apresenta uma composição simétrica, tripartida (base, corpo e coroamento) e uma total ausência de ornamento que, como no edifício da Caixa Federal, foi substituído por uma "malha quadricular" desenhada, em baixo relevo, sobre o reboco do prédio, com a função principal de enquadrar as aberturas e modular, ou ritmar, a fachada.

O Ed. APIP, da Associação dos Proprietários de Imóveis de Pelotas, rua Anchieta n°1977, foi construído também, pela SOCIEDADE GERAL DE CONSTRUÇÕES LTDA, entre 1946 e 47, segundo projeto de Maurício de PAUMAY e cálculo do eng. Ruy H. BACELLAR. É um típico edifício de medianeiras, contido em um terreno com apenas 7,90m de frente e 14 andares.

O que acontece com o ed. APIP é a simples evolução dos tipos residenciais de Pelotas, ou seja, das casas de PORTA E JANELA, que eram construídas com testadas muito pequenas e nas quais o programa era desenvolvido a partir de um longo corredor que interligava todos os compartimentos. A ocupação do terreno também era muito típica, com a edificação ocupando a metade ou dois terços do lote, seguindo-se um pátio com árvores frutíferas e por último a edícula, com as dependências de empregados, o tanque, o galinheiro etc.

Se analisarmos o modelo de implantação do ed. APIP notaremos que é o mesmo a que nos referimos acima: o edifício propriamente dito ocupa 2/3 do lote, o tradicional pátio é agora chamado de "parque infantil" e no local da edícula surge a "morada do zelador" (Ver ilustração 40).

"Normalmente, os prédios repetiam os esquemas das residências. Essa necessidade de pensar os prédios de apartamento como apenas dimensionalmente diversos das casas individuais isoladas, essa impossibilidade de enfrentar um novo problema segundo uma escala adequada, faria com que a verticalização, conquistada pelos aperfeiçoamento das estruturas de concreto e dos elevadores, ao mesmo tempo que abrisse novas e amplas perspectivas, destruísse as conquistas que a arquitetura vinha realizando nas residências individuais, como a reconciliação com a natureza, a integração dos espaços interiores e exteriores e liberdade de disposição dos edifícios sobre o terreno" (REIS FILHO, 1978, 82).

Para resolver o problema de iluminação e ventilação dos compartimentos, o projetista "reorganizou" o esquema tradicional da "casa corredor", criando uma segunda fachada (voltada para o parque infantil) e distribuindo o programa ao redor de um corredor em forma de um "C". Pela primeira vez surgiu a distinção entre "entrada social" e "entrada de serviço" nos apartamentos e, também pela primeira vez, o último andar (residencial) recebeu um tratamento especial, com uma unidade menor, mas possuindo um razoável terraço coberto por um pergolado que se projeta além dos limites da edificação.

No projeto original existia a previsão de construção, sobre o prédio, de uma grande torre contendo um globo com relógios, o nome do edifício e a iluminação de sinalização para os aviões. Uma visão "futurista" do responsável pelo projeto, ou a marca definitiva de que a "modernidade" e o "progresso" haviam chegado a Pelotas...

O Ed. *Del Grande*, Praça Cel. Pedro Osório nº162, foi construído a partir de 1947 pela SOCIEDADE GERAL DE CONSTRUÇÕES LTDA, para o Sr. José Del Grande. O responsável técnico foi, novamente, o eng. Ruy H. BACELLAR, e talvez por isso mesmo o projeto corresponda, em planta, ao do Ed. Ribas (1945), do mesmo autor.

Possui treze pavimentos, sendo que o térreo foi projetado para abrigar a agência do Banco Agrícola Mercantil S.A., e os demais destinados a habitação, com dois apartamentos por andar. Em decorrência disso, externamente, o edifício resultou simétrico, o que permite a identificação de cada uma das unidades do programa. Os únicos elementos formalmente explorados foram as sacadas, num exemplo significativo de uma arquitetura funcional, mas plasticamente inexpressiva.

No período analisado foram construídos ainda doze postos de abastecimento (P.A.) de veículos em Pelotas: o P.A. da "*Caloric Company*" (1932), na rua Gal. Osório esquina D. Pedro II; o *Posto Caloric nº2* (1933), na rua XV de Novembro nº52; o *Posto Caloric nº3* (1934), na rua Voluntários da Pátria nº302; a "*Bomba Caloric*" (1934), na rua Andrade Neves esquina Tiradentes; o *Posto de Abastecimento* (1939), na Praça Cel. Pedro Osório esquina Anchieta; o *Posto Índio* (1940), na rua XV de Novembro esquina Tiradentes; o *Posto Ipiranga* (1940), na rua Gal. Osório esquina Urbano Garcia; o *Posto Energina* (1940), na rua Sete de Setembro esquina Anchieta; o *Posto de Abastecimento* (1941), da rua Tiradentes esquina Álvaro Chaves; o *Posto de Gasolina* (1945), na rua Prof.

Araújo esquina Antônio dos Anjos; e o *Posto Texaco* (1948), na Av. Duque de Caxias esquina Ismael Simões Lopes.

O primeiro projeto para um posto de abastecimento encontrado nos arquivos da Prefeitura Municipal de Pelotas foi elaborado pelo departamento de engenharia da "Caloric Company", possuindo as seguintes informações: "Pan American Petroleum & Transport Co. -- Proposed Junior Service Station in Rua General Osório & Rua 7 de Abril/actual D. Pedro II/ -- City of Pelotas". O que permite concluir que o projeto foi elaborado no exterior, provavelmente nos Estados Unidos, visto no Rio de Janeiro ("office Rio") e executado em Pelotas pelo eng. Affonso GOETZE JR., que assina o projeto.

Um "junior service station" nada mais era do que um pequeno posto de abastecimento, somente dotado de uma bomba de gasolina (sem nenhuma construção ou cobertura).

Os três projetos que o sucederam (1933 a 34), chamados de "posto caloric" ou "bomba caloric", demonstram a busca de um padrão de construção ou um tipo já existente capaz de abrigar as novas funções que se apresentavam. Surgiram assim os EDIFÍCIOS GARAGEM, ou seja, uma única construção (nova ou já existente) com a configuração de uma garagem de automóveis, que permitia o acesso de veículos e que englobava todas as atividades do programa (administração, lubrificação, lavagem, abastecimento, venda de peças etc), sendo que, em alguns casos, as bombas de gasolina foram instaladas na frente do prédio, junto ao passeio público.

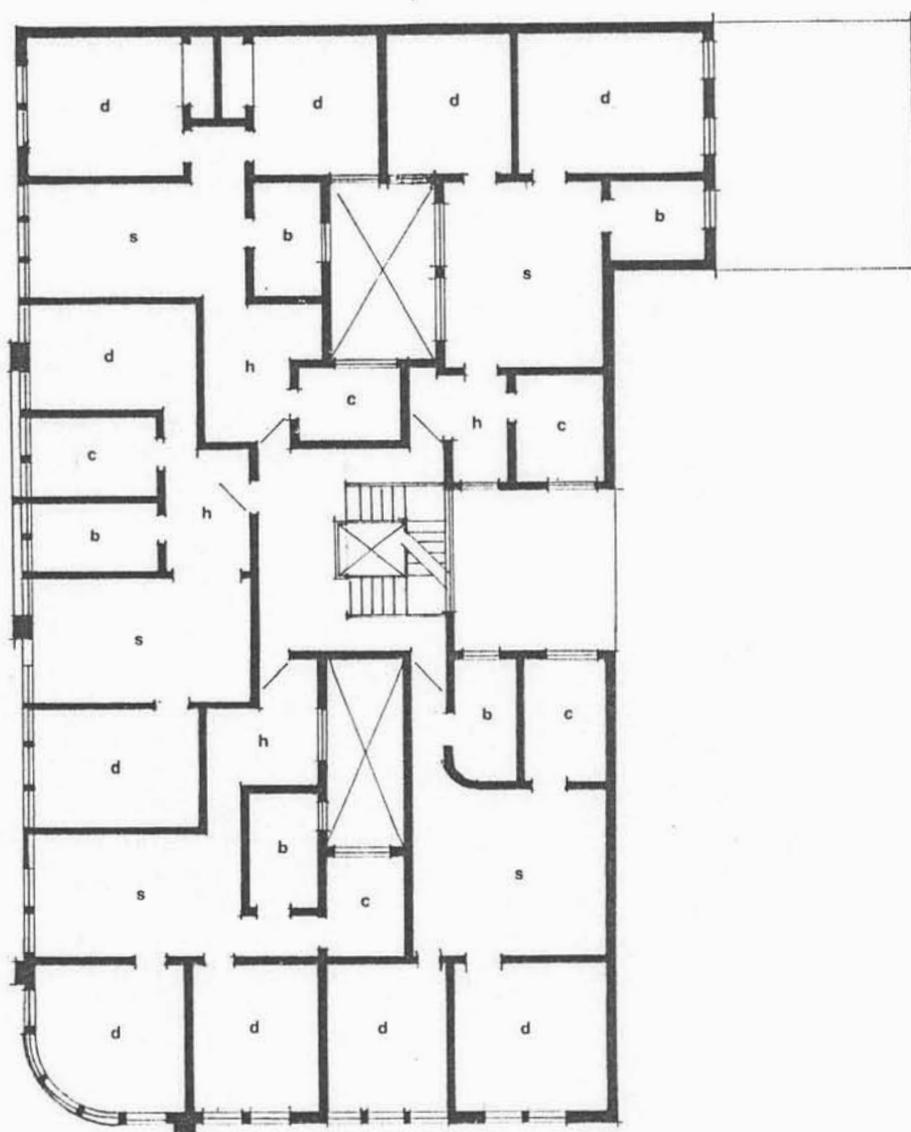
A partir de 1936 começou a configurar-se um tipo característico e predominante, o dos EDIFÍCIOS COMPOSTOS, que compreendiam a reunião de pelo menos três espaços de trabalho independentes: um pequeno prédio que abrigava a administração, a área de bombas (protegida e delimitada por uma marquise que nascia a partir do edifício da administração), e o pavilhão ou box de lavagem e lubrificação. (Ver ilustração 41).

Até 1950, portanto, o que variou em matéria de edifícios para o abastecimento de veículos foi apenas a posição recíproca dos elementos de composição (administração, abastecimento e lubrificação). A preocupação funcional passou a prevalecer sobre a formal, que se concentrou no prédio da administração, numa espécie de "fachadismo" em pequenas

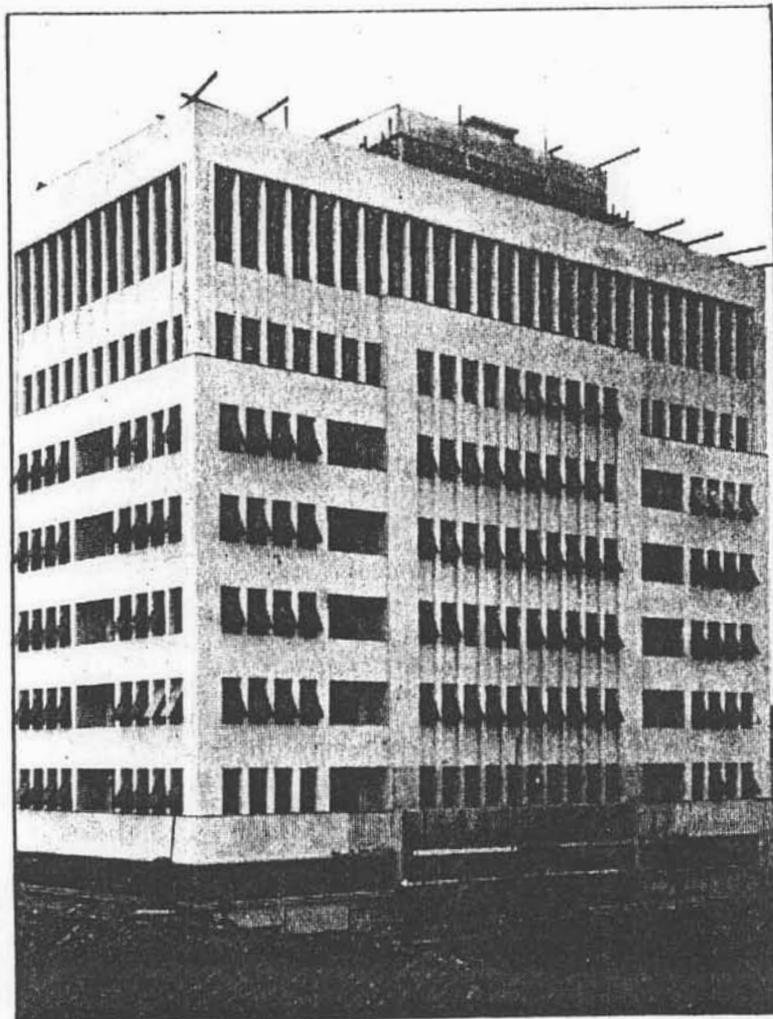
proporções, já que o programa exigia nada mais do que um pequeno compartimento com cerca de 12m², com banheiro incluído.

Dentro deste "fachadismo" predominou a opção pelas "linhas aerodinâmicas", os cantos arredondados, as janelas rasgadas ou os grandes panos de janelas de basculante – tudo em sintonia com espírito de modernidade e influenciado pelo desenho dos automóveis e pela Exposição Farroupilha de 35. São dignos de uma menção especial o projeto do *Posto Índio* (1940) elaborado pela construtora HAESSLER & WOEBCKE LTDA, que além de aludir às torres do pórtico da Exposição Farroupilha, apresentava uma marquise com um balanço de 5.30m (Ver ilustração 42); e o projeto da rua Prof. Araújo, esquina Antônio dos Anjos (1945) elaborado por Ayres SEIXAS e modificado, um ano depois por Alberto SAMPAIO, por ser o único que adotou uma linguagem eclética, identificada com o movimento neocolonial (Ver ilustração 43).

A novidade e a simplicidade do programa básico, aliados à inexistência de um modelo a ser copiado ou um padrão formal que revelasse o "Caráter relativo" da construção; apresentaram-se como as principais dificuldades enfrentadas pelos responsáveis pela edificação dos primeiros postos de abastecimento ou de gasolina. Essa conjunção de problemas de "identidade" da obra arquitetônica levou à adoção de soluções especiais e formais bastante simplificadas, na grande maioria das vezes despojada de ornamentação e repetitivas, não contribuindo, de maneira significativa, para a valorização da arquitetura da cidade.

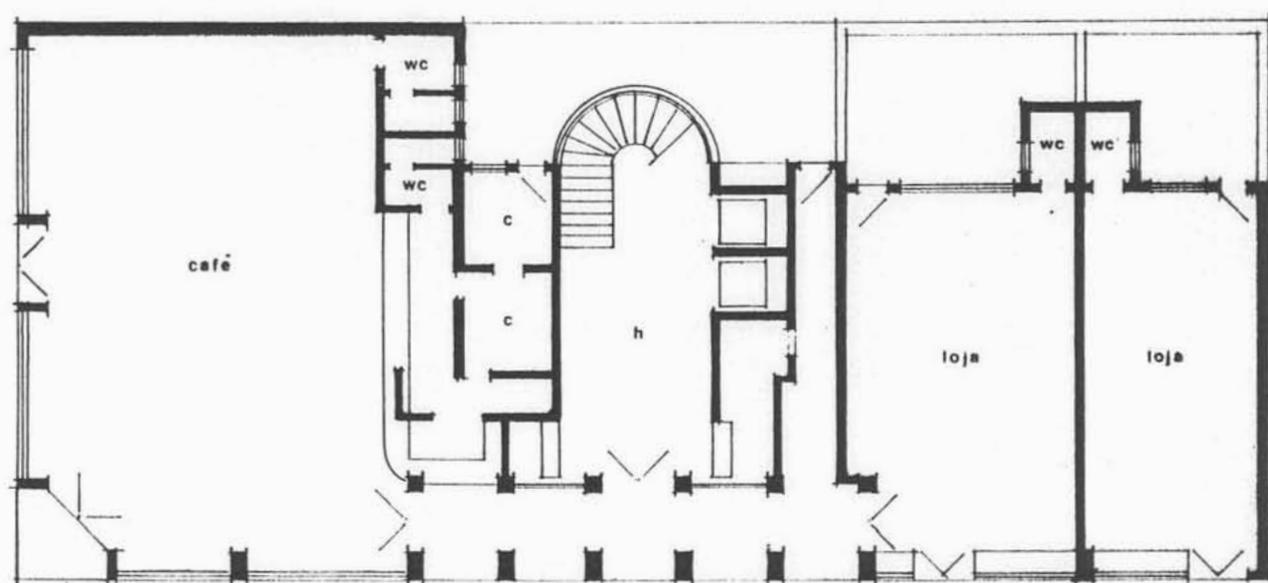


38. "EDIFÍCIO GLÓRIA" (1934).
Rua Andrade Neves esquina Mal. Floriano.
Resp. Técnico: Dahne, Conceição & Cia.



39.A. "PALÁCIO DO COMÉRCIO" (década de 40).

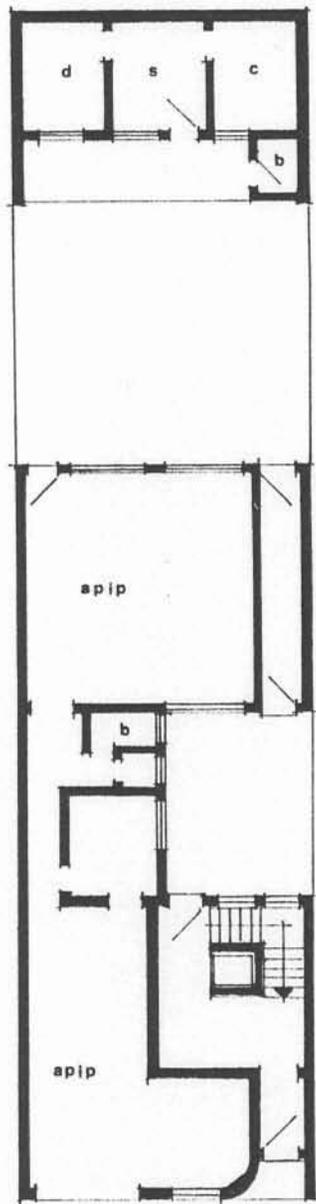
Foto: Diário Popular.



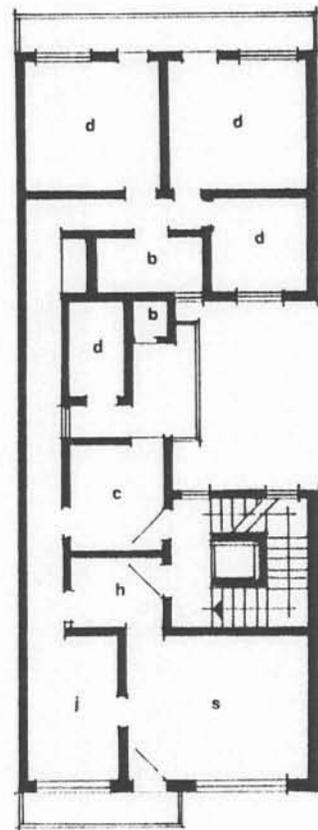
39.B. "PALÁCIO DO COMÉRCIO" (1942).

Rua Sete de Setembro esquina XV de Novembro.

Resp. Técnico: Azevedo Moura & Gertum.



pav. térreo

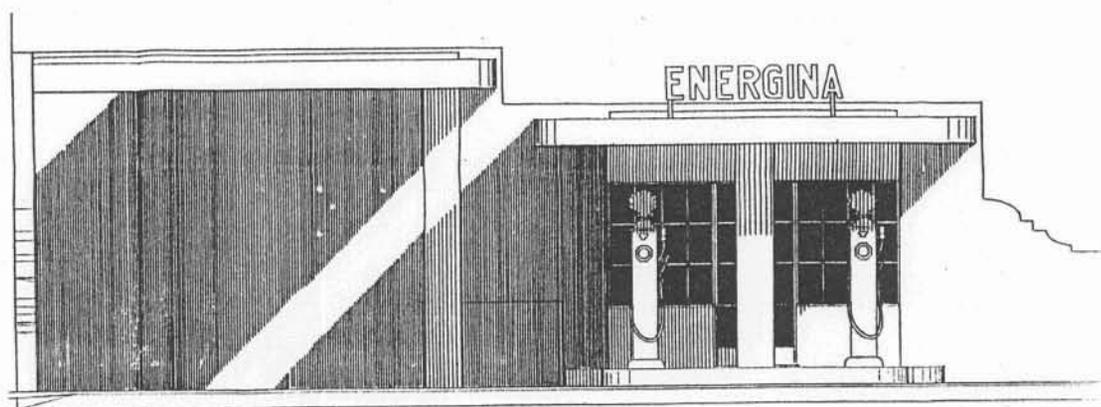


pav. tipo

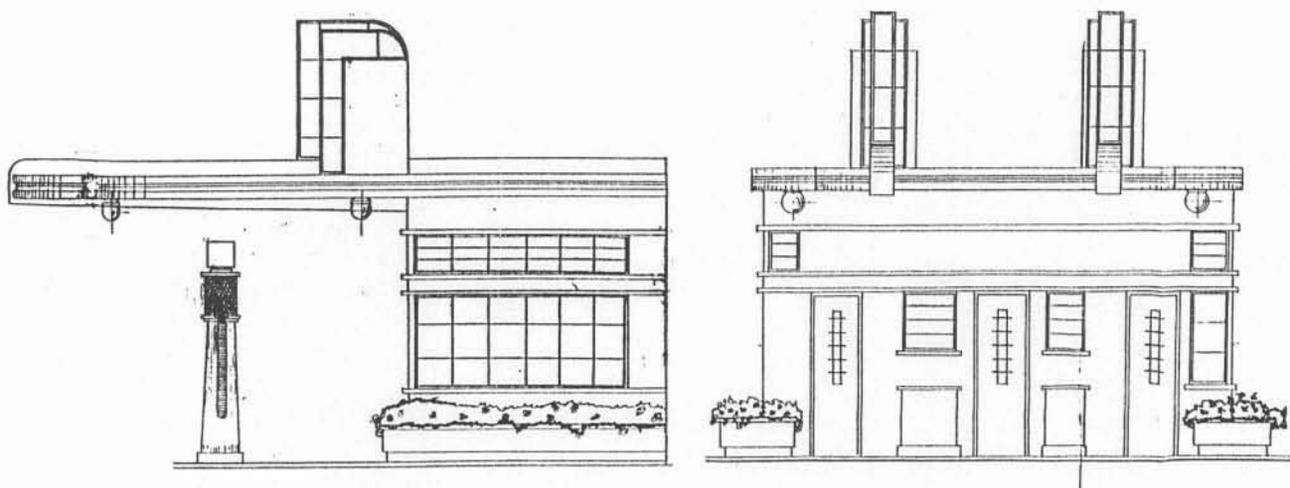
40. "EDIFÍCIO APIP" (1947).

Rua Pe. Anchieta, 1977.

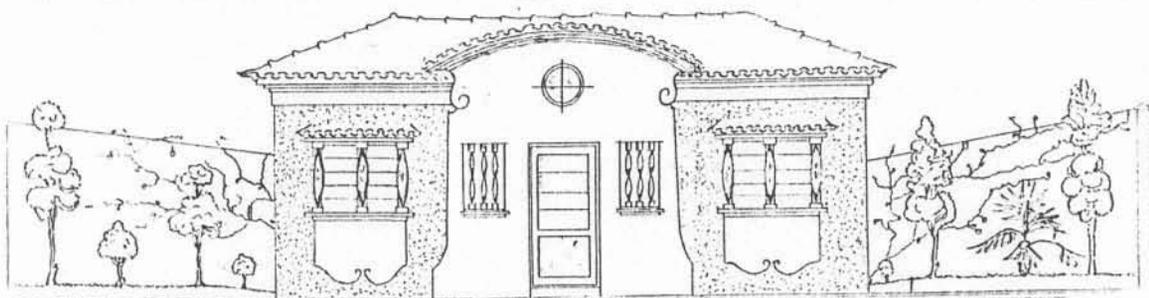
Resp. Técnico: Sociedade Geral de Construções Ltda.



41. "POSTO ENERGINA" (1940).
Rua Sete de Setembro esquina Pe. Anchieta.
Resp. Técnico: Juvenal N. Ivanovsky.



42. "POSTO ÍNDIO" (1940).
Rua XV de Novembro esquina Tiradentes.
Resp. Técnico: Haessler & Woebcke.



43. "POSTO DE ABASTECIMENTO" (1945).
Rua Prof. Araújo esquina Antônio dos Anjos.
Resp. Técnico: Ayres Seixas.

CONCLUSÕES

"Embora sejamos uma só Terra, embora todos influenciem a todos, as realidades parciais não são as mesmas. A história nasceu com o relato do conquistador contando seus feitos; de tanto repetir sua versão, até os conquistados acabaram por nela acreditar. Porém, já é tempo de encarmos a tarefa de escrever nossa própria história com nossas mãos..." (ZEIN, 1990, 68).

Tradicionalmente, ao se tratar da arquitetura pelotense costumam-se citar quatro momentos marcantes de sua evolução: o primeiro, chamado "período colonial" identificado com um passado heróico da cidade (primeiros anos de ocupação do solo); o segundo, chamado "neoclássico" ou "neo-renascentista", identificado com a riqueza e o progresso advindos das charqueadas; um terceiro, denominado "eclétrico" que como não poderia deixar de ser -- é identificado com a decadência econômica do município e, portanto, de sua própria arquitetura; e o último, reconhecido como "moderno", e que tem início na década de 30 e se desenvolve até hoje.

Contudo, como se deve concluir, essa classificação em períodos, que de uma maneira geral resume a visão global de uma cidade sobre seu próprio espaço construído, está repleta de erros de interpretação, não apenas de origem histórica como também arquitetônica e ideológica.

No que diz respeito ao "PERÍODO COLONIAL", parece existir um consenso geral entre os historiadores de arquitetura em chamar de "coloniais" aqueles prédios construídos durante a povoação e fundação de nossas cidades e que obdeceram a antigas tradições lusas na maneira de construir, de utilizar os materiais disponíveis e de ocupar o solo e os lotes urbanos. Em Pelotas, este período pode ser didaticamente compreendido entre 1758 -- quando foi doada a sesmária onde hoje está situado o município -- e 1850 -- quando as primeiras influências ecléticas começaram a marcar a arquitetura da cidade.

Pelotas cresceu e se desenvolveu juntamente com as charqueadas. Logo, a sua história, sua evolução econômica, cultural e arquitetônica, está diretamente ligada à história da indústria saladeiril, ao apogeu e à decadência desta indústria ..

Como a safra do charque durava de novembro a abril, sobrava tempo para que os industrialistas empregassem suas atividades, seus escravos, suas fortunas em outras obras e não apenas no empreendimento primordial. Ergueram belas residências no centro da cidade, dedicaram-se à caridade; tornaram-se benfeitores de inúmeras instituições pelotenses e, como é lógico, passaram a participar ativa e economicamente da vida política regional e nacional, recebendo, em troca, todos os proveitos, as honrarias e até títulos heráldicos.

Pôde-se formar o que Fernando Henrique CARDOSO (1977), tão bem denominou de "GRAND-SEIGNEURS" -- uma camada de senhores, chefes de família, proprietários de terras, gado e escravos, que passaram a exercer influência decisiva na ordem local e regional, defendendo os seus interesses. E que forjaram um "modus vivendi" característico, exclusivo, e manifesto também na arquitetura, através da utilização de elementos decorativos recuperados do renascimento italiano e/ou identificados com a arquitetura de tradição clássica (ecletismo historicista).

Desta maneira, Pelotas tornou-se a segunda cidade do Estado, diferenciando-se das demais e da própria capital para o resto de sua história. A existência dos "grand-seigneurs"; a manutenção de um "modus vivendi" típico; e sobretudo, a construção de uma arquitetura eclética baseada na adoção imitativa de formas que, no passado, haviam pertencido a um estilo arquitetônico preciso, caracterizam o "PRIMEIRO PERÍODO ECLÉTICO" da arquitetura pelotense, compreendido entre 1850 e 1900.

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pelo agravamento da crise da produção do charque e pelo início da industrialização no Estado. Os "grand-seigneurs" passaram a representar apenas uma fração da classe dominante e a dividir o seu espaço político econômico e, inclusive, o urbano com a recém formada elite industrial.

A necessidade de auto-afirmação, como fração da classe dominante, fez com que a ação da liderança industrial extrapolasse as fábricas e se concretizasse através da construção de uma nova cidade, segundo novos conceitos de expressão políticos, estéticos e funcionais. A introdução de novos tipos de construções, o processo de reformulação e ampliação dos prédios das antigas instituições contruídas pelos "grand-seigneurs", e o reaparelhamento institucional, como foi visto, garantiram a configuração de uma cidade de fisionomia "NOVA": industrial, burguesa e completamente eclética.

A consolidação de uma ordem urbano-industrial em Pelotas: o agravamento da crise das charqueadas, o surgimento do problema da habitação popular e, sobretudo, a construção de uma arquitetura eclética baseada em escolhas prévias de cunho analógico ou de referência, que orientavam o estilo quanto à finalidade a que se destinava o edifício (ecletismo tipológico), ou caracterizada pela liberdade no manejo dos estilos (ecletismo deliberado); caracterizam o "SEGUNDO PERÍODO ECLÉTICO" da arquitetura pelotense, compreendido de 1900 a 1930.

A partir de 1930, "as relações capitalistas, que se vinham desenvolvendo lentamente, aceleram seu ritmo e definiram o regime de produção" (SODRÉ, 1989, 9). Nas primeiras décadas do século XX, já estavam preparadas as bases para que, com o avanço das relações capitalistas no país, a burguesia ascendesse à posição dominante, política e economicamente. Essa trajetória, ou tomada de poder, foi acompanhada pela estagnação econômica de Pelotas, que não soube se recuperar da crise do charque, que não superou os reflexos da crise econômica mundial de 1929-30, que não suportou a nova política econômica imposta por Vargas ao Estado, e que não soube conviver com as restrições econômicas de começo da II Guerra e com sua própria crise interna. As charqueadas sucumbiram, as indústrias pararam de crescer, o Banco Pelotense quebrou, retraiu-se a economia local. Já em 1940, Pelotas havia passado de pólo industrial e comercial ESTADUAL para a posição de centro comercial, educacional e de prestação de serviços REGIONAL.

A estagnação econômica foi acompanhada de uma série de modificações, transformações e adaptações da arquitetura da cidade. A média de projetos/ano foi reduzida à metade se comparada com da década de 20; dos 3509 projetos aprovados na Prefeitura Municipal de Pelotas, de 1930 a 1949, apenas 1240 eram de construções novas, sendo o restante de reformas e aumentos; durante esses vinte anos, apenas 6 projetos de edifícios industriais foram aprovados – fábrica de salsichas (1931), de cerâmica (1931), de papel (1940), de vidro (1947), de óleo de linhaça (1948) e de beneficiamento de lãs (1949); e um único edifício bancário, Banco Regional do RGS (1933). A maioria das edificações passou a apresentar uma simplificação formal e uma eliminação de elementos ornamentais, o que indica a busca de uma arquitetura mais adaptada à situação econômica daquele momento.

As décadas de 30 e 40 permaneceram sob a influência dos "estilos arquitetônicos": para cada tipo de construção um estilo correspondente. As construções sobre o alinhamento apresentavam uma decoração característica (que não correspondia a uma padrão definido) ou uma simplificação plástica; os sobrados em meio a jardins, seguiam os modelos pitorescos das villas e adotavam qualquer estilo desejado; as residências térreas isoladas no terreno, de preferência, faziam referência à arquitetura de uma região definida (colonial mineira espanhola, sevillhana, mexicana, californiana etc), os edifícios públicos eram "modernos" (funcionais).

Apenas um, entre todos os estilos, foi encontrado em todos os tipos de construção (sobre o alinhamento, sobrados, casas térreas isoladas, edifícios públicos): o "estilo moderno". O modernismo, na arquitetura pelotense, surge e se desenvolve, até 1949, apenas como mais uma opção estilística disponível, entre todas já existentes. Isso explica o fato, por exemplo de Afonso GOETZE JR ter projetado as primeiras residências modernas (1934) em Pelotas da mesma maneira como projetava casas "coloniais", "californianas", "mexicanas" etc.

O crescimento "quantitativo e qualitativo" da burguesia e do proletariado; a estagnação econômica municipal; e a manutenção de uma forma de construir, ainda, baseada no ecletismo tipológico e que inclui entre as suas opções estilísticas "uma arquitetura moderna", caracterizam o "TERCEIRO PERÍODO ECLÉTICO" ou o "PRIMEIRO PERÍODO MODERNO" da arquitetura pelotense, compreendido entre 1930 a 1949.

A partir de 1950 as "elites culturais e econômicas locais, seguindo os passos das elites do Rio e São Paulo, assumiram a Arquitetura Moderna como estilo oficial" (D.RIBEIRO, 1987, 30). Os construtores licenciados cederam lugar aos engenheiros e arquitetos, e tem início o período influenciado pelos "cariocas" e por "Le Corbusier".

Além das conclusões apresentadas ao longo do Capítulo II e no Capítulo III, é necessário ainda reafirmar que:

1. A implantação da arquitetura moderna em Pelotas não representou um rompimento radical com os preceitos ecléticos;
2. O modernismo na arquitetura pelotense não teria sido viável sem as contribuições do ecletismo;
3. A decadência da arquitetura eclética e a sua conseqüente simplificação formal é mais decorrência de uma crise econômica do que a idéia de implantação de uma nova arquitetura;

4. A implantação de preceitos da arquitetura moderna em Pelotas foi influenciada por uma série de fatores que incluem questões de moda (modismo) e do surgimento de novos programas arquitetônicos (como os edifícios em altura e os postos de abatecimento);

5. Não se pode falar em uma arquitetura moderna de orientação corbusiana, em Pelotas, nas décadas de 30 e 40.

Frente a essas conclusões, fica claro que a arquitetura da cidade de Pelotas não sofreu uma solução de continuidade entre os vários períodos estudados, e demonstrado que o ecletismo foi o caminho através do qual ocorreram ou que permitiu que se processassem as transformações necessárias para a evolução da arquitetura do Movimento Moderno - que em Pelotas desenvolveu-se a partir da década de 50.

Finalizando este trabalho, é preciso retomar Ruth Verde ZEIN e deixar que em seu texto se funda a derradeira conclusão:

"... É de notar que dificilmente se chega a nossa realidade partindo dela própria. Não se quer negar a possibilidade de todas essas teorias explicitarem em parte nossos problemas, já que o mundo é um só; mas não as podemos tomar sem as digerir, ou elas sempre vão causar uma síndrome de estranhamento, e terminaremos por considerar-nos ERRADOS, por não nos adequarmos à teoria - quando de fato é ela que não se adapta a nós" (ZEIN, 1990, 69).

BIBLIOGRAFIA

- AHRONS, Guilherme. Ao Público Pelotense: Esgotos. Pelotas, Livraria Americana, 1891.
- AVÉ-LALLEMANT, Roberto. Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858). São Paulo, EDUSP, 1980.
- AZEREDO, Francisco de Paula d'. Em Trânsito pelo Rio Grande do Sul em 1816. Porto Alegre, Globo, 1957.
- AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira - Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil. São Paulo, Melhoramentos, 1958, v.2.
- AZEVEDO, Ricardo Marques de. Sobre a Historiografia. Revista Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, Pini, (26):88-89, out/nov, 1989.
- BARRETO, Abeillard. Bibliografia Sul-Rio-Grandense. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973, V. 1e V. 2.
- BARRETO, Paulo T. O Piauí e a sua Arquitetura. In. ____ et alii. Arquitetura Civil I. São Paulo, IPHAN/FAU-USP, 1981.
- BECKER, Klaus (org.). Enciclopédia Rio-Grandense. Porto Alegre, Sulina, 1968, v.2.
- BENÉVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- BLAY, Eva Maria. Eu Não Tenho Onde Morar. Petrópolis, Vozes, 1979.
- BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1981.
- BRUGGER, Walter. Dicionário de Filosofia. São Paulo, EPU, 1977.
- CAPALETTO, Maria Helena. O Movimento de 1932 - A Causa Paulista. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CARRICONDE, Clodomiro C. Pelotas no Centenário (1822-1922). Pelotas, 1922.
- CHAMPION, Robert Andrés. La Arquitectura del Siglo XX. Buenos Aires, Espacio, 1980.
- CHAVES, Antônio José Gonçalves. Memórias Econômico-Políticas sobre a Administração Pública do Brasil. Porto Alegre, Cia. União de Seguros, 1978.
- CÓDIGO DE CONSTRUÇÕES - INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PELOTAS. Pelotas, Diário Popular, 1930.
- COLQUHOUN, Alan. Arquitectura Moderna y Cambio Histórico - Ensayos 1962-1976. Barcelona, Gustavo Gili, 1978.
- COLLINS, Peter. Changing Ideals in Modern Architecture. Montreal, McGill-Queen's University Press, 1967.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. Nemour-sur-Tietê, ou a Modernidade de Ontem. Revista Projeto, São Paulo, Projeto (89):90-93, 1986.
- _____. Uma Certa Arquitetura Moderna Brasileira: Experiência a Reconhecer. Arquitetura Revista. Rio de Janeiro, FAU-UFRJ (5):22-28, 1987a.
- _____. Protótipo e Monumento, um Ministério, o Ministério. Revista Projeto. São Paulo, Projeto (102):137-149, ago. 1987b.
- _____. Arquitetura Moderna, Estilo Corbu, Pavilhão Brasileiro. Revista Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, Pini (26):92-101, 1989.
- CONDE, Luiz Paulo et alii. Proto-Modernismo em Copacabana - Uma Arquitetura que Não está nos Livros. Arquitetura Revista. Rio de Janeiro, FAU-UFRJ (3):40-49, 1985.

- CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A. Dicionário da Arquitetura Brasileira. São Paulo, EDART, 1972.
- COSTA, Lúcio. Sobre a Arquitetura. Porto Alegre, CEAU, 1962.
- _____. Lucio Costa: A Vanguarda Permeada com Tradição (entrevista a Hugo Segawa). Revista Projeto. São Paulo, Projeto (104):145-154, 1987.
- CRUZ, Glenda Pereira. Espaço Construído e a Formação Econômico-Social do Rio Grande do Sul. Dissertação de Pós-Graduação - UFRGS. Porto Alegre, datil., 1984.
- CUNHA, J. A. Flores da. Vida Política do Rio Grande. In: PARADEDA, Florentino. Almanaque de Pelotas, Pelotas, s.p., 1933.
- DIÁRIO POPULAR. O Palácio do Comércio de Pelotas, 25 jan. 1942, p.1.
- DREYS, Nicolau. Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Porto Alegre, IEL, 1961.
- EU, Luis Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde d'. Viagem Militar ao Rio Grande do Sul. São Paulo, EDUSP, 1981.
- FABRIS, Annateresa (org.). Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1987.
- FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1988.
- FRANCO, Sérgio Costa. Porto Alegre: Guia Histórico. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1988.
- GERTZ, René. O Perigo Alemão. UFRGS, 1991, Porto Alegre.
- GOODWIN, Philip L. Brazil Builds, Architecture New and Old 1652-1942. Nova York, Museu de Arte Moderna, 1943.
- GUIMARÃES, Cêça de. A Arquitetura dos Postos de Gasolina ou Como a Cidade se Coloriu de Faixas e Bandeiras. Revista Projeto, São Paulo, Projeto (72):73-89, 1985.
- GUTIERREZ, Ramon. Arquitectura y Urbanismo em Iberoamerica. Madrid, Cátedra, 1983.
- _____. Arquitetura Latino-Americana. São Paulo, Nobel, 1989.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s.d.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.
- ISABELLE, Arsène. Emigração e Colonização na Província Brasileira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Souza, 1950.
- _____. Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834). Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983.
- LAGEMANN, Eugenio. O Banco Pelotense & o Sistema Financeiro Regional. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- LEMOS, Carlos A. C. & CORONA, Eduardo. Dicionário de Arquitetura Brasileira. São Paulo, EDART, 1972.
- LEMOS, Carlos A. C. Arquitetura Brasileira. São Paulo, Melhoramentos, 1979.
- _____. Ecletismo em São Paulo. In FABRIS, Annateresa (org.). Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1987, p.68-103.
- _____. Alvenaria Burguesa. São Paulo, Nobel, 1989.
- _____. O Edifício em Altura em São Paulo. Revista Projeto. São Paulo, Projeto (219) 1990.
- LOPES NETO, João Simões. Cidade de Pelotas, Apontamentos para uma Monografia Sobre o Seu Centenário. Pelotas, Anais da Biblioteca Pública, 1905.
- _____. Revista do Primeiro Centenário de Pelotas. Pelotas, 1911-1912.
- LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil Contemporâneo. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- _____. História do Brasil Colonial. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.
- LOVE, Joseph L. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo, Perspectiva, 1975.

- LUCCHINI, Aurélio. *Ideas y Formas en la Arquitectura Nacional*. Montevideo, Nuestra Tierra, 1969.
- LUCCOCK, John. *Aspectos Sul-Riograndenses no 1º Quartel do Século XIX*. Rio de Janeiro, Record, 1935.
- MAESTRI FILHO, Mário José. *O Escravo no Rio Grande do Sul. A Charqueada, A Gênese do Escravismo no Brasil*. Caxias do Sul, EDUCS, 1984.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Aspectos da História Social de Pelotas*. Pelotas, 1971.
- _____. *História e Tradições da Cidade de Pelotas*. Caxias do Sul, EDUCS/IEL, 1981.
- _____. *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (1883-1983)*. Pelotas, UFPel, 1983.
- _____. *História e Tradições da Cidade de Pelotas. Originais da 3ª edição, datil., inédita*.
- _____. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: Um Estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)*. Tese de mestrado - UFSC, Florianópolis, datil., 1993.
- MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do Ciclo do Charque*. Porto Alegre, EDIGAL, 1987.
- _____. *A Evolução das Charqueadas Rio-Grandenses*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1990.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil Terra de Quem?* São Paulo, EDUSP/Nobel, 1991.
- MINDLIN, Henrique E. *Modern Architecture in Brazil*. Rio de Janeiro, Colibris, 1956.
- MORAES, Henrique Carlos de. *Fundação de Pelotas (A Casa Mais Antiga da Cidade)*. Correspondência para o Diário Popular. Pelotas, Biblioteca Pública Pelotense, set 1962.
- NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. *Edificação Neo-Renascantista em Pelotas no Século XIX; A Santa Casa de Misericórdia*. Tese de Livre-Docente. Pelotas. UFPel, 1975.
- _____. *Nossa Cidade Era Assim; Crônicas Publicadas na Imprensa nos anos 1980 a 1987*. Pelotas, Mundial, 1989.
- OSÓRIO, Fernando Luis. *A Cidade de Pelotas; Corpo, Coração e Paixão*. Pelotas, Diário Popular, 1922.
- _____. *A Cidade de Pelotas*. 2.ed. Porto Alegre, Globo, 1962.
- PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Pelotas, Coleção: 1914-34.
- PATETTA, Luciano. *Considerações Sobre o Eclétismo na Europa*. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1987, p.8-27.
- PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *República Velha Gaúcha; Charqueadas, Frigoríficos, Criadores*. Porto Alegre, Movimento/IEL 1980a.
- _____. *RS: A Economia & o Poder nos Anos 30*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980b.
- _____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.
- _____. *A Burguesia Gaúcha, Dominação do Capital e Disciplina do Trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- _____. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. *O Cotidiano da República*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1990.
- _____. *Os Industriais da República*. Porto Alegre, IEL, 1991a.
- _____. *Memória Porto Alegre: Espaços e Vivências*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1991c.
- PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Pelotas*. Porto Alegre, s.ed., 1940.
- _____. *Aspectos Gerais de Porto Alegre*. Porto Alegre, Imprensa Oficial, 1945.
- POMER, Leon. *As Independências na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- POSTURAS POLICIAIS ADOPTADAS PARA O REGIMEM DO MUNICÍPIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL. Porto Alegre, T. Silveira e Dubrevil, 1829.
- REICHEL, Heloisa J. *A Indústria Têxtil no Rio Grande do Sul*. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (org.). Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- RIBEIRO, Demétrio. *A Arquitetura do Período 45-60*. In. XAVIER, Alberto e MIZOGUCHI, Ivan. *Arquitetura Moderna em Porto Alegre*. São Paulo, Pini, 1987, p.26-31.
- ROCHE, Jean. *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*. Porto Alegre, UFRGS/Faculdade de Filosofia, 1961.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ERUS/Martins Livreiro, 1987.
- SEGAWA, Hugo. *Brazilian Architecture School e Outras Medidas*. Revista Projeto. São Paulo, Projeto (53)70-73, jul, 1983.
- _____. *Elisiário Bahiana e a Arquitetura Art Decô*. Revista Projeto. São Paulo, Projeto (67): 14-22, 1984a.
- _____. *A Atividade Bancária e sua Arquitetura*. Revista Projeto. São Paulo, Projeto (67):43-54, set, 1984b.
- _____. *Hélio Duarte (1906-1989): Moderno e Peregrino*. Revista Projeto. São Paulo, Projeto (131):51-54, 1990.
- _____. *Arquitetura dos Teatros: O Século XIX e a Belle Epoque no Brasil*. Revista Projeto. São Paulo, Projeto (112): 123-18, 1988.
- SEGRE, Roberto. *Historia de la Arquitectura y del Urbanismo, Países Desarrollados, Siglos XIX y XX*. Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1985.
- _____. *América Latina, Fim de Milênio, Raízes e Perspectivas de Sua Arquitetura*. São Paulo, Nobel, 1991.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: 1930-1942*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1985.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Editora Nacional, 1974.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- _____. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- _____. *Síntese da História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A., 1989.
- SOUZA, Eleonora Figueiredo. *As Vilas, Uma História na Evolução Sócio/Econômica do País*. Revista Projeto. São Paulo, Projeto (73):104-106, 1985.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura Dois Estudos*. Goiânia, MEC/SESU/PIMEG- ARQ/UCG, 1983.
- VERÍSSIMO, Francisco e BITTAR, William S.M. *Inventário Arquitetônico Neo-Colonial - Município RJ*. Rio de Janeiro, NEPPA/UFRJ, 1983.
- WEIMER, Günter. *Engenheiros Alemães no Rio Grande do Sul na Década de 1848-1858*. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre, PUC (II):151-205, 1979.
- _____. *Arquitetura da Imigração Alemã; Um Estudo Sobre a Adaptação da Arquitetura Centro-Européia ao Meio Rural do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Nobel/UFRGS, 1983a.
- _____. *Estruturas Sociais Gaúchas e Arquitetura*. In. _____ (org.). *A Arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983b.
- _____. *O Arquiteto Theo Wiedersphan*. Porto Alegre, FAU/UFRGS, 1985b.
- _____. *O Positivismo Gaúcho e Sua Arquitetura*. Porto Alegre, FAU/UFRGS, 1985a.
- _____. *Siegfried Bertholdo Costa, um Precursor do Modernismo*. Revista Projeto. São Paulo, Projeto (87):76-78, 1986.
- _____. *A Fase Historicista da Arquitetura no Rio Grande do Sul*. In. FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1987a.

- _____. *Arquitetos Estrangeiros no Rio Grande do Sul*. In. XAVIER, Alberto e MIZOGUCHI, Ivan. *Arquitetura Moderna em Porto Alegre*. São Paulo, Pini, 1987b.
- _____. *Arquitetura Erudita de Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado FAU-USP, São Paulo, datil., 1989.
- WENDROTH, Hermann Rudolf. *Obras de Hermann R. Wendroth - Álbum com Reproduções de Aquarelas e Desenhos*. Porto Alegre, RIOCELL, s.d.
- XAVIER, Alberto et alii. *Arquitetura Moderna Paulista*. São Paulo, Pini, 1983.
- _____. e MIZOGUCHI, Ivan. *Arquitetura Moderna em Porto Alegre*. São Paulo, Pini, 1987a.
- _____. (org.). *Arquitetura Moderna Brasileira. Depoimentos de Uma Geração*. São Paulo, Pini/ABEA, 1987b.
- YUNES, Gilberro Sarkis e AMARAL, Marta Costa. *Projeto de Restauração do Teatro Sete de Abril*. Pelotas, datil., 1980.
- ZEIN, Ruth Verde. *As Tendências e as Discussões do Pós-Brasília*. In. *Arquitetura Brasileira Atual, Catálogo da Exposição*. São Paulo, Projeto, s.d. p.14-21.
- _____. *No Século XXI, Fim das Utopias ou sua Realização*. Revista Projeto. São Paulo, Projeto (129):68-72, 1990.
- ZEVI, Bruno. *História da Arquitetura Moderna*. Lisboa, Arcádia, 1973, v.2.